

Francisco Gomes da Silva

PRESIDENTES E PRESIDENCIÁVEIS DA REPÚBLICA EM ITACOATIARA



Francisco Gomes da Silva

**PRESIDENTES E
PRESIDENCIÁVEIS
DA REPÚBLICA
EM ITACOATIARA**

Manaus - Amazonas
2021

Copyright © Francisco Gomes da Silva, 2021.

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Francisco Gomes

Marcela Costa de Souza

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Marcela Costa de Souza

Todos os direitos reservados 2021

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Francisco Gomes da.
Presidentes e presidenciáveis da República em Itacoatiara /
Francisco Gomes da Silva. -- Manaus, AM: Ed. do Autor,
2021.

ISBN 978-65-00-33274-2

1. Amazonas - História 2. Amazônia - História 3. Itacoatiara
(AM) - História 4. Presidentes - Brasil 5. Presidentes (Governo)
I. Título.

21-86888

CDD-981.13

Índices para catálogo sistemático:

1. Presidentes : Itacoatiara : Amazonas : História 981.13
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Com protestos de Admiração e
votos de Bem Querer, dedico
esta Obra aos ilustres confrades
benfeitores da Amazônia:

Euler Esteves Ribeiro

José Roberto Tadros

José dos Santos Pereira Braga

Em memória dos meus amigos

Antonio Nelson de Oliveira Neto

Maria de Fátima Maia Garcia

Adelson Pereira da Conceição

Terezinha Peixoto

Francisco Calheiros

SUMÁRIO

- 9** Prefácio
- 13** Palavras iniciais
- 15** Parte 1 – Presidente AFONSO PENA
- 31** Parte 2 – Presidente WASHINGTON LUÍS
- 49** Parte 3 – Presidenciável JUAREZ TÁVORA
- 61** Parte 4 – Presidente GETÚLIO VARGAS
- 85** Parte 5 – Presidente JOÃO CAFÉ FILHO
- 99** Parte 6 – Presidenciável/Presidente JUSCELINO KUBITSCHKE
- 121** Parte 7 – Presidenciável ULYSSES GUIMARÃES
- 145** Parte 8 – Presidente ERNESTO GEISEL
- 165** Parte 9 – Presidente FERNANDO COLLOR
- 185** Parte 10 – Presidenciável LUIZ INÁCIO DA SILVA
- 217** Parte 11 – Presidenciável JOSÉ SERRA
- 235** Parte 12 – Presidenciável/Presidente FERNANDO HENRIQUE
- 257** Referências
- 275** Resumo biobibliográfico

PREFÁCIO

Ingressei na Academia Amazonense de Letras em 2012 e quatro anos depois fui admitido no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Ambas as entidades culturais são centenárias, as mais antigas de nosso estado, onde pontificaram – e pontificam – homens e mulheres de muito talento e de muita luz, os quais, como obreiros dedicados e fiéis do bom, do belo e do justo, tornaram-se, ao mesmo tempo, as âncoras e os faróis da nossa comunidade.

Isso, por si só, já seria uma benção conferida por Deus, revelado pelo Senhor Jesus, a este seu humilde servo. Como as coisas que vem do Alto, porém, essa benção se multiplicou pela possibilidade de convívio fraterno, saudável e reciprocamente instrutivo com personalidades únicas, geniais, como o meu confrade Francisco Gomes da Silva, de quem tive a honra, nos meus primeiros dias de silogeu, de editar o livro “A fundação de Itacoatiara”, 1º volume da épica trilogia “Itacoatiara, 330 anos”, pela editora da Amazônia, um sucesso e uma referência na historiografia da Velha Serpa.

Francisco Gomes, que já computa 16 livros na sua bibliografia, começou bem cedo, aos 19 anos. Um prodígio. Seu primeiro livro, “Itacoatiara. Roteiro de uma cidade”, que integrou a Coleção Paulino de Brito das Edições do Governo do Estado do Amazonas, foi prefaciado, nada mais, nada menos, do que por Arthur Cézár Ferreira Reis, o grande amazônólogo e ex-governador, sendo lançado em 5 de setembro de 1965 na abertura da rodovia Manaus-Itacoatiara, uma verdadeira consagração ao jovem filho da Pedra Pintada.

De lá, Gomes ganhou o mundo. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, a nossa Velha Jaqueira, advogou, exerceu várias funções importantes e próprias de sua formação e, ao mesmo tempo,

foi repórter policial de A Crítica e colunista das páginas de literatura do Jornal do Comércio. Fez política partidária também, candidatando-se a prefeito por duas vezes e acabou sendo eleito vereador de sua cidade, notabilizando-se, é verdade, por sua luta em favor da ética e contra a corrupção, mas também e fundamentalmente pelo amor à terra que lhe teve por berço. Essa trajetória trepidante e marcante de vida foi coroada pela assunção, por meio de concurso de provas e títulos, do cargo de Promotor de Justiça, no qual se aposentou.

Ao longo de todo esse tempo a mente irrequieta e brilhante de Francisco Gomes não parou de produzir. Pesquisador compulsivo e rigoroso, ele construiu, meteoricamente, uma notável reputação de historiador. Já aos 22 anos, exatamente em agosto de 1968 foi eleito para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e assumiu a cadeira de nº14, renumerada para 26, cujo patrono é o naturalista suíço Jean Agassiz. Mais pra frente, em setembro de 1999, foi eleito para a Academia Amazonense de Letras (AAL), passando a ocupar a cadeira de nº20, cujo patrono é João Ribeiro. Ele integra, ainda, inúmeras instituições culturais, como a Associação dos Escritores do Amazonas (ASSEAM), o Colégio Brasileiro de Genealogia (RJ) e o Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (Santarém/PA), do qual é sócio fundador.

Francisco Gomes é completa e perdidamente apaixonado por Itacoatiara, de quem seus concidadãos se orgulham. Já estive na cidade com ele e pude perceber, em cada conversa, em cada gesto e em cada palavra, essa explosão de pertencimento que ele possui e que a todos contagia. Ao tratar do seu rincão, os olhos de Gomes brilham como os de um menino e a sua voz, de tribuno do júri e de professor na matéria, adquire o poder do encantamento. Não há quem passe impune por essa experiência. Tem-se a clara impressão de que Itacoatiara, para Gomes, é o centro de tudo. E esse, certamente, é o segredo de todo o sucesso que ele faz, pois segue à risca o que ensinava Leon Tolstói: “Se queres ser universal, começa por cantar a tua aldeia”.

“Presidentes e presidenciáveis da República em Itacoatiara” é uma prova disso. Em detalhes minuciosos, muitos deles pouco divulgados ou desconhecidos, Francisco Gomes relata a passagem pela cidade de oito ex-presidentes e de cinco presidenciáveis, os quais, pelos mais variados motivos e circunstâncias, acharam por bem aportar na Velha Serpa. Em cada episódio desses é possível aprender um pouco mais sobre a história da região e sobre o próprio país, porque tudo se encontra contextualizado pela visão ampla e arguta do autor.

É simplesmente fantástico, por exemplo, ler sobre a Batalha Naval de Itacoatiara; saber da presença de Getúlio Vargas, embora no avião, recepcionado com foguetório em Itacoatiara, depois se dirigindo a Manaus, quando pronunciou o famoso “Discurso do rio Amazonas”; sobre a descoberta de petróleo em Nova Olinda do Norte, na época distrito de Itacoatiara, com a presença de Café Filho e, a seguir, pelo mesmo motivo, a vinda de Juscelino Kubitschek; ou, ainda, dentre outras deliciosas histórias, a visita do presidenciável Ulysses Guimarães, que presidira a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) e que, na ocasião, fora recebido também pelo próprio Francisco Gomes. Geisel, Collor, FHC, Lula, Serra... Itacoatiara, por todas essas personalidades, foi reconhecida como um lugar que vale a pena ser visitado.

O novo livro de Francisco Gomes, portanto, merece leitura atenta e um lugar de honra em nossas bibliotecas, seja pelo notável conteúdo que encerra, seja pelo exemplo de extraordinária amazonidade. Itacoatiara é afortunada por ter servido de berço a um filho tão grande quanto grato.

Manaus, novembro de 2021.

Júlio Antonio Lopes

Presidente da Academia de Letras, Ciências e Artes do Amazonas (ALCEAR), membro da Academia Amazonense de Letras (AAL) e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).

PALAVRAS INICIAIS

NOTICIAR FATOS AUTÊNTICOS da nossa História municipal intimamente ligados à trajetória brasileira é o objetivo do presente trabalho. E, em específico: registrar e comentar o episódio tim-tim por tim-tim das visitas ou passagens por Itacoatiara de vários presidentes da República ao longo do século XX. Da relação constam alguns renomados políticos que, aquilatando o subido desejo de a época concorrerem à cadeira presidencial, também transitaram por este Município. Daí o título da obra: Presidentes e Presidenciáveis...

Em 8 de setembro do corrente ano, a cidade-sede itacoatiarense completou 338 anos de existência. Ela veio de uma aldeia missionária criada pelos jesuítas em 1683, no rio Maturá, afluente do Médio rio Madeira, e foi sucessivamente transferida para o rio Canumã em 1691, para o rio Abacaxis em 1696, para o Baixo rio Madeira em 1757 e para o atual assento – margem esquerda do Amazonas – em 1758. A primitiva missão itinerante foi elevada, em 1º de janeiro de 1759, à categoria de vila com o título português de Serpa, e, finalmente, através da Lei provincial nº 283, de 25 de abril de 1874, recebeu o foral de cidade com o nome de origem tupi Itacoatiara.

Plenamente inserida na geografia mundial e estrategicamente localizada no centro da Amazônia brasileira, posto que banhada pelo maior rio do mundo, Itacoatiara é um importante porto receptivo e escoador do País. Essa condicionante, além de favorecer sua integração com o mundo exterior, elevando-a nos campos social, da historiografia, do direito, da

geopolítica, da bioeconomia, da sociologia e da cultura em geral, enseja o fortalecimento da amizade e da paz construídas na relação entre seus habitantes e os mais diversificados agrupamentos humanos regionais, nacionais e estrangeiros que por aqui transitam, periodicamente. No rol de seus visitantes mais ilustres, há até presidentes e presidentiáveis da República. É sobre essa temática que trataremos nesta obra.

Itacoatiara, novembro de 2021

Francisco Gomes da Silva



PRESIDENTE

AFONSO PENA

Afonso Augusto Moreira Pena. Nasceu em Santa Bárbara/MG em 30 de novembro de 1847. Bacharel em direito, deputado provincial (1874/1889), ministro da Guerra (1882), ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1883/1884) e ministro da Justiça (1885). Membro da comissão de organização do Código Civil Brasileiro (1888), fundador e primeiro diretor da Faculdade de Direito de Minas Gerais (1892). Governou seu Estado natal (1892/1894), presidiu o Banco do Brasil (1895/1899) e tornou-se vice-presidente da República (1903/1906). Sexto presidente do Brasil, escolhido por eleição direta em 1º de março de 1906, assumiu em 15 de novembro de 1906. Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de junho de 1909, sem concluir o mandato.

AFONSO PENA foi um dos mais operosos presidentes civis da República Velha (1). Em seu período governamental (15/11/1906 - 14/06/1909) interviu na política do café e valorizou o preço do produto; deu continuidade ao programa iniciado por seu antecessor, Rodrigues Alves (2), de reaparelhamento das ferrovias e dos portos; e reorganizou o Exército, sob a supervisão do ministro da Guerra, Hermes da Fonseca (3). Também disponibilizou em 1907 os recursos necessários para que o marechal Cândido Rondon (4) realizasse a ligação do Rio de Janeiro à Amazônia pelo fio telegráfico.

Afonso Pena, a despeito de não estar empossado na chefia da nação, foi o primeiro presidente da República a conhecer o Amazonas. Pouco antes de embarcar havia sido proclamado presidente pelo Congresso Nacional, consequência das eleições diretas de 1º de março daquele ano, em que obteve 288.285 votos (5).

Conforme registros na imprensa da época (6),

"[...] Sua viagem aos estados do norte e nordeste, além de concretizar um alimentado sonho de conhecer a realidade mais distante do país e sinalizar para o estreitamento dos laços federativos, fulminava o costume de opção pelo caminho da Europa, plano de viagens sempre utilizado pelos seus predecessores".

O presidente, viajando no Maranhão (7), navio de primeira classe do Lloyd Brasileiro (8), partiu do Rio de Janeiro no dia 16 de maio de 1906, subiu o litoral e, fazendo alguns trechos em trem especial, visitou sete estados nordestinos, alcançando Belém em 21 de junho. Em seguida atracou em Santarém, donde zarpou na manhã de 24 rumando em direção a Manaus (9). O navio oficial vinha sob o comando do capitão-tenente Manoel Pacheco de Carvalho Júnior.

Afonso Pena não trazia grande comitiva. Moderado, antes de partir do Rio de Janeiro recomendou para que não promovessem festas à sua chegada. Além de seu filho e secretário particular, Álvaro Pena, acom-

panhavam-no os assessores Aarão Reis, Sá Freire e Álvaro da Silveira, o 1º tenente Aarão Reis Júnior e o médico Carlos Dutra Vaz. Seguiam-no, também, quinze jornalistas do exterior e do centro-sul do País, além de outro do Estado do Pará.

Ao adentrar no território amazonense, à altura da Serra de Parintins, precisamente às 23:00 horas de 24 de junho, o Maranhão foi saudado pelo navio Cidade de Manáos, que conduzia a comissão de recepção do Governo do Estado do Amazonas, integrada por José da Silva Gayoso representando o governador Constantino Nery (10); Raul de Azevedo (11), representando o presidente do Congresso Estadual; José Raposo da Câmara (12), representando o presidente do Superior Tribunal de Justiça; Thaumaturgo Vaz (13), representando o superintendente (prefeito) de Manaus; os capitães Bruno Batista e Benjamin Rodrigues Sodré, o 2º tenente Francisco Eugênio Wanderley e o alferes Muniz Mendes.

Do Cidade de Manáos os emissários amazonenses passaram imediatamente para o navio oficial. A bordo deste, estiveram com o presidente discutindo pauta de reivindicações levadas em nome do Governo do Estado. Durante o almoço, no dia seguinte, Afonso Pena expressou a satisfação de estar, naquele momento, navegando pelo famoso rio Amazonas, cujas “águas caudalosas facilitando a pressão das máquinas a vapor, impeliam o Maranhão a chegar sem atropelos” (14). Medindo o tempo até ali percorrido, o comandante Manoel Pacheco calculava que ao meio da tarde o paquete do Lloyd ultrapassaria Itacoatiara (15) e às 19:00 horas fundearia defronte à vila de São José do Amajari (16).

Fixado sobre um terreno elevado, não inundável, à margem esquerda do rio Amazonas, donde se divisa facilmente a foz do rio Madeira, São José do Amajari - núcleo produtor e exportador de borracha, castanha, cacau (17), couros e peles de animais, farinha e outros subprodutos da mandioca, à época, destacava-se entre as mais importantes povoações do médio rio Amazonas. Na povoação existiam: grupo escolar em alvenaria, posto médico, usina de luz a vapor, mercado público e serviço telegráfico

(18) que, por concessão do governo federal desde 1903 vinha sendo operado pela empresa de capital inglês The Amazon Telegraph Company Limited (19).

Era governador do Estado Antônio Constantino Nery. Desde sua assunção, em 1904, vinha investindo forte em São José do Amajari, especialmente na colônia agrícola (20) situada no entorno da vila e batizada com o nome de Pedro Borges (21). Nela operavam pelo menos cem famílias cearenses que migraram para a região, premidas pelas secas ou atraídas pelos vantajosos preços da borracha e da castanha. Na vila foram multiplicados assentamentos e ampliado o serviço de legalização de terra aos imigrantes – uma eficiente ação da Repartição de Terras e Colonização do Estado, cuja representação local era dirigida pelo engenheiro Alberto Rangel (22), auxiliado pelo professor Vicente de Mendonça Lima (23).

A permanência da comitiva presidencial em São José do Amajari, embora curta, permitiu que várias pessoas fossem a bordo cumprimentar Afonso Pena, e à frente delas estava o diretor da Colônia, coronel Ismael Bezerra de Menezes que, em breves palavras, descreveu a realidade socioeconômica local satisfazendo à curiosidade da comitiva presidencial. Dias depois, Ismael Bezerra de Menezes viajaria para Itacoatiara a fim de entregar um relatório escrito sobre os acontecimentos ao superintendente Luiz Stone (24).

Já madrugava quando o Maranhão deixou São José do Amajari. Segundo revelado pelo Jornal do Commercio (25), o presidente Afonso Pena

“[...] chegou às 06:45 horas do dia 26 e, introduzido no seio da capital amazonense, foi recepcionado pelo governador Antônio Constantino Nery, todo o mundo oficial e grande massa popular”. Em seguida, o ilustre visitante “foi encaminhado ao Palacete Silvério Nery (26), destinado à sua pousada”.

Os dois dias e meio de sua estada em Manaus foram de intensa programação recheada de reuniões, banquetes, passeios e homenagens. A constatação do progresso de uma capital plantada no meio da selva levaria Afonso Pena a proclamar: Manaus é uma revelação!

No dia 28 de junho de 1906, após o almoço e as despedidas de praxe, o Maranhão levantou ferros e partiu do porto de Manaus em direção a Belém. Em menos de duas horas o navio oficial ultrapassou Itacoatiara. Dali a cento e quarenta dias Afonso Pena assumiria a Presidência da República. Seu governo, ao priorizar a administração e relegar a política, amargaria grave crise, acelerada por ocasião da escolha de seu sucessor. Em 14 de junho de 1909 faleceu no Palácio do Catete, após rápida enfermidade, amargurado pelos desgostos da política e a perda de seu filho e oficial de gabinete, Álvaro Pena. Foi substituído pelo vice-presidente Nilo Peçanha (27).

A visita do presidente Afonso Pena ao Amazonas coincidiu com o início da crise da borracha. Segundo a dissertação do historiador Antônio Loureiro,

“[...] Apesar dos grandes rendimentos fornecidos pelo monopólio da borracha, o Estado do Amazonas à época não gozava de boa situação financeira. Teve que fazer inúmeros empréstimos com o objetivo de cobrir as vultosas despesas realizadas. [...] Em 1906 a dívida flutuante atingia a mais de 20 mil contos de réis. [...] Em 1907, a dívida passiva elevava-se a mais de 32 mil contos” (28).

Era o começo do fim de um largo período de pujança econômica que, segundo o confrade e atual presidente da Academia Amazonense de Letras Robério Braga, “se determinou chamar de belle époque amazonense”(29). Financiada pelo látex, a belle époque iniciou-se em 1870, período centrado principalmente na cidade de Manaus (a chamada Paris dos Trópicos), que foi marcado por intensiva modernização desta capital no século XX, com avanços arquitetônicos em relação às demais

idades do País, vivendo seu apogeu entre 1890 e 1920 (30). Era a ilusão do fausto. Nos anos 20, quando a produção amazônica respondia por apenas 5% do consumo mundial de borracha, Manaus amargou dias difíceis. Do dia pra noite, se foram acabando o luxo, os esbanjamentos, as opulências sustentadas pelo trabalho praticamente escravo dos seringueiros embrenhados na selva. A miséria substituiu a opulência (31).

Antes de se eleger presidente em 1906, Afonso Pena concorrera ao pleito presidencial de 1º de março de 1894, a segunda eleição presidencial do País marcando o fim da República da Espada (32), dos governos militares de Deodoro da Fonseca (33) e Floriano Peixoto (34), e o início da República Oligárquica (35), dos governos civis que comumente representaram os interesses dos grandes proprietários rurais. Naquele pleito, concorrendo pela oposição, Afonso Pena foi fragorosamente derrotado pelo candidato situacionista Prudente de Moraes (36).

Prudente de Moraes foi sucedido por Campos Salles (37) o qual, no quadriênio seguinte (38), transferiu o governo a Rodrigues Alves, antecessor de Afonso Pena. De acordo com Laurentino Gomes, Campos Salles, na cerimônia de sua posse, em 15 de novembro de 1898, anunciou

“[...] uma política nacional de tolerância e concórdia. Tratava-se de uma vasta aliança entre o governo central e os chefes políticos regionais, que, em troca do apoio ao presidente, tinham total liberdade para mandar em seus domínios de acordo com seus interesses. Começava ali a ‘política dos governadores’, que dominaria a República Velha brasileira até a Revolução de 1930. As oligarquias se perpetuariam em todo o País [...], caso dos Acioly no Ceará, dos Nery no Amazonas e dos Rosa e Silva em Pernambuco. [...] A fraude eleitoral campeava por toda a parte, favorecida pelo voto a descoberto e pela falta de independência do eleitorado. Nos pleitos, a oposição era sistematicamente sacrificada” (39).

No fundo, o sistema da Velha República era muito semelhante aos dos velhos tempos da Monarquia. Ainda conforme o autor acima citado:

“[...] Em vez de imperador vitalício, governava o País um presidente eleito ou reeleito a cada quatro anos, mas a diferença era apenas nominal e de aparência. Os agentes mudavam de nome, mas os papéis permaneciam o mesmo. Onde antes havia barões e viscondes, entravam os caciques políticos locais, muitos deles, curiosamente, antigos coronéis da Guarda Nacional, dando origem à expressão ‘coronelismo’” (40).

Enfim, a República brasileira, para se viabilizar, teve de vestir a máscara da Monarquia. Como observou o jurista/sociólogo Raymundo Faoro,

“[...] Depois de dez anos de tropeços, [a República] descarta-se, como o Império [...], do mais sedicioso e anárquico de seus componentes: o povo” (41).

Não por acaso, o fim da Monarquia não abriu caminho para que os velhos dilemas da exclusão social, política e econômica fossem finalmente colocados em questão. Formada por uma população pobre e inculta, a Nação brasileira passou das mãos dos militares para as novas elites agroexportadoras. O novo regime não se transformou em instrumento de diálogo entre as classes dirigentes do Brasil e a grande massa de proletários rurais e urbanos. A ausência deste diálogo acabou permitindo que uma série de revoltas colocasse em voga o enorme vão que separava o Estado e as maiorias que deveria de fato representar. Uma dessas revoltas ocorreria em Manaus em 1910. No dia 8 de outubro a cidade foi bombardeada e o então governador Antônio Bittencourt (42) deposto e preso. Reassumiu o cargo 20 dias depois por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal e a ajuda do Exército, à ordem do presidente Nilo Peçanha.

NOTAS

1 - República Velha, ou Primeira República, é o nome dado ao período histórico compreendido entre a Proclamação da República do Brasil, em 15/11/1889, e a eclosão da Revolução de 30, em 24/10/1930. Cf. LACOMBE (1986) e ABREU (2015).

2 - Francisco de Paula Rodrigues Alves. (1848-1919). Natural do Rio de Janeiro. Foi deputado provincial (1872-1884), deputado geral (1885-1887), conselheiro do Império (1888), presidente do Estado de São Paulo (1887-1888, 1900-1902 e 1912-1916), deputado federal constituinte (1891-1893), ministro da Fazenda (1891, 1892-1894 e 1896), senador da República (1893-1899). Elegeu-se duas vezes presidente do Brasil, cumprindo integralmente o primeiro mandato (1902-1906), mas faleceu antes de assumir o segundo (que deveria estender-se de 1918 a 1922). Cf. FAUSTO (2009) e ABREU (2015).

3 - Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923). Nascido no Rio Grande do Sul. Foi Ministro da Guerra (1906-1908), ministro do Superior Tribunal Militar (1908-1909) e presidente do Brasil (1910-1914). Cf. FAUSTO (2009) e ABREU (2015).

4 - Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). Natural de Mato Grosso. Militar e sertanista, idealizador do Parque Nacional do Xingu e diretor do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Integrou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas, abriu estradas, expandiu o telégrafo e ajudou a demarcar as terras indígenas. Para conhecer mais sobre Rondon, cf. RIBEIRO (1958).

5 - Cifra eleitoral bastante inferior àquela que Afonso Pena recebera no pleito de 18/02/1903 (652.247 votos), elegendo-o vice-presidente da República do Governo Rodrigues Alves, em substituição a Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848-1902), que falecera antes de tomar posse do cargo. Afonso Pena candidatou-se à Presidência da República tendo como concorrentes Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944) e Rui Barbosa (1849-1923). O vice-presidente eleito foi Nilo Procópio Peçanha (1867-1924). Cf. PORTO (1989).

6 - Cf. Jornal do Commercio, de Manaus, edição de 27/06/1906.

7 - O navio a vapor Maranhão foi construído em Glasgow/Inglaterra em 1887 e adquirido pelo Lloyd em 1897. Arqueando 1.916 toneladas, possuía as seguintes características: 83 m de comprimento, 11 m de boca, 6,55 m de pontal, 3,92 m de calado médio, 2.292 cavalos, 4 caldeiras e 37 tripulantes. Cf. LOUREIRO (1978) e LOUREIRO (2007).

8 - Lloyd Brasileiro S/A: empresa estatal ou paraestatal de navegação de grande cabotagem, sediada no Rio de Janeiro, fundada em 19/02/1894 e extinta na década de 1960, sucedeu à Companhia Brasileira de Paquetes. Até final dos anos 1950 manteve agência em Itacoatiara. Seus navios começaram a chegar em Manaus em 1883, após escalas em Belém, Santarém e Itacoatiara. A 1ª guerra mundial e a crise da borracha fizeram diminuir esse movimento e a 2ª guerra quase anulou as relações dos portos da Amazônia com os do sul do País, a ponto de virem para esta região

somente um navio cargueiro por mês e um misto de três em três. Cf. LOUREIRO (1978) e LOUREIRO (2007).

9 - A excursão presidencial pelo Brasil, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, durou cerca de 65 dias. Na vinda para o Amazonas foram visitadas 15 cidades da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Na volta, Affonso Penna cumpriu programação em Belém, São Luiz e Caxias/MA, Teresina e Botutóia/PI, novamente Recife, Vitória/ES e, por terra, Niterói/RJ. Depois de pequena pausa para descanso no Rio de Janeiro gastou outros 30 dias visitando os estados do sul do Brasil. No total foram percorridos 21.459 quilômetros, sendo 16.112 quilômetros por águas oceânicas e fluviais, marca inédita jamais repetida por outro presidente brasileiro! Cf. FAUSTO (2009).

10 - Antônio Constantino Nery (1859-1926). Fontes oficiais di-lo nascido em Coari. Porém, segundo Agnello Bittencourt (1876-1975) é originário de Manaus. Oficial do Exército formado pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi senador da República (1901-1904) e governador do Estado do Amazonas (1904-1908). Cf. LOUREIRO (1978) e BITTENCOURT (1985).

11 - Raul de Azevedo (c.1875-1957). Maranhense, jornalista e escritor. Foi um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras (1918). Em Manaus, dirigiu a Biblioteca Pública Estadual e os Correios e Telégrafos; no Rio de Janeiro foi servidor do Ministério de Viação (1941). Cf. BRAGA (2020).

12 - José Lucas Raposo da Câmara (c.1852-1923). Natural do Rio Grande do Norte. Entre o final do século XIX e início do XX, ingressou na magistratura amazonense e, elevado a desembargador, presidiu duas vezes o Tribunal de Justiça do Estado (1911 e 1917). Cf. SITE do TJAM: <https://cpa.tjam.jus.br/atendimento>.

13 - Taumaturgo Sotero Vaz (1869-1921). Nascido em Amarante/PI, veio para Manaus em 1891, porém fixou-se definitivamente nessa cidade somente em 1895. Poeta e escritor, autor do Hino Oficial de Manaus, musicado pelo violinista e maestro paulista Nicolino Milano (1876-1962). Cf. BRAGA (2017).

14 - Expressão retirada da reportagem sobre o evento, cf. JORNAL DO COMMERCIO, de 27/06/1906, citado.

15 - Como se constata, o navio que conduzia Afonso Pena não aportou propriamente em Itacoatiara, porém o fez no Distrito Municipal de Amatari. Após ultrapassar velozmente a cidade, passou a navegar com pausa e foi deitar ferro em frente à vila de São José do Amatari, cerca de 100 quilômetros a montante de Itacoatiara. Um fato singular, sem dúvida. Seria uma parada técnica? Ou visava atender a um pedido presidencial? As ideias aqui são apenas especulativas. Embora careçamos de maiores informações, é significativo que Amatari sediava uma colônia rural marcada pelo fluxo migratório oriundo do nordeste brasileiro, particularmente de cearenses. Também, sediava propriedades rurais dos Nery. Como quer que seja, o fato de o Maranhão haver lançado âncora em Amatari (e não na sede municipal), não contraria em hipótese nenhuma os objetivos deste livro: o presidente Afonso Pena visitou o Município de Itacoatiara!

16 – São José do Amajari. Antigo reduto de índios da nação Aroaqui e, depois, da etnia Mura foi missão dos jesuítas em 1657 e, face às determinações da carta régia de 29/11/1694, passou aos padres mercedários em 1695. A povoação foi elevada a paróquia em 1833 e, com a proclamação da República em 1889, a distrito municipal. Alçado à categoria de Município em 1963 e extinto em 24/07/1964. Recriado em fins de 1983, foi novamente extinto em 20/12/1984, voltando à antiga condição de vila. Atualmente, contrastando com a evolução da vizinha vila de Novo Remanso, Amajari amarga um período de decadência. Cf. SILVA (1979), SILVA (1997), SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2013) e SILVA (2017).

17 – À época, seringais e castanhais nativos proliferavam nas terras altas próximas ao rio Urubu, nos fundos da vila de São José do Amajari. Toda a costa esquerda do Amazonas, acima e abaixo da cidade de Itacoatiara, identificava-se pelo aglomerado de cacauzeiros. A chegada do presidente Afonso Pena ao Amazonas coincidia com a queda da borracha, isto é, os seringais se esvaziavam e a crise econômico-social se alastrava por todo o vale amazônico. Ainda entre as alternativas estavam o cacau e a castanha; os coletores do produto nessa região eram aviados pelas casas comerciais de Itacoatiara e entre essas sobressaía a Casa Ramos, cujo proprietário, Óscar Maria de Oliveira Carneiro Ramos (1880-1937), português originário de Ovar, nas proximidades da cidade do Porto, se estabelecera em Itacoatiara em meados de 1901. Instalada no prédio histórico da principal rua da orla que pertencera à Companhia Agropastoril, ramo da empresa alemã Kani Pollak, a firma de Oscar Ramos, que depois passou a ser Oscar Ramos & Cia., era a que mais comprava cacau: dali até cerca de duas décadas prá frente seria o principal estabelecimento exportador do produto no Amazonas. Cf. SILVA (1979), BITTENCOURT (1985) e SILVA (1998).

18 – Em 17/01/1903, além da inauguração dos serviços de comunicação, foram entregues à população de Amajari um grupo escolar em alvenaria, posto médico, usina de luz e mercado público. Face ao desinteresse da União Federal, o telégrafo funcionaria até 1936 sendo a casa de estação abandonada. Cf. SILVA (1998).

19 – The Amazon Telegraph Company Limited. Companhia inglesa responsável pela instalação da linha telegráfica entre Manaus, Itacoatiara e Parintins, serviços inaugurados em 9/07/1901, solenidade essa feita com enorme aparato no governo de Silvério José Nery (1858-1934). A operação e manutenção desses serviços foram entregues à mesma companhia. Posteriormente seria inaugurado o sistema de radiotelegrafia (telégrafo sem fio) e incrementados os serviços postais a cargo da Repartição Geral dos Correios, raiz da atual Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Cf. LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985) e SILVA (1998).

20 – Colônia de Amajari. Criada em 1879 para dar guarida à uma parcela de retirantes nordestinos premidos pelas secas pós-1869; a partir daí as entradas de retirantes não cessaram mais. Segundo dados oficiais, já em 1877 mais de seis mil deles tinham entrado no Amazonas. Numa tentativa de solucionar o problema, naquele ano foram criadas duas colônias rurais: uma nos arredores de Manaus e outra em Amajari, custeadas pelo governo amazonense. A maior entrada deu-se na administração Silvério Nery (1901-1904), e foi quando a Colônia de Amajari mais se desenvolveu. Para

localizar as casas dos colonos foram abertas estradas no entorno da vila e distribuídos lotes urbanos para construção de suas residências. No interior da mata foram instalados roçados ao longo de uma longa estrada que ia alcançar as terras do rio Urubu, distantes cerca de 15 km da vila. Os serviços de medição e titulação das terras da Colônia começaram em 1902 e se estenderiam até o ano seguinte. No local também foram estimuladas a fruticultura e a atividade pesqueira. Cf. LOUREIRO (1978), SILVA (1979), BITTENCOURT (1985), SILVA (1997) e SILVA (1998).

21 - Pedro Augusto Borges (1851-1922) é o patrono da Colônia agrícola criada em 1879 nos arredores de São José do Amatari. Cearense, falecido no Rio de Janeiro. Doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia (1873). Ingressou no Exército como médico-cirurgião (1874). Reformado no posto de general de divisão (1912). Durante a seca nordestina de 1877/1879 prestou valiosa assistência à população flagelada. Deputado federal (1894/1900), presidente do Estado do Ceará (1900/1903) e Senador da República (1904/1917), Pedro Borges dá nome a uma das ruas centrais de Fortaleza/CE. Cf. SILVA (1979), SILVA (1997) e SILVA (1998).

22 - Alberto do Rego Rangel (1871-1945). Natural de Recife/PE. Escritor e engenheiro formado pela Escola Militar do Exército, do Rio de Janeiro, em 1899. No ano seguinte, com a patente de alferes, comandou uma brigada de artilharia durante a Revolta da Armada. Atuou em projetos de engenharia no Maranhão e Pará, deixou o Exército e mudou-se para o Amazonas. Autor de "Inferno Verde" (1908), uma obra célebre possivelmente 'desenhada' em São José do Amatari que representa literariamente a Amazônia do início do século XX. Nela, é desconstruído o mito do Eldorado Amazônico, principalmente ao reproduzir as relações entre os homens da região e sua interação com a floresta. Cf. SILVA (1998).

23 - Vicente Geraldo de Mendonça Lima (1881-1974), o popular "Vicentinho Mendonça", nasceu em Maranguape/CE e migrou para o Amazonas no final do século XIX. Ao se instalar com a família em Amatari, em 1902/1903, além de auxiliar Alberto Rangel passou a ensinar às crianças e jovens da única escola de primeiras letras da comunidade Iranduba, próximo de Amatari. Autodidata jurídico, em Itacoatiara foi conselheiro de muitas gerações e onde exerceria o tabelionato e as secretarias da Intendência (Câmara) e da Superintendência (Prefeitura) Municipal. Genitor do falecido jurista e deputado estadual constituinte, Vicente de Mendonça Júnior (1921-2009), e avô da desembargadora aposentada e primeira mulher a presidir o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Marinildes Costeira de Mendonça Lima. Cf. SILVA (1998), SILVA (2006) e MENDONÇA (2010).

24 - Luiz Stone nasceu em Itacoatiara. Filho do confederado norte-americano Jazon Williams Stone (c.1827-1913), era tenente-coronel da Guarda Nacional e foi intendente do Município (1890-1891) e juiz municipal (1891-1893). Novamente intendente/presidente da Intendência (1893-1895), assumiu a Superintendência em 25/01/1905 e ficou à testa do governo municipal até 24/01/1908. No triênio de 1901-1903 foi deputado ao Congresso de Representantes do Amazonas, ao lado de outras importantes figuras do mundo político de então, entre elas o presidente da Casa Raimundo Afonso de Carvalho (1860-1922), o tenente-coronel Cândido José Mariano e o

engenheiro Henrique Antony. Contemporaneamente à gestão do superintendente Luiz Stone (1905-1908), estavam em exercício em Itacoatiara: o presidente da Intendência Antônio José Serudo Martins; o coletor de Rendas Agostinho Domingos de Carvalho; o juiz de direito da Comarca Severo Gonçalves Pires; e o promotor de justiça Leonardo Cerqueira de Souza. Cf. SILVA (1998), SILVA (2003) e SILVA (2010).

25 - Cf. Jornal do Commercio, citado.

26 - Imponente casarão situado na esquina da rua dos Andradas com a avenida Joaquim Nabuco, em Manaus, pertencia a Silvério José Nery (1858-1934), que foi intendente em Manaus, deputado provincial (1882/1889), deputado estadual (1891/1897 e 1908), deputado federal (1897/1899), governador do Amazonas (1900-1903) e senador da República (1904/1907). Silvério Nery possuía uma fazenda em São José do Amatarí onde comumente ia para descansar. Cf. JORNAL DO COMMERCIO, citado.

27 - Nilo Procópio Peçanha (1867-1924. Natural de Campos/RJ. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro (1890-1902), presidente do Rio de Janeiro (1903-1906), senador (1913-1914 e 1921-1924). Na qualidade de vice-presidente, assumiu a Presidência após o falecimento de Afonso Pena, em 14/06/1909, e governou até 15/11/1910. Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

28 – A respeito, cf. LOUREIRO (1978).

29 – A respeito, cf. BRAGA (2016).

30 – A respeito, cf. LOUREIRO (1985) e SOUZA (2009).

31 – A respeito, cf. DIAS (1999) e SOUZA (2009).

32 - República da Espada (1889-1894). Durante esse período, foi outorgada a Constituição de 24/02/1891 que iria nortear as ações institucionais durante a Primeira República. Período marcado por crises econômicas, como a do Encilhamento, que ocorreu entre o final da Monarquia e início da República, e por conflitos entre as elites brasileiras como a Revolta da Armada (1891-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895). Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

33 - Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892). Natural do Estado de Alagoas. Primeiro presidente brasileiro e uma das figuras centrais da Proclamação da República. Com a mudança do sistema de governo, Deodoro assumiu o comando do País na qualidade de Chefe do Governo Provisório. Com a promulgação, em 1891, da primeira Constituição Republicana, foi eleito em sufrágio indireto à Presidência da República – cargo que renunciou em 23/15/1891. Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

34 - Marechal Floriano Vieira Peixoto (1839-1895). Nasceu em Barra Mansa/RJ. Primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil, cujo governo abrange a maior parte do período da história brasileira conhecido como República da Espada. Foi um participante ativo da Proclamação da República. Ministro da Guerra (cargo equivalente, hoje, ao de ministro da Defesa) em 1890. Eleito vice-presidente em fevereiro de 1891, torna-se presidente do Brasil em novembro do mesmo ano, face à renúncia do então presidente Deodoro da Fonseca. Recebeu o apelido de “Marechal de Ferro”,

devido à força com que suprimiu tanto a Revolução Federalista, no sul do País (1893-1895), como a Segunda Revolta da Armada, no Rio de Janeiro (1893). Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

35 - República Oligárquica (1894-1930). Foi marcada pelo controle político exercido sobre o governo federal pela oligarquia cafeeira paulista e pela elite rural mineira, na conhecida “política do café com leite”. Foi nesse período ainda que se desenvolveu mais fortemente o coronelismo, garantindo poder político regional às diversas elites locais do País. Contra ela combateram os tenentes: queriam o voto secreto, a reforma da Educação, o afastamento da elite agrária do poder, entre outras reivindicações. A República Oligárquica foi desmontada por Getúlio Vargas. Com a Revolução de 1930 outros atores sociais entram no cenário político brasileiro modificando certas formas de governar. Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

36 - Prudente José de Moraes Barros (1841-1902). Nasceu em Itu/SP. Foi deputado geral do Império (1885-1887), presidente do Estado de São Paulo (1889-1890), senador (1890-1894), presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1891 e o terceiro presidente do Brasil (1894-1898). Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

37 - Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913). Natural de Campinas/SP. Foi deputado provincial (1881-1883), deputado federal (1885-1889), ministro da Justiça (1889-1891), presidente estadual de São Paulo (1896-1897) e o quarto presidente da República (1898-1902). Cf. LACOMBE (1986) e FAUSTO (2009).

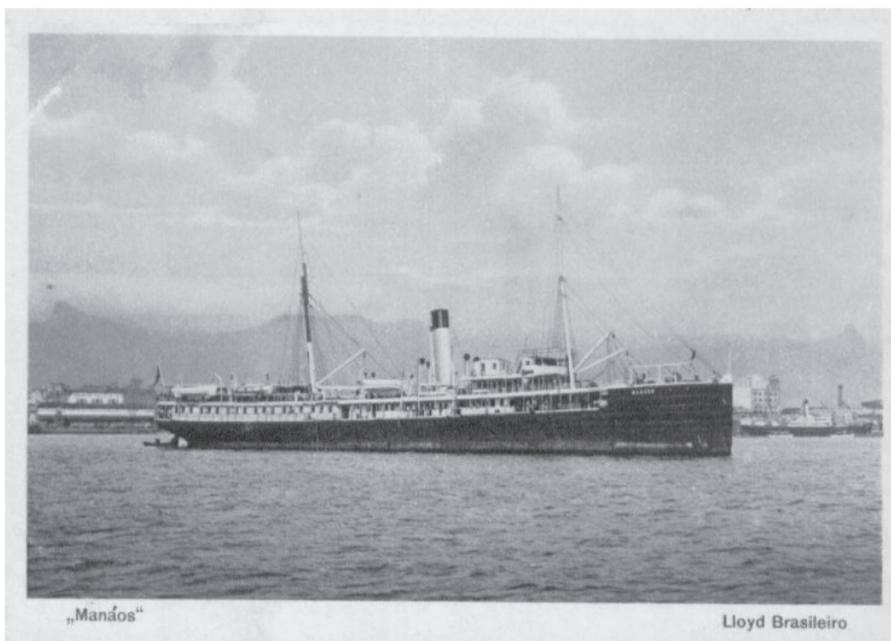
38 - Em completude à República Velha, sucederiam ao presidente Afonso Pena: Nilo Procópio Peçanha (1909-1910); Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914); Venceslau Brás Pereira Gomes (1868-1966; mandato em 1914-1918); Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1868-1920; mandato em 1918-1919); Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942; mandato em 1919-1922); Artur Bernardes (mandato em 1922-1926); e Washington Luís (1926-1930). Cf. LACOMBE (1986), FAUSTO (2009) e GOMES (2013).

39 – A respeito, cf. GOMES (2013).

40 – A respeito, cf. GOMES (2013).

41 – A respeito, cf. FAORO (2008).

42 - Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1853-1926). Natural de Manaus. Foi superintendente (prefeito) desta capital (1891), vice-governador (1904-1907) e governador do Estado (1908-1913). Cf. LOUREIRO (1978) e BITTENCOURT (1985).



“Manãos” - Navio nº 6 da frota do Lloyd Brasileiro (1890-1944). Construído em 1879 por J. & G. Thompson, Glasgow - Tab 1.179 toneladas. Semelhante ao navio Maranhão (características, tonelagem e mesmo ano de fabricação) que conduziu o Presidente Afonso Pena em sua viagem ao Estado do Amazonas (1906).

Site: naviosenavegadores.blogspot.com/2008/01/o-lloyd-brasileiro-1-parte-1886-1945.html



Cédula de 100 mil réis com a efígie do presidente Afonso Pena.

Site: <https://www.brasilmoedas.com.br/r-181-100-mil-reis-1926.html>



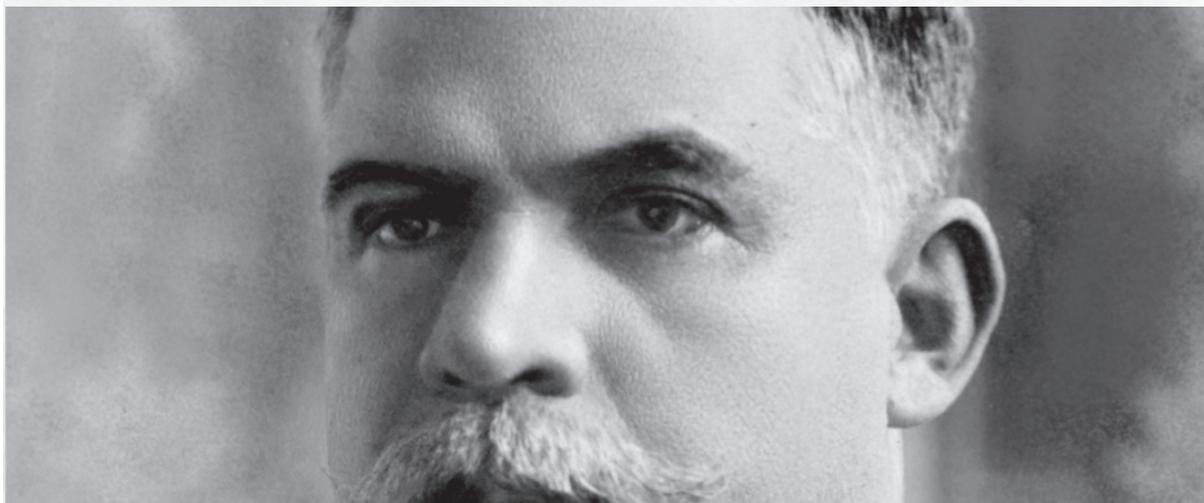
Charge do presidente Afonso Pena/1906.

Site: 4.bp.blogspot.com/.../Presidentes-Afonso+Pena1.png



Selo de 200 réis com a efigie do presidente Afonso Pena.

Site: <https://www.selomania.com.br/selos-colecionaveis/images/stories/>



PRESIDENTE

WASHINGTON LUÍS

Washington Luís Pereira de Sousa. Nasceu na cidade de Macaé/RJ, em 26 de outubro de 1869. Foi aluno interno do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1891), nomeado promotor de Justiça em Barra Mansa/RJ, mas preferiu dedicar-se à advocacia. Ingressou na carreira política como intendente (vereador) em Batatais, no Estado de São Paulo (1897) e em seguida assumiu a Prefeitura Municipal (1898-1900). Deputado estadual pelo Estado de São Paulo (1904-1906), secretário de Justiça e Segurança Pública (1906-1912) e novamente deputado estadual (1912-1913). Prefeito de São Paulo (1914-1919), presidente do Estado de São Paulo (1920-1924) e senador da República (1925-1926). Eleito décimo terceiro presidente do Brasil e o último da República Velha (1889-1930), em 1º de março de 1926, assumiu em 15 de novembro do mesmo ano, sendo deposto pela Revolução de 1930, em 24 de outubro. Faleceu em São Paulo no dia 4 de agosto 1957.

O DESCONTENTAMENTO social contra o sistema oligárquico dominante na política brasileira ganhou força a partir dos anos 1920. Essa insatisfação partiu da população dos grandes centros urbanos, que não estava diretamente sujeita às pressões dos “coronéis”. O clima de revolta atingiu as Forças Armadas difundindo-se sobretudo entre jovens oficiais, daí surgindo o Tenentismo (1), expressão político-militar calcada na ação dos tenentes do Exército brasileiro, solidários com a indignação popular então imperante.

O Tenentismo visava o combate às oligarquias locais, apoiadas nas forças estaduais de polícia. Sentindo-se que se esgotavam os meios de participação pela via institucional da época, os militares davam vazão à violência, gerando um ciclo de rebeliões por todo o País. A revolta inaugural do Forte de Copacabana/RJ, de 5 de julho de 1922, desdobrar-se-ia em outros movimentos armados como a Revolução Paulista, de 5 de julho de 1924, a marcha da Coluna Prestes, de 1925, a Revolução de 3 de outubro de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 9 de julho de 1932.

O movimento tenentista teve forte presença na Amazônia, através das revoltas de 1924 e 1932. A primeira, irrompida em Manaus no dia 23 de julho de 1924 (2), estendeu-se até Óbidos, no Pará, e foi sufocada pelas tropas do general Mena Barreto (3). A revolta trouxe consequências políticas para Itacoatiara (4) causando a deposição e prisão do superintendente Antônio Guaycurus de Souza e de seu secretário-tesoureiro Augusto de Vasconcellos Dias. A segunda revolta, iniciada na mencionada cidade paraense, em 19 de agosto de 1932, pretendendo ocupar Manaus culminou com a batalha naval de 24 de agosto daquele ano, em frente à cidade de Itacoatiara.

Escrevi em 2003:

“[...] O Tenentismo é um capítulo interessante da história contemporânea do Brasil. Mas, em relação ao estudo das rebeliões amazonenses, ainda há lacunas de avaliação crítica. Isso se deve talvez à pequenez da bibliografia local, insignificante, se comparada à que existe em ou-

tros pontos do território pátrio também atingidos por entreveros do setor. Movimentos singularíssimos, que não contaram com a participação e o comprometimento das massas, os eventos de 1924 e 1932 pouco ou quase nada trouxeram de contribuição para a mudança dos quadros amazonenses. Numa avaliação simplista, trataram-se de eventos passageiros, nascidos dos arroubos de militares idealistas que receberam o aplauso fácil e um acompanhamento frio do grosso da população, as mais das vezes transformada em espectadores ensimesmados. Enquanto os revoltosos “guerream” e se instalavam no poder, o povo os acompanhava de longe, atônico, às vezes sem esboçar emoção. Houve momentos inclusive em que o cidadão comum antipatizou com os rebeldes” (5).

Quanto à Batalha Naval de Itacoatiara (6), o episódio está umbilicalmente ligado à Revolução Constitucionalista que eclodiu em São Paulo em 1932, orientada e presidida pelo movimento tenentista que exigiu do presidente Getúlio Vargas a redemocratização do Brasil. A sublevação estendeu-se à Amazônia, começando com o levante de 19 de agosto daquele ano na cidade paraense de Óbidos. O passo seguinte dos revolucionários, comandados por Alderico Pompo de Oliveira, fazendo causa comum com os insurretos paulistas, foi apreender os vapores Jaguaribe, pertencente à empresa Pereira Carneiro & Cia., e Andirá, da inglesa Amazon River (7). Ambos, armados em guerra com canhões Krup, de 75 mm, metralhadoras, fuzis e farta munição, acompanhados de duas lanchas, subiram o rio Amazonas tencionando ocupar Manaus e depor o governador do Estado.

Porém, a tentativa dos revoltosos teve seu desfecho em 24 de agosto com a vitória da frota legalista em frente à cidade de Itacoatiara, onde estão fundeados Jaguaribe e Andirá, abalroados pelos navios Baependi e Ingá, dos legalistas. E se assim não tivesse acontecido, a cidade de Manaus certamente teria sido atingida – como o foi Parintins, ocupada e saqueada pelos revoltosos – trazendo graves consequências para o comando da legalidade.

À época, governava o Estado do Amazonas o tenente Rogério Coimbra (8), porém, estando este ausente de Manaus, à frente do governo estava interinamente o secretário-geral Waldemar Pedrosa (9). As forças navais de defesa, comandadas pelo capitão-de-fragata Nelson Lemos Basto, capitão dos portos do Amazonas, compunham-se de uma flotilha de cinco vapores: Baependi e Ingá, do Loide Brasileiro, Rio Curuçá, Rio Aripuanã e Rio Jamari, da Amazon River, além da lancha Íris. A guarnição de terra, em Itacoatiara, esteve sob a direção do primeiro tenente Álvaro Francisco de Souza, auxiliado pelo tenente Albuquerque, ambos do 27º BC (10).

A eles foram incorporados o prefeito Gonzaga Pinheiro (11), o tenente Francisco Júlio e dezenas de civis, habitantes de Itacoatiara. Da defesa da cidade também participaram elementos da Guarda Civil do Amazonas, comandadas pelo capitão Jonathas Correia. Contava-se cerca de cem combatentes, entre praças do 27º BC, policiais civis e voluntários, e a todos foram distribuídas armas e munições. Várias trincheiras foram abertas ao longo das ruas da orla, do centro ao bairro do Jauari.

Na Batalha Naval de Itacoatiara, além dos navios fundeados (os feridos Jaguaribe e Andirá), morreram cerca de quarenta pessoas e quase duas dezenas de feridos foram trazidos para internação na Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Os líderes da revolta foram presos e julgados por um conselho de guerra instalado à época em Belém.

A partir do Tenentismo, a inquietação política tornou-se crônica no Brasil. O desenvolvimento nacional passou cada vez mais a depender das atividades urbanas, sobretudo as do setor industrial. O número de estabelecimentos fabris e, conseqüentemente, de operários, cresceu de forma espantosa. Mas o governo continuava privilegiando os lucros das atividades agrícolas. Nem mesmo a indicação de um candidato único, Washington Luís, para suceder o presidente Artur Bernardes (12) em 1926, foi capaz de eliminar o problema central do velho regime: o domínio político e econômico dos fazendeiros.

Para fazer frente às agitações políticas e sublevações de caráter tenentista, Artur Bernardes governou todo o período 1922-1926 em estado de sítio. A situação econômica era crítica, de inflação alta e queda no valor das exportações. Ao tempo, em consonância com a Constituição Federal de 1891, as eleições presidenciais eram realizadas individualmente e do pleito de 1º de março de 1926 resultaram ser eleitos o presidente Washington Luís, com 688.528 votos, e o vice-presidente Melo Viana (13), com 685.754 sufrágios.

Duas grandes medidas que se destacaram no governo de Washington Luís (15 de novembro de 1926 a 24 de outubro de 1930) foram a construção de estradas e a reforma financeira. Logo são iniciadas as grandes rodovias, a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis. Para simbolizar sua administração, escolheu a frase “Governar é abrir estradas”. A reforma financeira não chegou a se concretizar, pois a Caixa de Estabilização, criada com a finalidade de emitir papel-moeda lastrado, não suportou as pressões decorrentes da queda da Bolsa de Nova Iorque, ocorrida em outubro de 1929.

À época, a política governamental afastou do presidente o apoio de uma parte da oligarquia cafeeira, pois Washington Luís se negou a prestar auxílio ao setor, que sofria com os efeitos da crise mundial de 1929. O recrudescimento da crise, no ano seguinte, atingiria fortemente a economia brasileira, provocando desemprego e dificuldades financeiras.

Assim que proclamado presidente, em 1926, Washington Luís decidiu visitar o Amazonas – viagem que se iniciou por Itacoatiara e culminou com seu desembarque em Manaus, em 20 de julho daquele ano. Acompanhavam-no o secretário Rodolpho Sartorelli e o ajudante-de-ordens capitão Antônio Goulart. O navio Pará (14), que os transportava, deixou o porto de Santos em 29 de maio, aportou em Recife em 10 de julho e, de lá, no dia 12 viajou direto ao nosso Estado.

O Amazonas atravessava então muitas dificuldades. Motor da economia regional, a comercialização dos produtos extrativos não era estável. À influência do mercado asiático, o preço da borracha estava sempre oscilando. Os portos de Manaus e Itacoatiara, além de receberem navios das empresas nacionais Companhia Fluvial e Navegação B. Levy, que faziam a linha do Madeira, acolhiam vapores da frota inglesa The Amazon River Steam Navigation, realizando a conexão de Belém, dos rios Juruá, Purus e Madeira, além dos paquetes da Booth Line e Lamport & Holt Line, responsáveis pela navegação da Europa e da América do Norte, e do Lloyd Alemão fazendo a linha regular de carga entre Hamburgo, Bremen e a Amazônia.

Após uma ligeira parada em Belém, a comitiva presidencial subiu o rio Amazonas passando ao largo de Santarém, precisamente às 10:15 horas do dia 18, e, à 1:00 hora da manhã seguinte, ultrapassou Parintins. À tarde de 19 de julho, Washington Luís mandou que o Pará ancorasse em Itacoatiara, especialmente para receber Carlos Pereira da Silva (15), juiz de direito da Comarca, seu velho amigo e colega de curso na Faculdade de Direito em São Paulo. Em companhia desse magistrado, do prefeito Isaac Perez (16), do presidente da Câmara Araújo Costa (17), dos vereadores Antonio Soares Pereira, Osório Fonseca (18), Armindo Ausier (19), Cassiano Secundo (20), Hiran Fonseca e outros próceres municipais, o futuro chefe da nação passeou pelo centro histórico de Itacoatiara, sendo alvo de grandes manifestações. Deixou a cidade após as 16:00 horas.

Até um tempo atrás havia dúvidas sobre o roteiro cumprido pelo presidente Washington Luís em Itacoatiara. Ele teria descido do navio que o conduzia? Caminhado pela cidade? Face à inexistência de escritura destinada a comprovar tais fatos, o Autor optou por socorrer-se das “histórias de velho”, ou seja, entrevistei antigos moradores incluindo testemunhas presenciais – infelizmente, hoje, todos falecidos! E aqui ressalto trechos dos depoimentos do comerciante Ilídio Ramos (21), prestado em 25 de outubro de 1987, e do músico Doca Rattes (22), colhido em 27 de setembro de 1997, que os sumario abaixo:

Ilídio Ramos:

“[...] Quando de sua passagem por Itacoatiara, o presidente Washington Luís passou de carro de luxo [puxado a cavalo], dirigido pelo português José de Oliveira (23)”.

Doca Rattes:

“[...] O presidente não saltou em Itacoatiara, tendo falado diretamente ao povo da sacada do navio que o conduzia, atracado no porto da cidade”.

Numa simples vista-d’olhos, tais relatos parecem divergentes. Especialmente quando Doca Rattes informa: “o presidente não saltou na cidade”. E, se assim fosse, Washington Luís não teria “passeado no carro de luxo do velho Oliveira”, conforme asseverou também Ilídio Ramos. Na verdade, descontado um ou outro equívoco, os fatos realmente aconteceram. Após a atração do navio Pará, o presidente deslocou-se da área onde atualmente é a Praça Luiza Valério (famosa Pracinha do Relógio). Dali, acomodado no “carro de luxo” do velho Oliveira, foi conduzido pela rua Quintino Bocaiuva até à sede da Superintendência, nos altos do Palacete Aquilino Barros.

Na volta, pouco depois, falou “diretamente ao povo da sacada do navio”. Transcorria o mês de julho, era época de cheia e, à inexistência de um cais acostável em Itacoatiara, para facilitar os serviços de embarque e desembarque de passageiros, os navios eram presos por grossos e fortes cabos de manilha a um tronco de madeira de lei fincado defronte à referida praça, ao lado da Escada Municipal – e, assim, os visitantes desciam sob as vistas do público passante ou ali estacionado.

Ao amanhecer do dia 20, o navio oficial já se aproximava da capital. Depois de saudado por uma salva de foguetões no encontro das águas, foi escoltado por cerca de quinze navios, tendo como capitânia o Inca, e levado até o ancoradouro da Manáos Harbour. A bordo do Inca iam o pre-

sidente do Estado do Amazonas, Efigênio de Salles (24), o prefeito Araújo Lima (25), o secretário geral do Estado, o chefe de Polícia, o comandante do 27º BC, o capitão do porto, outros agentes públicos e membros da imprensa. Nas demais embarcações seguiam familiares de autoridades, chefes de repartições, representantes da sociedade civil e outras pessoas gratas.

No cais do porto de Manaus, onde o Pará ancorou às 8:00 horas, aguardavam o bispo dom Basílio Pereira (26), o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Monteiro de Souza (27), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Sá Peixoto (28), cônsules de países amigos, membros da magistratura e do parlamento estadual, prefeitos e intendentes de vários municípios do interior, profissionais liberais e milhares de populares. Ao som do Hino Nacional, executado pela banda de música da Força Policial, saltou Washington Luís que, ladeado pelo presidente do Estado, foi saudado pelo prefeito da capital.

Durante sua permanência em Manaus, hospedado no Palácio Rio Negro, o presidente cumpriu uma pesada agenda, mas foi sempre prestigiado pelo povo. Junto ao chefe do governo estadual esteve estudando alternativas de solução para os gravíssimos problemas do Amazonas, especialmente as dívidas interna e externa e a indenização do Acre. Sem o socorro do governo federal seriam impossíveis o cumprimento das obrigações do Estado e a reabilitação de seus créditos. A situação do Acre estava pendente da decisão do Supremo Tribunal Federal. O descalabro financeiro tinha por origem os empréstimos externos de 1906, 1913 e 1915, a irresponsabilidade fiscal e o que resultara dos motins políticos de anos anteriores. No final de 1926 o montante dos compromissos estaduais ascenderia a quase 115 mil contos de réis, representando 80% do total das obrigações do Tesouro.

No almoço, na residência do jornalista Vicente Reis (29), reunindo em 21 de julho o presidente da República e seus ex-colegas de bancos escolares – o juiz de Itacoatiara Carlos Pereira da Silva, o desembargador

Sá Peixoto e o próprio anfitrião – serviu para recordar, segundo o presidente do Tribunal de Justiça, que o saudou reportando

“[...] os tempos felizes e descuidosos da mocidade, cheios de sonho e ilusão [passados] entre antigos colegas da Academia, aqui residentes, e o velho companheiro da Paulicéia [...] o jovem acadêmico de outrora, cujas qualidades e virtudes o fizeram eminente, o consagrado estadista de hoje” (30).

Na manhã de 22 de julho, o presidente visitou a Escola Normal de Manaus, oportunidade em que foi saudado pela estudante Erothides Rebello Vital. Jovem do interior, de tradicional família amazonense, nasceu e cresceu na cidade de Itacoatiara. Dominando bem a escrita e a oratória, mais tarde Erothides Vital se destacaria no contexto cultural e do magistério público do Estado do Amazonas (31).

Finalmente, antes da meia-noite do dia 23, após homenageado no Ideal Clube, Washington Luís fez suas despedidas e, acompanhado de autoridades e grande multidão, dirigiu-se ao cais do porto de Manaus e embarcou no Pará rumando direto a Belém. Quatro meses depois assumiria o governo federal no Rio de Janeiro.

NOTAS

1 - Tenentismo. Ideologia que culminou com a Revolução de 1930 pondo fim à Primeira República, ou República Velha (1889-1930), foi um movimento político-militar envolvendo jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro. Eles se mostravam inquietos com a situação política do Brasil, e pediam reformas na estrutura de poder. O movimento eclodiu muitos levantes no Brasil, entre eles: a revolta de 1924 em Manaus. Cf. LOUREIRO (1978), SANTOS (1985), LOUREIRO (1995), CALDEIRA e outros (1997), SILVA (1997/2), OLIVEIRA (2012) e FIGUEIREDO (2020).

2 - Revolta de 1924. Deflagrada a 23 de julho, situa-se dentro de um quadro geral dos movimentos liderados por militares tenentes que naquele momento formularam críticas ao poder estabelecido, atingindo-o na esfera jurídico-política. Militares que procuraram demonstrar o abuso do poder, por parte dos civis cujo domínio se contestava, e reunia-se em torno do nome de César Rego Monteiro (1863-1933). Liderado pelo tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (1899-1938), que depôs o governo assumindo em seu lugar. Permaneceu no poder apenas 36 dias, sendo deposto e preso pela tropa do general Mena Barreto. Cf. LOUREIRO (1978), SANTOS (1985), BITTENCOURT (1985), LOUREIRO (1995), SILVA (1997/2), SILVA (2012), OLIVEIRA (2012), SILVA (2015) e FIGUEIREDO (2020).

3 - João de Deus Mena Barreto (1874-1933). General e político gaúcho. Um dos líderes da junta governativa que governou o Brasil durante o período em que o presidente Washington Luís foi deposto pela Revolução de 1930. Ainda como tenente do Exército, na década de 1920, destacou-se no comando de tropas incumbidas de deter o avanço dos revoltosos contra o governo federal. Em 1924, no comando do Destacamento do Norte, formado por contingentes do Exército e da Marinha, combateu nova rebelião de jovens oficiais contra o governo, em Manaus. Cf. FGV/CPDOC, LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985) e SANTOS (1985).

4 - Sobre as consequências políticas da Revolta de 1924 em Itacoatiara, cf. JOBIM (1948), SILVA (1965), LOUREIRO (1995), SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA (2012).

5 - Cf. o AUTOR, in Revista da Academia Amazonense de Letras nº 25/novembro de 2003.

6 - Para conhecer mais sobre Batalha Naval de Itacoatiara, cf. JOBIM (1948), CANTANHEDE (1958), SILVA (1965), LOUREIRO (1995), SILVA (1997/2), SILVA (1998), LOUREIRO (2007), SILVA (2010), SILVA (2012) e MONTEIRO (2018).

7 - Amazon River. Companhia de navegação adquirida, em 1911, pelo empresário norte-americano Percival Farquhar (1864-1953), substituiu à Amazon Steamship Navigation, de bandeira inglesa. Encampada, em 1940, pelo governo brasileiro, a *Amazon River* deu origem à autarquia Serviço de Navegação da Amazônia e Administração dos Portos do Pará (SNAAPP). A Amazon River era representada em Itacoatiara pela firma Óscar Ramos & Cia., mais tarde Ilídio Ramos, Irmãos - uma das mais movi-

mentadas agências de navegação da região amazônica. Em 1926 chegou a possuir 46 vapores, 3 rebocadores e 13 alvarengas. Em 1938, dos 73 vapores chegados no porto de Itacoatiara, 33 eram da Amazon River. Cf. SILVA (1997/2), BITTENCOURT (1985) e LOUREIRO (2007).

8 – Antônio Rogério Coimbra: natural de Pernambuco, nascido em 2/12/1900. Desconhece-se a data de seu falecimento. Oficial superior da Marinha, participou da junta de governo do Pará (1930). Foi interventor federal do Amazonas (1931-1933). Cf. FGV/CPDOC, LOUREIRO (1978) e BITTENCOURT (1985).

9 – Waldemar Pedrosa (1888-1967): nasceu em Manaus. Jurista, escritor, professor de Direito e membro da Academia Amazonense de Letras. Procurador fiscal do Estado (1914-1916); deputado estadual (1919-1923 e 1924-1927); secretário-geral do Estado (1931-1933); interventor federal do Estado interino (1933); procurador da República no Amazonas; senador (1946-1954). Em 1955 foi nomeado ministro do Tribunal Superior do Trabalho, cargo no qual se aposentou. Cf. FGV/CPDOC, JOBIM (1948), CANTANHEDE (1958), SILVA (1965), BITTENCOURT (1969), LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985), LOUREIRO (1985), SILVA (1997/2), SILVA (1998) e MONTEIRO (2018).

10 – 27º Batalhão de Caçadores: segmento do Exército Brasileiro que apoiou os legalistas vitoriosos da Batalha Naval de Itacoatiara. Instalado em Manaus em 2/01/1918, como consequência de desmembramento do 15º Regimento de Infantaria de Mato Grosso. Em 1961 foi incorporado ao Grupamento de Elementos de Fronteira (GEF). O antigo quartel-General que ocupava, à Praça General Osório, sediou o GEF (1961-1969), o Comando Militar da Amazônia – CMA (1969 até 1971); e de 1972 até hoje sedia o Colégio Militar de Manaus (CMM). Cf. Site do Comando Militar da Amazônia: www.cma.eb.mil.br.

11 – Gonzaga Tavares Pinheiro (1890-1978): natural do Ceará. Capitão da Força Policial do Amazonas (atual Polícia Militar), nomeado prefeito de Itacoatiara em 2/12/1931, exonerado do cargo em 26/02/1935, sendo reformado no posto de coronel, por decreto de 23/01/1951. Quando da deflagração da batalha, demonstrou possuir perícia e estratégia militar; à sua astúcia e tirocínio, Itacoatiara não foi bombardeada pelos revoltosos de Óbidos e a segurança de Manaus foi preservada. Pretextando a desocupação da cidade, reteve a esquadra rebelde por quase duas horas e, assim, ganhou tempo para que a frota legalista viesse em socorro de Itacoatiara. Antes de falecer deixou depoimento escrito sobre o heróico episódio, que se encontra arquivado no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Cf. JOBIM (1948), SILVA (1965), LOUREIRO (1978), LOUREIRO (1985), SILVA (1997/2), SILVA (1998) e MONTEIRO (2018).

12 - Artur da Silva Bernardes (1875-1955). Natural de Minas Gerais. Foi vereador e presidente da Intendência Municipal de Viçosa/MG em 1906; deputado federal (1909-1910, 1915-1918, 1935-1937 e 1946-1955); presidente do Estado de Minas (1918-1922); senador da República (1927-1930); e presidente da República (1922-1926). Cf. FGV/CPDOC, PORTO (1989), FAUSTO (2006), FAUSTO (2009) e ABREU (2015).

13 - Fernando de Melo Viana (1878-1954. Mineiro, foi presidente do Estado de Minas

(1924-1926) e vice-presidente no governo de Washington Luís (1926-1930). Cf. PORTO (1989), FAUSTO (2006), FAUSTO (2009) e ABREU (2015).

14 - Pará, navio de primeira classe do Lloyd Brasileiro, construído na Inglaterra, em 1907. Tonelagem bruta 3.351; e líquida 1.185. Dimensões: 100,01 m. de comprimento; 13,24 m. de boca; 6,65 m de pontal; 4,50 m de calado médio; 918 toneladas de arqueação; 3 caldeiras; 3.514 cavalos de força; e 97 tripulantes. Cf. LOUREIRO (2007).

15 - Carlos Pereira da Silva: juiz de Direito assumiu a Comarca Judiciária de Itacoatiara em 1925, em substituição ao juiz Marcílio Dias de Vasconcellos (1884-1966), e foi aposentado pelo Ato Estadual nº 33, de 14/11/1930, firmado pelo interventor Álvaro Botelho Maia, publicado no Diário Oficial do Estado de 6/12/1930. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2003).

16 - Isaac José Perez (c.1876-1945): judeu paraense nascido em Cameté e falecido no Rio de Janeiro. Chegou a Itacoatiara aos 18/19 anos e em sociedade com os Ezagui fundou Casa de exportação e importação, uma vez que o porto da cidade à época era um dos mais movimentados da Amazônia. Presidiu a Associação Comercial (1921-1922), foi intendente municipal (1923-1925), presidente da Câmara (1924) e prefeito (1926-1930); e aqui, segundo Benchimol (2008), desenvolveu uma assombrosa atividade na execução de melhoramentos urbanos imprescindíveis à completa remodelação da cidade. Criador da Biblioteca Pública do Município (decreto nº 31, de 31/07/1929, ad-referendum da Intendência), e pioneiro executor da urbanização da Avenida Parque. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), BENCHIMOL (1998), OLIVEIRA (2007), SILVA (2010) e OLIVEIRA (2019).

17 - Antônio de Araújo Costa (1888-1971). Cearense, misto de comerciante e político, chegou a Itacoatiara em 1920, onde montou serraria e saboaria e usina de pau-rosa. Intendente municipal (1926-1930), presidente da Intendência (1926-1928) e primeiro prefeito eleito diretamente pelo povo, após a redemocratização do País, em 1945. À frente da Prefeitura (1947-1952), urbanizou as ruas centrais da cidade, concluiu o Estádio General Eurico Gaspar Dutra e pôs em funcionamento a Escola Típica Rural (atualmente Escola Municipal Maria Haidée Valdez Chacon de Almeida. Ajudou a fundar e auxiliou financeiramente o Instituto Normal Rural (e atual) Colégio Nossa Senhora do Rosário. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (1999), COSTA FILHO (2008), SILVA (2010) e SILVA (2018).

18 - Osório Alves da Fonseca (1889-1960). Jornalista e político. Nascido em Manaus, chegou a Itacoatiara na segunda década do século XX. Trabalhou durante muitos anos como guarda-livros (contador) da firma Ezagui & Cia. Casado em segundas núpcias com a notável professora Francisca de Menezes Fonseca (1906-1988), deixou uma plêiade de filhos (homens e mulheres) ilustres, entre eles o cientista, ex-diretor do INPA, Ozório de Menezes Fonseca (1939-2015). Além de intendente (vereador) em 1920-1922 e 1926-1930, Osório Fonseca presidiu a Intendência (1920-1922) e foi prefeito de Itacoatiara (1944-1946), tendo ampliado/renovado o acervo da Biblioteca Municipal Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (1999) e SILVA (2010).

19 - Armino Magalhães Ausier (1898-1976). Farmacêutico formado pela Faculdade de Farmácia da Universidade Livre de Manaus. Cofundador da Associação Comercial de Itacoatiara e do Amazonas Futebol Clube, também foi juiz de paz e proprietário de uma sala de cinema. Intendente em 1926-1930 e interventor federal (1966-1967) no período militar, nomeado por decreto de 7/11/1966, do presidente marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1901-1967). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

20 - Cassiano Secundo Nunes de Oliveira (1864-1932). Agrimensor formado em 1889 pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Natural de Alenquer/PA, veio para Itacoatiara em 1903, onde formou família e está sepultado. Foi professor, servidor municipal e profissional autônomo. Intendente do Município (1926-1930) e autor da atual planta topográfica da cidade de Itacoatiara. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

21 - Ilídio Lisboa Antunes Ramos (1915-1968): natural de Itacoatiara. Comerciante. Quarto filho do imigrante português Oscar Ramos. Após o falecimento de seu genitor (1937), abriu a firma Oscar Ramos & Cia., de representação e comércio exportador de produtos regionais em sociedade com seu irmão Oscar Ramos Filho (1911-1968). Com a morte deste, a firma passou a ser Ilídio Ramos e, finalmente, Ilídio Ramos, Irmãos, formada pelo próprio Ilídio e seus irmãos Antonio Antunes Ramos (1923-1993) e José Manuel Antunes Ramos (1924-1991). Cf. SILVA (1998).

22 - Pedro (Doca) Rattes Filho (1907-2001): Natural de Itacoatiara. Músico, pecuarista e um dos fundadores do Botafogo Futebol Clube (1925). Sétimo filho do imigrante cearense Pedro Rattes Antonio de Lisboa (1874-1916). Doca Rattes em várias oportunidades defendeu as cores do clube de seu coração jogando ao lado de Valdemar Antunes, Pascoal Roque, Antônio Jerônimo, Cláudio Amazonas, Adamastor de Figueiredo, Hely Paiva, Chico Moura, João Mendonça, João Balbi e Preto Trovoadá. Extrovertido e dado à boemia, era inseparável de sua bicicleta. Até próximo de sua morte (2001) ainda frequentava os clubes noturnos da cidade e não se contentava enquanto não dançasse. Saxofonista dos bons, tocou em arraiais, festas carnavalescas e aniversários de amigos. Companheiro inseparável de Pedro Gomes da Silva (1906-1991), nos idos de 1940-1950, ambos eram assíduos nas festas comunitárias da Penha, do Canaçari e do Lago de Serpa. Casado com dona Francisca Pereira da Costa Rattes (1910-1993), Pedro (Doca) Rattes Filho deixou família numerosa, honrada e culta. Cf. SILVA (1998).

23 - José de Oliveira (1887-1957), cocheiro português. Foi casado com dona Esperança Frias de Oliveira (1904-1979). Disputava com o também português Alípio Teixeira o serviço de condução em seu carro de luxo de autoridades e pessoas gratas que iriam participar de festas, principalmente batizados e noivados. José de Oliveira e Alípio Teixeira chegaram a Itacoatiara no início da década de 1920 e, ao lado de dezenas de outros patrícios, ajudaram a enriquecer a colônia portuguesa local.

24 - Efigênio Ferreira de Salles (1879-1939). Natural de Minas Gerais. Foi deputado federal (1915-1921, 1923 e 1924-1926), presidente do Estado do Amazonas (1926-

1929) e senador da República (1930). Cf. LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985) e SILVA (1998).

25 - José Francisco de Araújo Lima (1884-1945). Paraense. Médico e escritor. Diretor da Instrução Pública do Amazonas (1917-1919). Superintendente (prefeito) de Manaus (1921-1924 e 1926-1929) e deputado federal por um ano (1930). Pertenceu à Academia Amazonense de Letras. Cf. PORTAIS da Câmara dos Deputados e da Academia Amazonense de Letras, BITTENCOURT (1969) e SILVA (2019).

26 - Dom Frei Basílio Manuel Olímpio Pereira (1871-1948). Natural da Bahia. Ordenado sacerdote (1895), ingressou na Ordem dos Franciscanos Menores (1920). Nomeado quarto bispo da Diocese do Amazonas (1º/05/1925), tomou posse em Manaus em 16/02/1926. Renunciou ao Bispado sendo seu pedido aceito pela Santa Sé em 28/03/1941. Cf. PORTAL da Arquidiocese de Manaus, SILVA (1999) e SILVA (2018).

27 - Antônio Monteiro de Souza (1872-1936). Nasceu em Manaus. Diretor da Instrução Pública em 1899-1903. Foi deputado federal (1909-1917, 1924-1925 e 1930), deputado estadual-presidente da Assembleia Legislativa (1925) e governador interino do Estado do Amazonas (1926-1927). Cf. LOUREIRO (1978) e PORTAL da Câmara dos Deputados.

28 - Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto (1869-1948). Nasceu no Rio de Janeiro. Foi juiz federal do Amazonas (1891-1893), superintendente municipal de Manaus (1893-1894), deputado estadual (1897-1900 e 1908), deputado federal (1894-1896 e 1900-1905), senador da República (1904-1908), vice-governador (1908-1912) e governador interino do Amazonas (1910 e 1912). Empossado desembargador em 1913, presidiu o Superior Tribunal de Justiça do Estado em 1916, 1920 e 1923-1930. Cf. BITTENCOURT (1969), LOUREIRO (1978) e SITES do TJAM e do Senado Federal.

29 - Vicente Torres da Silva Reis (1870-1947). Jornalista. Pai do historiador e ex-governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis (1906-1993). Em janeiro de 1906 comprou o Jornal do Comércio, fundado em 2/01/1904 por Joaquim Rocha dos Santos (1851-1905), e o vendeu em 1943 à rede dos Diários Associados, do jornalista paraibano Assis Chateaubriand (1892-1968). Desde 1985, o centenário matutino pertence ao grupo empresarial do jornalista Guilherme Aluizio de Oliveira Silva (1937-2019). Cf. PORTAIS do Jornal do Comércio e da Associação Amazonense de Imprensa.

30 - Referido evento foi documentado pelo fotógrafo Pablo Nóvoa e pelo cineasta luso-brasileiro Silvino Santos (1886-1970). Cf. Jornal do Comercio, de 27/07/1926.

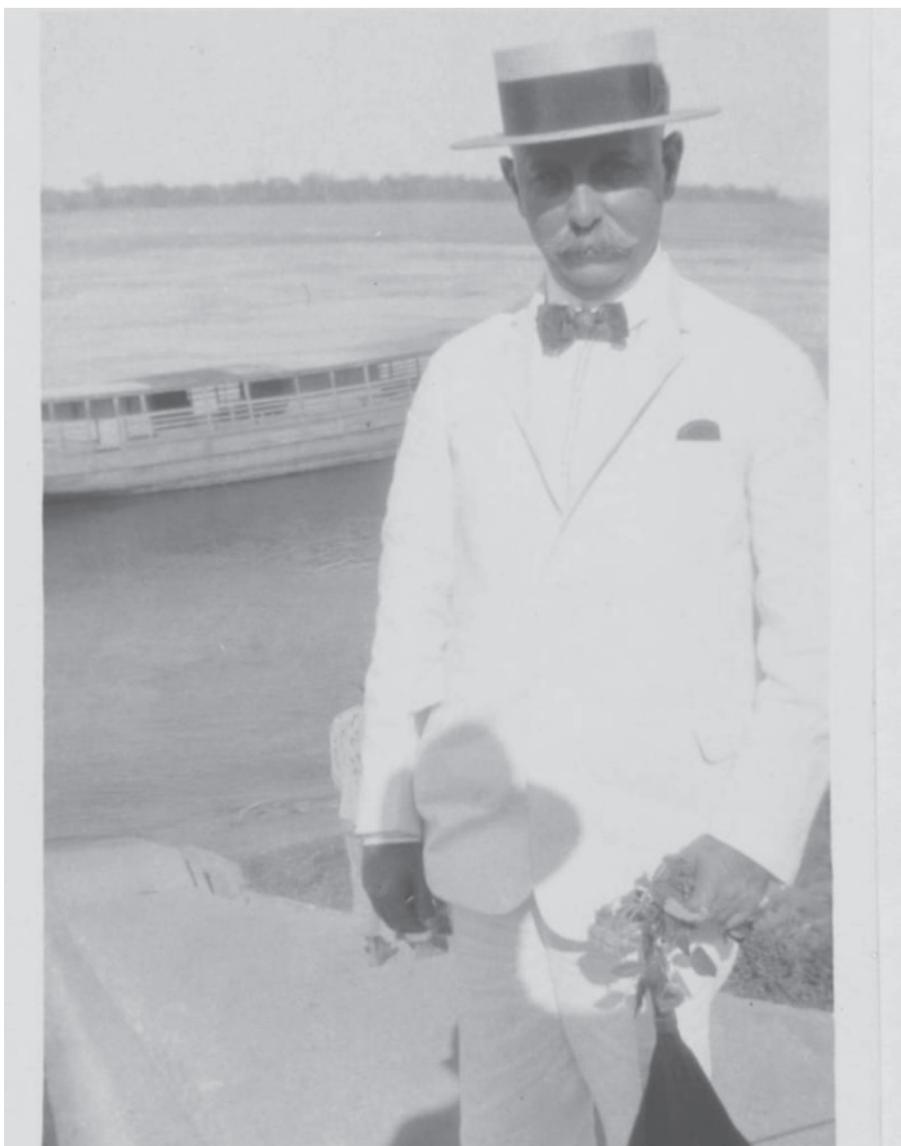
31 - A respeito, cf. SILVA (1998) e SILVA: Enciclopédia do município de Itacoatiara, livro em preparo.



“Pará” - Navio nº 57 da frota do Lloyd Brasileiro (1907-1962). Construído em 1907 por Workman, Clark & Co., Belfast - Tab. 3.351 toneladas. Conduziu o Presidente Washington Luís em sua viagem ao Estado do Amazonas (1926). Site: naviosnavegadores.blogspot.com/2008/01/o-lloyd-brasileiro-1-parte-1886-1945.html



Charrete (Carro de Luxo) do cidadão português José de Oliveira. Estacionada em frente de uma das casas da família de Óscar Ramos. Itacoatiara: anos 1923/1925. Foi exatamente esse veículo, puxado por dois cavalos brancos, que transportou em 19/07/1926 o Presidente da República Washington Luís do porto da cidade à sede da Prefeitura Municipal, no Palacete Aquilino Barros. Acervo: Antonio Francisco Ausier (Totônio) Ramos.



Fotografia do ex-prefeito de Itacoatiara Isaac José Pérez, datada de 1928 (Acervo Mário de Andrade). Dois anos antes, à frente de outras autoridades, Isaac Pérez recebeu o presidente da República Washington Luís, no porto da cidade, e, na Charrete do português José de Oliveira, conduziu-o até à Prefeitura Municipal. Acervo: Professor Doutor Claudemilson Oliveira.



Foto tirada nos idos de 1925/1926, contemporaneamente à chegada a cidade de Itacoatiara do Presidente Washington Luís. Serraria Amazonas, na enseada do Stone, abaixo do Jauari, instalada no princípio da década de 1920, pelo empresário francês Emile Chenivresse. Acervo: Antonio Francisco Ausier (Totônio) Ramos.



PRESIDENCIÁVEL

JUAREZ TÁVORA

Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Nasceu em Jaguaribe/CE, em 14 de janeiro de 1898. Em julho de 1922, participou da primeira revolta tenentista deflagrada contra o governo federal. Preso e condenado, foi excluído da vida militar. Readmitido no posto de capitão, em 1926, integrou-se à Coluna Prestes sendo preso em combate e libertado no governo de Washington Luís. Participou do movimento revolucionário de 1930 que conduziu Getúlio Vargas ao poder, sendo no ano seguinte promovido ao posto de major. Por gozar de grande prestígio junto ao governo, e influenciar fortemente na promoção de mudanças nas interventorias estaduais das regiões Norte e Nordeste, passou a ser chamado de “vice-rei do Norte”. Ministro de Viação e Obras Públicas (1930) e da Agricultura (1932-1934). Tenente-coronel em 1936 e na década de 1940 coronel, foi adido militar no Chile. Em 1946 atingiu a patente de general-de-brigada e, na sequência, foi comandante da Escola Superior de Guerra (1952-1954) e chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1954-1955). Reformado como marechal, candidatou-se a presidente em 1955, sendo derrotado por Juscelino Kubitschek. Foi deputado federal (1958 e 1963-1964) e ministro de Viação e Obras Públicas (1964-1967). Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1975.

O ENTÃO TENENTE Juarez Fernandes Távora visitou Itacoatiara nos primeiros dias de janeiro de 1930. O futuro presidenciável estava acompanhado do político paraense e militar da mesma patente Magalhães Barata (1). Ambos haviam participado das revoltas de 1922 e 1924 e, neste ínterim, visitavam os principais redutos eleitorais do Norte e Nordeste levando a mensagem do candidato da Aliança Liberal (2) à Presidência da República, Getúlio Vargas, em contraposição ao candidato lançado pelo presidente Washington Luís, Júlio Prestes (3).

No momento da chegada dos dois próceres getulistas, Itacoatiara era governada pelo prefeito Abílio Nery (4) e à frente da Intendência Municipal estava o senhor Antônio de Araújo Costa. Amigo pessoal de Getúlio Vargas, e liderança das mais conservadoras no seio da Aliança Liberal, Juarez Távora procedia de Recife e, antes de aportar em nossa cidade, parou em Belém – onde Magalhães Barata o aguardava - e a seguir em Santarém. Veio explicar as razões da candidatura Vargas e, obviamente, ampliar o número de seus apoiadores na Amazônia.

A 20 de setembro do ano anterior, a Aliança Liberal, em convenção realizada no Rio de Janeiro, aprovou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa e sua plataforma eleitoral. Estabelecendo como essencial a reforma política do País, o programa aliancista defendia a representação popular através do voto secreto, a justiça eleitoral, a independência do Judiciário, as reformas administrativa e do ensino, a liberdade de imprensa, a moralização do Poder Legislativo, a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-1927 e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação, além do café. Enfim, preconizava medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher.

Portanto, com o objetivo de explicar a plataforma política do candidato Getúlio Vargas e ganhar o apoio eleitoral dos líderes locais, Juarez Távora reuniu-se com as autoridades itacoatiarenses no salão nobre da

Prefeitura, estabelecido nos altos do Palacete Aquilino Barros, onde foi saudado pelo intendente Cassiano Secundo. Ao concluir sua fala, Távora reiterou que Getúlio Vargas defendia um regime presidencialista centrado no fortalecimento do Estado, de cunho nacionalista. Sua plataforma atribuía-lhe poderes para implantar uma política econômica eficiente, capaz de harmonizar o capital e o trabalho, e modernizar a máquina administrativa. A ordem era moralizar a política no País.

Os tenentes Juarez Távora e Magalhães Barata, dando sequência à sua missão política, no dia seguinte deixaram Itacoatiara seguindo em direção a Manaus.

A campanha eleitoral de 1929 permitiu a aglutinação de lideranças civis e tenentistas revolucionários dos estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, que tomaram posição de resistência contra o candidato oficial, Júlio Prestes. Mesmo perdendo as eleições de 1º de março de 1930, a oposição liderada por Getúlio Vargas conseguiu insuflar o repúdio ao governo de Washington Luís, repúdio que tomou aspecto dramático com o assassinato em 26 de julho de 1930 do líder paraibano e ex-candidato a vice-presidente pela oposição, João Pessoa (5).

No dia 3 de outubro de 1930 explodiu a Revolução, a partir de Porto Alegre. A capital gaúcha foi tomada sem maiores problemas e de lá partiram as forças revolucionárias rumo ao Rio de Janeiro, tendo à frente Getúlio Vargas. Em Minas, após quatro dias de resistência, as forças legais capitularam e os líderes locais juntaram-se aos revoltosos. Em Recife, Juarez Távora, que havia sido designado comandante militar do Nordeste (6), e seus companheiros controlaram rapidamente a situação e desceram para Alagoas, Sergipe e Bahia. Washington Luís viu-se impotente diante da impetuosidade do avanço rebelde. Em 24 de outubro é deposto e levado à prisão. Uma junta militar assume a Presidência, entregando-a no dia 3 de

novembro a Getúlio Vargas. Exilado nos Estados Unidos e na Europa, Washington Luís só retornaria ao Brasil em 1947.

No Rio de Janeiro, após a nomeação e posse dos novos ministros, é instalado o Governo Provisório da República. A seguir, Getúlio Vargas baixa o decreto nº 19.398, de 11 de novembro, dissolvendo o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Intendências Municipais. No Amazonas assume uma junta governativa constituída pelo tenente-coronel Pedro Henrique Cordeiro Júnior, Francisco Pereira da Silva e José Alves de Souza Brasil, que governaria o Estado de 24 de outubro a 3 de novembro de 1930. A primeira providência do triunvirato foi dirigir-se ao palácio Rio Negro, em Manaus, com o objetivo de obter a renúncia do presidente do Estado, Dorval Porto (7).

Como sintoma da centralização política, então criada, os estados-membros passaram a ser geridos por interventores federais nomeados diretamente pelo presidente da República e os municípios por prefeitos designados pelo interventor federal. A 3 de novembro, substituindo à junta administrativa, assume o cargo de governador militar do Amazonas, na qualidade de “coronel revolucionário”, o capitão Floriano Machado (8), à frente do qual permanece até 20 de novembro, sendo substituído pelo poeta e jurista Álvaro Botelho Maia, nomeado interventor federal do Estado.

De igual modo, os chefes comunais passaram a acumular as funções executivas e legislativas municipais. Com o seu fechamento, em 25 de outubro de 1930, pela junta governativa do Amazonas, a Intendência de Itacoatiara só reabriria cinco anos depois, ou seja, em 20 de dezembro de 1935. O prefeito Abílio Nery foi exonerado em 13 de novembro de 1930 e substituído por Manoel Justiniano de Farias. Seguir-lhe-iam outros cinco mandatários municipais nomeados (9).

Juarez Távora tornou-se uma figura de renome nacional desde quando atuara nas revoltas tenentistas da década de 1920. Depois de lutar em

São Paulo, em 1924, tornou-se um dos líderes da Coluna Prestes que marchara por milhares de quilômetros, questionando a Primeira República. Ainda era um jovem militar rebelde em outubro de 1930 quando, aos 32 anos, foi o principal articulador do movimento armado que derrubou os governos dos chamados estados setentrionais do Brasil. Com a vitória, Juarez Távora passou a gozar de enorme liderança e prestígio junto aos apoiadores do movimento de 30 nos estados que hoje formam as regiões Norte e Nordeste, e a partir da sua ligação com esses sujeitos começou a ser formado o Norte surgido no imediato pós-30.

Entenda-se por “imediato pós-30” o período de enorme instabilidade política que vai da vitória da Revolução de 30 até a revolução constitucionalista de 1932, no qual muitos grupos se aproximaram e se afastaram do Governo Provisório (1930-1934). Nessa conjuntura, diversos projetos de poder surgiram, concorrendo ou se fundindo com aquele que estava sendo esboçado pela principais lideranças civis e militares que comandavam o referido governo. É nessa arena de disputas que surge o Norte.

Para melhor compreender o assunto, acompanhemos o historiador Raimundo Hélio Lopes:

“[...] Este Norte é uma construção histórica e não um dado de realidade que existe por si só. Ele só é compreensível e delimitado a partir de determinados parâmetros e da ação de uma série de sujeitos. Em primeiro lugar é importante dizer que a palavra norte, como ideia de uma ordenação espacial do país já existia desde antes de 1930, pelo menos desde o século XIX, e ao longo do tempo teve seus significados e fronteiras alterados a partir de interesses e conflitos. Em segundo lugar, o Norte surgido no imediato pós-30 é historicamente situado no tempo e no espaço: teve seu início com a derrocada da Primeira República e seu fim com o processo institucional de 1934, quando seus artífices e lideranças abriram mão desse Norte como objeto de significância na luta política que travavam. Especialmente ele era formado pelo território federal do Acre e pelos estados do Amazonas até o Espí-

rito Santo. Eram 13 unidades federativas que foram se aglutinando enquanto grupos ao longo do Governo Provisório, passando por variações e momentos de maior ou menor coesão. O Espírito Santo é emblemático nesse sentido: nos primeiros meses após a vitória do movimento de 30 não aparece como um estado nortista, mas quando a crise política que culmina na guerra de 1932 torna-se imensamente forte, o estado capixaba passa a compor com esse grupo e 'entra' nesse Norte liderado por Juarez Távora. [...] Em terceiro lugar, a formação dessa região só é possível de ser percebida no seu processo de construção e a partir da ação dos sujeitos que assim a construíram, com aproximações, conflitos, apropriações e (inter)relações, internas e externas à própria configuração regional que estavam estabelecendo. [...] Os opositores a essa corrente política se apropriaram da ideia dessa região para confrontá-la, utilizando-se da categoria irônica e pejorativa de 'Vice-Reinado do Norte', que buscava desqualificar e questionar o papel de Távora e seus liderados"(10).

Por outro lado, as apropriações de região, por aliados e opositores, evidenciam a necessidade de entendê-la com relativa dificuldade. Falar em região, segundo a expressão do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

"[...] é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora; implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento. Fazer história da região é cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional" (11).

Depois da tomada de poder por Getúlio Vargas, os principais apoiadores de Juarez Távora passaram a ocupar os mais importantes pos-

tos de mando estaduais, como as interventorias, por sua indicação direta ao presidente da República. Durante todo o Governo Provisório, praticamente todos os interventores dos estados do Norte foram indicados diretamente por Juarez Távora. Tais beneficiários dessas nomeações se autodefiniam como “revolucionários nortistas”, e o primeiro deles no Amazonas, como acima referido, foi o capitão Floriano Machado.

Na defesa de um projeto para a região que liderava, Juarez Távora não assumiu um posto militar de grande patamar efetivo, pelo comando, e simbólico, pelo modo de ascensão. Foi reconhecido e reconhecia-se como o grande líder dos revolucionários nortistas e, mesmo sem ser general, foi o responsável pela contínua construção e manutenção da aliança política do Norte com o Governo Provisório. Essa aliança foi fundamental para a vitória de Getúlio Vargas na guerra civil de 1932.

Vinte e cinco anos após deflagrada a Revolução de 1930, o general Juarez Távora concorreria à Presidência da República com Juscelino Kubitschek, Ademar de Barros (12) e Plínio Salgado (13). Eleição tensa aquela de 3 de outubro de 1955! Juscelino Kubitschek saiu-se vitorioso e Juarez Távora ficou em segundo lugar, obtendo 2.610.462 votos válidos. Posteriormente alçado ao posto de marechal, na reserva, dedicou seus últimos anos escrevendo suas memórias, até falecer aos 77 anos de idade.

NOTAS

1 - Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888-1959). Nasceu em Belém/PA. Promovido a capitão do Exército em 1930, como major em 1931 e a tenente-coronel em 1939. Interventor federal do Pará (1930-1935 e 1943-1945). Em 1945 reformou-se no posto de general de brigada. Senador (1946-1954) e governador do Estado do Pará (1955-1959). Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1969), SILVA (1972) e FAUSTO (2009).

2 - Aliança Liberal. Coligação política de âmbito nacional formada em agosto de 1929, por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à Presidência e Vice-Presidência da República, nas eleições de 1º/03/1930, em oposição à chapa oficial apresentada pelo presidente Washington Luís, integrada por Júlio Prestes e Vital Henrique Batista Soares (1874-1933). Muitos dos integrantes da Aliança Liberal, após sua derrota, aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a Revolução de 3/10/1930. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (2009) e SILVA (2015).

3 - Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946). Natural de Itapetininga/SP. Eleito deputado estadual em 1909 e reeleito em vários mandatos até 1923. Deputado federal (1924-1927). Presidente do Estado de São Paulo (1927-1929). Indicado pelo presidente Washington Luís para o próximo pleito, concorre contra o candidato da oposição, Getúlio Vargas, e sagra-se vitorioso. Porém, não toma posse como presidente da República em razão da Revolução de 1930. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (1997), PORTO (1989), FAUSTO (2009), ABREU (2015) e SILVA (2015).

4 - Abílio José Nery (1876-1963). Engenheiro e político amazonense. Face às bruscas e interessantes mudanças ocorridas na vida político-institucional do País, à época, foi gestor municipal durante oito meses apenas (15/03 a 13/11/1930). Também foi prefeito de Tefé, no médio rio Solimões. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

5 - João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930). Nasceu em Umbuzeiro/PB. Foi auditor-geral da Marinha, ministro do Superior Tribunal Militar (1919-1928) e presidente do Estado da Paraíba (1928-1930). Candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas (1930), foi assassinado em 26/07/1930. Sua morte foi um estopim para a Revolução de 1930, que apeou do governo o presidente Washington Luís. Cf. PORTO (1989), FAUSTO (2009) e SILVA (2015).

6 - Vitoriosa a Revolução e instalado o governo provisório liderado por Getúlio Vargas, Juarez Távora seria designado interventor-geral do Norte, recaindo-lhe, dentre outras responsabilidades, a missão de indicar os interventores federais nos estados. Cf. PORTO (1989), FAUSTO (1997), FAUSTO (2009), ABREU (2015) e SILVA (2015).

7 - Dorval Pires Porto (c.1883-1954). Nasceu em Lavras/RS. Foi superintendente de Manaus (1914-1916), cofundador da Academia Amazonense de Letras (1918) e deputado federal pelo Amazonas a partir de 1918: em virtude de reeleição permaneceu na Câmara dos Deputados até 31/12/1929. Nesse mesmo ano foi eleito governador sucedendo a Efigênio de Salles. Assumiu o cargo em janeiro de 1930, mas foi deposto

em 24 de outubro do ano seguinte pela Revolução de 1930. Cf. BITTENCOURT (1969) e LOUREIRO (1978).

8 – Floriano da Silva Machado (1901-1976), natural de Manaus, faleceu no Rio de Janeiro. Sentou praça no Exército em 1919 e participou da revolta tenentista de São Paulo, em 1924. Após exercer o cargo de governador militar do Amazonas (1930), foi prefeito de Sobral/CE (1932), promovido a capitão (1931), major (1942), tenente-coronel (1946) e coronel (1951). Em 1952 integrou a Junta Interamericana de Defesa e, de 1961 a 1963, já como general-de-brigada, exerceu as funções de secretário-geral do Ministério do Exército. Transferido para a reserva, chegou ao posto de marechal. Cf. LOUREIRO (1978) e BITTENCOURT (1985).

9 – A respeito dos mandatários municipais de Itacoatiara no período, Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

10 – A respeito, Cf. LOPES (2020).

11 – A respeito, Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR (2008).

12 - Ademar Pereira de Barros (1901-1969). Natural de São Paulo. Prefeito municipal (1957-1961). Interventor federal do Estado de São Paulo (1938-1941), governador (1947-1951 e 1963-1966). Concorreu à Presidência da República em 1955 e 1960, conquistando, nas duas eleições, o terceiro lugar. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (2009) e DEBERT (2008).

13 - Plínio Salgado (1895-1975). Político paulista. Deputado estadual (1929-1930), fundou em 1932 a Ação Integralista Brasileira. Preso em 1939 e exilado para Portugal, só em 1945 regressaria ao Brasil. Lançou-se candidato à Presidência da República em 1955, sendo fragorosamente derrotado. Elegeu-se deputado federal pelo Paraná em 1958 e reelegeu-se, pelo Estado de São Paulo, em 1962, obtendo mais dois mandatos na Câmara dos Deputados, em 1966 e 1970. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1971) e FAUSTO (2009).



1925. Ao centro, o comandante da 1ª Divisão Revolucionária, Miguel Costa. À esquerda, Luís Carlos Prestes. À direita, o tenente Juarez Távora.

Site: <https://horadopovo.com.br/a-grande-marcha/>



1931. Juarez Távora, presidente Getúlio Vargas e Juracy Magalhães.

Site: <https://br.pinterest.com/pin/342766221631785585>



PRESIDENTE

GETÚLIO VARGAS

Getúlio Dornelles Vargas. Advogado, nascido em São Boja/RS em 19 de abril de 1882. Iniciou na política como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul (1909-1913 e 1917-1924) e a seguir foi eleito deputado federal (1924-1926). Com a posse do presidente Washington Luís, em 15 de novembro de 1926, assumiu o Ministério da Fazenda, permanecendo no cargo até dezembro de 1927. Foi presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1928-1930). Em agosto de 1929 lançou-se candidato a presidente da República pela Aliança Liberal, tendo como vice-presidente João Pessoa. Derrotado nas urnas pelo candidato paulista Júlio Prestes, reassumiu o governo do Rio Grande do Sul, e articulou o movimento de deposição do presidente Washington Luís que culminaria com a Revolução de 1930. Após o exercício da junta governativa, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório em 3 de novembro. Com a promulgação da Constituição de 1934, foi eleito presidente pela Assembleia Constituinte. Em 10 de novembro de 1937 dissolveu o Congresso e outorgou nova Carta Constitucional, dando início ao Estado Novo. Governou o País até ser deposto pelos militares, em 29 de outubro de 1945. Senador da República em 1946-1951, concorreu às eleições presidenciais de 1950, nelas recebeu 48,7% dos votos e assumiu em 31 de janeiro de 1951. Foi o presidente que mais tempo ficou no cargo em toda a história republicana do Brasil. Ou seja: o 14º no período 1930-1945; e o 17º presidente entre 1951 e 1954. Suicidou-se, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

A ASCENSÃO de Getúlio Vargas à Presidência ocorreu pela implosão do modelo político que existia no Brasil durante a Primeira República, e concretizou-se efetivamente durante a eleição presidencial de 1930. A recusa do presidente Washington Luís em apontar um candidato mineiro para sucedê-lo, sinalizava o rompimento da política do Café com Leite. A indicação para presidente foi do paulista Júlio Prestes, o que desagradou profundamente os mineiros que passaram a conspirar contra o governo e, aliando-se às oligarquias da Paraíba e do Rio Grande do Sul, optaram por lançar a candidatura presidencial do gaúcho Getúlio Vargas.

A disputa eleitoral travada entre Júlio Prestes e Getúlio teve como desfecho a vitória do primeiro. No entanto, mesmo derrotados, membros da chapa eleitoral de Vargas (chamada Aliança Liberal) começaram a conspirar para destituir Washington Luís do poder, movimento que resultou na revolução iniciada em 3 de outubro de 1930 e concluída com a deposição do presidente no dia 24 de outubro. Uma junta militar governou o Brasil durante 10 dias e, em 3 de novembro de 1930, Getúlio assumiu o governo inaugurando a Era Vargas.

No início da Era Vargas (1930-1945) o Brasil contava aproximadamente 37 milhões de habitantes, dos quais 70% viviam na área rural. Nesse período, diversas leis trabalhistas mudaram o cenário social do trabalhador brasileiro, entre elas a jornada diária de oito horas de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino e dos menores, a instituição da carteira profissional, do salário mínimo e das comissões mistas de conciliação, além de outras sobre a organização sindical e patronal. Foram criados, também, os ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. Outros órgãos, como o Departamento Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são exemplos da reforma da administração pública que marcou a Era Vargas.

Os historiadores dividem a Era Vargas em três fases: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945).

No Governo Provisório, Vargas realizou as primeiras medidas de centralização do poder, ao dissolver o Congresso Nacional. Demais disso, a demora em realizar eleições e convocar uma Constituinte teve impactos em alguns locais do País, como São Paulo, que se rebelou contra o governo deflagrando a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, que teve reflexos na Amazônia com o levante de Óbidos e a Batalha Naval de Itacoatiara.

O movimento foi sufocado pelas forças militares federais e, a seguir, Getúlio Vargas atendeu as demandas dos paulistas, nomeando para o Estado um interventor civil e natural de lá, além de garantir a realização de uma eleição em 1933 (1) para compor a Constituinte, do que resultou a promulgação da Constituição Federal de 1934.

A nova Constituição trouxe novidades, como o sufrágio universal feminino (2). Junto da promulgação da nova Constituição, Getúlio Vargas foi reeleito indiretamente para ser presidente brasileiro entre 1934 e 1938. Na fase constitucional, o governo de Getúlio Vargas, em tese, estender-se-ia até 1938, pois o presidente não poderia concorrer à reeleição. No entanto, a radicalização política levada a efeito pela Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Libertadora Nacional (ALN) motivou Getúlio a cancelar o pleito marcado para aquele ano. A AIB: grupo de extrema-direita surgida em São Paulo em 1932, inspirava-se no fascismo italiano e tinha como líder Plínio Salgado; e a ALN: grupo de orientação comunista que surgiu como frente de luta no Brasil e converteu-se em um movimento que buscava o poder pela via revolucionária, era liderada por Luís Carlos Prestes (3).

A Aliança Libertadora Nacional, inclusive, foi a responsável por uma tentativa de tomada do poder, em 1935, movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista, deflagrado no Rio de Janeiro, Natal e Recife, mas foi um fracasso completo. Após a Intentona Comunista, Getúlio ampliou as medidas centralizadoras e autoritárias. A fase constitucional da Era Vargas estendeu-se até 10 de novembro de 1937, quando o presidente realizou um autogolpe e instalou um regime ditatorial no País.

O Estado Novo foi a fase ditatorial da Era Vargas e estendeu-se por oito anos. Nesse período, Vargas reforçou o seu poder, reduziu as liberdades civis e implantou a censura. Também foi o período de intensa propaganda política e um momento em que Vargas estabeleceu sua política de aproximação das massas.

No campo político, Vargas governou a partir de decretos-leis, ou seja, as determinações governamentais não precisavam de aprovação do Legislativo, pois já possuíam força de lei. Em seguida, o Congresso, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais foram fechados. Todos os partidos políticos foram fechados e colocados na ilegalidade.

A censura instituída ficou a cargo do DIP (4), responsável por censurar as opiniões contrárias ao governo e produzir a propaganda que ressaltava o regime e seu líder. Para fazer a propaganda governamental, foi criado um jornal diário na rádio chamado A Hora do Brasil. Durante esse período, também se destacou a política trabalhista, ressaltando-se a criação do salário-mínimo (1940) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Os sindicatos passaram para o controle do Estado.

A partir da década de 1940, verificou-se um efetivo crescimento industrial com a entrada de capitais privados dos Estados Unidos no País. Em 31 de agosto de 1942, pressionado pelo governo americano e a opinião pública interna, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, enviando à Itália, em 1944, a FEB (5). A participação do Brasil no conflito, além de permitir o reequipamento das Forças Armadas brasileiras, contribuiu para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, com recursos dos Estados Unidos.

Todavia, a participação brasileira na Segunda Guerra e o desgaste desse projeto político autoritário enfraqueceram o Estado Novo perante a sociedade. Assim, demandas por novas eleições começaram a acontecer. Pressionado, Vargas decretou para o fim de 1945 a realização da eleição presidencial e, em 29 de outubro desse mesmo ano, foi deposto do poder pelos militares.

As eleições presidenciais de 1945 constaram com a participação do general Eurico Dutra (6), ex-ministro da Guerra (7) do governo Vargas, concorrendo pelo PSD (8), do brigadeiro Eduardo Gomes (9), pela UDN (10), e do engenheiro Iedo Fiúza (11), pelo PCB (12). Eurico Dutra foi eleito graças às bases formadas por Getúlio Vargas. Empossado em 31 de janeiro de 1946, o general Dutra vivenciou as tensões e os problemas que marcaram o desenvolvimento da Guerra Fria, no cenário internacional. Internamente, teve como primeira grande ação, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela edição de uma nova Carta Magna.

A nova Constituição brasileira foi promulgada em 18 de setembro de 1946. De caráter democrático, reafirmou as liberdades da Constituição de 1934 determinando a autonomia entre os três poderes e a realização de eleições diretas para os cargos executivos e legislativos estaduais, municipais e federais. Militares e analfabetos não poderiam votar, o voto feminino foi mantido e sua idade mínima reduzida para os 18 anos de idade, sendo que somente as mulheres que atuavam no funcionalismo público com cargos remunerados é que deveriam votar obrigatoriamente.

Chegando em 1950, os brasileiros preparavam-se para uma nova eleição para presidente da República, visto que o mandato do marechal Eurico Dutra terminaria no dia 31 de janeiro do ano seguinte. Mais uma vez, assim como em 1945, o cenário político nacional experimentava a carência de líderes políticos nacionais. De tal forma, o PSD ofereceu a candidatura do incógnito mineiro Cristiano Machado (13) e a UDN apostou novamente no brigadeiro Eduardo Gomes. O PTB (14) por sua vez, chegava à frente lançando o nome de Getúlio Vargas, que venceu com 48% dos votos válidos.

Reeleito, em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas passou a governar um País que contava 53 milhões de habitantes. Esse segundo período presidencial foi marcado por uma política econômica de tendência nacionalista e que buscou conciliar as demandas populares com as exigências de aceleração do crescimento econômico.

No plano externo, o governo Getúlio Vargas recusou-se a participar da intervenção das Nações Unidas na Coréia do Norte e encontrou entraves à obtenção de recursos americanos em razão das críticas ao processo de remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, atitude reafirmada por meio do decreto de 4 de janeiro de 1952, que restringia essas remessas. No plano interno, sancionou uma nova lei do salário mínimo e revogou a exigência de atestado ideológico para os sindicatos, que datava do governo Eurico Gaspar Dutra. Ainda foram criados importantes órgãos públicos, entre os quais: o IAPI (15), o BNDES (16) e a PETROBRAS (17). Em 1954, Getúlio enfrentava a oposição da UDN, dos militares e da imprensa, representada em especial por Carlos Lacerda (18). Isolado politicamente, suicidou-se em 24 de agosto deixando o documento conhecido como Carta-Testamento (19).

“Vim à Amazônia não por passeio. Vim para ver, para sentir, para compreender”.

Com essa frase, proferida aos 9 de outubro de 1940, o presidente Getúlio Vargas inaugurava uma viagem de três dias ao Amazonas gerando intensa expectativa no seio da comunidade estadual. Na véspera circularam notícias de que a Presidência da República encomendara estudos para um grande plano econômico capaz de operacionalizar o ressurgimento da Amazônia que, há muitos anos, desde a queda da borracha, vivia em situação de verdadeira penúria.

Havia a crença de que Getúlio

“[...] auscultaria as necessidades regionais e velaria por amparar os homens desprotegidos e abandonados do interior. [...] A população confiava em que, da sua viagem ao Amazonas, adviriam dias melhores e mais felizes, com a concretização dos problemas regionais mais relevantes” (20).

A presença de Getúlio no território amazonense, por oportuna e intencional, ensejava-o a tornar factível seu compromisso com o progresso da região e o resgate da autoestima dos que nela viviam. Essa promessa ganharia foros de visibilidade a partir da segunda noite da visita do presidente, justo no jantar realizado em sua homenagem no Ideal Clube, em Manaus, quando, ao pronunciar o famoso Discurso do Rio Amazonas respondendo à saudação do interventor Álvaro Maia (21), relevou a importância da rede hidroviária no processo de desenvolvimento da Amazônia.

E falou nestes termos:

"[...] O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização" (22).

Mas, alertou ainda o presidente:

"[...] Tudo o que se fizera aqui, até então, constituía [...] realização empírica [que] precisa transformar-se em exploração racional. O que a natureza oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo da mão do homem. Da colonização esparsa, ao sabor de interesses eventuais, consumidora de energias com escasso aproveitamento, devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. A coragem empreendedora e a existência do homem brasileiro já se revelaram, admiravelmente, nas 'entradas e bandeiras' do ouro negro e da castanha, que consumiram tantas vidas preciosas. Com elementos de tamanha valia, não mais perdidos na floresta, mas concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despojado" (23).

O discurso presidencial, longe de significar mera força de expressão, cedo passaria da palavra à ação. A “cruzada desbravadora” de Getúlio Vargas em prol desta região começaria efetivamente com a encampação da empresa de navegação inglesa Amazon River e a consequente incorporação de sua frota mercante ao patrimônio nacional, através dos SNAAPP (24) – abrindo boas perspectivas à melhoria das vias de comunicação – e a criação do Banco da Borracha (25). Outros benefícios ainda adviriam da sua atuação governamental.

A viagem de Getúlio Vargas à Amazônia foi empreendida para cumprir uma antiga promessa. O presidente deixou o Rio de Janeiro na manhã de 5 de outubro, voando num avião Comodoro da Panair do Brasil (26), acompanhado do secretário da Presidência Luís Vergara, do ministro João Alberto Lins, do jornalista e servidor do DIP Hugo Mosca e dos membros do Gabinete Militar coronéis Benjamin Vargas e Jesuíno de Albuquerque e capitães Manoel dos Anjos e Flaviano Mattos Vanique. O avião presidencial, após várias paradas técnicas, à tardinha alcançou Belém.

Da capital paraense para Manaus a comitiva seguiu em dois aeroplanos. O principal, bimotor prefixo PP-PAG, trouxe o presidente, os demais nominados acima e o comandante da 8ª Região Militar, general Edgard Facó. O segundo, de menor porte, conduziu elementos da guarda presidencial; o publicista uruguaio Henrique Fabregati; o repórter norte-americano Hart Preston; e três servidores do DIP: o jornalista e redator Rivadávia de Souza, o cinematógrafo João Stonati e o fotógrafo Severino Nunes. As aeronaves escalaram em Belterra, onde Getúlio Vargas conheceu o projeto Fordlândia (27), do norte-americano Henry Ford, e a seguir Parintins e Itacoatiara.

Entre Gurupá e Santarém, o PP-PAG foi pilotado pelo próprio presidente Vargas, ladeado pelo piloto Coriolano Tenan. De lá até Itacoatiara, ele viajou sempre na nacele saboreando do alto o belo panorama da região percorrida. Em Parintins (28), enquanto a aeronave era abastecida, Getúlio Vargas desceu à cidade e, por quarenta minutos,

atendeu inúmeras pessoas e recebeu cumprimentos de autoridades locais, à frente o prefeito Leopoldo Neves (29).

O hidroavião oficial aquatizou defronte ao porto de Itacoatiara e logo foi amarrado a uma boia cega instalada no meio do rio. O Presidente não desceu. Conduzidos pelo empresário Ilídio Ramos, gerente local da empresa aeroviária (30), foram a bordo cumprimentá-lo: o prefeito Alexandre Antunes (31); o vigário paroquial, padre Joaquim Pereira (32); o juiz de Direito Marcílio Dias de Vasconcelos; o promotor de Justiça Gaspar Guimarães Maia; o coletor federal Estácio Alencar (33); o presidente da Associação Comercial Néder Nassib Monassa; alguns políticos (34) e os dirigentes do Núcleo 3 de Outubro (35).

A passagem de Getúlio Vargas por Itacoatiara, ali pelas 12:00 horas do dia 9 de outubro de 1940, foi anunciada por um demorado estalar de foguetões lançados de todos os pontos da cidade. Certamente, a não descida de Vargas à cidade decorreu de o presidente haver extrapolado sua permanência em Parintins, e então decidiu-se cumprir o protocolo priorizando Manaus. Cerca de uma hora depois, o PP-PAG subiu em direção à capital amazonense. Duas horas antes, lá aportara o avião precursor levando parte da comitiva presidencial e membros da imprensa.

O presidente e sua comitiva foram recebidos no porto de Manaus pelo interventor Álvaro Maia, pelo presidente do Conselho Administrativo Estadual Leopoldo Peres (36), pelo presidente do Tribunal de Justiça Hamilton Mourão (37), pelo comandante da guarnição federal e do 27º BC, coronel Joaquim Cardoso da Silveira, pelo capitão dos portos comandante Oldenato Moura, pelo prefeito Paulo da Grana Marinho, pelo bispo diocesano dom Basílio Pereira, outras autoridades e jornalistas credenciados.

Protegido por um grande aparato militar, ladeado por Álvaro Maia e pelo general Edgard Facó, Getúlio Vargas dirigiu-se para um palanque armado nas proximidades do Relógio Municipal, no início da Avenida Eduardo Ribeiro, onde foi saudado pelo prefeito. Dali, em automóvel, foi para a

sede do governo estadual, e sempre acompanhado de “uma incontável multidão que o aclamava delirantemente” (38).

Em Palácio, Getúlio Vargas recebeu em audiência as principais autoridades federais, estaduais e municipais, inteirando-se dos problemas mais urgentes do Estado. Ainda, durante sua estadia em Manaus, recebeu várias homenagens; visitou repartições públicas e entidades cívicas e culturais; deu entrevista coletiva e recebeu os representantes do corpo consular; assistiu a desfiles cívicos e participou de almoços e jantares; dialogou com magistrados, com membros da OAB/Am e de associações operárias e esportivas. Porém, o ponto alto da programação foi o jantar de 212 talheres, na sede do Ideal Clube, na noite de 10 de outubro, quando proferiu o famoso discurso acima reportado.

Devido à agenda cheia, uma comissão de senhoras oriundas de Itacoatiara, liderada pela professora Luiza de Vasconcellos Dias (39), não conseguiu avistar-se com Getúlio Vargas, porém, fez entrega à assessoria presidencial de um abaixo-assinado rogando o apoio financeiro da União no sentido de que fosse construída uma estrada ligando esta cidade à capital do Estado. Apesar da simpatia com que o grupo foi recebido e do prometido encaminhamento do memorial, o projeto Estrada Manaus-Itacoatiara permaneceria esquecido e só década e meia depois retomado prá valer.

Sobre o assunto, escrevi em 1998:

“[...] em 1953, o fenômeno da enchente do rio Amazonas e seus afluentes fez ressuscitar o debate em torno da fixação do caboclo à terra firme: ratificava-se, uma vez mais, a necessidade da abertura da floresta secular para fins de acesso e escoamento da produção agrícola. Um ano antes, o engenheiro José Edilson de Melo Távora [1921-1989], chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal, em Manaus, havia levantado na IV Reunião das Administrações Rodoviárias, realizada em Recife/PE, a tese de que a estrada de rodagem era elemento indispensável à colonização do Amazonas. Depois dele, Cosme Ferreira Filho

(40), um estudioso do setor primário e pioneiro em atividades de plantio de culturas permanentes suscetíveis de substituir o extrativismo, desencadeou uma campanha em prol da construção da rodovia. Em artigos que publicou em jornais e boletins da época, afirmou: 'Necessitamos de caminhos terrestres de função recuperadora e imediata. E tais caminhos, para que tenham esse caráter e funcionem ativamente, precisam integrar algum sistema de comunicação [...]. Sem que tenhamos atendido a esse imperativo, não nos parece razoável nem acertado correr em busca do desconhecido, ou agir na presunção de condições econômicas, cujo estabelecimento escapa à ação do governo e só se tornarão efetivas com o crescimento da população e sua expansão pioneira sobre regiões até agora desabitadas [...] devemos cogitar do estabelecimento de uma ligação por terra entre os dois maiores centros urbanos do Estado: Manaus e Itacoatiara. Essa estrada, cuja construção será suficiente para incorporar uma administração e um homem do governo à história do Amazonas, como um de seus maiores nomes, teria extraordinária missão de dar consistência e seguro apoio à economia do Estado. Provocaria e determinaria uma concentração econômica no plano agrícola e industrial que serviria de sólido e definitivo alicerce ao nosso futuro [...]. Para que o Amazonas possa adquirir consistência, conformação e configuração em qualquer plano, necessário seria unir esses membros isolados, essas partes funcionais do seu corpo por meio daquela espinha dorsal, cujo primeiro lance seria constituído pela rodovia Manaus-Itacoatiara. Feitas essas considerações, não haverá porque deixarem as administrações amazonenses de tomar a iniciativa da construção [dessa] rodovia, para a qual seria aconselhável se fizesse um movimento de opinião pública nas duas cidades, movimento de caráter permanente e ativo, sob a forma de clubes, que tomassem aos seus cuidado impulsionar, sem desfalecimentos, a ação do governo com essa finalidade. Aqui deixamos essa sugestão aos responsáveis pelos destinos do Estado e às populações das duas cidades'. O Alerta de Cosme Ferreira Filho surtiu efeito: um clube foi fundado em Itacoatiara [em 7/05/1954] para manter acesa a chama da luta, panfletos foram distribuídos pelas casas residenciais e comerciais; em Manaus amiudaram-se as publicações de artigos em jornais e as entrevistas através das rádios Baré

e Difusora (41). [O clube itacoatiarense Pró-construção da rodovia dirigiu apelo ao então diretor-geral da SPVEA Arthur Cêzar Ferreira Reis, ao ministro da Viação e Obras Públicas e aos membros da bancada do Amazonas no Congresso Nacional]. Afinal, em 1956, os trabalhos de construção da rodovia foram iniciados [...], mercê dos vultosos recursos disponibilizados pelo FRN (42). A CERA (43) tomou a dianteira dos serviços através de duas frentes: uma partindo de Manaus e outra de Itacoatiara”. Cf. SILVA (1965), LINS (1965), REIS (1967), SILVA (1998) e SILVA (2015).

Todavia, voltemos à descrição da viagem de Getúlio Vargas ao Amazonas...

Na sexta-feira, 11 de outubro de 1940, às sete da manhã, o avião presidencial decolou de Manaus rumo a Porto Velho, último roteiro da viagem ao interior amazônico. No caminho parou em Manicoré, à margem do Madeira. Cumprida a programação oficial previamente estabelecida, Getúlio Vargas regressou de Porto Velho no domingo, dia 13, fazendo pernoite em Manaus. E, na manhã do dia seguinte, seguiu com destino a Belém. Getúlio Vargas só retornaria a Manaus, em agosto de 1950, como candidato a presidente (44).

Segundo registros da imprensa, à época, no jantar do Ideal Clube Vargas assegurou que

“[...] o ingresso definitivo [do Estado do Amazonas] no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, [ia] ser feito sem demora... Todos exultaram com as afirmativas de Getúlio, certos de que essas [palavras] seriam concretizadas muito em breve” (45).

Mas, para alcançar esse objetivo, ainda haveria sobressaltos. À época, o Amazonas devia mais de cem mil contos de réis, herança dos governos anteriores ao de Álvaro Maia. O presidente prometera ajudar a sanear esses débitos. Na capital federal, vozes agourentas afirmavam que essa quitação redundaria na transformação do Amazonas em território federal.

Por sorte, Getúlio jamais admitiu tal hipótese. Habilmente, presidiu a uma verdadeira revolução social, que transformou as estruturas republicanas e estendeu à Amazônia os benefícios de uma política pioneiramente integradora. Entre 1930 e 1945, conduziu as reformas de maneira lenta e gradual, o que atenuou choques e venceu resistências.

Em decorrência do programa de cooperação militar celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos, a Amazônia recebeu vultosa ajuda financeira, possibilitando a restauração dos seringais e produção intensiva de borracha necessária à indústria bélica norte-americana.

Se, no período getulista, não ocorreu a “total redenção” do Amazonas, pelo menos seus setores de transporte, saúde pública e saneamento básico foram favoravelmente contemplados e a economia estadual como um todo ganhou novo alento, superando o colapso de décadas anteriores. São dessa época o SESP (46) e o Aeroporto de Ponta Pelada, atual Base Aérea de Manaus. No campo administrativo, a volta de Getúlio Vargas ao governo do Brasil (1951-1954) assinalaria outros eventos importantes, particularmente favoráveis ao Amazonas, tais como: a ampliação da frota dos SNAAPP e a criação do INPA (47) e da SPVEA (48). Primeiro governante a cuidar estrategicamente da Amazônia, suas muitas realizações em benefício dela credenciam-no ao título de grande, senão o maior, benemérito desta região em todos os tempos (49).

NOTAS

1 – As eleições de 1933 ocorridas no dia 3 de maio se realizaram para a escolha da Assembleia Nacional Constituinte, com 214 deputados eleitos pelo voto direto, e outros 40 eleitos paritariamente por entidades classistas de trabalhadores e entidades patronais. Naquele dia, 1.226.815 eleitores foram às urnas, uma parcela mínima da população nacional (à época, 40 milhões de habitantes). Cf. NETO (2012).

2 - O direito de voto às mulheres confirmava o que já havia sido estipulado pelo Código Eleitoral de 1932. As eleições de 1933 foram um marco na busca por igualdade engendrada pelas mulheres brasileiras, até os dias atuais, porque foi a primeira vez em que puderam votar e se candidatar a cargos políticos em todo o Brasil. No Amazonas, a primeira deputada estadual eleita em fins de 1934, foi Maria de Miranda Leão (1887-1976) e a primeira vereadora, eleita em 3/09/1935 no Município de Itacoatiara, foi Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias (1908-1980). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010), SILVA (2018) e BRAGA (2020).

3 - Luís Carlos Prestes (1898-1990). Natural de Porto Alegre/RS. Engenheiro militar. Líder da Coluna Prestes, um movimento político-militar ocorrido entre 1924 e 1927 ligado ao tenentismo. Integrou a Aliança Nacional Libertadora, um grupo de orientação socialista que lutou contra o fascismo. Senador pelo Rio de Janeiro (1946-1948). Sobre ele escreveram, dentre outros: Jorge Amado (livro: O Cavaleiro da Esperança, 1944), William Waak (Camaradas, 1983) e Miguel M. Abrahão (A Escola, 2007). Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (1995) e REIS (2014).

4 – DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda. Órgão de informação e contra-informação do governo de Getúlio Vargas. Surgiu em 1939, mediante o ajuntamento de órgãos que já existiam desde 1931. A primeira forma foi o DOP (Departamento Oficial de Propaganda). Em 1934 é substituído pelo DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural), quando então já no contexto do Estado Novo é substituído pelo DIP. Cf. FGV/CPDOC e FAUSTO (1997).

5 – FEB: Força Expedicionária Brasileira. Força militar aeroterrestre constituída por 25.834 homens e mulheres, que durante a Segunda Guerra Mundial foi responsável pela participação do Brasil ao lado dos Aliados, na Campanha da Itália (1944-1945). Cf. PORTAL da FEB.

6 – Eurico Gaspar Dutra (1883-1975). Natural de Cuiabá/MT. Aspirante-a-oficial do Exército promovido a primeiro-tenente (1916). Promovido a major (1927) e a tenente-coronel (1929). Por ter se colocado contra a Revolução de 1930 e, vitorioso esse movimento, foi transferido para um regimento em Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Reconciliado com Getúlio Vargas, foi promovido a coronel em 1931. Enfrentou os insurretos da Revolução Paulista de 1932, sendo em seguida promovido a general-de-brigada. Por ter ajudado o governo a reprimir a Revolta comunista de 1935, no ano seguinte foi promovido a general-de-exército e nomeado ministro da Guerra, cargo em que ficou até agosto de 1945, véspera de ser candidato à Presidência.

cia da República. Aposentado como Marechal. Presidente da República em 1946-1951. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1972), SILVA (1975), FAUSTO (1995) e GOMES (2013).

7 – Ministro da Guerra: cargo equivalente, hoje, ao de ministro do Exército.

8 – PSD: Partido Social Democrático. Partido político fundado em 17/07/1945 e extinto pela ditadura militar pelo Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965, e mais tarde refundado. Cf. FGV/CPDOC e SITE [https:// www.psd.org.br](https://www.psd.org.br).

9 - Eduardo Gomes (1896-1981). Nasceu em Petrópolis/RJ. Como tenente participou do levante tenentista na capital paulista (1924) e da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao Poder. Ministro da Aeronáutica nos governos Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (1955) e Castelo Branco (1964-1967). Criador do Correio Aéreo Nacional. Promovido a Brigadeiro em 1941, candidatou-se à Presidência da República em 1945 e 1950 e foi derrotado em ambas oportunidades. Atingiu o posto de Marechal-do-Ar. É o Patrono da Força Aérea Brasileira. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (1995), DRUMOND (2012) e GOMES (2013).

10 – UDN: União Democrática Nacional. Partido político fundado em 7/04/1945, de orientação conservadora e oposição ao presidente Getúlio Vargas. Cf. FGV/CPDOC e [https:// www.udn.org.br](https://www.udn.org.br).

11 - Iedo Fiúza (1894-1975). Gaúcho de Porto Alegre. Prefeito nomeado de Petrópolis/RJ, cargo que acumulou com o de diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no período de 1933-1937. Nesse último ano deixou a Prefeitura, porém, permaneceu à frente do DNER até 1945. Ingressou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) para candidatar-se à Presidência da República, sendo derrotado no pleito de dezembro pelo candidato do PSD, general Eurico Gaspar Dutra. Cf. FAUSTO (1995) e GOMES (2013).

12 – PCB - Partido Comunista Brasileiro: fundado em 25/03/1922 por militantes e quadros revolucionários que se formam na luta de classes, na organização do proletariado e no estudo das obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Colocado na ilegalidade durante a Era Vargas (1939-1945). Cf. FGV/CPDOC e AMADO (1986).

13 - Cristiano Monteiro Machado Filho (1893-1953. Natural de Sabará/MG. Advogado e jornalista. Deputado estadual por Minas (1924-1925), prefeito de Belo Horizonte (1926-1929) e deputado federal (1930-1934). Concorreu à Presidência da República pelo PSD em 3/10/1950, sendo derrotado por Getúlio Vargas. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (1995), ABREU (2001) e FAUSTO (2009).

14 – PTB: Partido Trabalhista Brasileiro: fundado em 15/05/1945, sob inspiração do ex-presidente Getúlio Vargas para, segundo suas próprias palavras, “servir de anteparo entre os sindicatos e os comunistas”. Extinto pela ditadura militar em 1965, foi refundado em 1981. Cf. FGV/CPDOC e [https:// www.ptb.org.br](https://www.ptb.org.br).

15 - IAPI: Instituto de Assistência e Previdência dos Industriários. Criado em 1936, durante o Estado Novo e, após 1945, expandiu sua área de atuação, passando

principalmente a financiar projetos de habitação popular. O IAPI foi fundido com outros cinco institutos de pensões de outras categorias em 1966, formando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Cf. [https:// www.inps.cv/](https://www.inps.cv/)

16 - BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Criado pela Lei nº 1.628, de 20/06/1952, no segundo governo Vargas (1951-1954). Entidade autárquica inicialmente jurisdicionada ao Ministério da Fazenda e integrada por técnicos brasileiros e americanos; tinha por missão analisar projetos de financiamento direcionados para o crescimento da economia e para a superação das deficiências em setores de infraestrutura, especialmente transporte e energia elétrica. Em 1982 o BNDE passou a se chamar BNDES, empresa que tem o objetivo de financiar empreendimentos que contribuem para o desenvolvimento do País. Atualmente um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo. Cf. FGV/CPDOC e <https://www.bndes.gov.br/>

17 – PETROBRAS: Petróleo Brasileiro, S. A. Empresa estatal de economia mista, cujo acionista majoritário é o governo do Brasil. Fundada em 3/10/1953, e sediada no Rio de Janeiro, opera em 14 países no segmento de energia, prioritamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, gás natural e seus derivados. Cf. FGV/CPDOC, PETROBRÁS (1976) e QUAGLINO (1993).

18 - Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914-1977). Político, jornalista e escritor, natural de Vassouras/RJ. Iniciou sua trajetória política, em 1935, na Aliança Nacional Libertadora, que reunia comunistas, socialistas, sindicatos de trabalhadores, organizações juvenis e feministas. Sob pressão do governo Vargas, foi preso em 1937, rompeu com os comunistas em 1939 e em 1945 filiou-se à UDN, legenda pela qual foi eleito vereador no Distrito Federal em 1947. Lacerda fundou o jornal Tribuna da Imprensa e a Editora Nova Fronteira. Ainda foi deputado federal (1955-1960) e governador do Estado da Guanabara (1960-1965). Orador brilhante, opositor ferrenho de Getúlio Vargas, sofreu em 5/08/1954 atentado que precipitou o suicídio do presidente. Carlos Lacerda foi um dos articuladores civis do golpe militar de 31/03/1964. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1975), ABREU (2001) e BERLANZA (2019).

19 - Carta-Testamento de Getúlio Vargas: foi encontrada a cópia de uma carta com sua assinatura, dirigida ao povo brasileiro. Nela ficavam explícitas as razões que o tinham levado ao gesto extremo do suicídio e eram indicados os responsáveis pelo desfecho trágico: grupos internacionais cujos interesses o governo contrariara, aliados a grupos nacionais que se opunham ao que Vargas definia como “o regime de garantia do trabalho”. [...] No texto, Vargas colocava-se, enquanto governante, no papel de defensor, representante e libertador do povo. Com sua morte, buscava sagrar-se seu mártir e consolidar seu nome no panteão político brasileiro, associando-o definitivamente à bandeira dos interesses nacionais e do trabalhismo. Muitas controvérsias cercaram a Carta-Testamento. Sua autoria chegou a ser atribuída ao jornalista José Soares Maciel Filho (1904-1975), redator de grande parte dos discursos de Vargas. Segundo depoimento de Lutero Vargas (1912-1989), filho mais velho de

Getúlio Vargas, o jornalista teria confirmado que datilografara o texto manuscrito que lhe fora entregue pelo presidente. Cf. FGV/CPDOC e SILVA (1975).

20 - Cf. reportagem do Jornal A Tarde, de 8/10/1940. Referido veículo de imprensa foi fundado em 19/02/1937, pelo jornalista Aristópano Antony (1903-1969) e provavelmente extinto em 1962.

21 – Álvaro Botelho Maia (1893-1969): Amazonense de Humaitá. Jornalista, escritor, jurista. Um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras. Interventor federal do Amazonas (1930-1931); constituinte (1934); governador do Estado (1935-1937); interventor (1937-1945); constituinte (1946); senador (1946-1951); governador do Estado (1951-1954); e senador (1967-1969). Cf. FGV/CPDOC, BITTENCOURT (1969), LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985) e SILVA (2019).

22 - Cf. Jornal do Commercio, de 11/10/1940.

23 - Cf. Jornal do Commercio, citado.

24 - SNAAPP: Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará. Autarquia federal, sediada em Belém, substituiu à antiga companhia inglesa Amazon River, adquirida em 1911 pelo empresário norte-americano Parcival Farquhar (1864-1953): encampada pelo decreto-lei nº 2.154, de 25/04/1940. Em 1967, o governo brasileiro decidiu pela extinção do SNAAP e desmembramento de suas atividades portuárias e de navegação, criando a CDP (Companhia de Docas do Pará) e a ENASA (Empresa de Navegação da Amazônia S. A.). Cf. LOUREIRO (2007) e LOUREIRO (2015).

25 - Banco da Borracha, mais tarde transformado em Bancrévea (Banco de Crédito da Amazônia); atualmente BASA (Banco da Amazônia S. A.), criado pelo decreto-lei nº 4.451, de 9/07/1942. A Agência do BASA de Itacoatiara foi instalada em 1948, pelo contador acreano Paulo Benigno de Lima (1909-1995). Cf. FGV/CPDOC; BRAGA (1960) e SITE do BASA.

26 - Panair do Brasil, S.A. Empresa de navegação aérea fundada em 17/10/1930, substituiu à Nyrba do Brasil, S. A. - subsidiária norte-americana da Pan-American. Começou a operar na Amazônia em 1931. Os vôos comerciais entre Belém e Manaus iniciaram em 1933. Foi em outubro desse ano que o primeiro hidroavião tipo Baby Clipper (Catalina) da Panair do Brasil aquatizou defronte a Itacoatiara. Cf. BARBOSA (1996) e SILVA (1998).

27 - Fordlândia. Projeto que emprestou o nome ao antigo distrito e atual Município de Aveiro, no Estado do Pará. Vasta área de terras (14.568 km²), às margens do rio Tapajós, adquirida em 1927 pelo empresário norte-americano Henry Ford (1863-1947), através de sua empresa Companhia Ford Industrial do Brasil, para abastecê-la de látex necessário à confecção de pneus para seus automóveis, então dependentes da borracha produzida na Malásia. Referido projeto foi oficialmente encerrado em 24/12/1945. A vila, hoje em ruínas, está sob a administração política da cidade de Aveiro que fica a duas horas de barco do local. Cf. SITE <https://www.fordlandia.com.br/a-historia>.

28 - Sobre a chegada de Getúlio Vargas a Parintins, cf. artigo assinado pelo historiador e atual presidente da Academia Amazonense de Letras, Robério Braga, sob o título "Getúlio Vargas em Manaus", in bv.cultura.am.gov.br/templates/areatematica/seriememoria/pdfs...

29 - Leopoldo Amorim da Silva Neves (1898-1953). Nasceu em Manaus. Agrônomo, foi deputado estadual (1928-1930), prefeito nomeado de Parintins (1931-1932 e 1939-1940), deputado federal (1946-1947) e governador do Amazonas (1947-1950). Cf. FGV/CPDOC, BITTENCOURT (1969), LOUREIRO (1978) e BITTENCOURT (1985).

30 - O agenciamento da Panair do Brasil, a cargo da firma Ilídio Ramos, Irmãos, começou em 1933 (vide nota nº 21, do verbete referente ao Presidente Washington Luís), sob direção do comerciante Ilídio Lisboa Antunes Ramos, um homem de fino trato – quarto filho do capitalista português Óscar Ramos que falecera em 1937. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

31 - Alexandre José Antunes (1892-1967). Nasceu em Itacoatiara e faleceu em Manaus. Filho do vice-cônsul português José Joaquim Afonso Antunes, como prefeito municipal (1937-1943), realizou uma eficiente administração, para o que contou com o irrestrito apoio do interventor federal Álvaro Maia. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

32 - Padre Joaquim Maria Pereira (1878-1958): sacerdote português, exilado para Itacoatiara em 1911; seu vicariato durou quase meio século. Cf. SILVA (1998), SILVA (1999) e SILVA (2018).

33 - Estácio de Albuquerque Alencar (1898-1987): natural de Crato/CE. Odontólogo graduado pela antiga Universidade de Manaus. Chegou a Itacoatiara em 12/10/1932, para assumir a Coletoria Federal, por onde se aposentou em 1968. Presidiu, durante vários anos, o diretório municipal do Partido Social Democrático (PSD). Foi deputado à Assembleia Legislativa do Amazonas em 1951-1955. Cf. SILVA (1998).

34 - À época inexistiam vereadores, porque, quando da implantação da ditadura do Estado Novo em 10/11/1937, a Câmara Municipal de Itacoatiara fora fechada a mando do próprio presidente Vargas, situação essa que era de todo o País. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

35 - Núcleo 3 de Outubro: grupo de apoio político ao presidente da República. Membros do núcleo de Itacoatiara, dentre outros: Evaristo Júnior, Virgílio Augusto de Oliveira, Francisco Nelson de Oliveira, Lucas José Simões e Augusto de Vasconcellos Dias. Fundado no Amazonas, por Manuel Severiano Nunes (1892-1957) e outros correligionários do governador Álvaro Maia, o Núcleo 3 de Outubro incentivava o debate e as discussões político-culturais. Seus sócios recebiam diploma e portavam carteira de identificação para usufruir das benesses do poder. Lembrando que Severiano Nunes foi prefeito de Itacoatiara (1931), secretário-geral do Estado (1935), deputado estadual (1935-1937), deputado federal (1946-1947) e senador da República (1947-1951). Cf. FGV/CPDOC, BITTENCOURT (1969), NUNES (1985) SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

36 - Leopoldo Carpinteiro Peres (1901-1948). Pernambucano, veio ainda menino para Manaus. Jurista, jornalista e professor. Foi deputado estadual (1935-1937), presidente do

Conselho Administrativo do Estado do Amazonas (1937-1945), constituinte (1946) e deputado federal (1947-1948). Responsável pelo artigo 199 da Constituição Federal de 1946 que criou o Plano de Valorização da Amazônia. Pertenceu à Academia Amazonense de Letras, à Associação Amazonense de Imprensa e à Associação Brasileira de Imprensa. Cf. FGV/CPDOC e SITE da Câmara dos Deputados.

37 – Antonio Hamilton Mourão (1886-1942). Oriundo do Piauí, desembarcou em Manaus em 1910. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor de Justiça de Humaitá (1911-1912) e juiz de Direito da capital (1919-1920). Promovido a desembargador em 9/03/1926, presidiu o Tribunal de Justiça do Amazonas em 1931-1932, 1935-1936 e 1940-1941. Cf. SITE do TJAM e MENDONÇA (2010).

38 - Cf. Jornal A Tarde, de 10/10/1940, citado.

39 - Luiza Menezes de Vasconcellos Dias (1883-1962): emérita professora de Itacoatiara. Natural de Parintins, casada com o português Augusto de Vasconcellos Dias (1881-1948), comerciante, fiscal-geral e secretário da Prefeitura durante vários anos: ambos formaram família numerosa, honrada e culta, a exemplo dos filhos: Raymunda Menezes de Vasconcellos Dias (1908-1982), professora e vereadora; Camilo Menezes de Vasconcellos Dias, comerciante e vereador; Ignês Menezes de Vasconcellos Dias (1921-2005), advogada, professora e ex-secretária estadual de Educação; e da sua neta Lia Maria Alves de Vasconcellos Dias Araújo, professora, empresária e ex-secretária municipal de Educação. A professora Luiza Vasconcellos deu nome à Escola Estadual de 1º Grau Luiza de Vasconcellos Dias, no bairro da Colônia onde lecionou durante muitos anos. Cf. Jornal A Tarde, de 10/10/1940, citado, SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

40 – Cosme Alves Ferreira Filho (1893-1976). Nasceu em Fortaleza/CE e veio para o Amazonas em junho de 1901. Foi tradutor público, despachante aduaneiro, redator do Jornal do Comércio e comerciante. Além de cofundador e membro da Associação Comercial do Amazonas, integrou a Academia Amazonense de Letras, a Associação Amazonense de Imprensa e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Exerceu o mandato de deputado federal pelo Amazonas (1946-1955). Escreveu, dentre outros, os seguintes livros: Em defesa da borracha silvestre; A borracha, problema brasileiro; Problemas da Amazônia; A Amazônia em novas dimensões; Por que perdemos a batalha da borracha. Cf. FGV/CPDOC, FERREIRA FILHO (1966), SILVA (1998) e SILVA (2015).

41 - Rádio Baré de Manaus e Rádio Difusora do Amazonas: únicos veículos de imprensa falada existentes, à época, na capital do Amazonas.

42 – FRN: Fundo Rodoviário Nacional: criado no governo do presidente general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), para estimular e financiar os projetos rodoviários dos estados federados.

43 - CERA (Comissão de Estradas de Rodagem do Amazonas): transformada sucessivamente em CAERA (Comissão Autônoma de Estradas de Rodagem do Amazonas), em DAERA (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Amazonas) e DER-Am (Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas): este fundado no início da década de 1960. Cf. SILVA (1998).

44 - A eleição aconteceu em 3/10/1950. Getúlio Vargas foi reeleito com 3.849.040 votos, tendo João Café Filho como seu vice-presidente. Assumiu a Presidência em 31/01/1951, substituindo ao marechal Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Cf. D'ARAUJO (1982), SILVA (1998), ABREU (2001) e FAUSTO (2009).

45 - Cf. Jornal A Tarde, de 11/10/1940, citado.

46 - SESP (Serviço Especial de Saúde Pública): criado em 17/07/1942, mediante termo de cooperação entre o governo do Brasil e o dos Estados Unidos. Subordinado ao antigo Ministério da Educação e Saúde, visava implantar ações de combate à malária e outras endemias, nas áreas de extração da borracha, na Amazônia, e de minérios, no Vale do rio Doce/MG, regiões estratégicas para os esforços de guerra. Suas atribuições abarcavam desde o saneamento do Vale do Amazonas, à profilaxia e assistência sobre a malária, à construção e administração de escolas de enfermagem e ambulatórios de saúde, à formação e o aperfeiçoamento de médicos, enfermeiras e engenheiros sanitários, até à colaboração com o Serviço Nacional de Leprosia. A partir de 1954 o SESP expandiu sua atuação no território nacional. A Lei nº 3.750, de 11/04/1960 transformou-o na Fundação Serviços de Saúde Pública, subordinada ao Ministério da Saúde. Pelo decreto-lei nº 904, de 1º/10/1969, seu nome foi alterado para Fundação Serviços de Saúde Pública, manteve, porém, a sigla anterior (FSESP). Extinto pela Lei nº 81, de 6/12/1990, foi substituído pela atual FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). Cf. PORTAL da FUNASA.

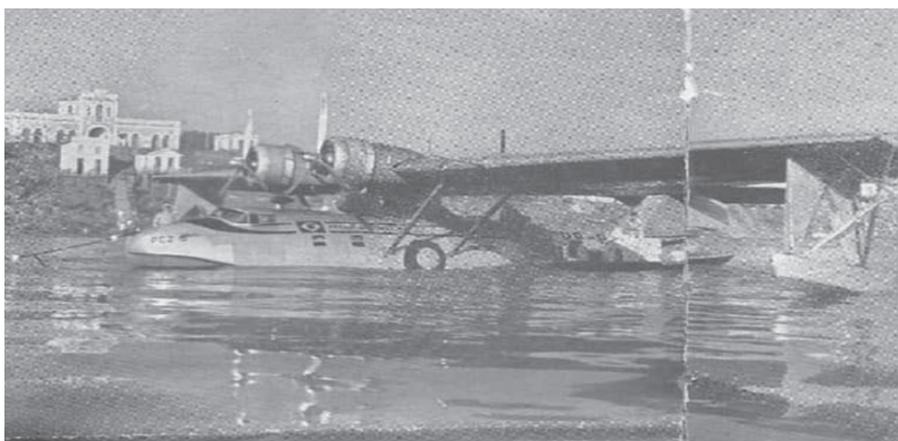
47 - INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia). Sediado em Manaus. Criado pelo decreto nº federal nº 31.672, de 29/10/1952, e implementado em 1954 – com a finalidade de realizar o estudo científico do meio físico e das condições de vida da região amazônica, tendo em vista o bem estar humano e os reclamos da cultura, da economia e da segurança nacional. Cf. PORTAL do INPA.

48 - SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). Órgão sediado em Belém. Criado pela Lei nº 1.806, de 6/01/1953, com a função de por em execução o Plano de Valorização Econômica da Amazônica. Em 27/10/1966, pela Lei nº 5.176, foi transformado na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Cf. FGV/CPDOC e CAVALCANTI (1967).

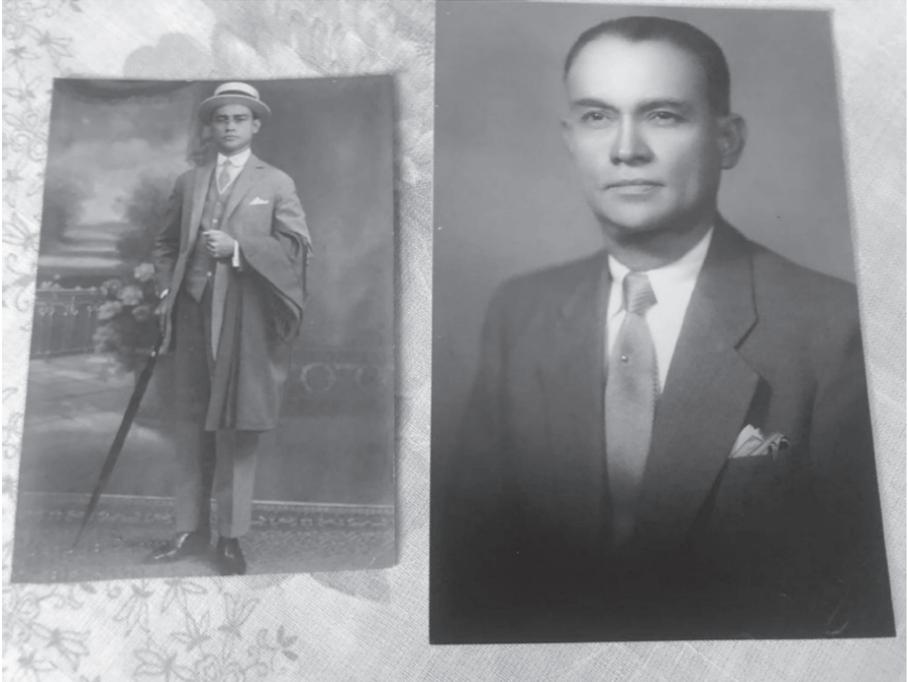
49 - As realizações de Getúlio Vargas em benefício desta região foram superadas, talvez, pelos governos pós-1964, à frente o marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1901-1967).



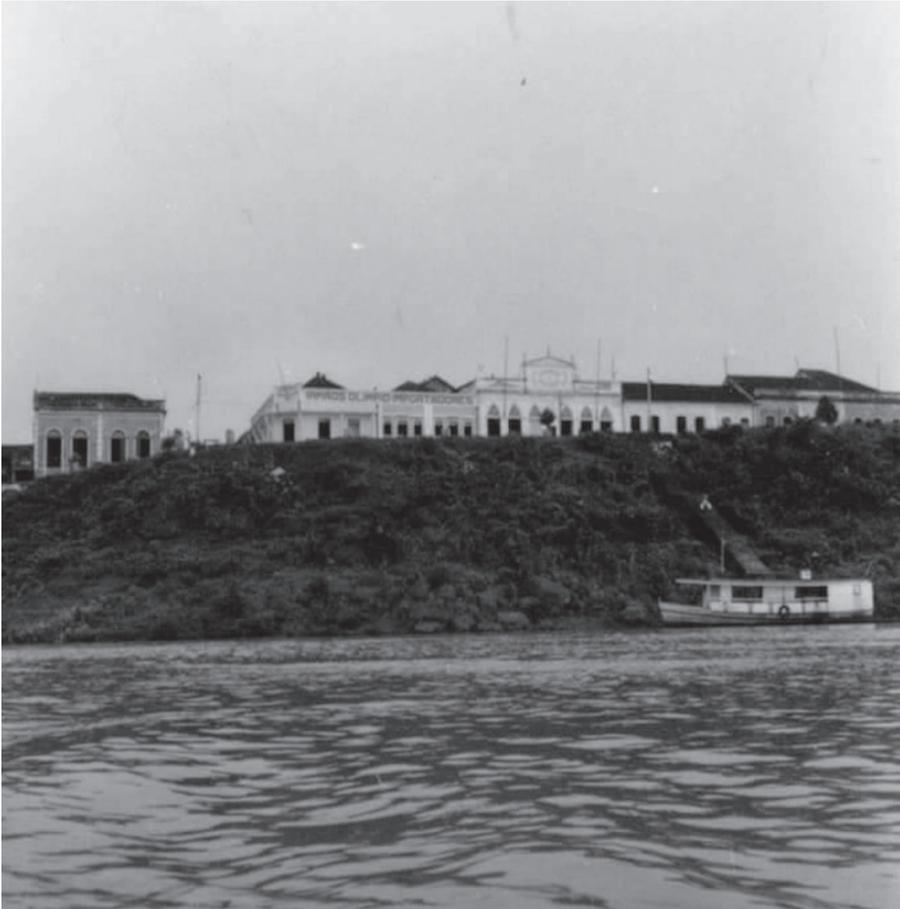
Hidroavião Catalina (modelo Baby Clipper). Bimotor da Companhia Panair do Brasil, S. A. Modelos do tipo, entre 1931 e 1960, foram utilizados na Amazônia no transporte de cargas e passageiros. Esta região era carente de infraestrutura aeroportuária e, à época, somente aviões anfíbios poderiam operar nas cidades interioranas utilizando os próprios rios como pista, e o Catalina se adequou perfeitamente ao serviço. Os vôos semanais entre Belém e Manaus, com paradas de ida e volta em Itacoatiara, começaram em 1933. Foto: <http://blog.hangar33.com.br/wp.content/uploads/2015/12/hidroaviao-jpg>



Avião Catalina amerrissado defronte à cidade de Itacoatiara, final dos anos 1940. Exemplar idêntico, conduzindo o presidente Getúlio Vargas, parou nesse mesmo local, no dia 9/10/1940. O presidente não desceu; as autoridades locais foram cumprimentá-lo a bordo. Acervo de Antonio Francisco Ausier (Totônio) Ramos.



1940. Fotografia do senhor Alexandre Antunes, prefeito municipal de Itacoatiara (1937-1943). Cumprimentou o presidente Getúlio Vargas, a bordo do hidroavião da Panair do Brasil, em sua passagem por Itacoatiara (09/10/1940), a caminho de Manaus. Acervo do Promotor de Justiça Bernardo Antunes.



Vista frontal do Centro Histórico de Itacoatira. Fotografia tirada do rio Amazonas, no período ligeiramente posterior à passagem do Presidente Getúlio Vargas, em 1940. À esquerda, o escritório da antiga firma J. Adonias & Cia (depois Casa das Tintas) seguido da Loja-Armazém de Irmãos Olimpio Importadores. Ao final à direita, a antiga sede dos Correios (atualmente uma Choperia). Gentileza Emanuel Fontenele (Manolo) Olimpio.



PRESIDENTE

JOÃO CAFÉ FILHO

João Augusto Fernandes Campos Café Filho. Jornalista e Advogado, nascido em Natal/RN, aos 3 de fevereiro de 1899. Mudou-se para Recife/PE em 1917, onde trabalhou como comerciário. Retornou a Natal sem concluir seus estudos superiores, mas, mesmo assim, baseado na sua experiência prática junto aos tribunais, prestou concurso para advogado no Tribunal de Justiça, obtendo êxito, atividade que exerceu paralelamente à de jornalista. Participou da Aliança Liberal na campanha de 1930. Em 1933 fundou o Partido Social Nacionalista (PSN) do Rio Grande do Norte. Tentou a vereança, duas vezes, mas não logrou ser eleito. Em 1934 foi eleito deputado federal e reeleito em 1945. Como vice-presidente da República (1951-1954), chegou à Presidência após a morte de Getúlio Vargas em agosto de 1954, e seu mandato durou de 28 de agosto de 1954 até 08 de novembro de 1955 – segundo ele "O poder chegado de repente às minhas mãos de político de oposição, oferecendo as emoções de um mundo desconhecido"(1). Além de ter sido o 18º presidente do Brasil, Café Filho foi ministro do Tribunal de Contas do Estado da Guanabara (1961-1970). Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1970.

A VINDA DO PRESIDENTE João Café Filho ao Amazonas, em 27 de março de 1955, foi exclusivamente para visitar Nova Olinda do Norte, à época um distrito pertencente ao Município de Itacoatiara (2), onde dias antes jorrara petróleo no poço pioneiro NO-1-AM, da PETROBRÁS, um acontecimento de muita euforia em que Nova Olinda ganhou notoriedade nacional. A exploração do petróleo na bacia do Amazonas iniciou com os trabalhos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (3) e teve grande impulso com a criação da PETROBRÁS, em 3 de outubro de 1953. As pesquisas foram intensificadas após a descoberta do petróleo em solo amazonense.

No povoado, que logo se formou no entorno da base de operações, onde se destacavam a torre pioneira e o alojamento flutuante à margem do rio Madeira (4), técnicos e trabalhadores se sentiam como descobridores de uma riqueza que ia ajudar a mudar o País para melhor. Como afirmaria 50 anos depois o pioneiro Anisomar dos Santos Leal que viu jorrar o ouro negro em Nova Olinda, e que trazia no olhar e na memória a lembrança de um tempo de sonho e fatura:

“Quem toma banho de petróleo jamais tira do corpo a sensação de conquistador” (5).

Localizada no Baixo rio Madeira, a 110 km de Itacoatiara e a 135 km de Manaus, Nova Olinda do Norte leva esse nome devido ao sítio “Olinda” que pertenceu ao comerciante do paraná do Urari, Fulgêncio Rodrigues Magno. Já a expressão “Norte” foi-lhe acrescentada pelo governador Plínio Coêlho (6), quando da criao do Município no final de 1955 (7). Primitivamente, a região foi habitada pelos ndios Mura, Mundurucu e Tor. Depois da visita do presidente Café Filho, Nova Olinda ficou conhecida como a “cidade do petróleo”, e no ano seguinte também seria visitada pelo presidente Juscelino Kubitschek.

Os repórteres João Amaral e Cavaleiro de Macedo, enviados especiais dos jornais Folha do Norte, de Belém, A Crítica, de Manaus, e O

Globo, do Rio de Janeiro, foram os primeiros jornalistas a chegar ao local. No dia 15 de março de 1955 A Crítica anunciava:

“[...] Em Nova Olinda jorrou uma coluna de petróleo de 150 pés. O óleo atingiu os galhos mais altos das árvores situadas nas vizinhanças, e ultrapassou a torre de 44 metros... jorrou durante cerca de dois minutos e os trabalhadores aproveitaram para recolher uma mostra de 200 litros de óleo em um tambor de gás. O povo todo comenta a histórica ocorrência” (8).

Então, o jornal amazonense exibiu três fotografias de Albertino Santos, o primeiro fotógrafo a bater “chapas” das experiências de Nova Olinda, ainda em 1953. O repórter Cavaleiro de Macedo contou o passo a passo da confirmação do petróleo, com informações do chefe das perfurações, engenheiro Levindo Carneiro: “[...] No dia 6 de março, a sonda recolheu amostras de arenito com petróleo, após perfurar precisamente 8.920 pés, ou seja, 2.719 metros. Os trabalhos, entretanto, prosseguiram com grandes probabilidades de êxito até que, ao atingir a profundidade de 9 mil pés, ou 2.744 metros, o petróleo jorrou”. Tal fato aconteceu exatamente às 23:45 hs do dia 12 de março de 1955, mas oficialmente comemora-se o feito histórico no dia 13.

“[...] Foi uma alegria. Fomos todos banhados de petróleo. À noite teve um baile que só terminou quando a luz do dia surgiu. O engenheiro Levindo Carneiro, que tinha uma lanchinha, mandou a gente procurar o povo todo para festejar. O baile foi em cima de uma balsa” (9).

A sonda do Poço NO-1-AM, que funcionava em Nova Olinda do Norte, foi adquirida pela PETROBRÁS ao custo de um milhão de dólares, e com ela trabalharam mais de cem homens, todos perfeitamente habilitados.

A descoberta de petróleo em Nova Olinda entusiasmou o governador Plínio Coêlho, o qual imediatamente telegrafou ao presidente João Café Filho convidando-o para vir participar da comemoração oficial

do evento, programada para o dia 28 de março de 1955 no próprio sítio da calha do rio Madeira. Na manhã do dia anterior, o avião PP-CDW da Cruzeiro do Sul (10), deixou o Rio de Janeiro e na meia-tarde, após uma ligeira escala em Anápolis/GO, pousou em Manaus. Trazia, além do presidente da República, seu chefe de gabinete Erivan Santiago França e alguns assessores próximos. Do Aeroporto de Ponta Pelada os expedicionários foram direto para o Palácio Rio Negro. O encontro de Café Filho com o chefe do Executivo amazonense foi registrado pelo fotógrafo Hamilton Salgado.

Em entrevista coletiva declarou o presidente da República:

“[...] Recebi a notícia como nova e esplêndida esperança para todos os brasileiros. Ela veio demonstrar que o governo central tinha razão ao insistir na experiência da PETROBRÁS: o segredo foi descoberto sem a participação do capital estrangeiro, com a nossa gente e os nossos recursos. Minha presença aqui, em hora de tantas preocupações, traz a mensagem de estímulo aos pioneiros e a confiança no futuro dos filhos da Amazônia. O governo concentrará todos os seus esforços para a exploração racional e tanto quanto possível imediata do petróleo do Amazonas” (11).

Na manhã do dia 28, o presidente Café Filho e o governador Plínio Coelho, ladeados pelo presidente da PETROBRÁS, engenheiro Artur Levy (12), pelo presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado Edson Stanislau Afonso, pelos representantes de Itacoatiara na referida Casa Legislativa, deputados Vital de Mendonça (13), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Tércio Araújo (14), do Partido Social Democrático (PSD), Horácio Alencar (15), do Partido Democrata Cristão (PDC), e outras autoridades estaduais, aportaram em Nova Olinda do Norte sob um intenso foguetório e saudados por uma grande multidão.

Da lancha/motor que os conduzia desceram na balsa da PETROBRÁS, ali improvisada em cais acostável, onde foram formalmente recebidos pelos cerimonialistas do governo do Estado, pelo engenheiro-

chefe da Base de Nova Olinda, pelo prefeito de Itacoatiara Teodorico Nunes (16), pelo presidente da Câmara Municipal Adamastor de Figueiredo (17), juiz de Direito Edson Araújo (18), promotor de Justiça Geraldo Pinheiro (19), vereadores Acácio Leite (20), Francisco Ataíde (21), Camilo de Vasconcellos (22) e outras personalidades.

Em Nova Olinda, várias homenagens foram tributadas ao presidente da República. Foi um dia de conagração, recheado de emoção e muitos discursos. Descontraído, atento aos fatos, Café Filho sentiu-se alegre ao receber o carinho do povo. Impressionou-o fortemente a demonstração feita por um dos engenheiros da PETROBRÁS confirmando a existência de petróleo em Nova Olinda; pôde ver, ao lado do governador do Amazonas, jatos do óleo bruto retirado do poço NO-1-AM espirrando para o alto, com força e poucos claros de separação. Segundo uma nota de imprensa: Uma cena indescritível, um gesto realmente simbólico e patriótico!

Antes de deixar a região do Madeira, ao entardecer daquele memorável dia, João Café Filho foi presenteado por um operário da PETROBRÁS com uma garrafa com petróleo, cuja fotografia foi estampada em vários jornais do País. No dia seguinte, deixaria Manaus no rumo da capital da República.

A descoberta de petróleo em Nova Olinda deu-se um ano após a criação da PETROBRÁS. Segundo o jornalista Flávio Bosco,

“[...] A empresa montava a pesquisa de petróleo no ‘Inferno Verde’ e virou símbolo de desenvolvimento na região amazônica. Em 1955, um dos primeiros poços perfurados na Bacia do Médio Amazonas [...] produz óleo. A primeira descoberta de grande volume após a criação da Petrobrás geraria grandes esperanças e intensificaria a campanha amazônica. O general Juarez Távora, então chefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho, faz uma exposição pelo rádio, comparando o resultado de Nova Olinda com a produção na Venezuela, para concluir que em breve o país seria auto-suficiente. Até o New York Times noticiou a descoberta como ‘a mais ruidosa

do mundo desde as descobertas no Oriente Médio'. Mas a empolgação daria lugar à frustração: o poço não chegou a produzir três mil barris, e depois de várias outras perfurações, a área foi abandonada ao fim da década" (23).

Conforme acima referenciado, João Café Filho foi deputado federal duas vezes, pelo Rio Grande do Norte. Além de haver se insurgido em 1935 contra a Lei de Segurança Nacional, denunciou em 1937 o Plano Cohen (24) como uma tapeação militar para legitimar a ditadura do Estado Novo. Ainda no Parlamento Nacional fez campanha contra o cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a extinção do mandato dos parlamentares nele inscritos e defendeu o divórcio. Ameaçado de prisão, asilou-se na Argentina retornando ao Brasil em 1938. Um dos fundadores do Partido Republicano Progressista (PRP), nas eleições de 1950 teve o seu nome lançado à vice-presidência pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, líder-mor do Partido Social Progressista (PSP). Eleito companheiro de chapa de Getúlio Vargas, com uma diferença de 200 mil votos para o segundo colocado, Odilon Duarte Braga (1894-1958), da União Democrática Nacional (UDN), Café Filho passou a presidir o Senado Federal, missão que a Constituição democrática de 1946 atribuiu aos vice-presidentes da República. Com o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, foi alçado à chefia do governo federal.

O governo de Café Filho foi marcado pelas medidas econômicas liberais comandadas pelo economista Eugênio Gudin Filho (1886-1986). Afastado da Presidência por motivos de saúde, em 8 de novembro de 1955, em lugar de Café Filho assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz (25). Por pressão do ministro da Guerra, general Henrique Lott, o presidente Carlos Luz foi deposto e impedido de governar, assumindo a Presidência interinamente Nereu Ramos (26), então vice-presidente do Senado Federal, ocasionando um estado de sítio e o impedimento de Café Filho, medida que foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 22 de novembro de 1955, e confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro.

NOTAS

1 – Cf. prêambulo do livro *Do Sindicato ao Catete – Memórias Políticas e Confissões Humanas*, escrito pelo próprio Café Filho em 1965 e publicado no ano seguinte. É dividido em 2 volumes que somam 637 páginas, e tem o prefácio do jurista e historiador Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Cf. CAFÉ FILHO (1966).

2 – Distritos municipais: à época, segundo o decreto-lei federal nº 1.186, de 31/12/1943, republicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 31/01/1944, Itacoatiara contava como os seguintes distritos: a sede do Município e os povoados de São José do Amatari, Ambrósio Aires e Murutinga, aí incluídos os subdistritos de Curupira e Maracá abrangendo a área ocupada por Nova Olinda – situação essa que, de acordo com o IBGE, permaneceu com a divisão territorial de 1º/07/1955. Cf. PORTAIS do IBGE, SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

3 – Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB): criado pelo decreto nº 6.323, de 10/01/1907, com a finalidade de estudar a estrutura geológica, a mineralogia e os meios e recursos minerais do território brasileiro. Em 1936 passou a chamar-se Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Em 1969 passou à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), instituída pelo decreto-lei nº 764, de 15/08/1969, como empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a missão estratégica de organizar e sistematizar o conhecimento geológico do Brasil. Cf. PORTAL do Ministério das Minas e Energia e PORTAL da CPRM.

4 – Rio Madeira: principal afluente do rio Amazonas, mede cerca de 3.300 m de extensão. Nasce em território boliviano, na Cordilheira dos Andes. Após ultrapassar as terras da Bolívia, banha os territórios dos estados brasileiros de Rondônia e Amazonas. Largura média da calha: 450 m (época de poucas chuvas) e 9.700 m (época de muitas chuvas). Período de maior vazão: dezembro a maio (período chuvoso). Principais hidrelétricas: Usina de Jirau e Usina de Santo Antonio. Área perfeitamente navegável: entre Porto Velho e sua foz no rio Amazonas, nas proximidades da cidade de Itacoatiara. A boca do Madeira foi descoberta em 10/06/1542 pelo navegador e capitão espanhol Francisco de Orellana (c.1511-1546), e colocou esse rio pela primeira vez no mapa mundial. O rio Madeira, desde a metade do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), vem sendo corrigido e balizado e, assim, utilizado como ponte hidrográfica até o rio Amazonas para escoar a produção mato-grossense de grãos, através de balsas granulárias no trecho Porto Velho-Itacoatiara e, desta cidade, em cargueiros transatlânticos até os portos da Europa e Estados Unidos. A hidrovía do Madeira começou a funcionar, efetivamente, em 8/03/1997, com o embarque das primeiras toneladas de soja no terminal graneleiro de Porto Velho com destino a Itacoatiara, marcando o início da ampliação da fronteira agrícola regional, passando o Estado do Amazonas à condição de corredor natural de exportação de grãos. Cf. LOUREIRO (1978), BITTENCOURT (1985), REIS (1989), SILVA (1997/2), ACUÑA (1994), SILVA (1998), SILVA (2013), SILVA (2017) e HERMASA/antaq.gov.br.

5 - Cf. Jornal A Crítica, de 19/04/2005. Referido órgão de imprensa pertence à Rede Calderaro de Comunicações. Fundado em Manaus em 19/04/1949 pelo jornalista Umberto Calderaro Filho (1927-1995) e sua esposa, a professora e assistente social Ritta de Cássia Araújo Calderaro (1928-2016), A Crítica é líder de circulação no Estado do Amazonas e um dos mais premiados da Região Norte do Brasil. Com a morte de dona Rita Calderaro, em 25/06/2016, assumiu a presidência do Grupo a jornalista Cristina Calderaro, filha única do falecido casal. Cf. PORTAL <https://www.acritica.com>

6 - Plínio Ramos Coêlho (1920-2001). Natural de Humaitá/AM. Advogado, professor e jornalista. Foi deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1951-1955) e governador do Estado do Amazonas (1955-1959 e 1963-1964). Deflagrado o golpe militar de 1964, em 13 de junho desse ano teve seu mandato de governador cassado e seus direitos políticos suspensos. Membro da Associação Amazonense de Professores, da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense de Letras Jurídicas. Cf. FGV/CPDOC, FIGUEIREDO (2011), SILVA (2015), SILVA (2019) e PORTAIS da Câmara dos Deputados, da Associação Amazonense de Imprensa e da Academia Amazonense de Letras.

7 - Município de Nova Olinda do Norte. criado no Governo Plínio Ramos Coelho (1955-1959) pela Lei estadual nº 96, de 19/12/1955, e instalado em 31/01/1956. Consta da ementa da Lei: Desmembra do Município de Itacoatiara os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga, para constituir o novo Município de Autazes, e parte do distrito-sede do Município de Itacoatiara para formar o novo Município de Nova Olinda do Norte. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998) e PORTAL do IBGE.

8 - Cf. Jornal A CRÍTICA, de 15/03/1955.

9 - Cf. Jornal citado, da mesma data.

10 - Em registro anterior havíamos, equivocadamente, mencionado o avião presidencial modelo Lodestar FAB VC-66, da Força Aérea Brasileira. De acordo com o Guia dos Arquivos do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, em 15/02/1955 o então coronel Ernesto Geisel fora nomeado subchefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho, e foi ele quem organizou o arquivo audiovisual que contém o seguinte registro: "Viagem de Sua Excelência o Sr. Presidente da República Dr. João Café Filho à Nova Olinda, no avião PP-CDW da Cruzeiro do Sul". Cf. www.fgv.br/cpdoc/arquivo-pessoal/EG/audiovisual/viagem...

11 - Cf. Jornal A CRÍTICA, de 28/03/1995.

12 - Artur Levy (1902-1993). Engenheiro militar, nascido em Cuiabá/MT. Com a criação da PETROBRÁS, em outubro de 1953, Levy foi escolhido pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, para integrar a primeira diretoria da empresa. No ano seguinte tornou-se membro da Comissão de Incorporação de Bens, ocasião em que deixou a função de representante do Ministério da Guerra junto ao Conselho Nacional de Petróleo. Foi o segundo presidente da PETROBRÁS (1954-1956), substituindo ao general Juracy Magalhães (1905-2001). Cf. FGV/CPDOC, PETROBRÁS (1976) e QUAGLINO (1993).

13 - Antônio Vital de Mendonça (1925-1955). Nascido em Itacoatiara, foi vereador (1948-1951 e 1952-1955). Eleito deputado estadual, faleceu quando ainda não completara sete meses de mandato, em 9/08/1955, vítima de um desastre de aviação quando, com mais três companheiros, sobrevoava o local de onde partiria a Estrada Manaus-Itacoatiara (AM-010). Face ao trágico acontecimento, o Governo do Estado denominou de Rodovia Antônio Vital de Mendonça a AM-010. Também nomina a principal Escola de 1º e 2º graus da cidade, pertencente à rede estadual de ensino - a antiga Escola Comercial de Itacoatiara. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010), SILVA (2015) e SILVA (2019).

14 - Tércio Araújo da Silva (c.1927-c.1999). Natural de Itacoatiara. Filho do pastor protestante e músico Firmino Rodrigues da Silva (1887-1952) e de dona Leolina Araújo da Silva (1894-1982). Foi deputado estadual (1951-1955 e 1955-1959) e prefeito do Município de Autazes. Cf. SILVA (1998).

15 - Horácio Girão de Alencar (1921-1994). Odontólogo, suplente de deputado estadual, por duas vezes (1955 e 1956) assumiu eventualmente Assembleia Legislativa do Amazonas. Foi diretor de Imprensa, Turismo e Propaganda (DITPEA) do segundo Governo de Plínio Ramos Coelho (1963-1964). Cf. SILVA (1998).

16 - Teodorico de Almeida Nunes. Descendente do Estado do Pará, chegou a Itacoatiara em meados de 1940, empregando-se na firma de Antonio Araújo Costa. Suplente de vereador, assumiu a Câmara Municipal em 1949. Prefeito municipal eleito em 16/12/1951, tomou posse em 12/01/1952, mas teve seu mandato cassado pela Câmara em 8/07/1955. Suplente de deputado estadual, assumiu a Assembleia Legislativa do Amazonas em 1956. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

17 - Adamastor Onety de Figueiredo (1905-1959). Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara (1952-1956 e 1956-1959). Presidiu a Casa em 1952, 1955 e 1956-1957. Prefeito municipal interino em 1952-1953 e 1955-1956. Foi casado com a emérita professora Olga Rego de Moraes Figueiredo (1909-1991): natural de Manaus, veio para Itacoatiara em 1934. Ex-diretora da Escola Comercial de Itacoatiara; primeira mulher do Amazonas a concorrer a um cargo eletivo majoritário (prefeita de Itacoatiara: eleições de 3/10/1959), embora sem êxito. Adamastor de Figueiredo faleceu no Rio de Janeiro, em 1959, e seus ossos foram transladados para Itacoatiara. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

18 - Edson Marques de Araújo (1904-1984). Juiz de Direito da Comarca de Itacoatiara em 1950-1961. Um dos fundadores da Associação Pró-Ensino do Município de Itacoatiara, instalada na antiga sede do Botafogo Futebol Clube em 4/08/1952, e seu primeiro primeiro presidente (1952-1953). Dois dias depois, sob o patrocínio da referida entidade, seria fundada a Escola Comercial de Itacoatiara, raiz da Escola estadual de 1º e 2º graus Deputado Antônio Vital de Mendonça. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

19 - Geraldo de Macedo Pinheiro (1920-1996). Natural de Manaus. Antrópologo e jurista. Foi promotor de Justiça de Itacoatiara (1953-1957), Procurador de Justiça do Amazonas, secretário de Interior e Justiça do Estado e membro do Instituto Geográfico

e Histórico do Amazonas. O historiador, sociólogo e professor da UFRJ José Ribamar Bessa Freire, em artigo publicado na imprensa de Manaus, em 29/03/1996, disserta a respeito desse amazonense: “Geraldo Pinheiro era um erudito. Dominava vários idiomas, inclusive o alemão, cujos rudimentos básicos aprendeu ainda com o padre Paulino, no Colégio Dom Bosco. Quando no Amazonas sequer existia universidade e ninguém falava em antropologia, ele já ensaiava os primeiros passos na compreensão do outro, do diferente, ao lado de seu amigo autodidata Nunes Pereira. Manteve contatos estreitos com a magia e os pajés de Curt Nimuendaju, com os santos e visagens de Eduardo Galvão, com a cozinha indígena estudada por Nunes Pereira. Trocava cartas e figurinhas com grandes cientistas nacionais e estrangeiros, como Lévi-Strauss, Alfred Metraux [...] Roger Bastide, Egon Schaden, Harald Schultz, Harold Sioli, Peter Paul Hilbert, Hebert Baldus, Walter Egler e tantos outros que se dedicaram a estudar os mais variados aspectos da Amazônia. [...] Além de sua biblioteca particular, organizada durante décadas com preciosidades raras, ele era um arquivista ambulante, que se mantinha permanentemente atualizado com a realidade e com a ciência contemporânea. [...] Pessoalmente, publicou pouco. Apesar disso, o antropólogo canadense Chester Gabriel, em seu trabalho sobre a origem dos cultos africanos no Brasil, tira o chapéu com muita reverência para Geraldo Pinheiro, situando-o como a grande referência no Amazonas, especialmente pelos seus trabalhos sobre a comunidade negra”. [...] A opinião pública amazonense conhece o advogado competente e o profissional honesto, que exerceu funções jurídicas na administração pública. Lembra-se, seguramente, do secretário de Justiça, na década de 70, que dispensou carro com motorista, honrarias, mordomias e badalações, e que olhava o poder com profunda ironia e refinado humor. Mas suas atividades acadêmicas e intelectuais talvez acabaram sendo mais conhecidas fora do Amazonas. A grande contribuição do doutor Geraldo consistiu em demonstrar que a influência negra na cultura de Manaus se verificou nos batuques, na religião, na vida cidadina e na produção moral e intelectual da cidade”. O cientista Geraldo Pinheiro foi homenageado pela Prefeitura de Manaus com a aposição de seu nome na Escola Municipal Doutor Geraldo Pinheiro e pelo Ministério Público do Amazonas, na Biblioteca Procurador de Justiça Geraldo de Macedo Pinheiro. Cf. SILVA (1998), SILVA (1999), SILVA (2004) e BESSA FREIRE www.taquiprati.com.br.

20 - Acácio Soares de França Leite (1913-1982). Natural de Autazes/AM. Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara (1952-1956 e 1964-1968), da qual foi presidente em 1952 e 1965-1966. Prefeito do Município (1960-1963) e, na qualidade de suplente de deputado estadual, assumiu a Assembleia Legislativa do Amazonas em 1968. Cf. SILVA(1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

21- Francisco Ferreira Ataíde (1915-1997). Natural de Itacoatiara. Farmacêutico e grande tribuno. Foi vereador (1948-1951, 1952 e 1960-1964), presidente da Câmara Municipal (1947-1949 e 1964) e prefeito interino de Itacoatiara (1949 e 1964). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

22 - Camilo de Menezes Vasconcellos Dias (1911-1986). Natural de Itacoatiara, trabalhou muitos anos para a empresa Ezagui, Irmãos & Cia., de representação e

comércio. Foi vereador (1948-1951, 1952-1956 e 1959), vice-presidente (1948) e presidente (1950-1951, 1952 e 1955-1956) da Câmara Municipal de Itacoatiara. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

23 - Cf. artigo Aprender Fazendo, do referido autor, in Revista Petro & Química, Edição 252, São Paulo, Setembro de 2003: www.petroquimica.com.br/edições...

24 - Plano Cohen: documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Mais tarde ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937 e a continuação de Getúlio Vargas no poder. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1970) e ABREU (2001).

25 - Carlos Coimbra da Luz (1894-1961). Nasceu em Três Corações/MG. Advogado e jornalista. Vereador em Leopoldina/MG (1923) e prefeito dessa cidade (1924-1926 e 1927-1931). Secretário estadual de Agricultura e Viação (1932-1933). Secretário do Interior (1934). Deputado federal por MG (1935-1937, 1947-1951 e 1951-1954). Presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro (1939-1945). Ministro da Justiça (1946). Estando na presidência da Câmara dos Deputados e, face ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954 assumiu a Presidência da República em substituição ao vice-presidente Café Filho, cargo em que permaneceu por apenas quatro dias (8 a 11 de novembro), sendo deposto pelo general Henrique Lott, e substituído pelo 1º vice-presidente do Senado Federal, Nereu Ramos. Cf. PORTAL da Câmara dos Deputados, FGV/CPDOC, SILVA (1954), BENEVIDES (1961) e CAFÉ FILHO (1966).

26 - Nereu de Oliveira Ramos (1888-1958). Natural de Lajes/SC. Jornalista e professor. Deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1910-1912 e 1919-1921). Deputado federal (1930-1934). Governador do Estado (1935-1937). Interventor federal do Estado (1937-1945). Deputado federal (1947-1951). Senador (1951-1954). Como 1º vice-presidente do Senado, à época, era o terceiro na linha sucessória – por isso em 11/11/1955, assumiu a Presidência da República em virtude do impedimento do presidente Carlos Luz. No dia 31/01/1956, Nereu Ramos passou o governo a Juscelino Kubitschek, de quem se tornou ministro da Justiça, cargo que exerceu até 4/11/1957). Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1954), BENEVIDES (1961) e CAFÉ FILHO (1966).



O presidente João Café Filho chega ao sítio Nova Olinda (atual município de Nova Olinda do Norte), para testemunhar a descoberta de petróleo em plena selva amazônica. À esquerda, de paletó negro e cigarro à boca, o governador do Amazonas Plínio Ramos Coelho. Ao centro, de paletó branco, o presidente da República acompanhado de assessores e membros do alto escalão da PETROBRÁS. Foto de A. Müller (1955). Acervo: FGV/CPDOC: www.fgv.br/cpdoc/arquivo-pessoal-EG/audiovisual/viagem-de-sua-excelencia-o-sr-presidente-da-republica-dr-joao-cafe-filho-a-nova-olinda...



O presidente João Café Filho, visivelmente emocionado, assiste à demonstração feita por um dos engenheiros da PETROBRÁS confirmando a existência de petróleo em Nova Olinda do Norte. Foto de A. Müller (1955). Acervo: FGV/CPDOC - www.fgv.br/cpdoc/arquivo-pessoal-EG/audiovisual/viagem-de-sua-excelencia-o-sr-presidente-da-republica-dr-joao-cafe-filho-a-nova-olinda...



PRESIDENCIÁVEL | PRESIDENTE

JUSCELINO KUBITSCHEK

Juscelino Kubitschek de Oliveira. Médico, nascido na cidade de Diamantina/MG, no dia 12 de setembro de 1902. Foi chefe do Gabinete Civil do Governo do Estado de Minas Gerais (1933-1934). Em abril de 1934 filiou-se ao Partido Progressista de Minas (PP), com o objetivo de concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro seguinte, do que resultou ser eleito para seu primeiro mandato parlamentar, iniciado em maio de 1936. Ante a necessidade de permanecer no Rio de Janeiro, então capital da República, licenciou-se do cargo que ocupava no Hospital Militar, bem como das funções que exercia na Santa Casa de Belo Horizonte. Com a decretação do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional (1937), Juscelino perdeu seu mandato na Câmara e retornou à medicina. Na sequência, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), participou da criação do PSD em Minas, elegeu-se deputado federal (1946-1950) e governador do Estado (1951-1955). Concorreu à Presidência da República pela coligação PSD-PTB, tendo como vice João Goulart (1918-1976). Eleito, tomou posse em 31 de janeiro de 1956, após grave crise política. Com o fim de seu mandato, elegeu-se senador pelo Estado de Goiás (1962-1964). Após o golpe militar de 1964 teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos. Exilado, retornou ao Brasil em 1967. JK foi 20º presidente Brasileiro. Faleceu no dia 22 de agosto de 1976, em um acidente automobilístico no km 165 da Rodovia Presidente Dutra, em São Paulo.

JUSCELINO KUBITSCHKEK DE OLIVEIRA, que ficou também conhecido como JK, foi um homem de grande habilidade política, um conciliador. Proferiu muitas frases inteligentes. Destacamos duas delas: “Não nasci para ter ódio, nem rancores, nasci para construir” e “Costumo voltar atrás, sim. Não tenho compromisso com o erro”.

Quando em abril de 1955 ele pisou o solo de Itacoatiara, era apenas um pretendente à cadeira presidencial, vale dizer: tinha qualidades para ser eleito e/ou possibilidade de o ser. A respeito dessa curta passagem, escrevi em 1998:

1955: 6 de abril. Juscelino Kubitschek, candidato à Presidência da República, chega a Itacoatiara e realiza comício. Procedente do Baixo Amazonas e a caminho de Manaus, o candidato pelo PSD (Partido Social Democrático) chegou às 17:00 horas, transportado em um hidroavião da Panair do Brasil. Postado de pé em um dos bancos da Praça da Matriz, defronte à loja A Pernambucana (1), o grande brasileiro dirigiu a palavra à pequena multidão que o assistia. Saudado pelo médico do SESP e futuro deputado estadual José Mendes (2), foi servido de um copo d’água levado a seu pedido pelo jovem João dos Santos Lopes, balconista dessa loja (3).

Após finalizar seu improvisado comício, JK adentrou na Igreja Matriz da cidade, ajoelhou-se diante da imagem da Senhora do Rosário, fez uma breve oração e se despediu. Deixou Itacoatiara quase ao anoitecer dirigindo-se a Manaus onde deu seguimento à campanha vitoriosa que o levaria ao Palácio do Catete. Em entrevista aos jornais da capital disse que, se eleito, multiplicaria todos os esforços no sentido de tornar realidade a exploração do petróleo no Amazonas.

Depois, já presidente da República, JK retornaria duas vezes ao nosso Estado: em abril de 1956, para conhecer o trabalho da PETROBRÁS em Nova Olinda do Norte; e em janeiro de 1957, para inaugurar a Refinaria de Manaus (REMAN). Por óbvio, trataremos aqui apenas da viagem presidencial de 1956.

Quatro meses antes, ou seja, no final de 1955, Nova Olinda havia sido elevada à condição de cidade-sede do Município homônimo, desmembrado do de Itacoatiara. Porém, a despeito de ganhar independência política, o novo município continuaria por pelo menos uma década dependendo social e economicamente de Itacoatiara - este um município polo e com forte influência sobre toda a região do Médio Amazonas.

Afora os discursos laudatórios e de presságio ao bom futuro, pronunciados quando da cerimônia de instalação municipal, pouco ou quase nada mudaria. Nova Olinda continuava no mesmo ramerrão. A descoberta de petróleo alimentou sonhos impossíveis. Seis anos depois, a euforia cairia por terra, a esperança de melhores dias resultaria inócua: um dos relatórios de Walter Kink (4) descartou a probabilidade de se produzir petróleo na Amazônia em escala industrial, pelo menos naquele estágio de evolução da geofísica.

Segundo registros oficiais da época,

Para uma visita de dois dias ao Amazonas, que inclui uma inspeção aos trabalhos da PETROBRÁS, na região de Nova Olinda, chegou a Manaus, ontem à tarde [18 de abril de 1956], o presidente Juscelino Kubitschek. No aeroporto de Ponta Pelada, onde pousou o avião presidencial às 14:30 horas, achavam-se presentes o governador Plínio Coelho e senhores secretários, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Edson Stanislau Afonso, o desembargador Rocha Carvalho, presidente do Tribunal de Justiça, o prefeito de Manaus senhor Stênio Neves, o brigadeiro Nelson Wanderley, comandante da 1ª Zona Aérea, o coronel Victor Leitão, comandante da Guarnição Federal do Amazonas, outras autoridades federais e estaduais, além de grande número de populares (5).

O avião presidencial (6) partiu do Rio de Janeiro e, antes de alcançar Manaus, fez escalas em Anápolis e nas bases aéreas de Cachimbo e Jacareacanga, no Estado do Pará. Da comitiva, sem citar o staff

presidencial, faziam parte o presidente da Petrobrás Janary Nunes (7), diversos parlamentares federais da chamada 'bancada nortista', entre os quais o deputado Francisco Pereira da Silva (8) que foi um caloroso companheiro de propaganda de Juscelino Kubitschek.

À tarde, o presidente foi homenageado em sessão especial da Assembleia Legislativa do Amazonas. E, à noite, no banquete que lhe foi oferecido, no Ideal Clube, discursou sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, afirmando entre outras coisas:

"A Amazônia não pode ser apenas um tema literário, um assunto internacional, um paraíso de histórias exóticas, um campo para aventureiro em busca de emoções novas. A Amazônia não é mais um mundo ao nascer, um mundo estirando os braços ao seu despertar. A Amazônia é um problema de governo que deve ser colocado com grandeza e exatidão. É mais do que um problema de governo: é na verdade um problema de consciência da nacionalidade. [...] Aqui estive por diversas vezes, candidato à Presidência da República, e fiz promessas concretas. Volto presidente, no pleno exercício do meu cargo, para dizer-vos que não é em vão que aqui estou (...). Vim para dizer-vos que o candidato e o presidente não são duas pessoas diferentes, mas uma só, solidariamente unida no cumprimento das promessas feitas. [...] Tudo leva a crer que teremos, em breve, notícias positivas para dar ao povo desta região e de todo o País" (9).

O governo de Juscelino Kubitschek entrou para história do País como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira. Na área econômica, o lema do governo foi Cinquenta Anos em Cinco.

Consoante o escritor e economista mineiro Carlos Alberto Teixeira de Oliveira,

“JK assumiu a Presidência em 1956 e, para que a sua ambiciosa estratégia de crescimento funcionasse, tinha como objetivo desenvolver economicamente o País priorizando o processo de industrialização. Dessa forma, traçou o Plano de Metas.

Os investimentos seriam direcionados a diversos setores. A maioria dos recursos foi destinada à energia (fornecimento) e transporte – construção e ampliação de estradas. Mas ainda houveram repasses para a área de alimentação e para as indústrias de base. Entretanto, para que tudo isso acontecesse, o então presidente determinou que o Estado deveria intervir na economia e, dessa forma, abriu as portas para o capital estrangeiro. [...] Além da fundação de Brasília, (21 de abril de 1960), outros pontos importantes do governo JK foram: as indústrias automobilística e de construção naval e a [criação da] SUDENE (10).

A prioridade dada ao crescimento e desenvolvimento econômico do País recebeu apoio de importantes setores da sociedade, incluindo os militares, os empresários e sindicatos trabalhistas. O acelerado processo de industrialização registrado no período, porém, não deixou de acarretar uma série de problemas de longo prazo. O governo realizava investimentos no setor industrial a partir da emissão monetária e da abertura da economia ao capital estrangeiro” (11).

E, agora, aduzimos nós: a emissão monetária, durante o governo de Juscelino Kubsticheck, ocasionou um agravamento do processo inflacionário, enquanto que a abertura da economia ao capital estrangeiro gerou uma progressiva desnacionalização econômica, devido a que as chamadas multinacionais passaram a controlar setores industriais estratégicos. O controle estrangeiro sobre a economia brasileira era preponderante nas indústrias automobilísticas, de cigarros, farmacêutica e mecânica. Em pouco tempo, as multinacionais começaram a remeter grandes remessas de lucros para seus países de origem (12).

Portanto, se por um lado o Plano de Metas alcançou os resultados esperados, por outro, foi responsável pela consolidação de um capitalis-

mo extremamente dependente que sofreu muitas críticas e acirrou o debate em torno da política desenvolvimentista.

A gestão de Juscelino Kubitschek também foi marcada pela implementação de um ambicioso programa de obras públicas com destaque para construção da nova capital do Brasil. Em razão de seu arrojado projeto arquitetônico, a construção da cidade de Brasília tornou-se o mais importante ícone do processo de modernização e industrialização do Brasil daquele período.

O responsável pelo projeto arquitetônico de Brasília foi Oscar Niemeyer (13), enquanto que o projeto urbanístico ficou a cargo de Lúcio Costa (14). Por conta disso, destacam-se essas duas personalidades, mas é preciso ressaltar que administradores ligados ao presidente JK, como Israel Pinheiro (15) e Bernardo Saião, também foram figuras importantes no projeto. As obras de construção de Brasília duraram mais de três anos. A cidade foi inaugurada pelo presidente em 21 de abril de 1960.

Os experts em Ciência Política são unânimes em afirmar que, em comparação com os governos democráticos de antes e após Juscelino Kubitschek, seu mandato presidencial apresenta o melhor desempenho no que se refere à estabilidade política. A aliança entre o PSD e o PTB garantiu ao Executivo Federal uma base parlamentar de sustentação e apoio político que explica os êxitos da aprovação de programas e projetos governamentais. O PSD – um partido conservador, que representava interesses de setores agrários, da burocracia estatal e da burguesia comercial e industrial – era a força dominante no Congresso, pois possuía o maior número de parlamentares e o maior número de ministros no governo. O PTB, ao contrário, reunia lideranças sindicais representantes dos trabalhadores urbanos mais organizados e setores da burguesia industrial. O êxito da aliança entre os dois partidos deveu-se ao fato de que ambos evitaram radicalizar suas respectivas posições políticas, ou seja, conservadorismo e reformismo radicais foram abandonados.

Na sucessão presidencial de 1960 se apresentaram como candidatos: Jânio Quadros (16), apoiado pela UDN; Henrique Teixeira Lott (17), pelo PTB aliançado com o PSB (Partido Socialista Brasileiro); e Ademar de Barros, pelo PSP (18). A vitória coube a Jânio Quadros, que obteve seis milhões de votos. À época, as eleições para presidente e vice-presidente da República ocorriam separadamente. Assim, o candidato da UDN a vice-presidente era Milton Campos (19), mas quem venceu foi o candidato do PTB, João Goulart (20), que a partir dali iniciaria seu segundo mandato como vice-presidente.

Nas eleições realizadas em 3 de outubro de 1960, o candidato Jânio Quadros obteve esmagadora vitória, apesar da reeleição do vice-presidente João Goulart. Em 31 de janeiro de 1961, Kubitschek transmitiu o poder ao novo presidente e nas eleições extraordinárias realizadas em 4 de junho de 1961, Juscelino elegeu-se senador pelo Estado de Goiás, na legenda do PSD.

Em 25 de agosto de 1961, a renúncia do presidente Jânio Quadros criou uma crise em Brasília, resolvida precariamente com a posse do presidente João Goulart que teve os poderes limitados através da adoção, pelo Congresso, de uma emenda constitucional instituindo no Brasil o sistema de governo parlamentarista. Em janeiro de 1962 um plebiscito determinava a volta do presidencialismo, com João Goulart na chefia do governo.

Os grupos ligados ao presidente propunham reformas econômicas de longo prazo, as chamadas “reformas de base”. Porém, seus opositores seduziram os militares, com o argumento de que as reformas propostas eram de inspiração comunista. Em 31 de março de 1964 eclodiu o movimento militar que depôs o presidente João Goulart. Em 8 de junho foi baixado um ato cassando o mandato do senador Juscelino Kubitschek e suspendendo seus direitos políticos por dez anos. Melancolicamente, terminava ali a carreira política desse grande brasileiro.

Linhas atrás, noticiamos que o presidente Juscelino Kubitschek chegou a Manaus no dia 18 de abril de 1956. Agora prosseguimos...

No dia seguinte, para ir conhecer os poços petrolíferos do Médio rio Madeira, JK, alguns de seus principais assistentes, o governador Plínio Ramos Coelho, o presidente da PETROBRÁS e outras altas autoridades, deixaram Manaus embarcados em dois Catalinas da FAB (21). Na noite anterior, em um confortável navio da frota dos SNAAP, dezenas de outras personalidades – o prefeito de Manaus, o bispo diocesano dom Alberto Gaudêncio Ramos (22), parlamentares estaduais, militares, comunicadores, empresários, sindicalistas, além de curiosos interessados em participar das comemorações, ver, saber, informar-se a respeito do petróleo e conhecer o presidente, tomaram o rumo de Nova Olinda do Norte.

Na antevéspera, para recepcionar o presidente JK, tanto na capital quanto em Nova Olinda do Norte, haviam chegado a Manaus, procedentes de Belém: o comandante da 1ª Zona Aérea brigadeiro Nelson Wanderley, o superintendente da SPVEA Waldir Bouhid (23) o diretor-geral dos SNAAP Darcy Caldeira e o presidente do BASA, José da Silva; de Porto Velho: o governador do Território Federal (atualmente Estado) de Rondônia José Ribamar Miranda; e de Boa Vista: o governador do Território Federal de Rio Branco (atualmente Estado de Roraima) Clóvis Barbosa, e o deputado federal Félix Araújo.

De Itacoatiara seguiram para Nova Olinda do Norte: o prefeito Raimundo Perales (24); os vereadores Adamastor de Figueiredo (presidente da Câmara), Luiz da Paz Serudo Martins (vice-presidente), Arnóbio Oliveira (25) e João Valério (26); o juiz de Direito Edson Marques de Araújo; o promotor de Justiça Geraldo de Macedo Pinheiro e o tabelião Pedro Rodrigues Bezerra (1920-c.1981); o vigário padre Alcides de Albuquerque Peixoto (1911-1998); o coletor federal Estácio de

Albuquerque Alencar; o administrador da Mesa de Rendas Estadual Elias dos Santos Ferreira (1922-2007); os gerentes das agências do Banco do Brasil, Sebastião Higino de Vasconcellos Dias (1918-1994), e do BASA, Almir Andrade de Menezes (1922-c.2009); o servidor municipal Paulo Gomes da Silva (27); e vários comerciantes e servidores públicos municipais.

A comitiva itacoatiarense aproveitou o ensejo para entregar um memorial ao presidente pleiteando a solução dos graves problemas municipais, principalmente o da energia elétrica: há cerca de 10 anos as ruas da cidade, à noite, viviam na mais completa escuridão. A falta de energia obstaculizava-lhe o desenvolvimento. Ao receber o documento das mãos do prefeito Raimundo Perales, ali mesmo JK o repassou a Waldir Boudir recomendando prioridade ao assunto. Em breve a iluminação pública e domiciliar em Itacoatiara seria um assunto superado: em 1958, graças à liberação de recursos federais, através da SPVEA, foram inauguradas a rede de distribuição elétrica e a nova usina de luz dotada de dois possantes motores a diesel.

Naquele ensolarado dia 19 de abril de 1956, o presidente JK sobrevoou a região compreendida entre a foz do Madeira e o rio Abacaxis. Ao descer em Nova Olinda do Norte foi festejado com abraços e delirantemente aplaudido. Chegou a chorar lágrimas de emoção quando viu despejar o petróleo: ele próprio dirigiu a demonstração acionando o poço pioneiro. No fim da tarde voltaria à capital amazonense e, dali, ao Rio de Janeiro.

Nos dois anos que se seguiram à data histórica de 13 de março de 1955 – dia em que jorrou petróleo em Nova Olinda do Norte –, outras cinco perfurações foram feitas nas proximidades do poço pioneiro NO-1-AM. O período de euforia e esperança teve, no entanto, curta duração. O petróleo voltou a jorrar no poço NO-2-AM, localizado na Ilha de Maracá, mas a Petrobrás, acatando os argumentos lavrados no chamado “Relatório

Link”, alegou que “o hidrocarboneto da região não tinha valor comercial e determinou o fechamento dos poços” (28).

Tal relatório reporta os resultados do trabalho do geólogo norte-americano Walter Link que, durante seis anos, chefiou o projeto de exploração da PETROBRÁS, cuja falta de resultados levou-o a deixar às pressas o nosso País, em 1960, acusado de sabotagem por jornalistas e políticos nacionalistas. Em 2005, meio século após a entrada em operação do poço pioneiro de Nova Olinda, um dos trabalhadores que vivenciaram aquele momento histórico, Jeremias Gomes da Costa, daria a seguinte informação:

“Nós derramamos sessenta sacos de cimento de 50 quilos da marca Zebu no poço N0-1-AM. Na torre N0-2-AM foram derramados quarenta sacos de cimento puro. Tinha que tapar... Eu sempre achei que tinha dedo dos americanos, porque eles não queriam que desse petróleo aqui. Não queriam porque nós íamos deixar de comprar deles. Em minha opinião há muito petróleo e gás em Nova Olinda” (29).

Entre 1947 e 1964, como em todo o Brasil Itacoatiara respirava liberdade. A Constituição Federal de 1946 sepultara a Era Vargas e a partir dali a cidade foi em busca de descobrir novas lideranças. Era um tempo em que a classe média encorajava-se no plano político. A questão crucial era aprimorar a Democracia e proporcionar o maior engajamento da sociedade nos destinos da cidade, do Estado e do País. Predominava o espírito de participação, avultava o desejo de expressar e ouvir opiniões, de discutir os problemas regionais, nacionais e até internacionais. A Câmara Municipal centralizava os debates e alguns vereadores ousavam no discurso. Além da discussão de assuntos meramente locais, os parlamentares municipais postulavam pela construção de uma estrada ligando a cidade à capital; discutiam sobre sindicalismo e necessidades do operariado brasileiro;

tratavam da política do petróleo e de suas consequências nesta região; se mostravam inquietos com a propalada ingerência do governo norte-americano na América Latina; e exultavam com a ascensão de Fidel Castro em Cuba. Uma década mais tarde, os vereadores que mais ousaram na abordagem dos três últimos temas – Paulo Pedraça Sampaio e Argos do Amaral Valente – seriam perseguidos e presos pelo regime militar de 1964 (30).

Foi uma época rica em proposituras e em realizações, pródiga em conquistar espaços oportunizando que o social se sobrepusesse ao individual. Por toda a cidade fervilhavam ideias progressistas.

Havia anos, a seção local do Partido Comunista havia sido fechada e em razão disso seus membros passaram a se reunir clandestinamente. A campanha d'O Petróleo é Nosso' era defendida localmente pelo vereador Francisco Ferreira Ataíde e o jovem estreante político, João Valério de Oliveira. A defesa das políticas sindical e trabalhista estava centralizada nos sindicatos dos Estivadores e dos Trabalhadores na Construção Civil – ambos assessorados por Paulo Pedraça Sampaio, líder político e sindical carismático. No seio da Escola Comercial de Itacoatiara, criada em 1952, começa-ram a surgir líderes estudantis.

Em julho de 1954, desembarcou em Itacoatiara, procedente de Belém, o oficial da “linha dura” do Exército, general Justino Alves Bastos, à época Comandante da 8ª Região Militar Militar,

“[...] ao descer no porto da cidade, foi surpreendido por uma grande inscrição do Partido Comunista Brasileiro esculpida na parede externa do prédio de José Monassa, ao lado da [atual] pracinha do Relógio, fazendo frente para o rio Amazonas. Nervoso, o general convocou alguns soldados que serviam ao Tiro de Guerra nº 276 local, para apagar o letreiro. Além de demorada, a tarefa resultou infrutífera: o símbolo do comunismo internacional (foice e martelo) havia sido pintado em piche, substância negra e muito pegajosa... trabalho feito pelos comunistas locais Eloy Honorato da Silva, Manoel Mendes da Silva (1922-1986), César do Carmo Garcia (1908-1993) e Cícero

Ferreira da Silva (1919-1993), liderados por Paulo Pedraça Sampaio [...] A pintura do dístico comunista mexeu com os brios do general Justino [e o irritou fortemente]" (31).

No período ligeiramente anterior à visita do candidato Juscelino Kubitschek a Itacoatiara, o Município colocava-se como o mais populoso do interior amazonense: 30.102 habitantes, sendo 15.449 homens e 14.653 mulheres. Inobstante a segunda guerra mundial e a enchente grande de 1953 haverem influído negativamente nos setores de abastecimento alimentar, emprego e renda, a receita orçamentária municipal referente ao exercício de 1952 fora orçada em Cr\$ 1.047.848,20 (um milhão quarenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte centavos).

No espaço entre a mencionada visita e a posse de JK, três fatos significativos da história local chamariam a atenção repercutindo em todo o Estado do Amazonas: 1) a cassação, no dia 8 de setembro de 1955, do prefeito Teodorico de Almeida Nunes, pela Câmara Municipal; 2) a morte, em 9 de agosto de 1955, do deputado estadual Antônio Vital de Mendonça, vítima de um desastre aéreo, ele e três companheiros de infortúnio, quando sobrevoavam um trecho da periferia de Itacoatiara, donde partiria a estrada ligando esta cidade à Manaus; e 3) o início, em dezembro de 1955, do movimento encabeçado pelo prefeito municipal em exercício, Adamastor Onety de Figueiredo, contra decisão do governador Plínio Coelho pró-criação do novo município de Nova Olinda do Norte, com terras desmembradas de Itacoatiara.

Aquilo que demonstrava ser uma ação meramente paroquial tomou vulto e foi barulhentemente discutida no plenário da Assembleia Legislativa, em Manaus, e finalmente levada a julgamento no Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro; entretanto, a suprema corte optou por indeferir a causa de Itacoatiara. Em represália, o prefeito Adamastor Onety de Figueiredo desligou-se do partido do governador (PTB), ingressou no PSD e rompeu politicamente com o antigo correligionário e amigo Plínio Coelho.

Detalhe: o advogado que fez a defesa do Município de Itacoatiara, levando o feito até o Supremo Tribunal Federal, foi o causídico amazonense e então deputado federal Paulo Pinto Nery (32), adversário político histórico do governador Plínio Ramos Coelho.

A gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) foi importante para o Brasil e também refletiu em Itacoatiara. Entre as ações positivas desse período, aqui operadas, ressaltamos:

Em 1957: 1) inauguração do Aeroporto do Guajará, oficialmente denominado de Arico Barros. A partir daí, com a desativação dos hidroaviões da Panair do Brasil, as viagens aéreas passaram a ser operadas pelos aviões DC-3, os famosos Douglas norte-americanos, e, mais tarde, os modernos YS-11, da empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul; e 2) ampliação do sistema de saneamento básico/abastecimento público de água - fruto de um convênio de cooperação entre o SESP e a Prefeitura Municipal; em 1958: inauguração da nova usina de luz e da rede de distribuição de energia elétrica (todas essas obras custeadas com verbas federais, através da SPVEA); em 1959: implantação do projeto ETA-54, mediante o plantio de mais de meio milhão de seringueiras numa área às margens do rio Urubu, a partir do km 20 da rodovia AM-10, uma operação dirigida pelo IAN (33), órgão federal sediado em Belém, em convênio com o Governo do Estado do Amazonas; e em 1960/1963: construção da sede própria da Agência local do Banco da Amazônia, defronte à Prefeitura Municipal.

Releva informar, finalmente, que em fevereiro de 1956 Itacoatiara presenciou uma tentativa de tomada da cidade por oficiais da Aeronáutica rebeldes contra a posse do presidente JK. Tão dramático episódio, perpetrado sob a liderança do major-aviador Haroldo Coimbra Veloso (1920-1969) e do capitão José Chaves Lameirão (1926-1975), começou pela tomada da Base Aérea de Jacareacanga e da cidade de Santarém, ambas no Estado do Pará. Os revoltosos, empolgados, pilotando um avião militar

Douglas B-17, aterrissaram no Campo de Pouso de Itacoatiara, mas, graças à pronta intervenção do Tiro de Guerra nº 276, sob o comando do sargento Orlando Ferreira Cruz, e ao apoio do 27º Batalhão de Caçadores (27ºBC), sediado em Manaus – eles foram detidos e seus intentos subversivos abortados (34).

NOTAS

1 – A Pernambucana: Loja do grupo Lundgren Tecidos, instalada no prédio histórico que pertenceu aos herdeiros da empresa Judia Ezagui, Irmãos & Cia. tomando todo o quarteirão em frente à Praça principal da cidade, entre as ruas Quintino Bocaiuva e Adamastor de Figueiredo. Em 1984, o prédio belo e imponente e em estilo neoclássico, foi criminosamente demolido dando lugar a um caixão horroso, de péssimo gosto, depois vendido à Loja Esplanada. Cf. SILVA, Francisco Gomes da: Avenida Parque, livro inédito.

2 – José Austrégesilo Mendes (1925-1969). Médico. Nascido em Massapé/CE. Veio para Itacoatiara em 1953 e logo se tornou chefe da Unidade Sanitária local da Fundação SESP. Deputado estadual (1959-1963, 1963-1967 e 1967-1960). Foi casado com a senhora Flávia Perales Mendes, filha do ex-prefeito Raimundo Perales, cujo casal deixou filhos ilustres, entre os quais a professora doutora em Serviço Social Márcia Perales Mendes da Silva, ex-reitora da UFAM (2009-2017). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SITE da UFAM: <http://www.ufam.edu.br>.

3 – João dos Santos Lopes: nascido em 1936, portanto, contava à época 19 anos. O rapaz simples de 1955, que deu de beber ao então futuro presidente JK, formou família numerosa, honrada e culta, ao lado de sua esposa Maria de Nazaré Gomes Lopes, assistente social e atualmente com 82 anos de idade. João dos Santos Lopes conta 85 anos – ambos nascidos em Itacoatiara.

4 – Walter Link (1902-1982): geólogo norte-americano. Ingressou na PETROBRÁS com o objetivo de garantir o monopólio estatal do petróleo através de seu primeiro presidente Juracy Magalhães (1954). Deixou a empresa em 1962, acusado de ter sabotado o poço de Nova Olinda, por defender interesses das empresas estrangeiras no setor, quando concluiu o Relatório que levou o seu nome sobre o petróleo no Brasil, sugerindo a suspensão das pesquisas no Acre, na Amazônia (exceto no Médio Amazonas) e no sul do País, gerando muitas polêmicas. Cf. PETROBRÁS (1976) e QUAGLINO (1993).

5 – Cf. Jusbrasil Diários - Diário Oficial da União (DOU) de 19/04/1956, Seção 1, página 11 – PDF. Documento em formato digital que me foi gentilmente cedido pelo acadêmico, jornalista, advogado e escritor Júlio Antônio Lopes, a quem agradeço penhoradamente.

6 – Avião Viscount FAB VC 90, da Força Aérea Brasileira.

7– Janary Gentil Nunes (1912-1982). Natural de Alenquer/PA. Oficial do Exército Brasileiro. Primeiro governador do Território do Amapá, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas (1943-1956). Terceiro presidente da PETROBRÁS (1956-1958). Embaixador do Brasil na Turquia (1960). Deputado federal pelo Amapá (1963-1967 e 1967-1971). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Amapaense de Letras. Cf. FGV/CPDOC e PETROBRÁS (1976).

8 – Francisco Pereira da Silva (1890-1973). Nasceu em Macau/RN. Advogado e jornalista. Promotor Público em Cruzeiro do Sul/AC, suplente de juiz de Direito e secretário da Prefeitura. Prefeito de Tarauacá/AC. Membro da Junta Governativa Revolucionária do Amazonas (1930). Secretário-Geral do Estado (1930-1932). Deputado federal em 1946-1950, 1950-1954, 1954-1958 e 1958-1962. Foi um idealizadores do projeto que criou a Zona Franca de Manaus. Cf. FGV/CPDOC e SITE da Câmara dos Deputados.

9 - Cf. O Jornal, de Manaus, de 19/04/1956. Referido jornal pertenceu à empresa Archer. Pinto. A respeito, escreveu em 20/04/2020 o intelectual, historiador e pesquisador Roberto Mendonça: “Quando a comunicação estava restrita a jornais e rádio, a família Archer Pinto inaugurou em Manaus, na década de 1940, sua empresa jornalística, composta inicialmente de O Jornal e o Diário da Tarde. A sede central estava na capital federal (Rio de Janeiro), de onde emanava o material para divulgação. Logo constituiu a preferência dos leitores, tanto que o periódico criou o slogan: “O matutino de maior circulação no Amazonas”. Cf. MENDONÇA (2020) e SITE da Associação Amazonense de Imprensa.

10 - SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Criada pela Lei nº 3.692, de 15/12/1959, foi uma forma de intervenção do Estado brasileiro no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, e sua secretaria executiva coube ao economista Celso Furtado (1920-2004). De 1959 a 1964, ele foi responsável pela estratégia de atuação do órgão, definida a partir do diagnóstico apresentado em seu livro A Operação Nordeste, de 1959. Cf. FGV/CPDOC, FURTADO (1959) e OLIVEIRA (2006).

11 – Cf. FGV/CPDOC, OLIVEIRA (2006) e BENEVIDES (1979).

12 – Cf. FGV/CPDOC, MARANHÃO (1988) e GOMES (1991).

13 – Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012). Arquiteto e paisagista nascido na cidade do Rio de Janeiro. Uma das figuras-chave no desenvolvimento da arquitetura moderna, mais conhecido pelos projetos de edifícios cívicos de Brasília; foi um dos projetores da sede das Nações Unidas em Nova Iorque. Iniciou seus estudos em 1929 na Escola Nacional de Belas Artes, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e concluiu o curso de arquitetura em 1934. Faleceu aos 104 anos de idade em sua cidade natal. Iniciou suas atividades profissionais no escritório do grande arquiteto Lúcio Costa, ao lado de Carlos Azevedo Leão (1906-1983) e Afonso Eduardo Reidy (1909-1964): a primeira grande obra do grupo foi a construção

do edifício Gustavo Capanema, sede do antigo Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. Mundialmente conhecido, Oscar Niemeyer deixou um legado de grande importância. Cf. FGV/CPDOC e CORRÊA (2005).

14 – Lúcio Costa (1902-1998). Arquiteto e urbanista. Nasceu em Toulon, França, e foi registrado na Embaixada brasileira. Com poucos meses de idade veio com os pais para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ainda infante, estudou na Inglaterra e na Suíça. Voltou definitivamente para o Brasil aos 15 anos, matriculando-se, em 1917, na Escola Nacional de Belas Artes (atual UFRJ). Mais tarde foi nomeado diretor dessa Escola que, na sua administração, revelou grandes expoentes das artes brasileiras, como os pintores Candido Portinari (1903-1962), Di Cavalcanti (1897-1976), Tarsila do Amaral (1886-1973), Bruno Giorgi (1905-1993), e os arquitetos Gregori Warchavchik (1896-1972) e Afonso Reidy. O grande Lúcio Costa, juntamente com seus sócios Oscar Niemeyer, Carlos Leão e outros, sob inspiração e a consultoria do arquiteto suíço naturalizado francês, Le Corbusier (1887-1965), construiu o famoso edifício Gustavo Capanema, sede do Ministério da Educação. Conhecido internacionalmente, em 1950, Lúcio Costa projetou a Casa do Brasil, em Paris. Autor do projeto piloto da construção de Brasília. Cf. FGV/CPDOC e BARBOSA (1960).

15 – Israel Pinheiro da Silva (1896-1973). Engenheiro. Nascido em Caetés/MG. Foi deputado federal (1946-1956), prefeito do Distrito Federal (1960-1961) e governador de Minas Gerais (1966-1971). Autoridade responsável pela construção de Brasília e para o cometimento dessa missão assumiu a direção da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), empresa estatal fundada em 19/09/1956. Cf. FGV/CPDOC e COUTO (2010).

16 – Jânio da Silva Quadros (1917-1992). Nasceu em Campo Grande/MT. Ainda criança, mudou-se com sua família para Curitiba/PR, onde fez o curso primário e parte do secundário. Em 1930 fixou-se em São Paulo, onde complementou os estudos e prosseguiu na missão de professor começada aos 18 anos. Como suplente de vereador, foi chamado a assumir a Câmara Municipal de São Paulo (1949). Na sequência, foi deputado estadual (1951-1955) e prefeito da capital (1953-1954). Candidato à Presidência da República, Jânio venceu as eleições de 3/10/1960 com 5.636.623 votos (correspondentes a 48% do total) contra 3.846.825 dados ao marechal Henrique Lott (32%) e 2.195.709 a Ademar de Barros (20%). Assumiu a cadeira presidencial e, entendendo que civis e militares “conspiravam contra o seu governo”, renunciou em 25/08/1961. Depois de presidente, foi eleito e reconduzido à Prefeitura de São Paulo (1986-1989). Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1983) e BENEVIDES (1985).

17 – Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1894-1984). Nasceu em Sítio/MG, atual Município de Antonio Carlos. Sentou praça no Exército em 1911. Promovido a primeiro-tenente em 1920. Quando irrompeu a Revolução de 1930, Lott servia ainda como instrutor da Escola Militar. Em 1944 foi promovido a general-de-brigada. Em 1946 foi nomeado adido militar junto à embaixada brasileira em Washington. Em 1954, após a morte de Getúlio Vargas e posse de Café Filho, assumiu o Ministério da Guerra. Transcorridas as eleições de 3/10/1955, e empossado o presidente eleito Juscelino Kubitschek, o general Lott foi mantido no Ministério da Guerra. Já em fevereiro de

1956 teve que enfrentar a rebelião de Jacareacanga, no Pará, chefiado por oficiais da Aeronáutica. Transferido para a reserva remunerada no posto de marechal em janeiro de 1959. Em 11/02/1960 Lott deixou o Ministério para concorrer às eleições presidenciais de 3 de outubro desse ano, sendo derrotado pelo candidato da oposição Jânio da Silva Quadros. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1954), BENEVIDES (1961), CAFÉ FILHO (1966).

18 - PSP: Partido Social Progressista: partido político fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946, a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Ademar. Dissolvido pelo Ato Institucional nº 2, de 27/10/1965. Em seguida, a maioria dos membros do PSP se agrupou ao partido do governo militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Cf. FGV/CPDOC e <https://www.psp.org.br>.

19 - Milton Soares Campos (1900-1972). Nasceu em Ponte Nova/MG. Advogado, jornalista e professor. Foi um dos organizadores da UDN. Participou da Aliança Liberal, coligação oposicionista que promoveu a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa à Presidência e à vice-presidência da República, respectivamente (1930). Advogado-geral do Estado de Minas (1932). Com a decretação do Estado Novo (1937), rompeu com Getúlio Vargas. Deputado federal (1946-1947 e 1955-1959), governador (1947-1951) e senador (1959-1964 e 1965-1972). Foi ministro da Justiça do governo Castello Branco (1964-1965). Candidato a vice-presidente na chapa de Jânio Quadros, nas eleições de 3/10/1960, foi derrotado pelo vice-presidente João Goulart. Cf. FGV/CPDOC e BENEVIDES (1981).

20 - João Belchior Marques Goulart (1919-1976). Nasceu em São Borja/RS. Formado em direito, em 1939, não quis exercer a advocacia preferindo dedicar-se às atividades agropecuárias. Em 1946, orientado por Getúlio Vargas, lançou-se candidato a deputado estadual pelo Rio Grande do Sul, saindo-se vitorioso. Quatro anos depois elegeu-se deputado federal, assumiu o cargo, mas logo pediu licença da Câmara para assumir a Secretaria Estadual de Interior e Justiça (1951-1953). Ministro do Trabalho do governo Vargas (1953-1954), vice-presidente da República na chapa de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e reeleito com o presidente Jânio Quadros (1961). Com a renúncia deste, assumiu a Presidência da República, cargo em que ficou até sua deposição pelos militares em 31/03/1964. Cf. FGV/CPDOC, BANDEIRA (1977) e ABREU (2001).

21- Tratavam-se dos hidroaviões bimotores modelos PBY-5A, requisitados da Base Aérea de Belém.

22- Dom Alberto Gaudêncio Ramos (1915-1991). Nasceu e faleceu em Belém/PA. Aos 33 anos de idade foi eleito bispo da Diocese do Amazonas (1948-1952), e aos 36, arcebispo metropolitano de Manaus (1952-1957). Em 9/05/1957 foi nomeado arcebispo metropolitano de sua terra natal. Cf. SILVA (1999), SILVA (2018) e PORTAL da Arquidiocese de Manaus.

23 - Waldir Bouhid (1912-1993). Médico mineiro. Dedicado à sua profissão, ocupou cargos relevantes no Rio de Janeiro (1935-1938), Minas Gerais (1939-1940), Maranhão (1941), Ceará (1942), Paraíba (1943) e Pará (1944-1946). Como deputado estadual e

vice-presidente da Assembleia Legislativa (1947-1951), assumiu interinamente o governo do Pará (1950) e, na qualidade de suplente de senador, exerceu o mandato entre junho e outubro de 1955. Foi nomeado pelo presidente Kubitschek superintendente da SPVEA (1955-1961). Em 1964, teve seus direitos políticos cassados por dez anos pelo governo militar. Cf. FGV/CPDOC e SITE do Senado Federal.

24 - Raimundo Perales (1897-1998): prefeito municipal de Itacoatiara em 1956-1960. Natural de Mossoró/RN, transferiu-se com seus pais para Camocim, no Ceará. Em 1914, quando completara 17 anos, veio para Itacoatiara onde gerenciou as firmas J. Adonias & Cia. (comercial) e Araújo Costa & Cia. (industrial). Ingressou na política candidatando-se em 1951 pelo PSD a prefeito, mas foi derrotado pelo candidato Teodorico Nunes, do PTB. Na segunda tentativa, em 1955, saiu-se vitorioso vencendo o candidato Acácio Leite, também do PTB. Fez uma excelente administração: retirou a cidade da escuridão construindo e fazendo funcionar a Usina de Força e Luz Waldir Bouhid; ampliou o serviço de abastecimento público de água; realizou o calçamento de várias ruas centrais; melhorou o abastecimento alimentar; construiu a Escola Luiza Vasconcellos Dias; concluiu e pôs em funcionamento a Maternidade Senador Cunha Melo. Na vila de São José do Amajari instalou água e luz e construiu um grupo escolar. Casado com Adelaide Magalhães Cordeiro, construiu família numerosa, honrada e culta. Morreu com quase 101 anos. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2020) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

25 - Arnóbio Frias de Oliveira (1923-1995). Filho do imigrante português José de Oliveira (1887-1957) e de Esperança Frias de Oliveira (1904-1979). Espírito alegre e descontraído, homem que estava sempre de bem com a vida. Ex-vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara pelo PTB (1956-1960). Nas eleições de 3/10/1958 concorreu sem sucesso à deputação estadual, mas, como suplente, ascenderia à ALE no ano seguinte. De seu casamento com Clea Pereira de Oliveira (1923-1988), nasceram o advogado Tibério Pereira de Oliveira (1949-2002), a Assistente Social Clea Maria Pereira de Oliveira, a Pedagoga Anny Margareth Pereira de Oliveira e o Contador e ex-diretor administrativo do jornal A Crítica, de Manaus, Arnóbio Frias de Oliveira Filho. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

26 - João Valério de Oliveira (1928-1973): Natural de Itacoatiara, jurista, professor, jornalista e escritor. Um dos maiores tribunos do Amazonas, no século XX. Vereador em Itacoatiara (1956-1960) e duas vezes deputado à Assembleia Legislativa do Amazonas (1959-1963 e 1963-1967), da qual foi vice-presidente em 1966-1967. Candidatou-se, sem sucesso, pelo MDB, à deputado federal em 1968. Pertenceu à Associação Amazonense de Imprensa. Foi casado com dona Joana Valério e, entre seus filhos, deixou a extrovertida Paula Valério de Oliveira, brilhante advogada e intelectual. João Valério faleceu em São Paulo, aos 45 anos de idade, e foi sepultado em Manaus. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010), SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo, e PORTAL da Assembleia Legislativa do Amazonas.

27 - Paulo Gomes da Silva (1911-1993). Natural de Tarauacá/AC, ainda menino veio para Itacoatiara, aonde chegou em 1918. Casado com a professora distrital Clara Fernandes da Silva (1913-1990), ambos falecidos, deixaram família numerosa, séria e culta. Ex-fiscal geral do Município de Itacoatiara, amanuense da Prefeitura, Paulino Gomes foi ainda administrador do Mercado Municipal e do Matadouro Público. Vereador pelo PTB (1960-1963) e presidente da Câmara Municipal, face à declaração de vacância do cargo de prefeito ocupado pelo agrônomo Luiz Soares de Medeiros, Paulino assumiu a Prefeitura no período 1963-1964. Subscreeveu a Lei Orgânica do Município (Lei nº 9, de 13/07/1962) e foi autor da Lei nº Municipal 29, de 26/09/1963, que criou a Guarda Municipal de Itacoatiara. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

28 – Cf. FGV/CPDOC e PETROBRÁS (1976).

29 - Cf. reportagem do Jornal A Crítica, de 19/04/2005.

30 - A respeito, cf. SILVA (1998) e SILVA (2010).

31 - Cf. SILVA (1998), páginas 265/266.

32 – Paulo Pinto Nery (1915-1994). Nasceu e faleceu em Manaus. Foi deputado estadual (1947-1951), deputado federal (1951-1955 e 1955-1959), vereador de Manaus (1964-1965), prefeito (1965-1967 e 1967-1971). professor da Faculdade de Direito do Amazonas, chefe de Polícia do Estado e fundador da Companhia de Eletricidade de Manaus. Vice-governador do Amazonas (1979-1982) e governador (1982-1983). Cf. FGV/CPDOC, SITE do Governo do Amazonas e SILVA (1998).

33 – IAN: Instituto Agronômico do Norte. Criado pelo decreto-lei nº 1.245, de 4/05/1939, com sede em Belém/PA, substituindo ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, por intermédio do Instituto de Experimentação Agrícola da EMBRAPA Amazônia Oriental, vinculada ao Ministério da Agricultura. Em 1962, o IAN foi transformado em Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN). Desde 1998 apresenta-se à sociedade com o nome síntese de EMBRAPA Amazônia Oriental. Quanto ao Projeto ETA-54, implantado pelo IAN nas proximidades de Itacoatiara, em convênio de cooperação com o Governo do Amazonas, foi mais uma das medidas amazônicas em favor da produção racional da hévea que resultaram infrutíferas. Cf. PORTAL da EMBRAPA e SILVA (1998).

34 – A narrativa completa desse episódio insurrecional amazônico contra o governo de Juscelino Kubitschek acha-se inserida às pgs. 269 e seguintes de SILVA (1998) e 96 de SILVA (2010).



CAMPANHA JK (1955) Apoiadores do presidencial do PSD participam de comício em São Paulo (27/09/1955). Acervo: Estadão. <https://fotos.estadao.com.br/fotos/acervo.campanha-de-jk-1955>.

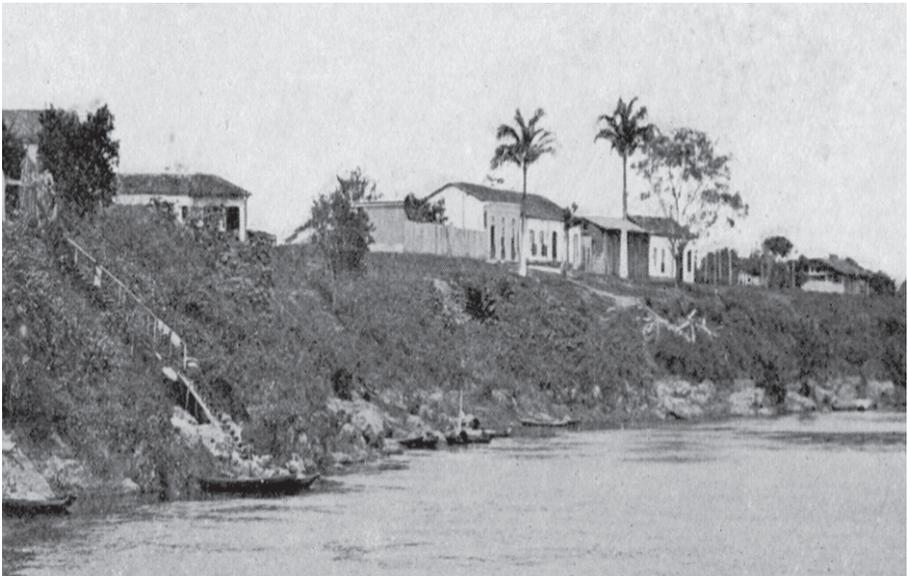


Foto de meados de 1950, quase coincidente com a visita do presidencial JK. À esquerda, o casarão da família Peixoto. No lado oposto, a residência da família Ausier. O prédio menor, à direita, é a antiga usina de luz a vapor construída pelo prefeito Isaac Pérez (1929). As palmeiras imperiais, à frente, datam da administração do Prefeito Alexandre Antunes (1937-1942). Acervo: Antonio Francisco Ausier (Totônio) Ramos.



Torre instalada sobre um dos poços petrolíferos em Nova Olinda, que o presidente JK conheceu ao visitar o local em 19/04/1956. Foto de A. Müller in PORTAL: www.fgv.br/cpdoc/arquivo-pessoal-EG/audiovisual/viagem-de-sua-excelencia-o-sr-presidente-da-republica...



VITÓRIA POLÍTICA DE JK (1955)

A ascensão de JK à Presidência do Brasil desde o início da campanha até o momento da vitória nas urnas foi marcada por tensões políticas. Foto-Acervo: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/vitoria-politica-jk-htm>



PRESIDENCIÁVEL

ULYSSES GUIMARÃES

Ulysses da Silveira Guimarães. Natural de Rio Claro/SP, nasceu em 6 de outubro de 1916. Advogado, professor e desportista. Deputado estadual por São Paulo (1947-1951). Deputado federal onze vezes consecutivas: eleito pelo PSD (1951-1965); pelo MDB (1965-1979); e pelo PMDB (1979-1991). Foi presidente da Câmara dos Deputados (1956-1958), delegado do Brasil junto à ONU, durante a gestão de Horácio Lafer no Ministério das Relações Exteriores, quando ali se debatia a questão do apartheid (1959-1961), ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no Gabinete Parlamentarista de Tancredo Neves (1961-1962) e presidente do Parlamento Latino-Americano (1967-1968). Como presidente do MDB e, após 1980, do PMDB, sustentou com firmeza a luta parlamentar pelo restabelecimento do regime democrático em nosso País. Em 1984 comandou a campanha em favor das eleições diretas para a Presidência da República. Com a eleição de Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral, em 1985, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e presidiu a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) que elaborou a Constituição de 1988. Com a doença de Tancredo apoiou decididamente, em março de 1985, a posse do vice-presidente José Sarney, efetivado na cadeira presidencial com a posterior morte do titular. Ulysses Guimarães morreu num acidente de helicóptero na baía de Angra dos Reis/RJ, junto à esposa dona Mora (Ida Malani de Almeida), em 12 de outubro de 1992, e seu corpo jamais foi encontrado.

A VISITA A ITACOATIARA do presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães, ocorreu numa segunda-feira, 12 de janeiro de 1976 (1). Dois anos antes, mesmo sabendo que perderia para o candidato Ernesto Geisel, do partido oficial (ARENA), o líder emedebista disputara como “anticandidato” a eleição presidencial de 15 de janeiro de 1974, tendo como candidato a vice-presidente o jornalista Barbosa Sobrinho (2). Era considerado favorito para disputar a Presidência em oposição ao regime militar se fossem aprovadas as eleições diretas em 1984, o que não ocorreu. Outra vã tentativa: em 1989, na primeira eleição direta pós-regime militar, Ulysses Guimarães ficaria em sétimo lugar (3).

Quando da chegada do líder nacional da oposição, Itacoatiara vivia momentos ansiosos e de perplexidade. Desde a criação da Zona Franca de Manaus (4), na década anterior, o Município estava com um decréscimo populacional. A população urbana variava de 20 a 23 mil habitantes e outro tanto vivia espalhada pelo interior (5). As políticas agrária e agrícola eram (ainda são) questões muito complicadas e os pequenos produtores continuavam desassistidos. Com o esvaziamento da indústria extrativa, a atividade econômica local concentrava-se nas atividades agropecuárias, industrialização da madeira e, em menor escala, na pesca artesanal e na produção de hortifrutigranjeiros.

As dificuldades se ampliavam face à ‘fuga’ dos recursos oriundos da atividade madeireira, capitaneada por empresas estrangeiras e associadas (Gethal, Atlantic, Trevo, etc). Segundo denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Madeireiros de Itacoatiara, à época, as madeireiras atuavam num vasto esquema de extração e transporte ilegal de madeira no Município (6). O outro complicador era a Zona Franca de Manaus: instalada na capital amazonense em 1967, sob o pretexto de desenvolver a Amazônia Ocidental, na verdade, deixara os municípios interioranos vulneráveis e decadentes, com uma economia anacrônica e inviável.

O modelo Zona Franca foi baseado em experiências capitalistas de outras zonas francas asiáticas. O historiador amazonense Aguinaldo Figueiredo preleciona a respeito:

[...] A Zona Franca de Manaus, além de indústrias sem o fundamento regional, na maioria de montagens de bens de consumo, criou, nos seus primeiros anos de existência, um forte comércio de mercadorias importadas, que, além de abastecer o mercado local, permitia, por intermédio de cotas de estabelecidas a 'exportação' desses produtos para o restante do País. Mas a partir de 1976, o comércio da Zona Franca sofreu um duro golpe do governo militar, que impôs severas restrições às importações e exportações de mercadorias, em razão de uma crise econômica que extrapolava as fronteiras regionais" (7).

Decorridos mais de meio século de sua implantação, a Zona Franca tem sua sobrevivência explicada apenas pela continuada concessão de incentivos tributários. Criada como um instrumento de integração da Amazônia, deixou de pertencer às prioridades da agenda nacional de desenvolvimento. O modelo precisa de ajustes, de diversificar suas atividades; sair do atual quadro marcado por uma forte expansão da renda em um cenário de persistente vulnerabilidade social, além de uma distribuição irregular da riqueza com os municípios do interior.

Ao longo de todos esses anos, Manaus que na década de 1960 tinha menos de 200 mil habitantes, tornou-se - segundo comentário do sociólogo e professor da UFAM Marcelo Seráfico, datado de 2013, porém, atualizadíssimo conceitualmente:

"[...] o caótico abrigo para mais de 1.900.000 pessoas. Mutas dessas, vindas do interior do Estado, foram convertidas de trabalhadores do campo em operários industriais, deixando rapidamente a rotina da pesca, da coleta de frutas, da produção de subsistência e se integrando à rotina das linhas de montagem, da padronização dos movimentos de produção capitalista. A estas se somaram outras tantas pessoas vindas de outros quadrantes do Brasil, em busca de melhorias nas suas condições de vida, algo que a cidade parecia prometer. Foram variados os impactos sociais e econômicos desencadeados pelas diferentes fases da zona franca; em todas, porém, uma tendência parece reiterar-se: a de conversão de Manaus numa 'capital-de-si-mesma', na feliz expressão de Samuel

Benchimol. Ao invés de capital do Amazonas, a cidade tornou-se a capital da zona franca, no centro do qual aprte e para o qual flui toda a dinâmica de um mecanismo econômico que afeta a vida de milhares de trabalhadores e milhões de amazonenses” (8).

Na verdade, a Zona Franca de Manaus nunca se voltou para o maior potencial da Amazônia: a floresta e a biodiversidade. O caminho é a Bioeconomia, sem dúvida. Nesse interim, a teimosia responde pelo atual quadro de desigualdade do Amazonas. Segundo estimativas do IBGE, datadas de 1º de julho de 2020, em números redondos o Município de Manaus possui 2.200.000 habitantes. Os dois maiores do interior, Parintins e Itacoatiara, somente 115.000 e 102.000 habitantes, respectivamente. Itamarati e Japurá, os últimos da lista de 62 municípios: 7.800 e 2.200 habitantes. Em se tratando de PIB e IDH, maiores são as disparidades.

Dois anos antes da vinda de Ulysses, a Prefeitura de Itacoatiara comemorara o centenário da autonomia municipal (9). A cidade defrontava-se com os problemas naturais de uma comunidade amazônica, mas era perfeitamente habitável, boa de se viver - dotada de estrada de rodagem ligando-a à capital, aeroporto, porto, escolas de nível médio, sindicatos patronais e de trabalhadores, junta de conciliação e julgamento, agências do Banco do Brasil e Banco da Amazônia, escritórios aduaneiros, restaurantes, rede hoteleira regular, cinema, correios, serviço telefônico local e interurbano, estádio de futebol, empresa de frigorificação de pescado, movimentado comércio varejista, clubes esportivos e de serviços, duas emisoras de rádio, repetidora de televisão, etc.

A representação política local continha alguns líderes propositivos, e entre eles destacavam-se os deputados estaduais Paulo Sampaio (10), do MDB, e Cleuter Mendonça (11), da ARENA. As classes conservadoras reuniam-se na Associação Comercial e na Associação Rural. O campeona-

to de futebol amador animava os fins de semana, e, disputando a hegemonia do esporte bretão, os embates realizavam-se aos domingos no Estádio Floro de Mendonça (12) entre as equipes de Brasil, Luso Brasileiro, Náutico, Penarol e Santa Luzia. Alheios à crise econômica, grupos de intelectuais e boêmios animavam as noitadas da cidade. A juventude estudiosa e idealista, ansiosa de crescer social e culturalmente, estava sempre se reunindo nos grêmios estudantis, clubes de teatro, dança e outras atividades artísticas.

Quando Ulysses pisou, pela primeira vez, o solo itacoatiarense, o prefeito era Aurélio Vieira (13) e o vice-prefeito David Braga (14), ambos filiados à ARENA. A Câmara Municipal, integrada por sete vereadores, estava sob a presidência do experiente homem público Francisco Fiuza (15), eleito pela legenda do MDB. No dia 15 de novembro daquele ano (1976) ferir-se-iam eleições municipais na qual concorreriam cinco candidatos – um fato estranho, porém possível graças à instituição pelo governo militar, do instituto das sublegendas (16). Saiu-de vitorioso o candidato Chibly Abraham, da ARENA-1, e o segundo colocado concorrendo pelo MDB-1 foi o Autor deste trabalho (17).

Para melhor compreender os fatos alusivos à vinda de Ulysses, rememoremos...

Em 1964, o Brasil atingira os 80 milhões de habitantes. O movimento civil-militar que subiu ao poder no final de março desse ano, amparado pela grande imprensa e por setores da Igreja, transformou-se num processo político de amplas repercussões em todos os setores da vida nacional. Logo de saída, os militares mandaram editar o AI-1 (18) suspendendo imunidades parlamentares, autorizando o Executivo federal a cassar mandatos eletivos, além de cancelar a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos servidores públicos.

Na opinião do historiador Aguinaldo Figueiredo, o regime de linha dura implantado em 1964:

“[...] propiciou momentos aterrorizantes para o povo brasileiro [...] O novo regime acumpliciou-se com o grande capital internacional para facilitar a implantação de multinacionais. Para isso, teve de arrochar salários, promover a cassação de direitos políticos e de cidadania de lideranças políticas e sindicais, intelectuais, jornalistas, religiosos, professores, estudantes e todos que se opunham a ele” (19).

Abolidas as eleições diretas, a 11 de abril de 1964 o marechal Castello Branco (20) elegeu-se presidente com o voto de 350 deputados e senadores. Para vice-presidente foi escolhido José Maria Alkmin (21), do PSD. Castello Branco governaria o País até março de 1967.

Mantendo o calendário eleitoral, que previa eleições para governador em 1966, o governo acabou derrotado na maioria dos estados. A vitória oposicionista soou como desaprovação ao regime. Por isso, os militares decidiram editar o Ato Institucional nº 2 (22) que, extinguindo os partidos políticos, instaurou um sistema partidário com duas opções apenas, sendo criados: a ARENA (23), de apoio ao governo, e o MDB (24), reunindo os políticos que tiveram coragem de fazer oposição ao regime autoritário.

Para substituir Castello Branco, foi eleito pelo Congresso em outubro de 1966 o marechal Costa e Silva, tendo na vice-presidência o jurista Pedro Aleixo. A seguir, é promulgada a Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, inspirada no Ato Institucional nº 4, decretado no início do mandato presidencial de Costa e Silva. Composta de 189 artigos, a Carta peca por “defeito de origem”, merecendo por isso ataques da oposição que, defendendo a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, negava legitimidade ao seu texto antidemocrático, nascida de uma imposição claramente autoritária (25).

Nesse período, o País passa por um processo de grande desordem. Comprimida pela falta de liberdade, expressiva parcela da população passou a contestar o regime, sobretudo em 1968. No Rio de Janeiro, estudantes, políticos e religiosos protestaram; repetidos em São Paulo, os atos públicos foram se multiplicando ao longo do ano. Greves e passeatas tornaram-se cada vez mais comuns (26).

No Congresso, o deputado emedebista Márcio Moreira Alves pronuncia um violento discurso considerado ofensivo às Forças Armadas. Negado o pedido de licença formulado pelo governo para processá-lo, a escalada completou-se em 13 de dezembro de 1968 com a edição do famigerado Ato Institucional nº 5, e a partir daí o regime endureceria muito mais. No auge da crise, o presidente Costa e Silva sofre um derrame sendo substituído por uma junta militar (27), cuja solução para a crise foi intensificar ainda mais a repressão.

O AI-5 escancarou de vez o autoritarismo: promoveu a maior concentração de poder já vista na história do País. O Executivo federal incorporou várias atribuições do Legislativo; podia decretar a intervenção em estados e municípios sem precisar atender às limitações da Constituição; podia suspender direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos; cassar mandatos legislativos; demitir, remover ou aposentar funcionários do governo ou de empresas estatais; confiscar os bens de qualquer funcionário. Nem o Judiciário escapou ao controle. Além de atribuir ao Executivo o poder de aposentar juízes, o AI-5 suspendeu a garantia do habeas corpus (28).

A 17 de outubro de 1969 é outorgada a Emenda Constitucional nº 1, subscrita pelo triunvirato militar, a qual reitera o caráter autoritário da Constituição de 1967, mediante emendas modificativas, supressivas e aditivas adotadas em seu texto. No plano político, o caráter mais saliente dessa Carta é a desconfiança e hostilidade contra o Congresso Nacional. Em meio ao arbítrio total – proibição de manifestações políticas, censura à imprensa, prisões arbitrárias que resultaram em tortura e até mortes, naquele mesmo dia foi empossado presidente o general Emílio Médici (29).

Paradoxalmente, o período do governo Emílio Médici (1969-1974) é caracterizado pelo chamado “milagre brasileiro”, de crescimento econômico pautado na modernização da agricultura, no crescimento industrial e no acúmulo de enorme volume de recursos públicos. Mas é o próprio presidente quem adverte: “A economia vai bem, mas o povo vai mal”. Por outro lado, o terrorismo urbano recrudescer e se espalha para a zona rural do Araguaia, na Amazônia Oriental, onde guerrilheiros enfrentam forças do Exército. A abertura democrática prometida começou a ser protelada. O período compreendido desde aí até 1975 foi determinante para a nomenclatura histórica conhecida como “anos de chumbo” (30).

Em novembro de 1970, um ano depois da instalação do governo do general Médici, Ulysses foi reeleito deputado federal por São Paulo. Nacionalmente, as eleições foram realizadas num clima de grande repressão e o partido da oposição foi derrotado. Em fevereiro de 1971 ele assumiu a presidência do MDB substituindo Oscar Passos que não conseguiu se reeleger senador pelo Acre.

Quando Ulysses Guimarães assumiu o comando do MDB, a situação era muito difícil. O regime militar vivia sua fase de maior fechamento e a oposição estava bastante cerceada. Em 1966, para requerer seu registro original, havia apresentado a adesão de 21 senadores e 140 deputados. Agora, estava reduzido a sete senadores e 87 deputados: menos de um terço dos congressistas e, assim, não conseguiria aprovar nenhum projeto nem impor qualquer derrota à ARENA. Em face disso, alguns emedebistas lançaram a tese da autodissolução do partido, mas foram desaconselhados por Ulysses Guimarães que, aos poucos, foi consolidando sua liderança, conseguindo estabelecer uma ponte entre os dois grupos em que o MDB se dividia: autênticos e moderados (31).

Ao presidente Médici sucedeu o general Ernesto Geisel, eleito pelo mesmo ritual que consagrou seus antecessores. Porém, os antecedentes dessa eleição vieram confirmar que Ulysses Guimarães veio ao mundo

predestinado a cumprir uma missão, como magistralmente revela, *verbi gratia*, a Assessoria de Imprensa e Comunicação do IPEA (32), ao traçar-lhe o perfil:

“[...] Assim como o rei de Ítaca, do poema épico de Homero, ele também enfrentou uma odisseia: a luta incansável, nas águas turbulentas da ditadura, para que o País conquistasse as liberdades democráticas. [...] Em protesto contra a farsa da eleição presidencial promovida pelos militares, prevista para janeiro de 1974, Ulysses lançou sua candidatura à sucessão de Garrastazu Médici (1969-1974), tendo como vice o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. [...] Queria concorrer apenas para denunciar o sistema eleitoral” (33).

Conforme referimos no início deste verbete, mesmo sabendo que perderia para o candidato Ernesto Geisel, Ulysses disputou a eleição como “anticandidato”. Não havia a menor chance, pois a ARENA tinha mais de dois terços do Colégio Eleitoral. Ulysses queria concorrer apenas para denunciar o regime autoritário e acelerar o processo de abertura democrática (34).

Arremata assim a competente equipe da Fundação IPEA:

“Na convenção do MDB, Ulysses emocionou os correligionários ao final do discurso primoroso [...] a caravela vai partir. As velas estão paridas de sonho, aladas de esperança. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente. No cais alvoroçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do establishment [...] Nossa carta de marear não é a de Camões e sim a de Fernando Pessoa ao recordar o brado: Navegar é preciso. Viver não é preciso [...] ‘Alvíssiras, meu capitão. Terra à vista! Sem sombra, sem medo ou pesadelo, à vista a terra limpa, abençoada da liberdade’ [...] Não houve terra à vista, naquele momento histórico. A chapa governista [...] venceu a eleição, como estava previsto. Mas a anticandidatura de Ulysses uniu e fortaleceu o MDB - e

encheu de esperanças os brasileiros com a antevisão da democracia” (35).

Empossado em 15 de março de 1974, ao lado do vice-presidente Adalberto Pereira dos Santos, Ernesto Geisel enfrentou a crise do petróleo, denunciou acordos militares com os Estados Unidos, celebrou um acordo nuclear com a Alemanha e ampliou o processo de estatização da economia brasileira.

Em 1974, o MDB venceu as eleições parlamentares fazendo críticas à política econômica. O presidente Ernesto Geisel reagiu com uma promessa de abertura, ou seja, aos poucos o regime se abrandava: diminuía a censura à imprensa e eclodiam greves. Mas o governo ainda tinha força para levar outro militar à Presidência da República. Realmente, na reunião do Colégio Eleitoral em 14 de outubro de 1978, seria eleito o general João Figueiredo, tendo a seu lado o vice-presidente Aureliano Chaves.

Sob a liderança de Ulysses Guimarães foram organizados comícios pelas eleições diretas para presidente em todas as capitais e várias outras cidades do Brasil. Inclusive Itacoatiara.

Ainda no início do regime autoritário, repetindo-se o que ocorria em todo o País, em Itacoatiara vicejavam os embates políticos. Em razão de notícias levadas a conhecer pelo núcleo do sistema, de que certos homens públicos deste município eram useiros e vezeiros em discutir ideias progressistas, consideradas pelos militares de “teor subversivo”, o governo federal resolveu tomar duas medidas gravíssimas: decretou intervenção federal em Itacoatiara e mandou prender dois “inimigos do regime”.

Realmente, em 7 de novembro de 1966, o presidente Castello Branco nomeia o senhor Armindo Magalhães Ausier como interventor federal, cujo ato, além da assinatura presidencial, foi chancelado pelo ministro da Justiça Carlos Medeiros, cujos considerandos pautavam-se no artigo 1º do

Ato Complementar nº 11 baixado para regulamentar o ato AI-3, de 5 de fevereiro de 1966. Posteriormente, face à delegação concedida pelo “comando da Revolução” aos governos estaduais, o governador do Amazonas, Danilo Areosa (36), e o secretário de Interior e Justiça, Áderson Dutra (37), referendariam a nomeação do interventor através do decreto estadual de 31 de janeiro de 1967.

Homem de temperamento forte, Armindo Ausier não se dava bem com a classe política, inobstante tenha sido vereador e ocupado a vice-presidência da Edilidade, nos anos 1925-1930. Farmacêutico, formado pela antiga Universidade Livre de Manaus, dedicara-se a vida inteira às atividades privadas. Sua gestão à frente da Interventoria deu azo a uma grande desinteligência entre o próprio e os vereadores. A crise ganhou vulto e, não aceitando pressões, Armindo Ausier renuncia ao cargo no dia 6 de setembro de 1967. Para substituí-lo, na mesma data a Câmara Municipal de Itacoatiara elege o prefeito Aurélio Vieira dos Santos.

Quanto aos “inimigos do regime”, tratavam-se do vereador Paulo Sampaio e do suplente de vereador Argos Valente (38), ambos do diretório municipal do PTB, acusados de ligações com o regime cubano. O primeiro, além de cassado por seus colegas de plenário, em 1965, foi detido em meados de 1967 juntamente com o segundo. Ambos, a seguir, foram levados à prisão em um quartel do Exército em Manaus. Solto, posteriormente, Paulo Sampaio impetrou mandato de segurança e retornou à atividade legislativa.

Pregando liberdade, denunciando as falhas do regime militar e a opressão do sistema, Ulysses Guimarães empreendeu viagem por todo o País. Estávamos em 1976. À frente de uma pequena comitiva, em Brasília, o presidente nacional do MDB tomou um avião da VASP (39) e voou para Manaus, aonde chegou ao entardecer de 11 de janeiro. Seguidamente aos

compromissos político-partidários previamente agendados na capital do Amazonas com o diretório central do Partido, embarcou no navio/motor Ana Maria IV e amanhecia quando aportou em Itacoatiara. Veio acompanhado do senador amazonense Evandro Carreira; do deputado federal paranaense, líder do partido na Câmara dos Deputados, Laerte Vieira; dos deputados federais pelo Amazonas Joel Ferreira e Antunes de Oliveira; dos deputados estaduais José Cardoso Dutra (presidente da Assembleia Legislativa), Damião Ribeiro e Natanael Rodrigues; e do vereador de Manaus Irineu Tavares.

Destacamos aqui parte do que escreveu o repórter da Revista Veja sobre a viagem de Ulysses:

“Às cinco horas da manhã, escorregando perigosamente sobre a tábua estreita e úmida que servia de ponte de embarque ao motor ‘Ana Maria IV’, Ulysses Guimarães não perdeu de vista o horizonte político de sua viagem. ‘Nós, da oposição, vivemos nos equilibrando’, declarou. A bordo, ele logo descobriria que estava obrigado a fazer toda a viagem curvado – a cobertura do barco era mais baixa que sua cabeça. E uma noite no camarote minúsculo faria o deputado Laerte Vieira, líder do MDB na Câmara, amanhecer com torcicolo. Mas Ulysses, aos 59 anos de idade, quase 30 de política, não pode ser confundido com um marinheiro de primeira viagem. Acostumado desde sempre a improvisar logo aprendeu a se instalar numa cadeira de balanço no tombadilho e ali, cercado de chefes oposicionistas locais, passava a observar as margens do Amazonas. Citava Euclides da Cunha para a comitiva. Espantou-se com o despovoamento das margens do rio. A dieta de bordo era frugal e, para beber, servia-se apenas o guaraná da terra. Mas o experiente Ulysses tinha levado seu estoque particular de scotch, consolo para os que tiveram de comer feijão com carne seca, macarrão e galinha dois dias seguidos” (40).

Ulysses e seus companheiros foram recepcionados pelo presidente do diretório municipal do MDB, deputado Paulo Sampaio, os vereadores Francisco Fiuza Lima, Antônio Pereira Simões (41) e Bernardo Almeida (42), o ex-prefeito Acácio Soares de França Leite, o advogado Francisco Gomes

da Silva, José Tomás de Aquino, Getúlio Borsa Lima, Dinamérico Peixoto, Lázaro da Silva Rebelo, Djanildes Rebelo da Silva e outros – seguidos de grande massa popular. Ato contínuo, a comitiva visitou o bispo dom Jorge Marskell (43) e se reuniu no diretório municipal.

Ainda, conforme relatado pelo repórter da Revista Veja,

“Antes da atracção, os dois alto-falantes do Ana Maria IV vinham gritando: ‘Povo de Itacoatiara. Esta é a caravana da esperança. Esta é a primeira vez que um líder nacional, em todos os tempos, deixa a cidade e vem ao interior do Amazonas falar ao povo’. Isso somado aoas foguetes disparados pelos correligionários de terra, teve seus efeitos. Acorreram quase 1.000 pessoas (44) à concentração do MDB e Ulysses Guimarães ainda teve o consolo de ficar sabendo que receberá uma homenagem para ser lembrado após sua morte: ‘Nós vamos colocar sua fotografia na nossa sede’, anunciou-lhe Francisco Gomes da Silva, futuro candidato da oposição à Prefeitura da cidade”.

Às 20:00 horas daquele dia, em comício na Praça de Nazaré, apinhada de populares (45), que o aplaudiram delirantemente, o chefe nacional da oposição fez um relato da luta empreendida a prol da recuperação dos direitos civis do povo brasileiro subtraídos pelo golpe de 1964. A fala do deputado deputado-líder Laerte Vieira também foi marcante, como o foram os discursos dos demais parlamentares que assumiram à tribuna naquela noite. O senador Evandro das Neves Carreira, em entusiástico discurso, revelou que “o MDB lavrará um tento importante na conquista de Itacoatiara, que poderá, no pleito de novembro consagrar o nome do jovem cidadão Francisco Gomes como prefeito municipal”. Após o comício, a comitiva de Ulysses Guimarães foi homenageada com um jantar no Restaurante Lírio Hotel (46).

Aproximava-se da meia noite quando Ulysses Guimarães deixou Itacoatiara e foi visitar Urucará e Parintins, donde retornaria dois dias depois para ainda cumprir extensa programação em Manaus. Sua epopeia no Amazonas teve a cobertura dos principais jornais do Rio e São Paulo, da Revista

Veja e dos jornais amazonenses A Notícia (47), Jornal do Comércio, O Jornal (48) e A Crítica.

Quase um ano depois, precisamente no dia 17 de dezembro de 1976, Ulysses Guimarães voltou a Itacoatiara. Viajando através da Rodovia Vital de Mendonça, acompanhavam-no o vice-líder do MDB na Câmara, deputado federal Mário Frota (49), os deputados estaduais José Cardoso Dutra e Damião Ribeiro, o vereador à Câmara Municipal de Manaus, Fábio de Lucena (50) e outras figuras do mundo político do Amazonas. O empresário Chibly Calil Abraham, prefeito eleito em 15 de novembro do mesmo ano, conduzido pelo procurador Vicente de Mendonça Júnior (51), foi cumprimentar Ulysses no palanque armado no início da Avenida 15 de Novembro, próximo ao Mercado Municipal, onde dali a instantes se pronunciaria encerrando o comício que se iniciara com a fala dos líderes locais Francisco Gomes, Paulo Sampaio e Francisco Fiuza Lima.

Enorme multidão assistiu e aplaudiu o evento, onde ainda se pronunciaram Mário Frota, José Dutra, Fábio Lucena e outros membros da caravana emedebista. Passavam das 12:30 horas quando Ulysses e seus companheiros se retiraram do local e, sempre ovacionados por muitos populares, deram uma volta pelas ruas centrais e em seguida retornaram a Manaus (52).

As duas visitas simultâneas do líder nacional da oposição repercutiram em todo o País; resultaram na aceitação e fortalecimento da imagem do MDB na Amazônia. Incomodaram as hostes governamentais, e como o assunto merecia um contraponto, dois anos depois (1978), o presidente Ernesto Geisel visitaria Itacoatiara.

NOTAS

1 – A respeito da chegada de Ulysses Guimarães em Itacoatiara, cf. os jornais de Manaus: *A Crítica*, de 11/01/1976 e 13/01/1976, *A Notícia*, de 11, 13 e 14/01/1976, e *Jornal do Comércio*, de 14/01/1976. Ainda cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

2 – Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000). Natural de Recife/PE. Jornalista e professor. Deputado federal por Pernambuco (1935-1937). Constituinte (1946), Deputado federal (1947-1948 e 1959-1963). Governador de seu estado natal (1948-1951). Ingressou na Associação Brasileira de Imprensa em 1926, da qual foi eleito presidente em 1929. Presidente do Instituto Brasileiro do Açúcar e do Alcool (1938-1945). Membro da Academia Brasileira de Letras, que a presidiu em 1953-1958. Integrou a chapa de Ulysses Guimarães à Presidência da República, como candidato a vice-presidente, nas eleições de 15/01/1974. Participou ativamente da Campanha Diretas Já, que teve como objetivo pressionar o Congresso Nacional a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, com a qual se pretendia estabelecer eleições diretas para presidente do Brasil, em 1985, ideia infelizmente não concretizada. Faleceu no Rio de Janeiro aos 103 anos de vida. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1969), CORRÊA (2011) e SITE do IPEA: Perfil Ulysses Guimarães (2016).

3- Além de Ulysses, na eleição presidencial de 15/11/1989 concorreram 22 candidatas a presidente e 22 a vice-presidente. Encabeçada por Ulysses, a chapa do PMDB tinha como candidato a vice-presidente o jurista e político baiano Waldir Pires de Souza (1926-2018). Ulysses recebeu 3.204.932 votos, sendo derrotado em primeiro turno e, assim, ficou em sétimo lugar, muito distante do primeiro colocado, Fernando Collor de Mello, do PRN (Partido da Reconstrução Nacional), que recebeu 20.611.011 votos. Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1969), SILVA (2004) e SITE do IPEA: Perfil Ulysses Guimarães (2016).

4 – Zona Franca de Manaus ou Polo Industrial de Manaus. Parque Industrial localizado na cidade de Manaus. Concebida pelo decreto-lei nº 3.173, de 6/07/1957, que instituiu o Porto Livre de Manaus, e dez anos depois houve de fato sua criação pelo decreto-lei nº 288, de 28/02/1967, com o propósito de impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental. Cf. FGV/CPDOC, SITE da SUFRAMA e SITE do Ministério do Desenvolvimento.

5 – Segundo estimativa feita pela CODEAMA (Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas), a população do Município de Itacoatiara em 1976 apresentava o seguinte quadro: na cidade 22.332 habitantes e na zona rural, 24.758 habitantes. Tendo por base os censos demográficos de 1960 e 1970, o referido quadro ostentava as seguintes taxas geométricas de crescimento: para a microrregião do Médio Amazonas 4,265%; e para o Município de Itacoatiara 3,837% - prova do esvaziamento populacional do interior. Cf. CODEAMA (Estimativa populacional 1971-1980) e SILVA (1997/2).

6 – Os projetos madeireiros instalados no Município, no período anteroposterior à chegada de Ulysses, seriam perdidos no início dos anos 1990/2000 face à política de defesa ambiental patrocinada pelo governo federal e, assim, Itacoatiara amargaria um período de recessão e desemprego. Cf. SILVA (1999) e SILVA (2010).

7 – A respeito, Cf. FIGUEIREDO (2011).

8 – Cf. SERÁFICO (2013).

9 – Autonomia Municipal: comemorado o centenário do evento em 25/04/1974; referência à elevação da vila de Serpa à categoria de cidade com o nome de Itacoatiara, objeto da Lei provincial nº 283, de 25/04/1874. Lembrando que esta cidade possui efetivamente 337 anos - período contado desde a fundação de seu núcleo originário em 8/09/1683 até 8/09/2020. Cf. SILVA (1965), LOUREIRO (1978), SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010), SILVA (2013), SILVA (2017) e SILVA (2018).

10 – Paulo Pedraça Sampaio (1925-2017). Natural de Manicoré/AM, veio para Itacoatiara em 1939, onde constituiu família lutando bravamente para ocupar espaços. Político nato, durante os anos do governo militar (1964-1985) revelou-se um dos grandes líderes da oposição amazonense. Em meados de 1950 ingressou no PTB. Advogado provisionado revelou-se o grande defensor dos trabalhadores e das pessoas humildes. Não eleito vereador à Câmara Municipal, na primeira tentativa (1958), como suplente cumpriu uma parte do mandato entre 1959 e 1963. Face às suas ideias fortes e ao seu caráter combativo e independente, em 1964 foi detido pelo Exército e recambiado para a prisão em Manaus. Candidato a prefeito de Itacoatiara, em 1968 e em 1972, foi derrotado em ambas tentativas. Pleiteante de uma vaga à Assembleia Legislativa, em 1970, também foi derrotado, mas, afinal, conseguiu realizar o sonho de ser deputado estadual vencendo as eleições de 1974, tornando-se, nos quatro anos seguintes, líder do MDB no Parlamento amazonense. Não reeleito em 1978, recolheu-se à atividade empresarial com atuação na área da metalurgia. Ainda no pleito municipal de 1982 tentou sem sucesso a Prefeitura de Itacoatiara. Desencantado, abandonou a política e, logo em seguida, caiu gravemente enfermo falecendo em Manaus aos 92 anos de idade. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010), SILVA (2017), SILVA (2017) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

11 – Jurandir Cleuter Barros de Mendonça. Natural de Itacoatiara, nasceu em 25/04/1944. Contador e Bacharel em Administração. Empresário do ramo de Comunicação, proprietário das rádios Difusora de Itacoatiara e CBN/Itacoatiara, ambas sediadas neste Município. Deputado estadual, participou de quatro legislaturas na Assembleia Legislativa do Amazonas (1975-1978, 1979-1982, 1983-1986 e 1991-1994). Nessa condição, dedicou-se a trabalhar por Itacoatiara e outros municípios-base de sua atividade parlamentar, sendo que, no caso de sua terra natal, conseguiu carrear recursos para concretizar projetos de alta relevância, com destaque para construção de escolas, estradas vicinas, asfaltamento total da Rodovia Vital de Mendonça, construção das pontes Mamoud Amed e Adamastor de Figueiredo, sobre o rio Urubu à altura dos quilômetros 20 e 180 da referida rodovia. Entre várias homenagens recebidas, Cleuter Mendonça foi agraciado com a Medalha Ruy Araújo, a mais alta condecoração da Assembleia Legislativa do Estado. Através de suas emissoras em Itacoatiara, realiza

um belo trabalho gerando empregos, ajudando na economia local e levando entretenimento para Itacoatiara e mais 18 municípios adjacentes, do baixo e médio Amazonas. Cf. SILVA (1998), SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo e PORTAL da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

12 – Estádio Municipal Floro de Mendonça. Inaugurado em 31/01/1971, na gestão do ex-prefeito Jurandir Pereira da Costa (1969-1973). Projetado pelo arquiteto mineiro Severiano Mário Porto (c.1931-2020), veio substituir ao antigo Estádio Municipal General Eurico Gaspar Dutra. Nome original: Estádio Municipal José Mendes, porém, em 3/11/1977, em razão de projeto apresentado na Câmara Municipal pelo vereador Getúlio Lima, aprovado e transformado em lei, recebeu a denominação atual. sua inauguração foi marcada pela partida de futebol entre as equipes de Manaus Rio Negro e Nacional, e a preliminar contou com a participação das seleções branca e verde, formadas pela LIDA (Liga Itacoatiarense de Desportos Atlético) - jogos esses transmitidos pela Rádio Difusora de Itacoatiara e Rádio Baré, de Manaus. Cf. edições de 2/02/1971 dos jornais de Manaus: Jornal do Comércio, A Notícia, O Jornal e A Crítica, e SILVA (1998).

13 – Aurélio Vieira dos Santos. Nascido no Município do Careiro/AM. Servidor estadual, dirigiu a Mesa de Rendas de Itacoatiara desde o início a meados de 1960. Duas vezes prefeito de Itacoatiara, a primeira eleito indiretamente pela Câmara (1967-1969) e a segunda por eleição direta (1973-1977). Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

14 – David Pereira Braga (1924-1986). Natural de Monte Alegre/PA. Pastor da Convenção Batista Nacional. Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara (1969-1973). Vice-presidente da Casa (1969-1970) e presidente (1971-1972). Vice-prefeito municipal (1973-1977). Secretário de Obras na administração do prefeito Chibly Abraham (1977-1981). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

15 - Francisco Fiuza Lima (1908-1998). Nascido em Lábrea/AM. Agrônomo formado pela antiga Universidade Livre de Manaus. Prefeito de Humaitá/AM (1941-1945). Administrador do Projeto Agropecuário da Vila Amazônia em Parintins (1947-1952). De lá, veio para Itacoatiara onde foi dirigente do Posto Agropecuário (Secção local do Fomento Federal) em 1954-1963. Candidato a prefeito de Itacoatiara, pelo MDB, em 1968, porém, não obteve sucesso. Em 1964 passou a integrar os quadros da Secretaria estadual de Produção Rural (SEPROR), por onde se aposentaria em meados de 1980. Em 1970 pôs em prática a experiência de cria e recria sistemática de peixes e quelônios no Lago de Serpa. Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara (1973-1977) e presidente da Casa em 1975-1977. Foi candidato a vice-prefeito pelo MDB na chapa encabeçada pelo advogado Francisco Gomes da Silva (1976). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA (2010).

16 - Sublegenda: instituto da Legislação brasileira (Decreto-lei nº 1.541, de 14/04/1970), que teve aplicação no País durante o regime militar. Segundo o artigo 12 do decreto-lei: Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido. Parágrafo 1º. Se o Partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-á eleito o mais votado dentre os seus candidatos. Parágrafo 2º. Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo Partido, será conside-

rado eleito o mais idoso. Cf. PORTAL da Câmara dos Deputados <https://www.camara.leg.br> e SILVA (1997/2).

17 – Francisco Gomes da Silva: natural de Itacoatiara, à época, contava 31 anos de idade; quatro anos antes (1972) se formara em Direito pela UFAM. Ingressou no MDB aos 20 anos de idade, em 1966, quando ainda cursava magistério no Instituto de Educação do Amazonas (IEA), e o fez assinando o Livro de Fundação do Partido no Estado do Amazonas, a pedido do então deputado João Valério de Oliveira.

18 – Ato Institucional nº 1, conhecido no mundo jurídico-político pela sigla AI-1: editado em 9/04/1964 pela junta militar, autodenominada Comando Supremo da Revolução. Objetivo: afastar qualquer forma de oposição e legitimar o regime. Cf. FGV/CPDOC, CORRÊA (2011), SITE da Câmara dos Deputados e SITE do IPEA: Perfil Ulysses Guimarães.

19 – A respeito, cf. FIGUEIREDO (2011).

20 – Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967). Nascido em Fortaleza/CE, foi um dos articuladores do golpe de 1964. Declarado aspirante-a-oficial em 1921; promovido em maio desse ano a segundo-tenente; a capitão em 1932; a major em 1938; a tenente-coronel em 1943; a coronel em 1945; a general-de-brigada em 1952; a general-de-divisão em 1958; e a general-de-exército em 1962. Atuou na segunda guerra mundial, na Itália, pela FEB. Em 1944 recebeu do Exército americano a medalha Estrela de Bronze. Foi Comandante do IV Exército, sediado em Recife/PE (1962-1963), chefe do Estado-Maior do Exército (1962-1964) e Presidente da República (1964-1967). Três dias depois de eleito presidente pelo Congresso Nacional foi promovido ao posto de marechal, passando para a reserva. Cf. FGV/CPDOC, VIANA FILHO (1975), GUTEMBERG (1984), GASPARI (2002) e CORRÊA (2011).

21 – José Maria Alkmin (1901-1974). Nasceu em Bocaiuva/MG. Político e Jurista. Durante três décadas representou seu Estado natal na Câmara dos Deputados (1934-1964). Ministro da Fazenda no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960). Vice-presidente da República, entre 1964 e 1967, no governo do general Humberto de Alencar Castello Branco. Cf. FGV/CPDOC, VIANA FILHO (1975), GASPARI (2002) e CORRÊA (2011).

22 – Ato Institucional nº 2, ou AI-2, de 27/10/1965. Seu artigo 18 era taxativo: “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo Único: Para a organização dos novos Partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de junho de 1965, e suas modificações”. Cf. FGV/CPDOC, CORRÊA (2011) e SITE da Câmara dos Deputados, citado.

23 – ARENA: Aliança Renovadora Nacional: fruto de projeto dos formuladores políticos do regime militar, que implantaram uma reforma partidária visando criar um forte partido de sustentação para o governo e um partido frágil e dócil (o MDB) para abrigar os descontentes e opositores. Cf. FGV/CPDOC e CORRÊA (2011).

24 – MDB: Movimento Democrático Brasileiro: surgiu no contexto da ditadura, após o AI-2 que extinguiu todos os partidos políticos em 1965. Cf. FGV/CPDOC e CORRÊA (2011).

25 – A respeito, cf. GUTEMBERG (1984), ABREU (2001), GASPARI (2002), CORREA (2011) e SITE do IPEA: Perfil Ulysses Guimarães (2016).

26 – A respeito, cf. Autores citados na nota anterior.

27 – Junta Militar: governou o País de 3/08 a 30/10/1969. Composta do general de Exército Aurélio de Lira Tavares (1905-1998): natural de João Pessoa/PB e falecido no Rio de Janeiro; do almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (1905-1985): nasceu e faleceu no Rio de Janeiro; e do brigadeiro Márcio de Souza e Melo (1906-1991): nasceu em Florianópolis/SC e, aposentado como marechal-do-ar, faleceu no Rio de Janeiro. Cf. MORENO (2003), GASPARI (2003), GASPARI (2004) e CORRÊA (2011).

28 – A bibliografia a respeito é vasta, inclusa a Coleção Ditadura, de Elio Gaspari, em 5 volumes.

29 – Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). Natural de Bagé/RS. Declarado aspirante-a-oficial do Exército em 1927, seguiram-se-lhe as seguintes promoções: segundo-tenente em 1929; capitão em 1934; general-de-brigada em 1961; e general-de-Exército em 1969. Foi adido militar em Washington (1964-1966), chefe do SNI - Serviço Nacional de Informações (1967-1969), comandante do III Exército (1969) e presidente da República (1969-1974). Cf. FGV/CPDOC, CHAGAS (1979) e GASPARI (2002) e CORRÊA (2011).

30 – A respeito, cf. GUTEMBERG (1984), GASPARI (2002), CORRÊA (2011).

31 – A respeito, cf. Autores citados na nota anterior.

32 – Cf. PORTAL do IPEA: www.ipea.gov.br/portal.

33 – Cf. GASPARI (2003) e IPEA: Perfil: Ulysses Guimarães (2016).

34 – A respeito, cf. GUTEMBERG (1984), GASPARI (2002), CORRÊA (2011) e IPEA: Perfil Ulysses Guimarães (2016).

35 – Cf. GASPARI (2003) e IPEA: Perfil (2016), citados.

36 – Danilo Duarte de Matos Areosa (1921-1983). Nasceu em Manaus. Comerciante e contador. Presidente do Conselho Regional do SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1953-1966). Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas (1964-1966). Governador do Estado, pela legenda da ARENA, eleito pela Assembleia Legislativa do Estado (1967-1971), sucedendo ao governador Arthur César Ferreira Reis (1964-1967). Cf. FGV/CPDOC, PORTAL da Confederação Nacional do Comércio e PORTAL do Governo do Estado do Amazonas.

37 – Áderson Pereira Dutra (1922-2010). Natural de Parintins/Am. Jurista, professor e escritor. Catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, cargo que ocupou através de concurso público, realizado em 1957. Servidor público exemplar e de alto gabarito, exerceu ainda as seguintes relevantes atividades: presidente da Companhia de Eletricidade de Manaus; juiz federal do Amazonas; reitor da UFAM; e procurador-geral de Justiça. Membro da Academia Amazonense de Letras e da Associação dos Escritores do Amazonas. Especialista em Direito Administrativo,

escreveu vários livros sobre a matéria, entre eles: *Da Jurisdição Administrativa, Do Contencioso Administrativo e Da Autonomia Municipal*. Cf. DINIZ (2002) e PORTAL da Academia Amazonense de Letras.

38 – Argos do Amaral Valente (1925-2001): Político e orador. Natural de Manaus, veio para Itacoatiara na década de 1950. Integrou o grupo político do PTB liderado pelo governador Plínio Ramos Coelho. Primeiro suplente de vereador substituiu em 1956-1959 ao titular, vereador Hélio Falcone que havia renunciado ao mandato em 12/05/1956. Integrou a Frente Parlamentar Nacionalista e na tribuna da Câmara de Itacoatiara, juntamente com Paulo Pedraça Sampaio, foi um ardoroso defensor da campanha “O Petróleo é Nosso”, da permanência de Fidel Castro em Cuba e das reformas de base do presidente João Goulart (1918-1976). Por isso, com a eclosão do golpe militar de 1964, foi detido e levado à prisão no quartel do Exército em Manaus, junto com o também vereador do PTB Paulo Sampaio. Depois de deixar a política, em 1980, Argos Valente exerceu até falecer aos 76 anos o cargo de professor primário no rio Arari-Grande. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

39 - Viação Aérea de São Paulo: avião Boeing 727-200, no voo comercial São Paulo-Brasília-Manaus.

40 - Cf. Revista *Veja* (Editora Abril) nº 385, de 21 de janeiro de 1976.

41 – Antonio Pereira Simões (1942-2003): Natural de Itacoatiara. Comerciante, foi casado com Aurineide Rabelo Simões (1940-2016), e dessa união nasceu a única filha Aurileide Rabelo Simões, empresária e professora, ex-assessora da CREI - Coordenadoria Regional de Educação de Itacoatiara. Antonio Simões foi duas vezes vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara; a primeira pelo MDB (1973-1977) e a segunda pelo PMDB (1983-1988). Grande tribuno e um homem íntegro, faleceu às vésperas de completar 61 anos de idade. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

42 – Bernardo Almeida de Oliveira (1945-2004). Nasceu em Itacoatiara. Contabilista e professor, político nato e grande tribuno. Foi casado com a professora Marlene Leite de Oliveira, e dessa união resultaram cinco filhos: Marlene Leite Barbosa, casada, odontóloga; Bernardes Leite de Oliveira, médico e tenente do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Amazonas; Bonifácio Leite de Oliveira, bacharel em Direito e técnico da Receita Federal; Brossard Leite de Oliveira, médico falecido em fevereiro de 2021, vitimado pelo covid-19; e Mary Jane Leite de Oliveira, empresária. Três vezes vereador à Câmara de Itacoatiara: uma pelo MDB (1973-1977) e duas pelo PMDB (1977-1983 e 1983-1988), sempre na condição de líder de bancada. Nas eleições estaduais de 1986 concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa, porém, não logrou êxito. Ex-secretário municipal de Meio Ambiente, na administração do prefeito Francisco Pereira da Silva (1989-1992), Bernardo Almeida contribuiu enormemente na obra de ampliação da Avenida Parque. Faleceu prematuramente, um mês antes de completar 59 anos. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

43 – Dom Jorge Eduardo Marskell (1935-1998). Nasceu em Ontário/Canadá. Ordenado sacerdote em 1960, no ano seguinte é enviado, com outros quatro companheiros, pela Sociedade Missionária de Sbarboro (SFM), para trabalhar na então recém-criada Prelazia de Itacoatiara. Dedicou-se por inteiro ao trabalho comunitário. Foi vigário da Catedral e, após a renúncia do primeiro bispo dom Francisco Paulo Mc-Hugh, em 17/01/1975, foi alçado ao cargo de administrador apostólico. A 30/07/1978 foi ordenado bispo, ensejando-o à realização de um estupendo trabalho de evangelização e a favor da educação, da saúde e dos direitos humanos do Povo de Deus dos municípios integrantes da Prelazia. Em vida, Jorge Marskell revelou-se uma figura carismática, generosa e dona de grande sensibilidade social. Vitimado pelo câncer, faleceu aos 63 anos. Cf. SILVA (1998), SILVA (1999) e SILVA (2018).

44 – Aqui o repórter de Veja se equivocou: a comitiva de Ulysses foi recepcionada no porto de Itacoatiara por, no mínimo, 2.500 pessoas.

45 - Sobre a primeira visita de Ulysses a Itacoatiara, cf. Os Jornais de Manaus: A Notícia, de 13 e 14/01/1976, A Crítica, de 13/01/1976 e O Jornal, de 13 e 14/01/76; Revista Veja (Editora Abril) nº 385, de 21/01/1976; e SILVA (1998).

46 - Lírio Hotel: estabelecimento situada à esquina das ruas Adamastor de Figueiredo e Cassiano Secundo, e há tempos desativado. Propriedade de Alírio Soares Fernandes (1918-1976), comerciante e agropecuarista nascido no Município de Autazes/AM.

47 – A Notícia: jornal fundado em Manaus aos 16/04/1969 pelo comendador Felix Fink. Diretor: jornalista e deputado estadual Manuel José de Andrade Neto, genro do comendador Fink. Vendido ao empresário José Moura em 29/01/1983. Cf. FIGUEIREDO (2011) e SITE do Instituto Durango Duarte.

48 – O Jornal: fundado em 30/10/1930 pelo jornalista Henrique Archer Pinto. Com a morte deste, em 1957, o matutino passou a ser dirigido pela viúva Maria de Lourdes Freitas Archer Pinto. Deixou de funcionar e encerrou suas atividades em 14/02/1977. Cf. SITE do Instituto Durango Duarte.

49 – José Mário Frota Moreira. Nasceu em Grança/CE em 22/02/1943. Professor e Advogado. Ingressou na política em 1965 filiando-se ao MDB, porém, ao longo de quase quarenta de vida pública, mudou várias vezes de legenda integrando o PMDB, o PSB, o PRN, o PST, o PSDB, o PDT, etc. Deputado federal em 1975-1979, 1979-1983 e 1983-1987. Candidatou-se sem êxito ao Senado em 1986. Elegeu-se vereador de Manaus em 1990, e em seguida candidatou-se, sem êxito, ao cargo de governador do Estado. Deputado estadual duas vezes (1999-2003 e 2003-2006). Foi vice-prefeito de Manaus em 2005-2009. Cf. CPDOC, SITE da Assembleia Legislativa do Amazonas e SITE da Prefeitura de Manaus.

50 – Fábio Pereira de Lucena Bittencourt (1940-1987). Nasceu em Barcelos/AM. Jornalista, economista e bancário. Filiou-se ao MDB, desde sua fundação em 1965. Suplente de deputado estadual pelo Amazonas (1971-1972). Foi funcionário do Banco do Brasil e Manaus e colaborador de vários jornais, inclusive A Crítica. Vereador de Manaus (1973-1977 e 1977-1981). Com o fim do bipartidarismo, ingressou em 1979 no PMDB. Em maio de 1986, mesmo tendo mais quatro anos garantidos no Senado,

Fábio Lucena resolveu disputar o pleito desse ano, sendo reeleito. Leopoldo Peres Sobrinho, o primeiro suplente, assumiu em seu lugar, e Fábio passou a exercer o novo mandato de senador constituinte. **No exercício** do mandato, acometido de profunda crise depressiva, Fábio Lucena suicidou-se em Brasília em 14/06/1987. Sua vaga ficou com o suplente Áureo Bringel de Melo (1924-2015). Cf. FGV/CPDOC, LOPES (2013), SITE da Câmara Municipal de Manaus e SITE do Senado Federal.

51 - Vicente de Mendonça Júnior (1921-2009). Nasceu no rio Arari, Município de Itacoatiara. Advogado especialista em Direito Eleitoral. Ingressou no Serviço Público em 1939 como Escrevente do Tribunal de Justiça, em cujo exercício esteve até 1943. Secretário e prefeito interino de Manaus (1945). Deputado estadual constituinte em 1947, mandato que concluiu em 1951. Procurador Geral do Estado e ao mesmo tempo Chefe do Ministério Público (1959-1961). Procurador Jurídico e Fazendário do Estado (1961-1963). Membro e presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, atual UFAM (1964-1966). Outra vez Procurador Geral do Estado (1983-1990). Foi homenageado pela **Prefeitura de Itacoatiara com a aposição de seu** nome na Escola Municipal Dr. Vicente de Mendonça Júnior. Cf. MENDONÇA (2010), LEONG (2012) e SITE do Ministério Público do Amazonas.

52 – Sobre a segunda visita de Ulysses Guimarães em 17/12/1976 a Itacoatiara, Cf. SITE dos jornais de Manaus: A Crítica, O Jornal, A Notícia, Jornal do Comércio e SILVA (1998).



Chegada do presidiável Ulysses Guimarães a Itacoatiara 12/01/1976. Ainda a bordo do navio/motor Ana Maria IV, à direita o dep. federal Joel Ferreira (MDB-Am), ao centro Francisco Gomes da Silva e o dep. estadual Natanael Rodrigues (MDB-Am) e à direita o líder nacional do MDB. Foto no Jornal A Notícia, Ano VI, Manaus, sexta-feira 16/01/1976.



Nasce a Constituição Cidadã em 1988 - Democracia permite a participação social na elaboração do texto. Fonte: <https://www.epsjv.fiocruz.br/not%C3%ADcias/reportagem/nasce-a-constituicao-cidada-em-1988>.



PRESIDENTE

ERNESTO GEISEL

Ernesto Beckmann Geisel. Ernesto Beckmann Geisel. Nasceu em Bento Gonçalves/RS no dia 3 de agosto de 1907. Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre em 1921. Participou de ações militares na Revolução de 1930 como tenente. Nessa primeira fase, exerceu os cargos de adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952) e chefe do Setor de Informações do Exército (1957-1961). Promovido a capitão em setembro de 1935; a tenente-coronel em junho de 1948; a coronel em abril de 1953; a general-de-brigada em março de 1960; a general-de-divisão em novembro de 1964; e a general-de-exército em novembro de 1966. Comandante Militar de Brasília-DF (1961). Chefe da Casa Militar da Presidência da República (1961 e 1964-1967). Ministro do Superior Tribunal Militar (1967-1969). Presidente da PETROBRÁS (1969-1973). Presidente da República (1974 a 1979). Como ex-presidente, manteve influência sobre o Exército ao longo dos anos 1980 e, em 1985, deu apoio à candidatura de Tancredo Neves, nas eleições indiretas daquele ano, derrotando Paulo Maluf. Seu apoio diminuiu as resistências a Tancredo no meio militar. Também foi presidente da Norquisa, empresa ligada ao setor petroquímico. Vigésimo nono presidente da República, sendo o 4º do regime militar (1964-1985), Geisel morreu no Rio de Janeiro, aos 89 anos, no dia 12 de setembro de 1996.

A VINDA EM 1978 do presidente Ernesto Geisel à principal cidade do interior amazonense foi uma jogada de marketing. As duas visitas simultâneas do líder nacional da oposição Ulysses Guimarães, realizadas dois anos antes, haviam repercutido em todo o País. Resultaram na aceitação e fortalecimento da imagem do MDB perante um determinado segmento da população dos estados do Norte/Nordeste, abalando a imagem do governo. Na esfera política, conforme a avaliação de alguns membros do staff governamental, o assunto merecia um contraponto.

O cerimonial da Presidência da República, após consultar o comando revolucionário e os principais líderes da região, instou ao governo do Estado do Amazonas a construção de uma pauta que respaldasse razoavelmente a visita presidencial, e para reforçar tal providência o gabinete do Executivo estadual foi buscar parcerias. A Madeireira Atlantic Veneer do Brasil (1) - empresa de origem alemã, beneficiária de incentivos fiscais federais, que há alguns anos atrás se instalara em Itacoatiara - consultada, aquiesceu em integrar-se à pretensa programação para compartilhar da alegria da festa. Consequentemente, dois meses antes de pousar em Manaus a equipe precursora, o plano de visita do presidente Ernesto Geisel já estava formatado: constituiria de inauguração do novo maquinário da Termelétrica de Itacoatiara (2) e da fábrica de compensados e laminados da referida empresa.

A Atlantic Veneer diferia das demais indústrias do ramo madeireiro instaladas no interior do Amazonas, porque somente ela produzia lâminas faqueadas tendo como matéria-prima madeiras nobres que eram utilizadas para revestir móveis, dando-lhes um acabamento finíssimo e de melhor qualidade. No início, a empresa disponibilizou 500 empregos diretos, sem contar com os trabalhadores da reserva florestal que mantinha na localidade de Abujari, no distante município de Tapauá (3). No auge de suas atividades, em 1980, iria atingir a marca de 3.000 colocações. Depois de suprido o mercado local, a produção saía pelo porto de Itacoatiara (4), inaugurado três anos antes, era vendida em Manaus

e noutros estados brasileiros, e boa parte dela exportada para a Europa e os Estados Unidos.

Segundo apurado por este Autor, em suas pesquisas orais à época, o proprietário da Atlantic Veneer, Carlos Henrique Moehring, exultou com a notícia da chegada de Geisel, de quem dizia ser admirador, e até comemorou com seus auxiliares. Luterano, tal qual o presidente da República, reservado e pouco falante, como é da natureza dos alemães, não escondia que estivera em sua posse em Brasília. Tinha na ponta da língua a história da colonização alemã no Brasil; para alguns revelou-se conhecedor do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, onde teve início a epopeia dos pioneiros alemães no território gaúcho. Não sabemos se exagerava, mas entre suas alegativas constava a de que alguns de seus ancestrais viveram em comum com os Beckmann, entre o final do século XIX e início do XX. Confessara ser muito identificado com a floresta, uma tradição de seu País, onde, segundo a literatura, os bosques são cantados em verso e prosa com tanta paixão. O contraditório disso é que, durante cerca de três décadas operando na Amazônia, a empresa do milionário Moehring lucraria milhões de dólares derrubando árvores!

O Município de Itacoatiara, nos idos 1970/2000, era conhecido como o paraíso das madeireiras. Entre vários empreendimentos do setor aqui instalados avultavam, além da pioneira Atlantic Veneer do Brasil (posteriormente Veneer da Amazônia), as madeireiras Gethal Amazonas S. A. e BRASPOR (Brasil-Portugal) Madeiras Ltda.

A Ghetal Amazonas, instalada em 14 de março de 1980, trabalhava com matéria-prima adquirida nos rios Madeira e Juruá, além do alto Solimões, sobretudo as espécies muiratinga, copaíba e sumaúma que as transformava em laminados e compensados para exportação. Mantinha às margens da Rodovia Vital de Mendonça, nas proximidades da cidade, um centro de pesquisas florestais com a área de 1.965 hectares. Seus produtos eram exportados basicamente para a Alemanha e os Estados Unidos, e seu quadro funcional em época de entressafra era de 870 empregados, podendo eventualmente atingir a uns 2.000.

A portuguesa BRASPOR deu início às suas atividades em 30 de novembro de 1995, na metade da administração do prefeito Miron Fogaça (1997-2000), responsável por convidar a empresa a se instalar no município. Montada às margens da Rodovia Am-10, junto à primeira ponte sobre o rio Urubu, seu campo de atuação dirigia-se especialmente à fabricação de réguas, tacos e assoalhos para exportação, com aproveitamento integral da matéria-prima e manejo florestal. Começou timidamente empregando 50 pessoas, número que mais tarde ascenderia a mais de duas dezenas. Vítima de processo falimentar, a BRASPOR teve curta duração.

Escrevi em 1998:

Quando eclodiu o golpe militar de 1964, o Estado do Amazonas estava sob a vigência da Constituição democrática de 14 de julho de 1947. Para adaptá-la às normas do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, e especialmente para definir o processo de escolha do substituto do governador cassado Plínio Coelho (5), a Assembleia Legislativa baixou o Ato Adicional à Constituição Estadual nº 1, de 15 de junho 1964. A partir daí, a eleição dos governadores amazonenses passaria a ser de forma indireta, sendo os nomes previamente escolhidos pelo Palácio do Planalto e submetidos à homologação do Parlamento estadual, situação essa que perduraria até à eleição democrática do governador Gilberto Mestrinho (6), em 15 de novembro de 1982. Como em todo o País, o governo militar interviu na administração pública amazonense, cassou mandatos eletivos estaduais, aposentou sumariamente juízes e servidores e mandou prender estudantes, políticos e profissionais de imprensa. Os reflexos dessa política autoritária também atingiram Itacoatiara: como dito anteriormente, o município sofreu intervenção federal em 1966 e teve dois líderes da oposição presos. Afora essas medidas de força, a região amazônica e, em especial o Estado do Amazonas, foram extremamente beneficiados pelo golpe de 1964, sobretudo em termos sócio-econômicos e no referente às telecomunicações e radiodifusão. Antes da ascensão dos militares, a região

vivia praticamente isolada do resto do mundo. Com a introdução dos sistemas de televisão e telefonia integrada, os amazonenses conheceram o 'milagre' da comunicação. Ainda, nesse período, além de fortalecidos o BASA e a SUDAM, foi instalada a SUFRAMA. [...] A implantação dos projetos madeireiros de Itacoatiara traria graves consequências ao seu meio ambiente impactando-o fortemente (7).

Em adendo aos comentários anteriores, ousamos considerar que, ao implantar na região um modelo de desenvolvimento moderno [e pretensamente eficaz], o governo federal não levou em conta o verdadeiro sentido da integração regional. Deveria ter focado mais no interior – e não acirrado o processo de metropolização: o exercício, pelas principais cidades (geralmente as capitais estaduais) da influência funcional, econômica e social sobre as cidades menores. Ou seja, considerar que as regiões interioranas da Amazônia (inclusas obviamente as do nosso Estado) merecem muito mais do que receberam até aqui. A metropolização do progresso é danosa e inconsequente, incentiva a favelização das capitais e entrega as cidades interioranas à sua própria sorte. Aí está o exemplo da Zona Franca de Manaus.

No momento da chegada do presidente Ernesto Geisel a Itacoatiara, à frente do Governo do Estado estava o jurista Henocho Reis (8), e as principais autoridades do Município eram: prefeito Chibly Calil Abraham; vice-prefeito Mustafa Milton Amed (9), presidente da Câmara o vereador Jurandir Pinheiro (10); juiz de Direito e presidente do Fórum, Ari Jorge Moutinho da Costa; e promotor de Justiça, em exercício, Francisco Gomes da Silva. Além destes, para recepcionar o Chefe da Nação acorreram a esta cidade diversas autoridades federais e estaduais procedentes de Manaus ou aqui representadas; prefeitos, vereadores e chefes de repartições dos municípios de Autazes, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, Silves,

Urucará, Urucurituba e outros; e personalidades civis, militares e eclesiásticas, originárias ou não de Itacoatiara. Desde a véspera, a movimentação era grande e intensa.

Ernesto Geisel chegou a Itacoatiara para cumprir uma programação constante de: inauguração do novo maquinário energético da Celetramazon; visita às dependências da Atlantic Veneer do Brasil; e almoço na sede do Amazonas Futebol Clube. A visita presidencial foi marcada por um aparato militar jamais visto no interior do Amazonas: enquanto centenas de soldados do Exército policiavam o trajeto desde o Aeroporto às ruas por onde passou o general, aviões e helicópteros da Aeronáutica sobrevoavam a cidade o tempo todo, e navios de guerra da Marinha manobravam junto ao porto (11).

O avião presidencial (12) pousou no Aeroporto Arico Barros (13), pontualmente às 11:00 horas do dia 4 de novembro de 1978. Depois de passar em revista a tropa armada e apertar as mãos das autoridades perfiladas, o general-presidente, com batedores do Exército à frente, e seguido por uma dezena de carros oficiais, deslocou-se do Aeroporto à usina da Celetramazon onde acionou o botão colocando em movimento um novo e mais possante maquinário que iria, a partir dali, dobrar a capacidade energética da cidade. De lá, protegido por rigoroso esquema de segurança, dirigiu-se à sede da madeireira, no bairro do Jauari, em cujo pátio foi recebido por Carlos Henrique Moehring, que viera dos Estados Unidos, onde residia, especialmente para o evento. Ao longo do trajeto de cerca de dois quilômetros, milhares de pessoas, portando bandeirinhas do Brasil, postavam-se nas ruas para saudar o presidente da República.

Em Itacoatiara, o presidente Geisel teve contato apenas com alguns políticos e empresários de cúpula. No discurso que proferiu, no Amazonas Clube, transmitido pela Voz do Brasil, antes do almoço, creditou sua visita, “em parte, ao aspecto sentimental, [...] mas [havia] outras razões de Estado que [o faziam] estar aqui”. Ainda falou em abertura política, democracia e desenvolvimento social. Além dos agentes políticos de

Itacoatiara, lá estavam: os ministros do Exército, general Fernando Belfort Bethlem (1914-2001), da Saúde, Paulo de Almeida Machado (1916-1991), do Interior, Maurício Rangel Reis (1922-1986), e das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira (1919- 2013); o governador Henoch Reis e vários secretários estaduais; os senadores José Lindoso (14) e João Braga Júnior (1919-2015); o deputado federal Raimundo Parente (1930-1991); os presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça; os superintendentes da SUDAM e da Suframa; os representantes estaduais e municipais da indústria, do comércio e do agronegócio, e outras autoridades.

O almoço servido à comitiva presidencial teve lugar no salão principal do prédio anexo à residência do prefeito Chibly Abraham, no bairro da Colônia, ágape preparado e servido por um grupo de senhoras da sociedade itacoatiarense, sob orientação da líder comunitária Lisette Abraham (15). À tardinha, o avião presidencial decolou seguindo para Manaus onde a comitiva pernoitaria antes de retornar a Brasília.

No dia 14 de setembro de 1973, a ARENA homologou as candidaturas de Ernesto Geisel para presidente e do general Adalberto Pereira dos Santos para vice-presidente da República. Ambos foram eleitos pelo Colégio Eleitoral, reunido no Plenário da Câmara dos Deputados em 15 de janeiro de 1974, derrotando ao deputado federal Ulysses Guimarães e ao jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, auto-intitulados “anticandidatos” do MDB, em protesto contra o processo de eleição indireta.

Empossado seis meses depois, Ernesto Geisel transmitia uma expectativa otimista e prometia liberalizar o sistema político, contrariamente ao que fora feito até ali, notadamente durante o mandato de seu antecessor, general Emílio Médici, marcado por restrições às liberdades públicas e onde assomavam as denúncias sobre violações dos

direitos humanos. O projeto liberalizante apresentado pelo novo governo abria novas oportunidades para o diálogo com a oposição, a Igreja, intelectuais e demais setores da sociedade civil.

Inobstante, o contexto seria marcado por contradições. Em outubro de 1975 o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado nos corredores do II Exército, em São Paulo; diversas entidades representativas se uniram em torno de duas grandes reivindicações: a anistia aos presos políticos e a realização de uma nova Constituinte; em 1977, o governo lançou o chamado Pacote de Abril que promoveu uma desarticulação política sustentada pelo AI-5; o Congresso Nacional foi fechado e ao mesmo tempo o sistema judiciário e a legislação foram alterados; o mandato presidencial passou de cinco para seis anos; e as leis seriam aprovadas por maioria simples. Reafirmando o seu projeto de “reabertura política lenta, gradual e segura”, Geisel afastou os radicais do governo e, antes de findar o seu mandato, revogou o AI-5, dando um passo decisivo no processo de redemocratização.

No dia 31 de dezembro de 1977, o presidente Ernesto Geisel comunicou formalmente ao general João Batista Figueiredo (16) que o indicaria como seu sucessor. Em 3 de setembro de 1978, como era previsto, a ARENA elegeu por via indireta 20 governadores estaduais, cabendo ao MDB apenas o governo da Guanabara, onde a oposição era majoritária no Colégio Eleitoral. No Estado do Amazonas venceriam os candidatos indicados pelo Palácio do Planalto: governador José Lindoso e vice-governador Paulo Nery. No dia 20 de setembro, o Congresso Nacional aprovou por 241 votos a 145 as reformas políticas apresentadas em junho pelo governo Geisel.

Depois de vencer as etapas da adoção das primeiras reformas político-institucionais básicas, da oficialização da candidatura de Figueiredo e do equacionamento da sucessão nos estados, a política do general Geisel estava fortalecida para enfrentar a oposição articulada em torno da Frente Nacional pela Redemocratização, agrupando, além do MDB, setores militares descontentes e políticos arenistas dissidentes em torno das candidaturas do general Euler Bentes Monteiro (17) e do senador

gaúcho Paulo Brossard (18) para a Presidência e Vice-presidência da República. No dia 15 de outubro, saiu-se vitoriosa a chapa oficial encabeçada pelo general Figueiredo tendo como vice o ex-governador mineiro Auréliano Chaves (19).

O desafio seguinte foram as eleições de 15 de novembro para a renovação das assembleias legislativas estaduais, da Câmara dos Deputados e de um terço do Senado Federal. Geisel participou ativamente da campanha da ARENA que elegeu 15 senadores e 228 deputados federais contra 8 senadores e 196 deputados do MDB. Todavia, a oposição venceu na soma total dos votos para o Senado: 17 milhões e quatrocentos mil contra 13 milhões e cem mil dados à ARENA, e permaneceu majoritária nos principais estados do Brasil.

Em 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu a Presidência dando continuidade à política de “distanção, lenta, gradual e segura”, inaugurada por seu antecessor. Entrementes, ao lado das contradições internas do próprio regime, o governo enfrentava o crescimento da luta pela anistia, liderada por Ulysses Guimarães e apoiada por importantes setores da sociedade. Ao mesmo tempo, o movimento operário se reanimava e, através das greves de São Bernardo do Campo, projetava Luís Inácio da Silva como uma nova liderança no cenário nacional (20).

Com a subida de Figueiredo, houve uma concessão de anistia “ampla, geral e irrestrita” aos políticos cassados com base em atos institucionais, foi extinto o bipartidarismo e em consequência criados o PMDB, como sucessor do MDB, e o PDS substituindo à ARENA, além de outras novas legendas eleitorais. O governo criou a sublegenda, à guisa de reforma eleitoral, destinada a assegurar maioria ao partido oficial nas eleições majoritárias de 1982 (21), nas quais se defrontariam os governistas do PDS e quatro legendas de oposição (em Itacoatiara: PDS versus PMDB, PTB e PT). A administração João Batista Figueiredo ficou marcada pela grave crise econômica que assolou o mundo, com as altas taxas de juros, face à crise do petróleo em 1979, e a disparada da inflação que passou de 45% ao ano para 230% ao longo de seis anos. Entretanto, os pontos

positivos de seu governo foram: a) incentivar e modernizar a agricultura; e b) assegurar a eleição presidencial indireta de 15 de janeiro de 1985, vencida pela oposição, que decretaria o fim do regime militar (22).

Os governos do regime militar instaurado em 1964 – antes, durante e após Ernesto Geisel – investiram maciçamente na Amazônia beneficiando principalmente as áreas metropolitanas de Belém e Manaus e, pontualmente ou em escala pouco significativa, as zonas da periferia das duas cidades-mães. Os interiores mais distantes continuariam no esquecimento. Felizmente, no Município de Itacoatiara, o governo federal atuou regularmente, quer através do incentivo à iniciativa privada, ou mandando executar projetos de desenvolvimento, de forma direta ou indireta –, na segunda hipótese conveniando com os governos estaduais do período – e dentre tais ações positivas aqui destacamos:

- Instalação, em 1970, do projeto agropecuário Aruanã. Conforme apurado no site da empresa, a Agropecuária Aruanã é especializada em culturas tropicais da Amazônia. Sua sede é na Fazenda Aruanã, com área de 12.000 hectares, localizada no km 215 da Rodovia Manaus- Itacoatiara. Fundada e dirigida até hoje pelo engenheiro agrônomo paulista Sérgio Vergueiro, sua maior especialidade é o cultivo da Castanheira (BrazilNuts) e da Pupunheira (Peach Palm ou Pejibaie), esta para o aproveitamento do palmito. Com 1.257.000 (um milhão, duzentas e cinquenta e sete mil) árvores, a maior plantação de castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa* HBK), até aqui existente, pioneira em nosso País e no mundo. Em mais de 40 anos de trabalho técnico e científico, a Agropecuária Aruanã viabilizou essa cultura garantindo a sobrevivência da espécie ante a destruição dos castanhais nativos. Sua atividade é ininterrupta, tendo implantado no período a maior Fazenda Ecológica da Amazônia, com mão de obra local, onde hoje trabalham pais, filhos e netos, estes últimos nascidos na própria Fazenda.

- Inauguração, no início de 1970, do Conjunto Residencial SHAM (Sociedade de Habitação do Amazonas), no bairro do Iraci, com 150 unidades: consequência de um convênio celebrado em 6 de maio de 1968, entre a Prefeitura Municipal e a COHAB/AM – Companhia de Habitação do Amazonas. Contou com recursos do Sistema Nacional de Habitação, administrados pelo antigo BNH - Banco Nacional de Habitação.

- Construção, em 1970, da Casa de Cultura, toda em madeira de lei, que sedia até hoje a Biblioteca Municipal Anísio Jobim. Projetada pelo arquiteto Severiano Mário Porto (1930-2020), também conhecido como “o arquiteto da floresta” ou “o arquiteto da Amazônia”. Obra custeada pelo CFC - Conselho Federal de Cultura, órgão do MEC - Ministério da Educação e Cultura.

- Lançamento, em dezembro de 1978, do PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Município, elaborado pela CODEAMA – Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas. Contou com o apoio técnico do SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e o financeiro da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

- Inauguração, em 31 de janeiro de 1971, do Estádio Municipal José Mendes, renomeado em 3 de novembro de 1977 para Estádio Floro de Mendonça – uma obra da Prefeitura Municipal, também projetada pelo arquiteto Severiano Mário Porto, e construída com recursos do governo federal.

- Instalação, em maio de 1973, da JCJI – Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara, atualmente Vara do Trabalho de Itacoatiara, órgão do TRT – Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

- Inauguração, em 29 de junho de 1974, do Frigorífico Gelopesca, indústria de frigorificação de peixes e fabricação de gelo, do grupo empresarial Chibly Calil Abraham. Contou com recursos da SUDAM.

- Início de operação, em 17 de julho de 1975, do novo Porto de Itacoatiara. Construído pela PORTOBRÁS – Empresa de Portos do Brasil,

vinculada ao Ministério dos Transportes. Ao tempo, embarcava principalmente madeira beneficiada, laminados, compensados, etc., produtos exportados pelas madeireiras locais: Carolina, Gethal e Mil Madeireira. Por sua posição geográfica privilegiada, o Porto de Itacoatiara atua como polarizador de cargas demandadas principalmente de Belém e dos rios Madeira, Negro e Solimões.

- Instalação, em novembro de 1976, da TV Educativa, posteriormente TV Cultura do Amazonas – fruto de convênio entre a EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações e o governo do Estado do Amazonas. A repetidora Educativa de Itacoatiara veio em seguida à TV Ajuricaba, depois substituída pela Rede Amazônica, pioneira do ramo em nosso Estado.

- Visita, em 17 de março de 1977, do ministro das Comunicações, Euclides Quant de Oliveira: veio para inspecionar as instalações da EMBRATEL, inclusas as residências dos operadores do sistema, à época em construção na cidade.

- Construção, em 1978, do primeiro lance de esgoto sanitário urbano – envolvendo os trechos da Praça da Polícia ao final da Avenida 15 de Novembro (orla do rio Amazonas), entre a agência do Banco do Brasil, à rua Quintino Bocaiuva, e a Praça do Relógio. O projeto foi elaborado pela empresa PROHISA - Projetos Hidráulicos Sanitários e executado pelo DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento, órgão da administração federal.

- Inauguração em 1980 do Centro Social Urbano Vitória Régia, no bairro de Santo Antônio. Fruto de um convênio celebrado entre os governos federal e estadual, a obra custou cerca de um milhão de cruzeiros novos (em moeda da época).

- Visita, em 29 de maio de 1980, do ministro da Agricultura, Ângelo Amaury Stábile: o ponto alto de sua estada em Itacoatiara foi contatar com a Cooperativa Mista Agropecuária, onde fez entrega de um cheque de seis milhões de cruzeiros novos, repassados pelo BNCC – Banco Nacional

de Crédito Cooperativo, destinado ao pagamento da nova sede da entidade (prédio de uma antiga juteira, na Estrada Stone).

- Ainda na década de 1970/1980, visitariam Itacoatiara os seguintes representantes do governo do presidente general Ernesto Geisel: Dirceu Araújo Nogueira, ministro dos Transportes, e Paulo de Almeida Machado, ministro da Saúde.

- Instalação, em 1981, do Posto do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o atual IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

NOTAS

1 - Atlantic Veneer do Brasil S. A. Instalada no Município de Itacoatiara em meados de 1976. Filial da empresa congênere sediada em Vitória/ES. Em 1981 teve sua razão social alterada para Atlantic Veneer da Amazônia S. A. Desvinculada em 1984 da matriz capixaba, foi registrada com a denominação de Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais e, finalmente, em 1997 passou a ser Carolina Industrial Ltda. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

2 - Usina Termelétrica de Itacoatiara, gerida pela CELETRAMAZON (Centrais Elétricas do Amazonas), estatal criada no primeiro governo de Plínio Ramos Coelho (1955-1959), e que, substituindo à antiga Usina de Força e Luz Waldir Bouhid (instalada pelo prefeito Raimundo Perales em 1958), assumiu em 1966 os serviços locais de geração e distribuição de energia. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

3 – Tapauá: Município amazonense da calha do rio Purus. Sua população estimada pelo IBGE em 2020 era de 17.015 habitantes, cuja sede dista de Manaus cerca de 565 quilômetros. Cf. SITES <https://cidades.ibge.gov.br> e <https://www.tapaua.am.gov.br>.

4 - Porto de Itacoatiara. Construído pela PORTOBRÁS, empresa vinculada ao Ministério dos Transportes, teve o início de sua operação realizada em 17/07/1975, através de embarque de madeiras beneficiadas no navio-oceano “Libra”. Administrado pela APM - Administração do Porto de Manaus (APM), o cais de acostamento oferecia à época uma variável entre 7 e 14 pés de profundidade, e chegou a receber em média 27 a 30 navios por ano, embarcando principalmente produtos das exportadoras locais Gethal Madeiras do Amazonas S.A., Carolina Indústria de Madeiras Ltda., Madeireira Itacoatiara Ltda. e BRASPOR Madeiras Ltda. Desde lá aos dias atuais, o Porto de Itacoatiara tem recebido várias reformas. Cf. SILVA (1997/2) e SILVA (1998).

5 – A cassação do governador Plínio Ramos Coelho ocorreu durante a abertura do VIII Festival Folclórico do Amazonas, no estádio General Osório, em 15/06/1964. Em seu lugar assumiu interinamente o deputado Anfremon d’Amazonas Monteiro, presidente da Assembleia Legislativa. Cf. FIGUEIREDO (2011) e SITE do Instituto Durango Duarte.

6 - Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo (1928-2009). Nasceu em Lábrea/AM. Professor, auditor fiscal e industrial. Prefeito de Manaus (1957-1958). Deputado federal pelo Território Federal de Roraima (1963-1964), teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos pelo regime militar de 1964. Retornou à atividade política em 1979. Três vezes governador do Amazonas (1959-1963, 1983-1987 e 1991-1994). Senador da República pelo Estado do Amazonas (1999-2006) Cf. FGV/CPDOC, FIGUEIREDO (2011), PORTAL da Câmara dos Deputados e PORTAL do Governo do Estado do Amazonas.

7 - Cf. Texto inserido às páginas 296/297 de SILVA (1998).

8 - Henoch da Silva Reis (1907-1998). Natural de Manacapuru/Am. Jurista, ex-professor da Faculdade de Direito da UFAM. Promotor de justiça e juiz do trabalho em Manaus, conselheiro da Justiça Federal e ministro do Tribunal Federal de Recursos, atualmente

Superior Tribunal de Justiça (1966-1974). Governador do Amazonas indicado pelo regime militar de 1964, eleito pela Assembleia Legislativa do Estado (1975-1979). Henoch Reis foi antecedido pelo engenheiro João Walter de Andrade (1919-2008), que governou o nosso Estado entre 1971 e 1975, e sucedido pelo professor José Bernardino Lindoso (1921-1993), cujo mandato transcorreu de 1979 a 1982. Faleceu no Rio de Janeiro aos 91 anos de idade. Cf. FGV/CPDOC, FIGUEIREDO (2011) e PORTAL do Governo do Estado do Amazonas.

9 – Mustafa Milton Amed. Nasceu em Manaus/Am. Médico. Ex-diretor do Hospital José Mendes (1972-1977). Vice-prefeito de Itacoatiara (1977-1983), cargo que renunciou em 1979 para assumir em Manaus a Coordenadoria dos Serviços Médicos da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU), que o exerceu em 1979-1981. Subsecretário estadual de Saúde (1981-1983), diretor do Hospital Adriano Jorge, de Manaus (1983-1987), e outra vez subsecretário estadual de Saúde (1987-1989). Foi Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (1991-1995). Cf. PORTAL do TCE/Am, SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia do município de Itacoatiara, livro em preparo.

10 – Jurandir Pinheiro das Chagas (1939-2012). Natural de Tefé/Am, no final dos anos 1950 foi para Manaus e em 1966 passou a residir em Itacoatiara onde, durante cerca de 5 anos, exerceu o cargo de secretário da Unidade Sanitária do SESP. Na sequência, integrou o quadro de professores da Escola Estadual Vital de Mendonça, onde lecionou por mais de uma década. Eleito pelo MDB duas vezes vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara: cumpriu integralmente o primeiro mandato (1977-1983) e no segundo (1983-1988) requereu licença de 1º/02/1983 a 28/12/1984, renovada em 7/08/1986, e finalmente renunciou em 30/08/1987. Presidiu duas vezes a Casa Legislativa (1977-1979 e 1983-1984). No início de 1988 transferiu-se com a família para Manaus. Foi casado com a servidora pública Georgete Nascimento das Chagas, e o casal teve 4 filhos (um homem e 3 mulheres), todos portadores de título universitário. Faleceu em Manaus, aos 73 anos, porém a seu pedido, foi sepultado em Itacoatiara. Cf. SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

11 – Cf. Texto inserido à página 337 de SILVA (1998).

12 – Aeronave reserva tipo Bandeirante, menor que o Avião oficial, nº 01 (Boeing 737-200 FAB VC 96). Devido a pouca operacionalidade do Aeroporto de Itacoatiara, o Avião nº 1, ao pousar em Manaus teve que fazer a baldeação dos membros da comitiva presidencial para o Bandeirante, que os trouxe para nossa cidade.

13 – Aeroporto Arico Barros: construído no platô do Guajará, a oeste da cidade de Itacoatiara, por isso também é conhecido como Aeroporto do Guajará, e a cujo patrono deve o Ministério da Aeronáutica a doação do terreno onde foi implantado no início da década de 1960. Quanto à pessoa de Mariano Arico Barros (1897-1966), trata-se do sexto filho do imigrante catalão Aquilino Barros (c.1856-1934) e de Maria Liberata Barros (1850-1953), natural de Parintins, falecida aos 103 anos de idade – ambos residiram e estão sepultados em Itacoatiara. Cf. SILVA (1998) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

14 – José Bernardino Lindoso (1920-1993). Amazonense de Manicoré. Realizou seus estudos em Manaus, do primário ao curso superior. Diretor de Secretara da Associação Comercial do Amazonas (1942-1944). Delegado Regional do SESC-SENAC (1944-1952). No período de 1953 a 1962 foi professor da Faculdade de Direito do Amazonas e da Escola de Serviço Social de Manaus. Pertenceu à Academia Amazonense de Letras. Filiado à ARENA, em 1966 concorreu a uma vaga de deputado federal saindo-se vitorioso. Eleito senador em 1970, exerceu o mandato (1971-1979) e foi vice-presidente do Senado Federal (1977-1979). Finalmente, após eleito por via indireta, assumiu o governo do Estado do Amazonas (1979-1982). Faleceu em Brasília aos 73 anos de idade. Cf. FGV/CPDOC, FIGUEIREDO (2011) e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

15 - Lisette Bouez Abraham.: natural de Guajará-Mirim/RO. Radicada em Itacoatiara desde 1970. Esposa do falecido empresário Jorge Alencar Abraham (1936-2008) e genitora do atual prefeito municipal Mário Jorge Bouez Abraham. Agente comunitária muito empenhada nos serviços da Igreja Católica, integra desde 1973 o Conselho Pastoral da Prelazia de Itacoatiara, mas centraliza suas atividades na Comunidade do Divino Espírito Santo, no bairro da Colônia onde reside. Candidatou-se, sem sucesso, aos cargos eletivos de prefeita municipal (1988), deputada estadual (1990) e vice-prefeita (2008) na chapa do candidato a prefeito Nelson Azedo. Foi vereadora à Câmara Municipal de Itacoatiara (1997-2000). Cf. SILVA (1998), SILVA (1999), SILVA (2010), SILVA (2018) e SILVA: Enciclopédia do município de Itacoatiara, livro em preparo.

16 - João Batista de Oliveira Figueiredo (1918-1999). Nascido e falecido no Rio de Janeiro. Aspirante da arma de cavalaria, foi promovido a segundo-tenente do Exército em abril de 1938 e a primeiro-tenente em dezembro de 1940. No início de 1944, tornou-se instrutor de cavalaria na Escola Militar do Realengo, sendo promovido a capitão em dezembro. Na sequência, foi promovido a major em abril de 1953, a tenente-coronel em novembro de 1958, a coronel em agosto de 1964, a general-de-brigada em março de 1969, a general-de-divisão em julho de 1974 e a general-de-exército em 31 de março de 1978. Exerceu as elevadas funções de: chefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1969-1974); chefe do Serviço Nacional de Informações (1974-1978); e presidente da República (1979-1985). Cf. FGV/CPDOC e SILVA (1983).

17 - Euler Bentes Monteiro (1917-2002). Nasceu e faleceu no Rio de Janeiro. Primeiro-tenente do Exército (1937), foi promovido a capitão em dezembro de 1940, a major em março de 1947, a tenente-coronel em setembro de 1952, a coronel em dezembro de 1955, a general-de-brigada em março de 1965, a general-de-divisão em julho de 1969 e a general-de-exército em abril de 1974. Foi superintendente da SUDENE (1967-1969), chefe do Departamento Geral de Serviços do Exército (1974), chefe do Departamento de Material Bélico (1974-1977 e candidato a presidente da República, pelo MDB, em 1978. Cf. FGV/CPDOC, D'ARAUJO (1997) e SILVA (2004).

18 – Paulo Brossard de Sousa Pinto (1924-2015). Nasceu em Bagé/RS. Jurista, professor e escritor. Em janeiro de 1947 candidatou-se a deputado estadual no Rio Grande do Sul, mas não foi eleito. Em outubro de 1950 sofreu outra derrota na eleição para a

Assembleia gaúcha, sempre concorrendo pelo Partido Libertador (PL). Em 1952 passou a lecionar direito na PUC riograndense, atividade que duraria até 1965, quando passou a integrar o corpo docente da escola de Direito da Universidade Federal. Em 1954, em nova tentativa, elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se no pleito seguinte (1958), o mesmo acontecendo na eleição de 1962. Foi secretário de Interior e Justiça do Rio Grande ((1964-1965). Ingressando no MDB, em 1966, elegeu-se deputado federal e, desde então, tornou-se um dos principais líderes da oposição ao governo federal. Derrotado na eleição de 1970, para o Senado, porém, eleito no pleito seguinte, de 1978, passou a líder da bancada do MDB no Senado. Encerrado o bipartidarismo, a maioria dos arenistas agrupou-se no Partido Democrático Social (PSD). Já a maior parte da oposição emedebista, liderada entre outros por Brossard, fundou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ministro da Justiça do Governo Sarney no período de 1986 a 1989, em fevereiro desse último ano Brossard elevado ao Supremo Tribunal Federal (STF), cargo em que se aposentou pela compulsória em outubro de 1994. Faleceu em Porto Alegre. Cf. FGV/CPDOC, D'ARAUJO (1997), SILVA (2004) e PORTAIS da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.

19 – Antonio Aureliano Chaves de Mendonça (1929-2003). Nasceu em Três Pontas/MG. Engenheiro elétrico e mecânico. Suplente de deputado à Assembleia Legislativa de Minas, chegou a exercer o mandato por curtos períodos em 1959, 1960 e 1961. Deputado estadual (1963-1967), licenciou-se para assumir a Secretaria Estadual de Educação (1964-1965) e em seguida a de Viação e Obras Públicas (1965-1966). Com a extinção dos partidos pelo AI-2, filiou-se à ARENA, legenda pela qual foi eleito deputado federal (1967-1971). Reelegeu-se (1971-1975) e, em seguida, assumiu o governo do Estado de Minas (1975-1978, eleito por voto indireto. Em janeiro de 1978 foram anunciados os nomes do general João Batista Figueiredo para a Presidência da República e de Aureliano Chaves para a Vice-Presidência, candidaturas oficializadas pela convenção da ARENA realizada em 9 de abril daquele ano – postos que assumiram em 15/03/1979. Em 1984 manifestou-se favorável ao pleito direto para a sucessão de Figueiredo em 1985. Ao assumir interinamente a Presidência, em maio de 1984, devido à viagem do presidente ao exterior, Aureliano recebeu no Palácio do Planalto o presidente do MDB Ulysses Guimarães e o governador paulista Francisco Montoro, do mesmo partido. Essa confraternização com os adversários do governo desagradou especialmente o presidente licenciado. Aureliano romperia com o governo e apoiaria ostensivamente aos candidatos da oposição Tancredo Neves (a presidente) e José Sarney (a vice), contrários à chapa oficial liderada pelo ex-governador Paulo Maluf. Com a vitória de Tancredo sobre Maluf no Colégio Eleitoral, em 15/03/1985, Aureliano foi escalado para chefiar o Ministério das Minas e Energia, sendo empossado pelo presidente em exercício José Sarney, que assumira interinamente o cargo devido à súbita doença do presidente eleito. Com a morte de Tancredo Neves e a posse definitiva de Sarney na Presidência da República, Aureliano Chaves foi confirmado no cargo de ministro. Cf. FGV/CPDOC, D'ARAUJO (1997) e SILVA (2004).

20 – A respeito, cf. D'ARAUJO (1997) e SILVA (2004).

21 – O Autor deste trabalho, quando da deflagração das eleições municipais de 15/11/1982, foi vítima da sublegenda. Candidato a prefeito de Itacoatiara, embora individualmente o mais votado entre seis concorrentes - dois do PMDB (PMDB-1 e PMDB-2), dois do PDS (PDS-1 e PDS-2), um do PTB e outro do PT - foi “derrotado” após o somatório final dos votos atribuídos a cada legenda, e, por óbvio, foi proclamado vitorioso o candidato do governo (PDS-1). Cf. ARQUIVO da 3ª Zona Eleitoral da Comarca de Itacoatiara e SILVA (1998), páginas 267/268.

22 – A respeito, cf. FGV/CPDOC, SILVA (1985), FAUSTO (2009) e RIBEIRO (2015).



Selo Homenagem ao presidente Ernesto Geisel ano 1978. SITE: <https://www.selomania.com.br/selos-colecionaveis/toda-loja/1978-geisel-detail.html>



Presidente Ernesto Geisel no Congresso Nacional, 1978. Fonte: <https://www.todoestudo.com.br/historia/ernesto-geisel>.



PRESIDENTE

FERNANDO COLLOR

Fernando Affonso Collor de Mello. Nasceu no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1949. Jornalista. Iniciou a sua carreira política na ARENA como prefeito nomeado de Maceió/AL (1979-1983). A seguir, elegeu-se deputado federal (1983-1987) pelo PDS e foi governador de Alagoas (1987-1989) pelo PMDB. Fundou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), pelo qual se elegeu presidente do Brasil, em 17 de dezembro de 1989, aos quarenta anos de idade, o mais jovem presidente da história do País, o primeiro eleito por voto direto e secreto após o regime militar instaurado em 1964 e o primeiro a ser afastado temporariamente por um processo de impeachment no País. Fernando Collor renunciou à Presidência em 29 de dezembro de 1992, data da sessão de julgamento do processo no Senado Federal, que o tornou inelegível por oito anos e, assim, o vice presidente Itamar Franco assumiu definitivamente a cadeira presidencial. Collor tentou concorrer à Prefeitura de São Paulo, em 2000, mas foi impedido pelo Tribunal Superior Eleitoral: somente com a recuperação de seus direitos políticos voltaria a pleitear cargos públicos. Disputou em 2002 sem sucesso o governo estadual de Alagoas. Em 2006 foi eleito senador, à época filiado ao Partido Trabalhista Renovador Brasileiro (PTRB), porém migrando para o PTB logo no início do mandato (2007-2015). Em 2010, lançou-se ao governo alagoano pela terceira vez e perdeu essa eleição no primeiro turno. Em 2014 foi reeleito senador e, mesmo a despeito de estar no início do segundo mandato (2015-2023), deixou o PTB e se filiou ao Partido Trabalhista Cristão (PTC), o mesmo que o elegeu presidente em 1989 (com o nome de PRN). Entre 2017 e 2019 presidiu à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. É membro da Academia Alagoana de Letras.

FERNANDO COLLOR DE MELLO ganhou a eleição presidencial de 17 de dezembro de 1989, escorado em uma bem elaborada estratégia de marketing focada em temas que mais preocupavam a população. Autointitulando-se o Caçador de Marajás e propagandeando que, eleito presidente do Brasil, exterminaria a inflação e melhoraria a vida dos humildes, derrotou em segundo turno seu principal contendor Luiz Inácio Lula da Silva (1), do Partido dos Trabalhadores.

Collor assumiu em 15 de março de 1990. Seu governo (2) iniciara com a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa de desestatização. Seu plano, que no começo teve boa aceitação, acabaria por aprofundar a recessão econômica, que vinha desde o governo anterior, corroborada pela extinção de quase um milhão de postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1.200% ao ano. Junto a isso, denúncias de corrupção política feitas por seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello, culminariam com um processo de impugnação de mandato. Em 29 de setembro de 1992, acusado de crime de responsabilidade, foi afastado temporariamente do governo em decorrência da abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e substituído pelo vice-presidente Itamar Franco (3). Com a renúncia, seguida de sua condenação pelo Senado, em 29 de novembro Itamar Franco foi empossado definitivamente na Presidência da República.

Collor foi um dos beneficiários da vitória da Democracia sobre o autoritarismo, uma luta que movimentou o País ao longo dos anos 1964-1985, tendo como seus principais líderes Ulysses Guimarães e Tancredo Neves (4). Outro beneficiário foi o presidente que antecedeu Collor, José Sarney (5): eleito vice-presidente na chapa de Tancredo, assumiu a cadeira vacante em razão de doença e posterior morte de Tancredo. Sarney foi quem transmitiu a faixa presidencial a Collor.

Primeiro civil eleito presidente (6), depois de 21 anos de regime militar, Tancredo Neves teve uma longa trajetória política, iniciada na década de 1930, interrompida pelo Estado Novo e retomada no final da década de 1940. Fez parte da oposição aos militares, filiando-se ao MDB.

Foi um dos grandes nomes que lutaram pela redemocratização do Brasil. Apoiou as Diretas Já, a demanda popular pela eleição direta, porém, uma vez desaprovada a Emenda Dante de Oliveira, que previa o retorno às eleições diretas, e consolidado o processo de eleição pela via indireta, Tancredo Neves aceitou encabeçar a chapa que disputaria a eleição com os militares.

No dia 23 de agosto de 1984, a oposição formalizou a Aliança Democrática, composta pelo PMDB e pela Frente Liberal, integrada por dissidentes da ARENA, militares descontentes, intelectuais e líderes sindicais, com o objetivo de garantir a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral. Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo foi eleito presidente pelo Congresso Nacional, obtendo 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf (7), candidato do PDS. Sua vitória foi comemorada em todo o País, porém, não chegou a exercer o cargo para o qual foi eleito. Um dia antes da posse, marcada para 15 de março de 1985, Tancredo foi internado para uma cirurgia de urgência. Diagnosticado com uma diverticulite, veio a falecer em São Paulo no dia 21 de abril 1985. Sua morte abalou todo o País levando milhões de brasileiros nos cortejos e cerimônias fúnebres. Foi sepultado em São João del Rei no dia 24 de abril.

Uma das primeiras preocupações de Sarney, após assumir, foi tentar reverter a forte inflação herdada do governo de João Figueiredo. Com o assessoramento do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, realizou vários planos de congelamento com o intuito de conter o aumento dos preços. Foram quatro tentativas que não surtiram efeito: três meses antes de deixar a Presidência Sarney sairia reprovado por mais de 50% dos brasileiros porque falhara no combate à hiperinflação. Na política externa, além de assinar declaração visando a implantação do Mercado Comum do Sul, reabriu as relações entre Brasil e Cuba, suspensas desde a implantação em 1964 do regime militar. Entretanto, o mais importante feito de seu governo foi ter rompido as regras estabelecidas no regime autoritário e abrir espaço para a edição da Constituição Democrática de 1988.

O sonho de uma nova Carta Magna vinha de longe, e crescera quando da campanha de Tancredo Neves para a Presidência da República (8). Com a sua morte, coube a José Sarney convocar a Constituinte e a Ulysses Guimarães promulgar a nova Constituição, na tarde de 5 de outubro de 1988.

A Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1988. Durante os seus 19 meses de trabalho, foram realizadas 341 seções e 1.029 votações. A média de frequência dos deputados e senadores nas votações foi de 70,68%. Nas seções, a média de frequência atingiu 77,88%. Os trabalhos nas nove comissões temáticas foram coordenados pelo relator-geral deputado federal Bernardo Cabral (9), do PMDB do Amazonas. O texto promulgado teve um caráter peculiar: os constituintes partiram do zero para formular um modelo próprio de resgate dos direitos do cidadão. Daí a definição dada pelo próprio Ulysses Guimarães ao texto elaborado e aprovado pelos constituintes: “Constituição Cidadã” (10).

Quanto ao compatriota José Bernardo Cabral, grande jurista, humanista e intelectual de mão-cheia, com o seu jeito aquilino e espontâneo, dedicado a estudar e trabalhar pelo Brasil, mas, sem descuidar da região onde nasceu - ele está sempre alçando as glórias de seu povo. Como depôs a seu respeito o nosso amigo e confrade Júlio Antonio Lopes:

“[...] Ainda que hoje afastado da política, na qual amargou a injustiça da cassação pelo AI-5, mas em que também alcançou de forma épica os píncaros da glória ao eleger-se relator-geral da Constituição de 1988, Cabral desenvolve na tribuna jornalística, ele que é jornalista de origem, com o mesmo brilho, o papel que sempre desempenhou ao longo de sua trajetória: o de homem público reto vocacionado para a defesa das causas justas, um exemplo e farol, enfim, para as novas gerações. [...] Suas ideias e, mais do que isso, suas atitudes diante da vida jamais passarão. Muito ao contrário, tendem a eternizar-se na história, lugar reservado aos verdadeiros benfeitores da humanidade e aos heróis que a pátria conhece e sabe honrar” (11).

Corria o ano de 1991. Depois de empossado na Presidência de República, Fernando Collor de Mello viajou por todo o País alcançando inclusive o Município de Itacoatiara. Sua primeira viagem ao Amazonas aconteceu em 11 de abril. Seu desembarque em Manaus ocorreu na manhã daquele dia, e sua chegada a Itacoatiara no dia seguinte foi antecedida de uma viagem pelos rios Negro e Solimões, para onde seguiu com o objetivo de conhecer as dificuldades de patrulhamento da bacia hidrográfica e os serviços de assistência médico-social oferecidos pela Marinha aos ribeirinhos da região. No primeiro dia, a bordo de um navio militar, Collor ouviu palestras, assistiu a uma simulação de batalha fluvial e conheceu o encontro das águas do Negro e Solimões.

A seguir, Collor desceu o rio Amazonas e, já em território deste município, foi à Comunidade de Nossa Senhora das Graças, na Costa da Conceição, onde assistiu o trabalho do navio-hospital Oswaldo Cruz (12). Para recepcioná-lo, estavam lá: o governador Gilberto Mestrinho (13), alguns parlamentares federais, deputados e secretários estaduais, o prefeito de Itacoatiara Francisco Pereira (14), o presidente da Câmara Municipal Jurandir Pereira Costa (15) e vários vereadores. O presidente foi de helicóptero do navio ao povoado, onde conheceu a anciã Maria Beckmann Nogueira, de 104 anos, rezou ajoelhado defronte à imagem da Padroeira dos católicos locais, ao lado do filho Arnon e, debaixo de uma forte chuva, caminhou durante 25 minutos pelo cacau que margeia o rio.

Quando chegou à cidade, pelas 13:30 horas de 12 de abril, o presidente foi recebido com euforia por cerca de 3.000 pessoas. A exemplo do que fazia nas cerimônias de subida e descida, na rampa do Palácio, em Brasília, foi ao encontro dos populares para cumprimentá-los e rapidamente subiu num ônibus que o conduziu ao Aeroporto Arico Barros. De lá, Collor e sua comitiva, em dois aviões Búfalo e um Bandeirante da Força Aérea Brasileira, foram até Manaus onde embarcaram no Boeing 737-200 da Presidência da República, com destino a Brasília.

A chegada de Fernando Collor de Mello em Itacoatiara foi antecedida de protestos, sufocados violentamente pelos militares

designados para fazer a segurança da comitiva presidencial. Os incidentes foram objeto de noticiário na imprensa nacional e internacional. O jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 13 de abril, inseriu em suas páginas fotografias mostrando a ação repressiva da Polícia Militar do Amazonas contra os manifestantes.

Nesse mesmo dia, o matutino Amazonas Em Tempo, de Manaus, destacou: “Em sua passagem, o presidente por pouco não enfrentou uma concentração de 50 manifestantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira local, dissolvida pouco antes pela Polícia Militar. Com metade dos rostos pintada de roxo e a outra metade de branco, eles empunhavam faixas com os dizeres: ‘Roxo significa morte, luto e roxo é o nosso salário’, referindo-se à recente declaração do presidente, em Juazeiro do Norte (CE), de que ‘Tenho aquilo roxo’. Em contraste, do outro lado do cais, tomado também pela Polícia do Exército e pelos Fuzileiros Navais, uma tímida batucada formada por sete pessoas saudava o presidente, e duas faixas postas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência chamavam a atenção com os dizeres: ‘Collor: Verde de Esperança e Roxo de Coragem’ e ‘A Amazônia Verde está Roxa de Amor pelo Brasil’”.

O jornal A Crítica, em seu noticiário do mesmo dia 13 de abril, sob o título “Polícia acaba manifestação roxa”, escreveu: “Quem os via se aproximar pensava tratar-se dos ‘caras-pintadas’, oficiais argentinos que vez por outra promovem uma tentativa de golpe na Argentina. No fundo, eram apenas habitantes de Itacoatiara, insatisfeitos, que gostariam de promover uma manifestação quando o presidente Fernando Collor de Mello pisasse o solo da cidade. O gesto ficou só na tentativa. Com os rostos pintados de roxo e branco, manifestantes usavam a própria retórica do presidente (que em Juazeiro, Ceará, disse ter ‘aquilo’ roxo) para manifestar o descontentamento com as medidas econômicas, a fome e o desemprego”.

Ainda segundo a reportagem do principal jornal amazonense, “Membros do Sindicato dos Madeireiros e estudantes secundaristas de

Itacoatiara ainda esboçaram uma reação quando a Polícia Militar tomou e destruiu todas as faixas. Quando o presidente Collor chegou a Itacoatiara tudo já tinha voltado ao normal. Uma faixa oficial dizia: 'Verde de esperança e roxo de coragem'. Não sabia ele que há poucos minutos policiais militares haviam tomado faixas com dizeres como 'O povo está roxo de fome', 'Em Itacoatiara não existe congelamento', 'Roxo é a miséria e a fome', e outros".

O Diário do Amazonas escreveu: "Manifestantes, 'caras-pintadas' do Sindicato dos Madeireiros de Itacoatiara ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), atrapalharam um pouco a festa que a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência havia preparado para receber o presidente Fernando Collor, que chegou de uma viagem de 22h e 30m pelos rios Negro e Solimões, entre Manaus e Itacoatiara [...]. Ainda faltavam 15 minutos para a chegada de Collor, quando um grupo de manifestantes chegou à rua em frente ao cais do porto gritando palavras de ordem e exibindo faixas e cartazes. Imediatamente partiu a ordem para que os policiais militares dispersassem a manifestação".

Antes de saltar no porto de Itacoatiara, o presidente Collor desceu o rio Amazonas no navio da Marinha até o bairro do Jauari. Nesse instante ocorreram os incidentes de terra e não pôde ver a manifestação hostil. Na verdade, a sufocada manifestação de protesto dos trabalhadores itacoatiarenses foi um ato de puro civismo, demonstrativo de que o povo desta cidade acompanha e vive a história do Brasil.

Conforme escrevi, em 1998,

"O exemplo pioneiro dos 'caras-pintadas' de Itacoatiara seria imitado por milhões de outros brasileiros descontentes com os rumos incertos em que Collor mergulhava o País. A partir dali, o movimento se estenderia a todos os quadrantes da Pátria, contaminaria os órgãos de imprensa e a maioria dos membros do Congresso Nacional, resultando na queda do presidente" (16).

Realmente... A eleição de 1989 assumiu um significado importante na história do País. Pouco depois, porém, o governo Collor no

qual muitos brasileiros colocaram suas esperanças começou a mostrar falhas estruturais. O plano de contenção da inflação se revelou um desastre, causando pânico no povo, fato agravado com as denúncias de corrupção que iam surgindo por todos os lados. O apoio político e popular ao governo ia encolhendo a olhos vistos em 1992, até que então, o presidente resolve reagir e conclamar a população a sair às ruas e manifestar seu apoio ao governo, fazendo isso de modo extensivo, utilizando uma “camiseta ou qualquer peça de roupa nas cores do nosso País”, como diria em infame discurso.

A imagem dos estudantes conscientes, desafiadores, rebeldes dos anos 1960 então faz a cabeça do imaginário popular naquele momento, e milhões de jovens brasileiros resolvem demonstrar o seu descontentamento. Influenciados por toda “mitologia” que estava se criando em torno dos protestos ocorridos trinta anos antes, os estudantes saem às ruas em passeata, mas vestindo-se e pintando os rostos de preto, em repúdio às palavras do presidente da República. A imprensa iria cunhar o termo “caras-pintadas” a tais jovens, tornando-os ícones do descontentamento popular contra o poder constituído, detentores de um novo modo de se fazer democracia, capaz de depor seus dirigentes incompetentes ou corruptos.

Segundo opiniões de muitos políticos e sociólogos, sem a participação dos “caras-pintadas” o afastamento de Fernando Collor provavelmente não teria ocorrido. Segundo eles, as manifestações foram fundamentais para a queda do presidente. À época, houve também quem dissesse que o movimento juvenil era desprovido de idealismo e coerência política, ou seja, que era um movimento criado e manipulado pelos meios de comunicação de massa e pelos grupos empresariais contrários ao governo. Como quer que seja, os jovens “caras-pintadas” de Itacoatiara, que não eram estudantes, porém, trabalhadores madeireiros, além do entusiasmo e da coragem, demonstraram estar atentos aos acontecimentos políticos nacionais. Eles entraram para a História do Brasil.

Segundo noticiado, em 29 de setembro de 1992, por um dos maiores jornais do Brasil,

“No começo de 1992, o governo Collor enfrentou novas crises e denúncias, que culminaram com o impedimento do presidente. No dia 30 de março, o ministério de Collor renunciou coletivamente devido às acusações de corrupção contra o governo. Em maio de 1992, Pedro Collor apresentou à revista ‘Veja’ documentos que comprovavam a existência de sete empresas irregulares de PC Farias no exterior. Concedeu mais duas entrevistas alegando que o presidente seria conivente de PC Farias, além de ter acusado o tesoureiro de tráfico de influência. A Câmara dos Deputados estabeleceu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar as denúncias. Na mesma época, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e partidos de oposição realizaram uma manifestação chamada de ‘Vigília pela Ética na Política’, para pressionar os congressistas a checar devidamente os fatos e punir os envolvidos. No dia 30 de junho, os jornais Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo publicaram editoriais nos quais pediam a renúncia do presidente. No dia 28 de julho, uma reportagem da revista ‘Isto É’ trazia uma entrevista com o motorista Eriberto França, que denunciava um esquema integrado por PC Farias e a secretária de Collor, Ana Acióli. O movimento estudantil realizou passeatas com manifestantes vestidos de preto e rostos pintados exigindo o impeachment do presidente. Poucos dias depois, os presidentes da Associação Brasileira de Imprensa e da OAB entregaram um pedido formal de impeachment à Câmara que foi admitido. Collor era acusado de enriquecer com dinheiro obtido de forma ilícita por PC Farias, acusação que foi acatada pela CPI, que o considerou culpado de ter recebido cerca de 6,5 milhões de dólares no esquema. O processo de impeachment foi aprovado pela Câmara Federal, por 441 votos a favor e 38 contra, e afastou da Presidência da República Fernando Collor de Mello, em 29 de setembro. Sabendo que seria afastado, Collor acabou renunciando no dia 29 de dezembro, mas o Senado prosseguiu o julgamento, afastando-o do cargo e privando-o dos

direitos políticos por oito anos. A decisão foi confirmada pelo STF em 1993. Collor alegou ter sido perseguido por forças políticas contrárias à modernização do País. Em abril de 2014, o ex-presidente foi inocentado pelo STF pelos crimes de falsidade ideológica, corrupção passiva e peculato. Os juízes do tribunal entenderam que não havia provas suficientes para comprovar o envolvimento de Fernando Collor nos crimes em que foi acusado". Cf. PORTAL de O Estado de São Paulo: <https://www.acervo.estadao.com.br/noticias...>

Itacoatiara, à vista do disposto no artigo 130 da Constituição do Amazonas de 5 de outubro de 1989, foi incluído na 8ª Sub-região territorial do Estado. Em 1991, segundo recenseamento da Fundação IBGE (17), a população do Município alcançava os 58.757 habitantes, e esse total era assim distribuído: área urbana - 37.380 habitantes; e rural - 21.377 pessoas.

Três dias antes da chegada do presidente Fernando Collor a Itacoatiara, ou seja, em 9 de abril de 1991, foi materializada a tão sonhada interiorização da Universidade Federal do Amazonas (18), mediante a instalação, nesta cidade, do CEUNI (19), objetivando a capacitação de recursos humanos na área de educação. Fruto de um convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal, à época dirigida pelo prefeito Francisco Pereira da Silva, a Secretaria Estadual de Educação e a Universidade, iniciou suas atividades exatamente naquele dia, tendo por sede a Casa de Cultura, onde fez instalar o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e Supervisão Escolar. Além de Itacoatiara, o CEUNI abrangia os municípios de Autazes, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, São Sebastião do Uatumã, Silves, Urucará e Urucurituba. Em julho de 1994, foi transferido para o prédio do Ginásio Coberto, no bairro de Santo Antônio, onde, em 1995 deu-se a instalação do Curso de Licenciatura Plena em Educação Física e, no ano seguinte, os modulares de Licenciatura Plena em Pedagogia e Letras.

O CEUNI foi substituído pelo ICET/UFAM (20): Unidade Acadêmica Permanente e sede do Polo Médio Amazonas da UFAM em Itacoatiara,

criada em 25 de novembro de 2005. Tem atuação nas áreas de ciências exatas e tecnologia e passou a atender, além dos municípios acima referidos, também o de Rio de Preto da Eva. Sua moderna e ampla estrutura física está instalada no Campus Universitário Moyses Israel, no bairro Tiradentes, zona leste da cidade, onde funcionam os cursos de Engenharia da Produção, Química Industrial, Ciências Farmacêuticas, Sistemas de Informação, Química/Biologia, Matemática/Física, Engenharia de Software, Engenharia Sanitária e Agronomia. À época, seu corpo docente compunha-se de cerca de 100 professores e seus discentes – cerca de 2.000 – eram apoiados por meio de Bolsas Permanência e programas de formação extracurricular com renda. O ICET/UFAM prima por um ensino de qualidade, associado a programas de pesquisa, inovação e extensão, e tem projetos financiados pelo CNPq (21), FAPEAM (22) e a própria UFAM.

Releva acrescentar aqui dois importantes momentos da história municipal – um imediatamente anterior à passagem do presidente Collor e outro ligeiramente posterior a esse evento:

- Promulgação, em 5 de abril de 1990, da Lei Orgânica do Município de Itacoatiara. Anteriormente, face ao que determinava a Constituição Federal de 1967, os municípios amazonenses eram regidos pela Lei Orgânica dos Municípios (Lei Estadual nº 700/67). Já a atual Lei Orgânica municipal (Lei nº 4, de 5 de abril de 1990), resultante de um anteprojeto elaborado pelo advogado Francisco Gomes da Silva, sob encomenda do então presidente da Câmara, vereador Arialdo Guimarães (23), acompanha as diretrizes da Carta Magna de 1988 que elevou o município ao patamar de terceiro ente da federação brasileira ampliando-lhe a autonomia sob os aspectos político, administrativo e financeiro (24). A comissão escolhida para relatar o texto original teve como presidente o vereador Jurandir Pereira da Costa e como relator-geral o vereador Paulo Sarrazim (25).

Somente depois de dado conhecimento aos vários segmentos da sociedade civil organizada, foi discutido em plenário e aprovado em dois turnos pelos vereadores. A Lei Municipal nº 4, de 1990 é um conjunto de normas democráticas e alta significação política; instrumento legislativo de forte apelo popular e conteúdo progressista que oportunizou conciliar a liberdade de iniciativa com os superiores interesses da comunidade de Itacoatiara. É a Lei Maior do Município.

- Instauração, em 15 de setembro de 1993, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Municipal, para apurar possíveis delitos administrativos praticados nos períodos administrativos dos prefeitos Mamoud Amed (26) e Francisco Pereira da Silva, o popular Chico do INCRA (respectivamente em 1983-1988 e 1989-1992), possibilitando destarte uma ampla discussão sobre a problemática da [má] utilização do dinheiro público e a responsabilidade dos aludidos agentes públicos municipais. A bancada de apoio ao prefeito anterior, que em janeiro de 1993 assumira um novo mandato, manobrava para desvincular da CPI a apuração sobre o período de sua responsabilidade e, por isso mesmo, as sessões resultaram tumultuadas. O denunciado Chico do INCRA e as testemunhas arroladas foram fortemente inquiridos possibilitando a descoberta de farto e comprometedor material a respeito da administração que lhe competiu quanto da de seu antecessor e posteriormente sucessor, Mamoud Amed Filho.

A propósito, o jornal A Crítica, de sexta feira, 21 de novembro de 1993 - após informar que, “num depoimento bombástico, o ex-prefeito Chico do INCRA confessou irregularidades e arrastou consigo o presidente da CPI vereador Mábio França e o atual prefeito Mamoud Amed”, - em reportagem sob o título ‘A cidade respira democracia’, afirmou que ‘Itacoatiara parou literalmente para assistir ao depoimento, com torcidas organizadas pró e contra. Um contingente de 50 soldados da Polícia Militar foi mobilizado para evitar incidentes. Se eles acontecessem, poderiam ser debelados com a utilização de jatos d’água. Um carro-pipa do Corpo

de Bombeiros ficou o tempo todo estacionado ao lado da Câmara para qualquer eventualidade. Havia um clima pesado de disputa política fora e dentro da Câmara. [...] No tête-a-tête do ex-prefeito Chico do INCRA com os vereadores, ocorreram momentos de tensão e descontração. Para dizer o que queria, o depoente ameaçou várias vezes ir ‘falar tudo o que sei na Assembleia Legislativa’ [...]. Apesar do grande aparato policial face ao carregado clima de disputa, não ocorreu um incidente sequer, um arranhãozinho que fosse, numa experiência de convivência democrática que Itacoatiara dava ao Amazonas”.

Em entrevista à mesma edição desse jornal, o advogado Jânio Hérder Lopes, contratado para defender o ex-prefeito de Itacoatiara, afirmou textualmente: “A corrupção é antiga nesta cidade, e Chico do INCRA pegou o bonde andando; o atual prefeito é o personagem principal”. Ele aludia ao fato de ser Chico do INCRA “vítima desse processo todo, pois ingerências administrativas perpetradas também pelo antecessor, são do conhecimento público”. Afinal, completava o causídico, “é salutar a providência apuratória para esclarecimento da verdade, atributos esses que se espera da CPI itacoatiarense e, assim, aproveitando o clima de moralidade que existe no País e em função das CPI’s ora em curso no Congresso Nacional, as câmaras municipais de todo o Brasil estão agora se atendo a fatos de possíveis irregularidades cometidas por administrações anteriores” (27).

Instrumento constitucional utilizado por parlamentares para apurar fato relevante à vida pública e à ordenação legal, econômica e social do País (e, no caso sob comento, do Município de Itacoatiara), a Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciais, mas seu prazo de funcionamento é determinado, geralmente 90 dias, e deve apontar a procedência ou não de uma suspeita de transgressão disciplinar ou por crime. Depois

de concluir as investigações a CPI encaminhará suas conclusões, se for o caso, ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos envolvidos. Porém, como estes geralmente têm o poder de mando ou são pessoas de grande prestígio e alto poder de manobra, as CPIs “não dão em nada”: são arquivadas por decurso de prazo ou esquecidas nas gavetas dos parlamentos. Foi o que ocorreu lamentavelmente com a CPI de Itacoatiara (28).

NOTAS

1 – Sobre o então presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva, trataremos logo mais, na Parte 10.

2 - A respeito, cf. FGV/CPDOC, CONTI (1999), VILLA (2016) e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

3 - Itamar Augusto Cautiero Franco (1931-2011). Nasceu em Juiz de Fora/MG. Engenheiro civil e eletrotécnico. Iniciou sua carreira política no final da década de 1950, candidatar-se, sem êxito, à Câmara Municipal de Juiz de Fora na legenda do PTB. Mais tarde, elegeu-se prefeito da mesma cidade pelo MDB (1967-1971), sendo reeleito para o mandato seguinte (1971-1975). Na sequência, foi senador por Minas Gerais (1975-1989); vice-presidente da República (1990-1992); presidente da República (1992-1994), embaixador brasileiro na OEA (1996-1998); governador de Minas (1999-2003); embaixador brasileiro na Itália (2003-2005). Vitorioso na eleição para o Senado por seu Estado natal, em 2010, morreu em seu primeiro ano de mandato (2011). Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (2009) e PORTAL do Senado Federal.

4 – Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Advogado, natural de São João del Rei/MG. Formado em Direito e primeiro civil eleito à Presidência depois de 21 anos de regime militar. Antes de eleito presidente da República, foi vereador em sua terra natal (1935-1937); promotor de Justiça (1938-1945); deputado estadual (1947-1951); deputado federal por cinco legislaturas (1951-1953 e 1963-1978), em todos esses casos eleitos sob a legenda do PSD; ministro da Justiça durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1953-1954); conselheiro do presidente JK (1956-1960); e primeiro-ministro no governo parlamentarista de João Goulart (1961-1962). Com a extinção do bipartidarismo, em 1979, Tancredo Neves fundou o Partido Popular (PP), mais tarde absorvido pelo PMDB, pelo qual foi eleito governador de Minas Gerais (1983-1987). Cf. FGV/CPDOC, SILVA (1985), FAUSTO (2009), RIBEIRO (2015) e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

5 – José Sarney ou José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Nasceu em Pinheiro/MA em 24 de abril de 1930. Como membro da UDN, ingressou na política em 1954 concorrendo ao cargo de deputado federal, pelo Maranhão, e mesmo não sendo eleito assumiu como suplente (1956 e 1957). Deputado federal (1959-1966). Governador do Maranhão pela ARENA (1966-1970). Senador pelo Maranhão (1971-1985). Em 1984, deixa a ARENA e, junto com outros ex-membros, funda a Frente Liberal. Senador pelo Amapá (1991-2015). Em três ocasiões presidiu o Senado (1995-1997, 2003-2005 e 2009-2013). Vice-presidente da República do Brasil (15 de março a 21 de abril de 1985). Presidente da República (1985-1990). Em 2014 encerrou sua carreira de mais de 60 anos de vida pública. José Sarney é membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Cf. FGV/CPDOC, FAUSTO (2009), ECHEVERRIA (2011) e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

6 – De acordo com a Lei nº 7.465, de 21 de abril de 1986, Tancredo Neves deve figurar na Galeria dos Presidentes, mas não é considerado sucessor no cargo, já que não o exerceu efetivamente. Cf. SITE da Câmara dos Deputados: <http://>

www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7465-21-abril-1986/.../1-pl.html.

7 – Paulo Salim Maluf. Nasceu em São Paulo em 3/09/1931. Engenheiro. Empresário. Filho de pais de origem libanesa. Presidente da Caixa Econômica Federal (1967-1969). Foi líder de cinco partidos políticos: ARENA - 1967-1978; PDS – 1980-1993; PPR – 1993-1995 e PP- desde 1995). Prefeito da Capital paulista (1969-1973); secretário Municipal de Transportes (1971-1975); presidente da Associação Comercial de São Paulo (1976-1979); governador do Estado (1979-1982); deputado federal em quatro legislaturas (1983-1987, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2018). A indicação de Maluf como candidato à eleição presidencial de 1985, a primeira após a abertura política, dividiu o partido oficial numa disputa interna de poder. Os membros da então ARENA (depois PDS) contrários à candidatura, liderados por José Sarney terminaram por fundar o dissidente Partido da Frente Liberal. Maluf foi oficializado candidato, mas perdeu a eleição para Tancredo Neves. Voltaria a vencer um pleito em 1992, para a Prefeitura de São Paulo. Depois de deixar a Prefeitura (1997), não foi mais eleito para cargos executivos e passou a disputar, com êxito, eleições parlamentares. Destarte foi três vezes eleito deputado federal (2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019). Sua biografia política teve um fim melancólico e depreciativo. Em março de 2010 seu nome foi incluído na difusão vermelha da INTERPOL, por solicitação dos Estados Unidos. Em junho de 2012 foi um dos quatro brasileiros incluídos pelo Banco Mundial, em uma lista de 150 casos internacionais de corrupção. Em 2014 foi escolhido pela ONG Transparência Internacional, na Suíça, como um exemplo de corrupção a ser combatido. Em março de 2016 foi condenado no Tribunal Criminal de Paris por lavagem de dinheiro. Em 2017 foi condenado e preso por corrupção no Brasil. Cf. FGV/CPDOC e SITES da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

8 – Três anos antes, ou seja, a 15/01/1985, após a vitória no Colégio Eleitoral, Tancredo fez um discurso na Câmara dos Deputados convocando todo o País ao debate constitucional, a fim de que se chegasse a um consenso em relação à futura Carta Magna. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

9 – José Bernardo Cabral. Nasceu em Manaus/AM em 27/03/1932. Advogado. Formado em Psicologia e Serviço Social. De setembro de 1955 a março de 1956 foi promotor substituto da Comarca de Itacoatiara. Chefe de Polícia do Amazonas (1957). Secretário Estadual de Interior e Justiça (1958). Chefe do Gabinete Civil do Governador do Amazonas (1959-1960). Procurador jurídico e fazendário do Estado (1961). Iniciou sua carreira política em outubro de 1962, sendo eleito deputado estadual pelo PTB. Entre 1964 e 1965 também foi conselheiro da seção amazonense da OAB. Com a instauração do bipartidarismo, em 1965, ingressou no PMD, sendo, no pleito seguinte (1966) eleito deputado federal pelo Amazonas. Em 1969 teve seu mandato cassado e suspensos seus direitos políticos por dez anos com base no AI-5. Membro do Instituto dos Advogados do Brasil desde 1972, tornou-se conselheiro federal da OAB, e em seguida eleito seu presidente (1981-1983). Retornou à cena política como assessor especial do Governo do Estado do Amazonas (1983-1986). Filiando-se ao PMDB, no pleito de novembro de 1986 foi eleito deputado federal pelo Amazonas e, em seguida, escolhido pelos seus pares do Congresso Nacional relator-geral da Assembleia

Nacional Constituinte. Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados (1989). Ministro de Estado da Justiça (15/03/1990 a 9/10/1990). Senador (1995-2002). Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (1997-1998 e 2001-2002). Consultor da Presidência da Confederação Nacional do Comércio (desde 2003). Doutor Honoris Causa da Academia Brasileira de Filosofia (2010) e das universidades federais do Rio de Janeiro (2005) e do Amazonas (2009). Membro efetivo da Academia Amazonense de Letras (desde 1983) e da Academia Internacional de Direito e Economia (desde 2012. Cf. FGV/CPDOC, FGV/EPGE, LOPES (2013) e PORTAIS da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

10 – A respeito, cf. FGV/CPDOC, CORRÊA (2011), MORENO (2013), IPEA: Perfil de Ulysses Guimarães (2016) e PORTAL da Assembleia Nacional Constituinte, citado.

11 – Júlio Antonio Lopes: jurista, escritor e jornalista nascido em Manaus em 24/03/1964. Membro da Academia Amazonense de Letras, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e de outros órgãos de proteção e difusão do Direito, da Literatura e do Jornalismo sediados em outras cidades do Brasil. Os termos sob referência foram colhidos da Dedicatória lavrada por esse ilustre amazonense no livro “Bernardo Cabral – o Cronista”, que organizou em 2013 e foi editado em Brasília-DF, pelo Senado Federal. A respeito, cf. LOPES (2013).

12 – O NAsH Oswaldo Cruz (U-18) é uma embarcação da Marinha do Brasil que exerce, desde 1984, a função de navio hospitalar. Subordinado ao comando da Flotilha do Amazonas, segmento do 9º Distrito Naval de Manaus, possuía à época uma equipe médica representada por 4 oficiais médicos, 2 oficiais dentistas e 15 praças (enfermeiros e farmacêuticos), dedicada ao atendimento das populações ribeirinhas da Amazônia Ocidental.

13 – Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo: um mês antes da chegada de Collor, ou seja, em 15/03/1991, assumira pela terceira vez o governo do Amazonas substituindo ao governador Vivaldo Barros Frota (1928- 2015).

14 – Francisco Pereira da Silva. Mais conhecido como Chico do INCRA em razão de ser um antigo servidor desse órgão fundiário federal. Natural de Itacoatiara, nascido em 1944. Homem simples, de origem humilde. Servidor municipal durante duas décadas (1970-1990), além de proprietário rural. Foi vereador em 1983-1988. Concorrendo por uma aliança de sete partidos, encabeçada pelo PMDB, venceu a eleição para prefeito de 3/10/1988, ladeado pelo vice-prefeito José Resk Maklouf, e assumiu a Prefeitura em 1º/01/1989 governando até 31/12/1992. Chico do INCRA foi um bom administrador, e os principais destaques de sua gestão foram: instalação no município da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e prolongamento da Avenida Parque (à sua extensão original, de cerca de 900 metros, foram acrescentados mais 100% de área totalmente urbanizada/arborizada, perfazendo os atuais 1.800 metros de comprimento). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

15 – Jurandir Pereira da Costa (1926-2016). Nasceu em Itacoatiara. Pecuarista e farmacêutico. Começou a fazer política em 1945, ao lado de João Valério, José Lemos de Abreu, Zuri Fonseca, Edgard Macerdo Xavier e José Tomás de Aquino, filiando-se ao PSP. Com a extinção do multipartidarismo e criação da ARENA e do MDB, em 1966, ingressou na primeira facção destinada a dar apoio ao governo. Como segundo mais votado (313 votos), foi eleito vereador pela primeira vez em 1958. Carismático e às vezes contraditório, por divergir de seu correligionário Galdino Girão de Alencar, desligou-se da ARENA e ingressou no PTB, sendo reeleito vereador, o mais votado nas eleições de 3/10/1960, cujo mandato (1960-1964) cumpriu integralmente. Ainda integrou a Câmara Municipal de Itacoatiara nos períodos 1964-1969 e 1989-1992. Foi presidente da Câmara (1966-1967 e 1991-1992); prefeito interino (1967); e prefeito efetivo (1969-1973). Entre suas principais obras à frente da Prefeitura, destacamos o Hospital José Mendes e o Estádio Municipal Floro de Mendonça. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

16 – A respeito, cf. SILVA (1998), página. 369.

17 – Fruto da desorganização que imperou no governo Collor de Mello, à época o Censo Geral do Brasil ocorreu em 1991, ao invés de 1990, quebrando assim uma tradição quase centenária de realização dos recenseamentos brasileiros no início de cada decênio.

18 – À época, ainda era Universidade do Amazonas (UA). Somente em 2002, através da Lei federal nº 10.468, de 20 de junho, passou a ser denominada Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

19 – CEUNI: Centro Universitário de Itacoatiara.

20 – ICET/UFAM: Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas.

21 – CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

22 – FAPEAM: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

23 – Arialdo Guimarães da Silva: natural de Itacoatiara. Professor e ex-vereador municipal (1983-1988, 1989-1992, 1996, 2009-2012 e 2017-2020). Foi vice-presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara (1985-1987), presidente (1989-1990) e prefeito municipal em exercício (1989). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

24 – Cf. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e SILVA (2010).

25 – Paulo Nazareno Sarrazim: Médico, ex-diretor do Hospital José Mendes. Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara em 1989-1992. Cf. SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

26 – Mamoud Amed Filho: Comerciante e Empresário madeireiro. Ingressou na política pelas mãos dos ex-prefeitos Aurélio Vieira e Chibly Abraham. Cinco vezes prefeito municipal de Itacoatiara (1983-1989, 1993-1996, 2001-2004, 2005-2008 e 2013-2016) e deputado à Assembleia Legislativa do Amazonas em 1991-1993. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (1998) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

27 – Cf. o Jornal A Crítica, de Manaus, edições de 21 e 22/11/1993.

28 – Cf. SILVA (1998), Arquivo da Câmara Municipal de Itacoatiara e edições do Jornal A Crítica, citados.



Presidente Fernando Collor de Mello no interior de Itacoatiara: dia 12/04/1991. Costa da Conceição/Comunidade Nossa Senhora das Graças/Escola Estadual Anília Nogueira da Silva. Na parte frontal: Collor ao centro abraçado pela professora Maria Auxiliadora Fernandes Nogueira. À direita do presidente da República, o governador Gilberto Mestrinho (de blazer), tendo à sua frente a professora Negilda Nogueira da Silva. Entre o governador e o presidente, o deputado estadual Mamoud Amed Filho. Ao fundo, à esquerda, o comerciante Jorge Silva Rebelo. Foto cedida por um anônimo.



PRESIDENCIÁVEL

LULA DA SILVA

Luiz Inácio Lula da Silva. Nasceu em Caetés/PE, em 27 de outubro de 1945. Metalúrgico. Aos sete anos de idade, junto com a mãe e os irmãos migrou para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Foram 13 dias viajando em um caminhão "pau de arara" até se instalarem em Vicente de Carvalho, bairro da periferia de Guajará, no litoral paulista. Em 1956 se mudaram para o bairro Ipiranga na capital. Em 1970 dedicou-se à atividade sindical e cinco anos depois elegeu-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1980 aliou-se a intelectuais e a outros líderes sindicais para fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), do qual se tornou presidente, função que ocupou até 1995 quando se tornou presidente de honra do partido. Participou, em 1984, ao lado de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso e outros líderes políticos de projeção nacional, da campanha Diretas Já!. Estreando pelo PT, foi derrotado nas eleições para o governo de São Paulo (1982). Eleito deputado federal pelo mesmo Estado (1986), participou em 1989 da primeira eleição direta para presidente desde o golpe militar de 1964: ficou em segundo lugar, mas no segundo turno foi derrotado pelo candidato Fernando Collor de Mello, do PRN. Em 1994 voltou a candidatar-se à Presidência e foi novamente derrotado, ainda no primeiro turno, desta vez pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Em 1998 foi, pela terceira vez, derrotado em uma eleição novamente decidida em primeiro turno, em que Fernando Henrique foi reeleito. Finalmente, após optar por um discurso moderado, em 27 de

outubro de 2002 foi eleito presidente derrotando o ex-ministro da Saúde e senador paulista José Serra, do PSDB. Em 29 de outubro de 2006, Lula é reeleito no segundo turno, vencendo o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (1), também do PSDB. Os dois mandatos do presidente Lula foram marcados por grandes avanços, mas também por grandes escândalos. Teve condições de passar para a história como o presidente que realizou grandes feitos e priorizou políticas que beneficiaram os mais pobres, porém, a corrupção se infiltrou no poder. 35º mandatário do Brasil, Lula ganhou a marca de ser o primeiro presidente condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, revelado pela maior investigação realizada no País. No dia 12 de julho de 2017, o juiz Sérgio Moro (2) condenou o ex-presidente a nove anos e seis meses de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro - decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal de Curitiba que ainda aumentou sua pena para doze anos, sendo recolhido à prisão no dia 7 de abril de 2018. Além dessa condenação, Lula tornou-se réu em outras ações penais e acusado de fazer parte de uma organização criminosa com outros integrantes do PT, que fraudaram a PETROBRÁS deixando um rombo sem precedentes da história do País - todas pendentes de recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). Lula permaneceu preso em uma cela especial da Polícia Federal em Curitiba até o dia 8 de novembro de 2019, após o STF derrubar a prisão em segunda instância, em um julgamento que terminou com 6 votos a 5. Com ele, vários presos acusados de corrupção quando julgados no processo da Operação Lava Jato foram soltos, beneficiados com o resultado, e passaram a aguardar o julgamento em liberdade.

ANO DE 1989. Mesmo derrotado nas eleições presidenciais de 17 de dezembro desse ano (3), Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou que jamais desistiria da luta política. E então passou a viajar por todo o País encabeçando comitivas denominadas de Caravanas da Cidadania - uma experiência inédita na tradição política brasileira. Entre 1993 e 1996, à frente de uma equipe de lideranças políticas e sindicais, técnicos e especialistas, percorreu 395 cidades em todos os estados, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira, ouvindo comunidades esquecidas, difundindo experiências positivas e articulando propostas viáveis de desenvolvimento para essas áreas mais distantes. A primeira caravana partiu de Garanhuns/PE, terra natal de Lula, e terminou em Vicente de Carvalho, distrito pobre de Guarujá (SP), para onde sua família migrou em 1952 (4).

No início de 1994, a comitiva que estava percorrendo todo o País, no trecho entre Manaus e Belém ganhou o nome de Caravana das Águas, porque, segundo o relato do sociólogo Renan Freitas Pinto (5),

“[...] na Amazônia, em forte medida, o rio continua comandando a vida. A sobrevivência da população está relacionada com os recursos provenientes das águas, em especial o peixe, que é o principal item da alimentação. Uma parte significativa dos amazonenses trabalha em contato com as águas, desloca-se através dos rios e transporta seus produtos e mercadorias principalmente de barco. A água é também o principal veículo de doenças endêmicas responsáveis pelas altas taxas de mortalidade, destacando-se a mortalidade infantil. As medidas sanitárias necessárias para mudar esse quadro dependem de modos adequados de se lidar com a água. Por todas essas razões, além das culturas que se expressam em toda a produção literária, musical, visual, plástica, cênica e arquitetônica, nada mais apropriado do que denominar esse importantíssimo acontecimento de Caravana das Águas. Há hoje uma expressão que é cada vez mais forte e frequente entre os movimentos e as lutas sociais e na própria imprensa: a reforma aquática. Com essa expressão seus defensores querem chamar a atenção para o fato de

que a reforma agrária na Amazônia será incompleta sem a implementação de uma transformação das formas de apropriação e uso dos recursos dos rios, lagos, paranás, igarapés, etc. [...] As mudanças necessárias para retirar o homem da Amazônia do abandono, do isolamento e aproximá-lo dos benefícios básicos da cidadania devem incluir novas formas de utilização desses recursos fundamentais que são as águas. [...] Nosso relato aqui, portanto, foge forçosamente da tradição dos relatos de viagem sobre a Amazônia, nos quais a paisagem é que ocupa verdadeiramente o centro da narrativa e os homens, ocasionalmente, servem para completá-la ou, pitorescamente, diferenciá-la e matizá-la” (6).

A Caravana das Águas conseguiu despertar o interesse de um grande número de pessoas, não apenas em cidades como Belém e Manaus. Em todo o interior da região muitos a acompanharam, especialmente pelo rádio, um meio de comunicação quase único para as populações interiores. Em Manaus, o primeiro debate teve lugar na Associação Comercial, com a participação de segmentos organizados da sociedade discutindo o tema ‘Perspectivas de desenvolvimento para o Estado do Amazonas’. Como já se esperava o tema mais debatido foi a Zona Franca de Manaus e as possíveis saídas para um novo modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo vigente. Essa reunião contou com uma expressiva representação de empresários, sindicalistas, universitários e lideranças do PT e de outros partidos.

Os debatedores reconheceram que o modelo Zona Franca tem problemas e que chegou o momento de avaliar rigorosamente seus resultados e, portanto, seu futuro. Um destaque especial foi a participação de Samuel Benchimol, professor e um dos principais pesquisadores da região, autor de vários livros sobre a Amazônia. A posição de Benchimol foi corajosa em relação ao exame crítico do modelo Zona Franca de Manaus, que após todos esses anos não conseguiu desenvolver uma estrutura de produção baseada em pesquisas próprias e com autonomia tecnológica.

A visita da caravana ao Zumbi, bairro da periferia de Manaus, foi a oportunidade de testemunhar a forma irresponsável pela qual têm sido

implementadas as políticas públicas na Amazônia, e onde se revelam penosas as condições de vida de seus habitantes. Um retrato do drama da cidade grande, “[...] com seu crescimento explosivo, a ausência de urbanização, a multiplicação de favelas, o desemprego que colocou na rua mais da metade dos trabalhadores do Distrito Industrial em poucos meses [...] as condições de vida do povo da cidade, o abandono do interior, a crise da agricultura e do abastecimento, a dependência quase completa de Manaus, que compra fora praticamente tudo o que sua população consome” (7).

Após os debates daquele dia 23 de janeiro de 1994, já anoitecendo em Manaus, os caravaneiros recolheram-se à embarcação que dali a instantes baixaria no rumo de Itacoatiara. Compunham a ‘universidade da cidadania’; eram cientistas, especialistas e estudiosos de diferentes campos de investigação na Amazônia, que a bordo discutiam e trocavam ideias com Lula e demais participantes da viagem; competia-lhes passar informações para a imprensa, responder aos repórteres de rádio e televisão que estiveram cobrindo a caravana, tornando possível o acompanhamento e a avaliação da opinião pública, e seus resultados foram objeto de comentários nas mídias nacional e internacional.

Os caravaneiros liderados pelo presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva viajaram toda noite, e amanheceram em Itacoatiara.

Ao aproximar-se a embarcação e pipocou o foguetório com muitos vivas ao líder dos trabalhadores. Faixas e bandeiras enfeitavam grande parte da orla da cidade. Alguns carros com alto-falantes anunciavam a chegada da comitiva em paralelo a outros que entremeavam mensagens de boas-vindas ou tocavam o hino do partido.

Em 1998 registrei, mais ou menos assim, o acontecimento daquele 24 de janeiro de 1994:

Recebido pelo vice-prefeito Miron Osmário Fogaça, pelo bispo dom Jorge Marskell, por correligionários políticos e sindicalistas, além de vivamente saudado por grande parcela da população, o candidato do Partido dos Trabalhadores veio acompanhado de expressivas figuras da política nacional e da América Latina. [...] após o café que lhe foi oferecido na sede da AABB (8), onde falou sobre a pretensão de novamente concorrer à Presidência da República, sobre política de direitos humanos, combate à fome e aproveitamento das riquezas da Amazônia, Lula foi conhecer as instalações da Madeireira Gethal Amazonas, na estrada Stone, onde falou reservadamente com os diretores da indústria, dirigiu a palavra aos seus operários e no pátio externo plantou um pé de sumaumeira, árvore-símbolo da floresta amazônica. De lá seguiu para a Praça Nossa Senhora de Nazaré, no centro da cidade, onde participou de um comício assistido por milhares de pessoas. Passava do meio-dia quando partiu com destino à cidade de Urucurituba, um dos pontos de parada da Caravana das Águas. De lá, seguiria para Santarém, no Pará (9).

Na sede da AABB, Lula ouviu pequenos empresários, professores da rede estadual de ensino, trabalhadores rurais e do ramo madeireiro, donas de casa, membros da comissão de direitos humanos e agentes das pastorais Indígena, da Mulher e da Criança da Prelazia de Itacoatiara, deu autógrafos e deixou-se fotografar com eles. Lá estiveram todos os membros da secção local do Partido dos Trabalhadores e, dentre seus principais líderes: o trabalhador rural Antonio Peixoto (10), o vereador Guilherme Fernandes (11), os sindicalistas Adilon Pereira (12) e Ademar Santos da Silva (13), os professores Emanuel Altamor (14) e Maria do Socorro Rolim, o artista Sebastião Nunes (15) e a agente de pastoral da Prelazia Maria de Fátima Maia Garcia. O movimento político-partidário local tinha o apoio explícito do bispo dom Jorge Marskell, líder carismático e alto integrante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O PT crescia a olhos vistos e, dali a alguns anos, se transformaria em uma agremiação política de alta relevância atuando nos municípios de Itacoatiara, Silves e Urucurituba.

A passagem de Lula por Itacoatiara excitara a militância do PT. Sua palavra entusiasmara os correligionários do lugar, que achavam-se motivados a lutar pela ampliação dos espaços até ali conquistados. Desde sua fundação, em 1980, a agremiação era apoiada pela Igreja progressista de Itacoatiara, pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos madeireiros e dos professores, além de segmentos dos servidores públicos. Concorrera, sem alcançar sucesso, às eleições municipais de 15 de novembro de 1982, porém, a partir de 1988, a cada eleição municipal elegeria pelo menos um vereador à Câmara Municipal e, no pleito de 15 de outubro de 1990, um deputado à Assembleia Legislativa do Estado para cumprir mandado de 1991 a 1995. O grande sonho do partido de, um dia, levar um de seus líderes a ocupar a cadeira de prefeito municipal, só aconteceria uma década e meia depois com a eleição em 2008 do prefeito Antônio Peixoto de Oliveira: um pleito tumultuado que, levado às barras dos tribunais, seria sancionado pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE).

Abrimos aqui um parêntese para uma explicação necessária.

A intransigência do PT em não coligar à época com o PMDB (ex-MDB) talvez tenha dado causa ao retardamento da chegada da oposição ao poder municipal, e essa ascensão poderia ter acontecido nas eleições de 1982, dois anos após a oficialização do partido, pelo TSE, ocorrida em 10 de fevereiro de 1980. Conforme referenciado anteriormente (vide Nota nº 19/Verbete do presidente Ernesto Geisel), a eleição municipal de 1982 em todo o Brasil realizou-se sob o pálio da sublegenda (16), um artifício jurídico criado pelo regime militar permitindo a inscrição na Justiça Eleitoral de até três candidatos por legenda para concorrer às eleições majoritárias, e, no caso das eleições municipais, para ‘facilitar’ a vitória dos candidatos indicados pelo partido oficial.

Com a extinção do bipartidarismo o MDB e a ARENA desapareceram e em seu lugar foram criados PMDB e PDS, além de outras legendas, inclusive o PT. O retorno do pluripartidarismo seria uma providência de elevado teor democrático por que abria o leque de opções ao eleitorado. “Seria”, se não fosse maculado pela sublegenda. Nunca é demais repetir:

referido instituto permitia que os partidos apresentassem mais de um candidato nas eleições majoritárias, mas, ao final da eleição, somavam-se os votos dados às sublegendas, e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado. De fato, a regra beneficiava o partido do governo, ao impedir que o PMDB se beneficiasse de eventuais divisões internas do PDS (ex-ARENA). Graças a esse expediente, mesmo que o partido oposicionista obtivesse individualmente mais votos, dificilmente conseguiria superar a soma de votos das sublegendas do partido detentor da máquina oficial e do adjutório do poder econômico. Conseqüentemente, o partido governista quase sempre vencias as eleições.

Destarte, seis candidatos se inscreveram para disputar a Prefeitura de Itacoatiara, em 1982: Mamoud Amed Filho (pela sublegenda PDS-1); Jurandir Pereira da Costa (PDS-2); Miron Osmário Fogaça (pela sublegenda PMDB-1); Francisco Gomes da Silva (PMDB-2); Antonio Peixoto de Oliveira (pelo PT); e Lázaro Venâncio Pereira (pelo PTB). Realizado o pleito e concluída a votação, os cerca de 19.500 votos válidos foram assim distribuídos: para Francisco Gomes: **7.800 votos** (40% do total apurado); para Mamoud Amed: **5.300 votos** (cerca de 26%); para Jurandir Pereira: **4.500 votos** (pouco mais de 24%); para Miron Fogaça: **900 votos** (pouco menos de 5%); para Antonio Peixoto: cerca de **800 votos** (cerca de 4%); e para Lázaro Venâncio: **200 votos** (pouco mais de 1%).

Portanto, embora individualmente o mais votado, Francisco Gomes da Silva não foi proclamado vitorioso; perdeu a eleição para o candidato Mamoud Amed Filho que obteve somente dois terços da votação de seu oponente. O “milagre” resultou do confronto entre a soma dos votos das sublegendas PMDB-1 e PMDB-2 (**8.700 sufrágios**) e a soma das sublegendas PDS-1 e PDS-2 (**9.800 sufrágios**) - e, assim, o candidato do PDS-1 foi diplomado e empossado prefeito municipal de Itacoatiara para o exercício 1983-1989.

Notoriamente, Democracia se faz com coragem. E ontem, mais do que hoje, era preciso ter coragem e achar-se forrado de muito idealismo para participar de eleições, sobretudo no campo oposicionista. À época

vigorava a política do autoritarismo abertamente conivente com o poder econômico. Além da sublegenda e artifícios do tipo, as eleições davam motivo a fraudes. A votação era em cédulas de papel, em urnas de madeira, metal e lona, com apuração feita por várias pessoas e demorava dias para ser finalizada. Era época de coronelismo, “emprenhamento” de urnas e mapismo, colocando em risco o sigilo e a liberdade do voto, aumentando a insegurança e favorecendo a manipulação. Diferente dos dias de hoje onde os debates fluem com naturalidade, em que as urnas eletrônicas permitem captação, armazenamento, apuração e informatização de votos em horas com tranquilidade e total segurança. Lembrando, ainda, que além do pleito de 1982 – acima descrito – que o Autor deste livro “ganhou mas não levou”, Francisco Gomes também concorreu pelo MDB de Ulysses Guimarães às eleições municipais de 15 de novembro de 1976 enfrentando dois poderosos candidatos: o tabelião Alberto Rodrigues do Nascimento e o empresário Chibly Calil Abraham. Venceu o prefeito Chibly Abraham, mas Francisco Gomes ficou em segundo lugar superando Alberto Nascimento.

Agora fechemos o parênteses.

Três meses após a visita do presidenciável Luiz Inácio da Silva a Itacoatiara ocorreu um fato inusitado, que assim comentamos no segundo volume do nosso livro Cronografia de Itacoatiara:

“Domingo, 13 de março de 1994. O padre Romão Buitagro Ramirez é espancado na comunidade Novo Remanso. Depois de haver celebrado missa, Romão foi agredido duas vezes com socos e ponta-pés pelo senhor João Sabino de Souza. Vieram em defesa do sacerdote os irmãos João e Moisés Nobre, além de um jovem conhecido por Jucinei. O agressor fugiu com a colaboração do delegado de Polícia local, sargento Ananias. Segundo testemunhas oculares, o fato decorreu de que em junho de 1993 dois rapazes, acusados de roubo, foram

cruelmente espancados pela Polícia. Em novembro desse ano, um jovem da Igreja Batista, que conversava e escutava hinos religiosos, na quadra esportiva, foi espancado e baleado pelo sargento Ananias. Em fevereiro de 1994, um jovem [da Igreja] adventista foi acusado de chamar de ladrão um vereador [das hostes governistas], morador do local. Preso e levado à Delegacia de Polícia, o jovem foi brutalmente torturado. Um dia antes, ele havia participado da Caravana da Cidadania pró-Lula; e nessa ocasião teria comentado sobre a má administração do Município e os desmandos ocorrentes na vila de Novo Remanso. Fazia meses que padre Romão, responsável pela Pastoral Católica naquela área da Prelazia, vinha denunciando esses crimes” (17).

O assunto foi levado ao conhecimento das autoridades em Manaus e deliberado pela Câmara Municipal de Itacoatiara, tendo os vereadores Alberto Yanuzzi Neto (18), do PRN, Francisco Gomes da Silva, do PST, e Adilon Pereira da Costa, do PT, se pronunciado veementemente contra os desmandos e agressões cometidos na vila de Novo Remanso e prestado solidariedade aos seus comunitários e aos padres da Prelazia de Itacoatiara.

Somente oito anos depois de sua passagem por Itacoatiara, ou seja, na eleição de 2002, após três tentativas, Luiz Inácio Lula da Silva conseguiria eleger-se presidente da República, tendo como vice-presidente o empresário e senador José de Alencar (19), do Partido Liberal (PL) de Minas Gerais. Essa eleição ocorreu em dois turnos: o primeiro em 6 de outubro de 2002, e o segundo no dia 27 do mesmo mês. Lula recebeu 52.793.364 votos (61,27% do total apurado), derrotando o candidato José Serra, do PSDB, que obteve 33.370.739 (38,73%).

Importante recordar que, em 2002, Lula manteve a liderança da disputa presidencial durante todo o primeiro turno nas pesquisas, com grande vantagem em relação a José Serra, o segundo colocado, e, como

demonstrado acima, chegou aos 62% no segundo turno. Conforme a lição do cientista político Marcelo Bolshaw Gomes (20),

“Na campanha presidencial de 1989, a imagem pública de Lula era de um sindicalista corporativista que entra na política para defender o interesse dos trabalhadores, emblematicamente no slogan ‘trabalhador vota em trabalhador’. Em 1994, houve uma evolução dessa posição, com um discurso mais amplo buscando o apoio de outros setores da sociedade, mas, novamente, a tentativa de se contrapor à mídia (mais do que o Plano Real em si), levou a uma imagem negativa do petista em relação ao futuro. Em 1998, sempre batendo de frente com a mídia, Lula ficou com uma imagem pública de despreparado para enfrentar a crise econômica internacional. Mas, em 2002, a imagem do Lula radical, agressivo, crítico, negativo, destrutivo, intransigente, deu lugar à imagem do Lula light de discurso moderado; o Lulinha paz e amor; Lula o negociador; Lula encarnando a esperança (de mudança) contra o medo (da mudança). E após três eleições nadando contra a corrente midiática, em 2002 Lula decide voar a favor do vento e constrói, em conjunto com a mídia que tanto combateu, a imagem de negociador pacifista, ideal para o governo democrático” (21).

O primeiro governo Lula iniciou dando seguimento à política econômica da gestão anterior, de Fernando Henrique Cardoso. Caracterizou-se pela baixa inflação, que ficou controlada, redução do desemprego, constantes recordes da balança comercial e o maior crescimento real do salário mínimo. Foi responsável pela concessão de quase três mil quilômetros de rodovias federais e a privatização de 720 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul. Na área do ensino superior, além de ampliar o número de universidades públicas federais, criou o PROUNI (22).

No setor “reformas constitucionais”, uma das plataformas de campanha de Lula, o ato mais relevante de seu governo foi aprovar a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que ficou conhecida como Reforma do Judiciário. Seus principais aspectos foram: a inclusão do princípio da celeridade processual como direito fundamental; a criação do Conselho

Nacional de Justiça (CNJ), além de outras normas que objetivavam desde um processo judicial mais célere até a moralização e a transparência do Poder Judiciário.

A desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres teria aumentado entre 2001 e 2003, conforme publicação do jornal O Globo, em fevereiro de 2005. Após a posse de Lula, porém, um relatório da Fundação IBGE, do final de 2007, afirmou que este governo estaria fazendo do Brasil um País menos desigual. Um programa social bastante conhecido foi o da Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que passou a atender milhões de famílias. Sua finalidade era a transferência direta de renda para famílias pobres e em estado de extrema miséria. O programa foi uma reformulação e ampliação do programa Bolsa Escola do governo Fernando Henrique Cardoso, de menor abrangência. A Bolsa Família, embora considerada pela oposição um programa de cunho eleitoreiro, foi elogiada por especialistas nacionais e internacionais pelo fato de ser um complemento financeiro para amenizar a fome das famílias em situação financeira precária, e apontada também como um dos fatores que propiciaram às famílias das classes mais pobres o consumo maior de produtos, o que beneficiaria a economia do País. Prosseguido pelos governos subsequentes, o programa Bolsa Família permanece até hoje.

Portanto, o governo Lula – embora muito susceptível às crises e permeável às acusações de corrupção – teve como principais marcas a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do País e a redução da pobreza e da desigualdade social. Tais fatores positivos, além de lhe granjearem uma aprovação recorde da população brasileira, o credenciariam a ser reeleito na próxima eleição presidencial de 2006.

O primeiro contato do presidente Lula com o Amazonas, depois de empossado, ocorreu em Manaus, às 13:00 horas de 19 de junho de 2003,

na área vip do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, entre ele, o governador Eduardo Braga (23) e o prefeito da capital, Alfredo Nascimento (24). A imprensa não teve acesso ao presidente e comitiva: somente repórteres e cinegrafistas puderam registrar o encontro. Segundo o jornal *A Crítica*, do dia seguinte, “Lula, que desembarcou no aeroporto amazonense apenas para fazer escala para os Estados Unidos, estava confiante no encontro [que teria] em Washington com o presidente norte-americano George W. Bush. Na pauta, segundo adiantou, [pretendia] conversar sobre a abertura do mercado americano para os produtos brasileiros”.

Todavia, sua primeira viagem oficial ao Amazonas deu-se efetivamente em 27 de junho de 2003. Lula desembarcou em Manaus, por volta das 11:20 horas procedente de Medellín (25), na Colômbia, enquanto a primeira-dama, dona Marisa Letícia, veio de Brasília. Encontraram-se no Aeroporto Eduardo Gomes, pernoitaram na capital amazonense e no dia seguinte foram a Parintins para assistir ao 38º Festival Folclórico.

O avião presidencial (26) tocou a pista do Aeroporto Júlio Belém, às 14:00 do dia 28 de junho. Além do casal presidencial, desembarcaram ali: os ministros da Casa Civil, José Dirceu; da Comunicação, Luiz Gushiken; de Minas e Energia, Dilma Rousseff; e da Fazenda, Antônio Palloci; os diplomatas da Alemanha, Holanda, Canadá e Equador; dezenove governadores de Estado; e o presidente do BID (27), Enrico Iglesias. Já se encontravam na cidade de Parintins, os ministros Gilberto Gil, da Cultura, e Walfrido Mares Guia, do Turismo.

Ao descer em Parintins, Lula quebrou o protocolo e seguiu a pé do Aeroporto até o Portal da Cidade, inaugurado por ele, ao lado do governador Eduardo Braga e do prefeito Enéas Gonçalves, seguidos por uma grande multidão que entoava cantigas de boi. Em seu discurso, Lula lembrou que em 1994 conheceu a realidade amazonense: na Caravana da Cidadania, em que percorreu todo o País; à época passou 14 dias navegando pelos rios da Amazônia, de Manaus a Belém, e contatou diretamente com o ribeirinho. Embora tenha prometido, na chegada, ter

equilíbrio psicológico para não mostrar preferência para nenhum dos bois (Caprichoso e Garantido), à noite, deixou-se trair bailando na arena, à entrada do Garantido, da mesma cor vermelha do Partido dos Trabalhadores.

O presidente, sua esposa Mariza Letícia e os membros do primeiro escalão ficaram hospedados no navio patrulha fluvial Pedro Teixeira, da Marinha brasileira. À noite, Lula participou de um coquetel com ministros, embaixadores e políticos federais e estaduais, antes de seguir para o Bumbódromo onde ficou até às 2:00 horas assistindo a apresentação dos bois-bumbás. No dia seguinte voltaria a Brasília, via Manaus.

Conforme previsto anteriormente, o fator terminante para a reeleição de Lula, em 2006, foi o sucesso de seu primeiro período governamental. Ali, em relação à política econômica priorizou-se a estabilidade, aprofundando-se o compromisso de respeito aos contratos. O governo apressou-se em aprovar um conjunto de reformas, e a primeira delas foi a da Previdência, seguida das reformas tributária e judiciária.

A reforma da Previdência, baseada principalmente no aumento dos requisitos e na limitação dos benefícios para a aposentadoria dos servidores públicos, provocou uma greve nacional da categoria e manifestações de rua em oposição ao projeto e, o mais grave de tudo: uma cisão no interior do PT com a consequente expulsão dos chamados “radicais do partido”: a senadora por Alagoas Heloísa Helena (28), a deputada federal Luciana Genro (29), do Rio Grande do Sul, e outros dois membros da Câmara Baixa do País.

Consoante foi noticiado à época,

“Para o dia a dia do trabalho no Congresso Nacional, a base de apoio ao governo foi frágil, e o Executivo fez diversas concessões a partidos e parlamentares que não compunham a aliança eleitoral que elegera Lula, de forma a constituir uma base aliada majoritária na Câmara dos

Deputados e a negociar maiorias ocasionais no Senado. Foi nesse contexto que surgiram denúncias de que o PT, em ações comandadas por membros do primeiro escalão do governo, estaria comprando apoio político com recursos de ‘caixa dois’, ou sobras de arrecadação de campanha. As denúncias deram origem ao chamado ‘escândalo do mensalão’. As primeiras notícias de que o PT havia ‘comprado’ o apoio do PTB nas eleições municipais de 2004 surgiram em setembro desse ano na revista *Veja*. Dias depois, Miro Teixeira (30), deputado federal que no início do governo havia ocupado o Ministério das Comunicações por indicação do PDT, em declarações ao *Jornal do Brasil*, afirmou que realmente havia no Congresso Nacional um esquema de pagamento de ‘mesadas’ a parlamentares para votarem com o governo [...]. Em maio de 2005, novas denúncias na imprensa, a partir de gravações secretas de conversas com o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, revelaram um esquema de corrupção envolvendo as licitações da empresa, que teria como protagonista político o deputado federal do PTB Roberto Jefferson (31). Essas denúncias levaram à instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para analisar as denúncias de corrupção nos Correios [...] Jefferson referiu-se a esse pagamento como ‘mensalão’. Afirmou ainda que o principal operador do esquema era o publicitário mineiro Marcos Valério de Souza. Em 20 de julho foi instalada uma nova CPI especificamente criada para apurar o escândalo do ‘mensalão’, [e os depoimentos] se estenderiam até novembro de 2005, enquanto os da CPMI dos Correios só se encerrariam em abril de 2006. Ao longo da crise, membros do primeiro escalão do governo foram atingidos: José Dirceu (32), ministro da Casa Civil e principal articulador político do governo, demitiu-se em junho de 2005 e reassumiu o mandato de deputado federal; em julho seguinte Luiz Gushiken (33) afastou-se da Secretaria de Comunicação. No mesmo mês, José Genuíno (34) renunciou à presidência do PT. A CPMI dos Correios recomendou a abertura de processo, por quebra de decoro parlamentar, contra vários deputados. Jefferson e Dirceu foram cassados. Quatro parlamentares renunciaram aos mandatos e outros 12 foram absolvidos” (35).

Lula negou conhecer os fatos revelados pelas denúncias e apurações. E ordenou aos seus correligionários para que pedissem desculpas ao povo brasileiro. Em pronunciamento à nação, em 12 de agosto de 2005, afirmou: “o PT tem que pedir desculpas. O governo, onde errou, tem que pedir desculpas”. Espantoso é que, apesar da repercussão do escândalo, sua popularidade não foi abalada. Na campanha presidencial de 2006, o “mensalão” retornou ao debate, mas novamente ficou claro que a maioria dos eleitores de Lula não associava as denúncias à sua pessoa.

Lula venceu o primeiro turno, tendo novamente como vice o empresário e político mineiro José Alencar. A aliança que sustentou os vencedores envolvia além do PT o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O segundo turno foi realizado em 29 de outubro. Lula venceu mais uma vez, com mais de 58 milhões de votos (60,83% dos votos válidos), derrotando novamente o governador paulista Geraldo Alckmin, do PSDB.

O segundo governo manteve muitas das características do primeiro, como a política econômica ortodoxa, que continuou a ser comandada por Henrique Meireles (36) no Banco Central e Guido Mantega (37) no Ministério da Fazenda. Também o Ministério das Relações Exteriores manteve o mesmo comando. Porém, “foi a continuidade de uma outra colaboradora do primeiro governo de Lula que passou a chamar mais atenção, pela própria ênfase que Lula passou a atribuir à sua figura, logo identificada como a candidata preferencial do presidente à sua sucessão. Trata-se de Dilma Rousseff, que fora ministra das Minas e Energia e assumira a Casa Civil com a queda de José Dirceu. Foi a ela que Lula entregou a coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe da proposta anunciada em seu discurso de posse” (38).

Do ponto de vista da situação econômica, os primeiros 20 meses do segundo governo Lula mantiveram-se dentro do quadro de estabilidade e crescimento que marcara o final de sua primeira gestão presidencial. No entanto, no segundo semestre de 2008, a conjuntura mundial, que havia sido favorável ao crescimento brasileiro até então, mudou significa-

tivamente. Iniciou-se naquele momento uma crise econômica de dimensões globais, que atingiu também a economia brasileira. As taxas de desemprego, por exemplo, elevaram-se rapidamente, atingindo 8,5% em fevereiro de 2009. Já o PIB passou por dois trimestres de queda, caracterizando uma recessão.

Apesar dos limites do crescimento econômico e das políticas sociais no que diz respeito à desigualdade social, e passado o período mais crítico do impacto da crise econômica no Brasil, a popularidade do presidente Lula continuou em alta. Pesquisas de setembro de 2009 indicaram que Lula possuía 69% de aprovação (governo considerado ótimo ou bom). O desafio a que Lula se lançou, ao longo de 2009, foi o de transferir essa popularidade para a candidata por ele preferida à sua sucessão, a ministra Dilma Rousseff, apelidada de “mãe do PAC”, programa que se constituiu como a vitrine da aceleração do crescimento por ele prometida nos discursos iniciais do segundo governo.

A ligação entre Lula e Dilma foi fundamental para que a imagem da candidata se fortalecesse e a candidatura petista à presidência da República tomasse corpo. Em fevereiro de 2010, Dilma tinha 25% das intenções de voto contra 36% de seu opositor, José Serra, do PSDB. Já em agosto, após o lançamento oficial da candidatura petista e da vinculação da imagem de Lula à Dilma, a candidata passou a ter 51% das intenções de voto, contra 27% do tucano.

Lula participou ativamente da campanha de Dilma pelo Brasil, marcando presença em comícios, atuando no corpo a corpo e mantendo presente sua imagem em programas eleitorais de TV, além de ter atuado pela criação de uma vasta aliança partidária para a candidatura petista à reeleição presidencial, que inicialmente contou com o apoio do PSB e do PCdoB, além do PMDB - que indicou Michel Temer como vice na chapa petista. Dilma liderou o primeiro turno, quando foi votada por 46,91% dos eleitores, derrotando seus dois principais adversários: o tucano José Serra, eleito para o segundo turno com 32,61% dos votos, e Marina Silva, do PV, terceira colocada com 19,33% dos votos. No segundo turno, realizado em

31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff derrotou José Serra tornando-se a primeira mulher eleita presidente do Brasil, com 56,05% dos votos válidos, e tomou posse no dia 1º de janeiro de 2011.

Fora da Presidência da República, Lula passou a dar palestras em várias cidades do mundo, onde continuou sendo recebido por autoridades e personalidades do meio político. No mês de junho de 2013 o Brasil assistiu a uma série de manifestações populares que se espalharam pelo país, iniciadas com o anúncio do aumento do transporte coletivo, mas ampliadas por protestos de diferentes setores sociais sobre temas como corrupção, reforma política e demandas nas áreas de educação, saúde e infra-estrutura, entre outras questões.

Em maio de 2014 o PT oficializou a indicação de Dilma Rousseff como pré-candidata do partido à reeleição, que contou novamente com a participação de Lula, cujo apoio e atuação foram importantes à sua vitória. No pleito de outubro, depois de disputar o segundo turno com o tucano Aécio Neves, a presidente foi reeleita com 51,6% da preferência dos eleitores.

O segundo mandato da presidente Dilma, iniciado em janeiro de 2015, ganhou as manchetes de jornais em grande parte pela crise econômica enfrentada pelo País, por escândalos vinculados a acusações de corrupção que envolveram a PETROBRÁS e personalidades da política brasileira e pelo processo de impeachment deflagrado contra Dilma, que a retirou do governo, substituindo-a pelo vice Michel Temer um ano e oito meses após sua posse.

Nos primeiros dias de março de 2016, Lula tornou-se alvo da Operação Lava Jato, que consistiu numa vasta investigação, liderada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), sobre casos de corrupção, desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a PETROBRÁS, empreiteiras e nomes ligados à política nacional. Em decorrência da chamada Operação Aletheia, como foi batizada a 24ª fase da Lava Jato, policiais federais fizeram buscas na residência do ex-presidente e o conduziram para prestar esclarecimentos, uma vez que sobre o mesmo

recaiam suspeitas de vantagens indevidas provenientes do esquema de desvios da PETROBRÁS. O MPF e a PF teriam encontrado indícios de que Lula recebeu um apartamento e reformas em imóveis, além de doações e pagamentos por palestras via Instituto Lula e a empresa LILS Palestras, de sua propriedade.

No decorrer de 2016 Lula foi enquadrado em cinco ações penais, por acusações de diferentes naturezas, todas negadas por ele. Nos meses de julho e de setembro, tornou-se réu no âmbito da Lava Jato. Em julho, foi acusado de tentar comprar o silêncio de Nestor Cerveró, ex-diretor da PETROBRÁS, que fechou acordo de delação premiada no decorrer da Operação. Dois meses depois, o juiz Sergio Moro aceitou a denúncia da força tarefa do Ministério Público e Lula se tornou réu pela segunda vez, sob as acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro

Em outubro o líder petista tornou-se réu pela terceira vez, agora em processo decorrente da Operação Janus, empreendida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. As investigações da Janus resultaram em acusações de que Lula teria utilizado sua influência junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para beneficiar a Construtora Odebrecht na realização de obras em Angola.

Durante o mês de dezembro tornou-se réu outras duas vezes. No âmbito da Operação Zelotes, que investigou fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ligado ao Ministério da Fazenda, foi enquadrado nos crimes de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Referida ação contra o ex-presidente era resultado de investigações sobre a compra de caças suecos Gripen para a FAB e a aprovação de uma medida provisória que teria beneficiado montadoras com incentivos fiscais. Novamente no âmbito da Operação Lava Jato, Lula foi acusado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Luiz Inácio Lula da Silva foi preso em 7 de abril de 2018 e só seria liberado no dia 8 de novembro de 2019, ou seja, após 580 dias de encarceramento em uma cela especial na sede da Polícia Federal em Curitiba, onde cumpria uma sentença de corrupção de 12 anos. A imprensa

européia, que já tinha noticiado desde a madrugada a decisão do Supremo Tribunal Federal de derrubar a prisão em segunda instância, deu destaque à liberação do ex-presidente. Praticamente todos os veículos deram ênfase ao fato de que a decisão da Suprema Corte do Brasil também abria as portas para a libertação de quase 5 mil detidos, incluindo condenados pela Operação Lava Jato, que envolveu políticos e alguns dos empresários mais poderosos do País.

Por oito votos a três, o Supremo Tribunal Federal manteve, no dia 15 de abril de 2021, a decisão do ministro Edson Fachin (39) e anulou as condenações de Lula relacionadas aos casos do triplex do Guarujá e do sítio de Atibaia proferidas pelo ex-juiz Sérgio Moro e pela juíza Gabriela Hardt (40). Com essa decisão o ex-presidente voltou a ser ficha-limpa e poderá concorrer nas eleições de 2022.

Ao proferir a decisão no dia 8 de março, Fachin decidiu que a 13ª Vara em Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações. E nessa última sessão, manteve sua decisão individual que anulou as condenações. O voto de Fachin foi seguido pelas ministras Rosa Weber (41) e Carmen Lúcia (42), e também pelos ministros Dias Tofolli (43), Gilmar Mendes (44), Ricardo Lewandowski (45), Luís Roberto Barroso (46) e Alexandre de Moraes (47). Pela manutenção das condenações votaram os ministros Nunes Marques (48), Marco Aurélio (49) e o presidente Luiz Fux (50).

A anulação das condenações do ex-presidente, pelo STF, deixou a militância do PT animada e embalada pelas perspectivas para 2022. Com a decisão, Lula voltou a ser elegível e recuperou seus direitos políticos.

NOTAS

1 - Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho. Nasceu em Pindamonhangaba/SP. Médico. Prefeito de sua cidade natal (1977-1983). Deputado estadual (1983-1985). Deputado federal por São Paulo (1987-1991 e 1991-1995). Vice-governador de São Paulo (1995-1997). Governador em exercício (1998-1999 e 2001). Governador (2003-2006 e 2011-2018). Candidato não eleito à Presidência da República (2006). Secretário Estadual de Desenvolvimento (2009). Atualmente é professor universitário no curso de Medicina da Universidade Nove de Julho. Cf. FGV/CPDOC, PORTAL Estado de São Paulo e SITES da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

2 – Sérgio Fernando Moro. Natural de Maringá/PR. Jurista e professor universitário. Especialista em crimes financeiros, tornou-se juiz federal em 1996. Auxiliou, no STF, a ministra Rosa Weber durante o julgamento dos crimes relativos ao escândalo do Mensalão. Ganhou notoriedade nacional e internacional por comandar, entre março de 2014 e novembro de 2018, o julgamento em primeira instância dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Foi professor de Direito Processual Penal na Universidade Federal do Paraná e ministro da Justiça e Segurança Pública (2019-2020). Atualmente é consultor empresarial. Cf. PORTAL do Ministério da Justiça e SITE <https://pt.wikipedia.org/wiki/SergioMoro>.

3 - A eleição presidencial de 1989 foi realizada em dois turnos: o primeiro no dia 15 de novembro e o segundo em 17 de dezembro. Foi a primeira eleição pós-promulgação da Constituição Federal de 1988, e nela concorreram 22 candidatos a presidente e 22 a vice-presidente. Os principais candidatos a presidente foram: Fernando Collor de Mello (PRN, atual PTC), Luiz Inácio da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Paulo Salim Maluf (PDS). Cf. FGV/CPDOC e SITE do TSE.

4 - Cf. FGV/CPDOC, BETTO (1989), PARANÁ (2008) e SITE www.institutolula.org.

5 - Ernesto Renan Melo Freitas Pinto: nasceu em Alagoas. Professor e doutor em Ciências Sociais pela PUC-São Paulo. Áreas de atuação na UFAM: Teoria Sociológica, Pensamento Social na Amazônia e Fundamentos Filosóficos das Ciências Humanas. Escritor e conferencista. Membro da Academia Amazonense de Letras. Cf. SITE da UFAM : <https://www.ufam.edu.br>. SITE <https://teoriaedebate.org.br>.

6 – Cf. O Brasil mais esquecido, in Revista Teoria e Debate. Fundação Perseu Abramo/SP, edição nº 204 – janeiro 2021, in SITE <https://teoriaedebate.org.br>.

7 - Cf. O Brasil mais esquecido, in Revista e SITE <https://teoriaedebate.org.br>, citados.

8 - AABB: Associação Atlética Banco do Brasil, fundada em 16/03/1987 e instalada à rua Álvaro Maia no bairro da Prainha. Entidade cultural, esportiva e de lazer pertencente aos servidores da agência local do Banco do Brasil.

9 - Cf. SILVA (1997/2).

10 - Antonio Peixoto da Silva Oliveira. Nasceu no Paraná da Eva. Trabalhador rural, professor e sindicalista. Foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores

(CUT), delegado sindical e secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara. Primeiro presidente do PT municipal. Candidatou-se sem êxito à Prefeitura de Itacoatiara em 1982. Vereador eleito em 1996, reeleito em 2000 e 2004. Eleito em 5/10/2008 para gerir os destinos de Itacoatiara no período 2009-2012. Cassado pelo TRE-Am, em 17/10/2009, reassumiu o posto em 16/11/2009. Novamente afastado do cargo em 30/11/2009, retornou à Prefeitura escorado em uma liminar concedida pelo ministro do TSE Ricardo Lewandowski, decisão confirmada pelo Plenário dessa Alta Corte em 18/08/2011. Candidatou-se, sem sucesso, à reeleição em 2012, porém, retornaria ao cargo de prefeito, posto que eleito em 2016 para cumprir o quadriênio 2017-2020. Candidatou-se outra vez, em 2020, mas foi derrotado pelo atual prefeito Mário Bouez Abrahim. Cf. SITES do TRE-Am e do STE, SILVA (1997/2), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

11 - Guilherme Fernandes Pereira. Professor, escritor e ex-vereador (1989-1992). Membro e vice-presidente da Academia Itacoatiarense de Letras. Cf. SILVA (1997/2), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

12 - Adilon Pereira da Costa. Natural de Urucurituba. Ativista político e sindicalista. Ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Madeireira de Itacoatiara (1980-1990). Vereador à Câmara Municipal eleito pelo PT (1993-1996). Foi secretário municipal de Esportes e Lazer em 2009, secretário municipal de Governo (2010-2012) e secretário municipal de Educação (2018-2020). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

13 - Ademar Santos da Silva Filho. Nascido no Paraná da Eva. Vulto popular e sindicalista. Agricultor familiar (1975-1998), forjado nas CEB's da Igreja Católica de Itacoatiara onde participou como catequista. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara exerceu as funções de delegado sindical, tesoureiro e presidente. Foi membro da Comissão Pastoral da Terra no Amazonas e da Delegacia Regional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ainda foi diretor da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (1996-2002), secretário da CUT (2003-2008), subdelegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário no Amazonas (2004) e coordenador de Seguro Desemprego da Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social (2008). Cf. SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

14 - Emanuel Altamor Viana de Souza. Natural de Nova Olinda do Norte/AM. Professor. Advogado. Foi agente de pastoral e assessor da Prelazia. Cofundador do PT, em 1982 e 1986 concorreu sem sucesso a uma cadeira na Assembleia Legislativa. Assessorou a secção amazonense da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dirigiu o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas (SINTEAM). Foi assessor jurídico (2003-2005) e procurador (2006-2007) do Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) Ex-secretário municipal de Educação de Itacoatiara (2009) e ex-chefe de gabinete do prefeito Antonio Peixoto (2010-2012). Fundador e sócio efetivo da Academia Itacoatiarense de Letras. Cf. SILVA (1999), SILVA (2018) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara, livro em preparo.

15 - Sebastião de Souza Nunes. Natural de Itacoatiara. Intérprete da MPB. Advogado. Deputado à Assembleia Legislativa do Amazonas (1991-1995). Ex-dirigente estadual do PT (1995-2000). Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa (2002-2004 e 2006-2007). Ex-coordenador regional da Fundação Nacional de Saúde (2004-2005) e ex-diretor-presidente do Instituto de Terras do Estado do Amazonas (2007-2010). Concorreu sem sucesso às eleições de 2010 para deputado estadual.

16 – Sublegenda: instituto da legislação eleitoral, que teve aplicação no País durante o regime militar. Introduzido pelo Ato Complementar nº 26, de 29/11/1966 e regulamentado pela Lei nº 5.453, de 14/06/1968 (depois substituída pelo Decreto-lei nº 1.541, de 1977), só seria revogado pela Lei nº 7.551, de 1986. Cf. SITE da Câmara dos Deputados, ARQUIVO da 3ª Zona Eleitoral da Comarca de Itacoatiara (novembro de 1982) e SILVA (1998).

17 – Cf. SILVA (1998), páginas 375/377.

18 - Alberto Yannuzzi Neto. Nasceu em Itacoatiara. Médico. Licenciado em Administração Hospitalar. Fundador e coproprietário da Clínica Médica Itacoatiara, integrou o quadro de profissionais da Secretaria de Saúde do Amazonas (SUSAM), por onde se aposentou. Ex-diretor do Hospital José Mendes (2003-2007). Ex-vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara (1993-1996). Cf. SILVA (1997/2), SILVA (2010) e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara: livro em preparo.

19 – José Alencar Gomes da Silva. Nasceu em Itamuri/MG. Empresário. Diretor da Associação Comercial de Minas Gerais (1973). Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (1989-1995). Vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. Senador pelo Estado do Minas Gerais (1999-2002). Vice-presidente da República (2003-2010). Ministro da Defesa (2004-2006). Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do Ministério da Defesa / <https://www.defesa.gov.br>.

20 - Professor de comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e doutor em Ciências Sociais. Cf. GOMES (2006).

21 – A respeito, cf. A Imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras (1989/2002), trabalho do autor acima citado UFBA (2006).

22 – PROUNI: Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação: oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%) a estudantes pobres, em instituições particulares de educação superior.

23 – Carlos Eduardo de Sousa Braga. Nasceu em Belém/PA. Engenheiro e empresário. Inicou sua carreira política como vereador de Manaus (1983-1987). Deputado estadual pelo Amazonas (1987-1991). Deputado federal (1991-1993). Vice-prefeito de Manaus (1993), prefeito (1994-1997), governador do Amazonas (2003-2007 e 2007-2010), senador eleito para o período 2011-2018, licenciou-se para exercer o cargo de ministro das Minas e Energia (2015-2016). Cf. FGV/CPDOC, SITES da Prefeitura de Manaus, da Assembleia Legislativa do Amazonas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

24 - Alfredo Nascimento. Natural de Martins/RN. Graduado em Letras e Matemática. Radicou-se no Amazonas no final da década de 1980, onde exerceu vários cargos da Administração estadual. Foi superintendente da SUFRAMA (1991-1992), vice-governador do Estado (1995-1996) e prefeito de Manaus (1997-2000 e 2001-2004). Foi ministro dos Transportes (2007-2015) e deputado federal (2015-2019). Cf. FGV/CPDOC e SITES da Prefeitura de Manaus, do Governo do Amazonas e da Câmara dos Deputados.

25 - Em Medellín Lula abriu a 14ª Reunião de Cúpula da Comunidade Andina das Nações, ao lado dos presidentes da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Paralelamente a essa reunião, o ministro da Defesa do Brasil, José Viegas Filho, encerrava em Tabatinga/AM a chamada Operação Timbó: exercício militar na fronteira do Brasil com a Colômbia e o Peru, envolvendo 4.100 homens das três armas, com o objetivo de inibir a ação de traficantes na região. Na oportunidade, Viegas Filho anunciou o aumento do poder de fogo das Forças Armadas, na região, em cooperação com a Polícia Federal. Só o Exército brasileiro elevava de 22 mil para 25 mil, o número do seu contingente militar na Amazônia.

26 - Aeronave Boeing 707-320c FAB KC 137.

27 - BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Instituição internacional sediada em Washington (USA), criada em 1959 para prestar ajuda financeira aos países da América Latina e Caribe. Na antevéspera, Enrico Iglesias esteve em Manaus e ficou impressionado com a poluição dos igarapés: um dos graves efeitos da explosão urbana da capital amazonense.

28 - Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho. Nasceu em Pão de Açúcar/AL. Enfermeira e Professora. Participou da fundação do PT em Alagoas. Vice-Prefeita de Maceió (1993-1995). Deputada estadual por Alagoas (1995-1999). Senadora (1999-2007). Expulsa do PT com outros parlamentares, em setembro de 2003, por divergir do programa de reformas do presidente Lula, ajudou a fundar o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL). Candidata não eleita a presidente da República (2006). Em outubro de 2008 concorreu às eleições municipais sendo eleita vereadora à Câmara Municipal de Maceió. Cf. FGV/CPDOC e Portal do Senado Federal: www.senado.gov.br.

29 - Luciana Krebs Genro. Natural de Santa Maria/RS. Professora. Deputada estadual pelo PT do Rio Grande do Sul (1995-1999 e 1999-2003). Deputada federal (2003-2007), foi expulsa do partido em razão de divergências programáticas, e ajudou a fundar o PSOL. Reeleita para o quadriênio 2007-2009. Candidatou-se em 2008, sem sucesso, à Prefeitura de Porto Alegre e, em 2014, à Presidência da República. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

30 - Valdemiro Abdalla Teixeira. Nasceu no Rio de Janeiro. Advogado. Jornalista. Começou sua carreira política no MDB. Deputado federal pelo Rio de Janeiro (1971-1975, 1975-1979, 1979-1983, 1983-1984, 1987-1991, 2003, 2005-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019). Secretário de Administração do Governo José Sarney (1985-1986). Ministro das Comunicações do Governo Lula (2003-2004). Em 1985, a pedido de Tancredo Neves, deixou o MDB e ingressou no Partido Popular (PP), posteriormente

fundido ao PMDB. Candidato derrotado a prefeito do Rio de Janeiro, pelo PDT, em 1996. Votou a favor do impeachment da presidente Dilma Roussef. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

31 – Roberto Jefferson Monteiro Francisco. Nasceu em Petrópolis/RJ. Advogado. Em 1971 ingressou no MDB, em 1979 no PP, em 1980 no PTB, em 1985 no PFL, retornando em 1986 ao PTB. Foi vereador em Petrópolis e Secretário de Fazenda do ex-Estado da Guanabara. Deputado federal pelo Rio de Janeiro (1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2005). Integrou em 1992 a chamada “tropa de choque” do presidente Collor, grupo responsável pela linha de defesa do presidente quando do processo de impeachment deste. Apoiou o primeiro governo Lula, onde, em maio de 2005, teria início uma série de escândalos de corrupção envolvendo governo, parlamentares, funcionários públicos e empresários, e que faria de Roberto Jefferson personagem de destaque ao longo de seguidos meses, como acusado e acusador – e que, resvalando para o chamado “escândalo do mensalão”, resultaria na abertura de uma CPI na Câmara e finalmente na cassação de vários deputados, entre os quais o próprio Roberto Jefferson e o líder do PT José Dirceu. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

32 – José Dirceu de Oliveira e Silva. Nasceu em Passa Quatro/MG. Advogado. Ainda estudante, foi preso pelo regime militar de 1964, e em setembro de 1969 deixou o País, em troca do embaixador norte-americano Charles Elbrick, sequestrado no Rio de Janeiro, exilando-se em Cuba onde permaneceu até 1975, quando voltou clandestinamente ao Brasil. Com a decretação da Anistia, em 1979, decidiu retornar à atividade pública filiando-se ao PT. Deputado estadual por São Paulo (1987-1991). Deputado federal (1991-1995, 1999-2002 e 2003-2005). Em 1994 candidatou-se, sem sucesso, ao governo do Estado de São Paulo. Licenciou-se da Câmara para assumir o cargo de ministro chefe da Casa Civil do governo Lula (2003-2005). A primeira grave crise política do governo, em 2004, envolveu José Dirceu e, com o recrudescimento no ano seguinte das denúncias de corrupção, teve que deixar a Casa Civil. Reassumiu a Câmara Federal em 22/06/2005, porém, em razão da gravidade do problema e, por imposição de uma CPI aberta para apurar tais denúncias, que comprovaram ter sido ele o mentor do “escândalo do mensalão”, Dirceu foi cassado por quebra de decoro parlamentar. Em 2016 foi processado e condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, a 23 anos e três meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro, pena que foi reduzida pelo STF e, ao final, cumprida em regime domiciliar. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

33 – Luís Gushiken (1950-2013). Nasceu em Osvaldo Cruz/SP. Graduado em Administração. Cofundador do PT (1980) e da CUT (1983). Foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1985-1987) e presidente nacional do PT (1989-1991). Deputado federal (1987-1991, 1991-1995 e 1995-1999). Foi secretário de Comunicação da Presidência da República (2013-2015). Processado e condenado, em agosto de 2003, pelo STF, por peculato e pela prática do chamado “mensalão” – foi, em ambos os casos, absolvido à falta de provas. Faleceu em São Paulo. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

34 – José Genuíno Neto. Nasceu em Quixeramobim/CE. Em 1967 ingressou no PCdoB. Preso em 1968, no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna/SP, junto com todos os demais participantes da reunião. Com a decretação do AI-5, em 1968, passou a viver na clandestinidade. Em julho do ano seguinte, deslocou-se para a região do Araguaia/PA, como integrante do destacamento de guerrilha do partido, onde foi preso por uma patrulha do Exército. Torturado e condenado a 5 anos de prisão, cumpriu integralmente a pena em unidades carcerárias de São Paulo, Brasília e Ceará. Anistiado em 1979, rompeu com o PCdoB filiando-se em seguida ao PT. Foi deputado estadual no Ceará por dois mandatos e deputado federal, por São Paulo, durante 20 anos (1983-1987, 1987-1991, 1991-1995, 1995-1999 e 1999-2003). Após candidatar-se, sem sucesso, à Prefeitura de São Paulo em 2002, voltou à Câmara dos Deputados (2007-2011). Em 3/03/2006 foi denunciado pela Procuradoria Geral da República, como um dos líderes do “mensalão”, e aberta ação de formação de quadrilha no STF. Derrotado na eleição de 2012, para deputado federal, como suplente assumiu em 3/03/2013, na vaga aberta com a saída do deputado Carlinhos de Almeida (PT-SP). Condenado no “mensalão”, e preso em 15/11/2013, face ao seu precário estado de saúde, foi autorizado a cumprir a pena em domicílio. Ainda voltaria à prisão na Penitenciária de Brasília, porpemp, beneficiado pelo decreto de indulto natalino assinado pela presidente Dilma Rousseff, em 24/12/2014, Genuíno teve sua pena extinta pelo STF em 4/03/2015. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

35 – Cf. FGV/CPDOC, BETTO (1989), PARANÁ (2008) e PORTAL <https://www2.planalto.gov.br>.

36 – Henrique Meireles. Natural de Anápolis/GO. Engenheiro, Mestre em Administração e Empresário. No Rio de Janeiro trabalhou, durante cerca de 30 anos, na sucursal do Banco de Boston, como diretor-superintendente, vindo a ser o seu vice-presidente (1981-1984) e presidente (1985-1996). Também presidiu a Federação Brasileira de Bancos (1989-1996), a Federação Brasileira de Bancos Internacionais (1989-1996) e a Câmara Americana de Comércio (1995-1997). O sucesso de sua administração levou-o ao cargo de presidente mundial do Banco de Boston, nos Estados Unidos. De regresso ao Brasil, em 2001, resolveu ingressar na política candidatando-se a deputado federal, pelo PSDB, para o período 2003-2007, representando o seu estado natal. Entretanto, teve que renunciar ao mandato para, em atendimento a convite do presidente Lula, assumir no mesmo período a presidência do Banco Central do Brasil (BCB). Reeleito presidente da República, Lula convidou novamente Meireles – que aceitou – a continuar à frente do BCB (período 2007-2011). Com o impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a subida do presidente Michel Temer, Henrique Meireles foi nomeado ministro da Fazenda (2016-2018) e em seguida secretário da Fazenda e Planejamento do governo do Estado de São Paulo (2019 até a atualidade). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS do Banco Central (<http://www.bcb.gov.br>) e do Ministério da Fazenda (<http://www.fazenda.gov.br>).

37 – Guido Mantega. Nasceu em Gênova, Itália. Veio para o Brasil, ainda criança, com seus pais. Economista. Cientista Social. Filiado ao PT desde a sua fundação em 1980. Foi chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de São Paulo (1989-1992). Exerceu, nos primeiro e segundo mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, os seguintes cargos: ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003-2004); presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2004-2006) e ministro da Fazenda (2006-2014). Em 2016, Mantega tornou-se alvo da Operação Lava Jato, que consistiu numa vasta investigação liderada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), sobre casos de corrupção, desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a PETROBRÁS, empreiteiras e nomes ligados à política nacional. Em setembro Guido foi detido pela PF, esteve sob vigilância policial por algumas horas, tendo sido libertado pelo juiz federal Sérgio Moro. Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS do BNDES (www.bndes.gov.br) e do Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br).

38 – Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do PLANALTO: www2.planalto.gov.br, citados.

39 – Luiz Edson Fachin. Natural de Rondonópolis, interior do Rio Grande do Sul. Mestre e doutor em Direito pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Foi advogado, procurador do Estado do Paraná, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e, desde 16/06/2015, é ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

40 - Gabriela Hardt. Paranaense de nascimento. Juíza federal. Em 2014 passou a ocupar o cargo de juíza substituta da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba/PR (TRF-4). Sucessora de Sérgio Moro nas ações penais da Operação Lava Jato. Cf. PORTAL <https://www2.trf4.jus.br>.

41 – Rosa Maria Pires Weber. Nasceu em Porto Alegre/RS. Mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), da qual foi professora. Ex-ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Desde 19/12/2011 é ministra do STF. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

42 - Carmen Lúcia Antunes Rocha. Nasceu em Montes Claros/MG. Mestre e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), da qual foi professora. Ex-procuradora geral do Estado do Minas Gerais. Desde 21/06/2006 integra a Corte, da qual foi presidente entre 2016-2018. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

43 – José Antonio Dias Tofolli. Nasceu em Marília/SP. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), foi Advogado-geral da União durante o governo Lula (2007-2009), e dali elevado a membro do Supremo Tribunal Federal do qual foi presidente de 2018 a 2020. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

44 – Gilmar Ferreira Mendes. Nasceu em Diamantino/MT. Graduado em Direito pela Universidade de Brasília, onde fez seu mestrado, e doutorou-se pela Universidade de Münster, na Alemanha. Foi subchefe para assuntos civis da Casa Civil da Presidência

da República (2003-2005). É membro do STF desde 20/06/2002, nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em cujo governo exercera o cargo de Advogado-geral da União desde janeiro de 2000. Foi presidente da Corte entre 2008 e 2010. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

45 – Ricardo Lewandowski. Natural do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciência Política pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP. Professor da USP e ministro do STF desde 16/03/2006. Presidiu a Corte entre 2014 e 2016. Exerceu também a presidência do Senado Federal para fins do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2016). Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

46 – Luís Roberto Barroso. Nasceu em Vassouras/RJ. Formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da qual é professor. Mestre pela Universidade Yale (USA) e Doutor e livre docente pela UERJ. Ex-procurador jurídico do Estado do Rio. Ministro do STF desde 2013. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do stf.jus.br.

47 – Alexandre de Moraes. Natural de São Paulo. Professor e doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Membro do Ministério Público paulista (1991 a 2002), ex-secretário municipal de Transportes e de Serviços de São Paulo, ex-secretário estadual de Justiça e Defesa da Cidadania, e de Segurança Pública. Ministro da Justiça e Segurança Pública (2016-2017). Ministro do STF desde 22/03/2017.

48 - Kássio Nunes Marques. Natural de Teresina/PI. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFP), mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Lisboa (Portugal) e Doutor em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha). Foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí e desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ministro do STF desde 5/11/2020.

49 - Marco Aurélio Mendes de Farias Mello. Nasceu no Rio de Janeiro. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Universidade Nacional de Brasília (UNB). Tem extensa listagem de obras produzidas. Ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho. Ministro aposentado do STF, onde pontificou de 1990 a 2021.

50 – Luiz Fux. Nasceu no Rio de Janeiro. Graduado e doutorado em Direito pela UERJ, da qual também é professor. Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Brasileira de Filosofia. Ex-promotor de Justiça do Rio de Janeiro (1979 a 1982) e ex-juiz de Direito do Tribunal de Justiça do mesmo Estado, entre 1983 e 1997, quando foi promovido a desembargador. Ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (2001-2011). Atual presidente da Corte, onde deu ingresso em março de 2011.



Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Itacoatiara (24/01/1994). Lula (de chapéu na mão esquerda) aparece descendo a prancha do navio/motor que o trouxe à cidade, integrando a Caravana da Cidadania. Foto: acervo Paulo - Giandalia/Folhapress/www.memorialdademocracia.com.br



No final da manhã de 24/01/1994, Lula discursa para correligionários e simpatizantes sobre um palanque armado na Praça N. S. de Nazaré. À direita do líder petista, o professor e líder comunitário local Emanuel Altamor, e à sua esquerda, o economista e caravaneiro Eduardo Suplicy. Foto: Adilon Pereira da Costa.



Fotografia de Luiz Inácio Lula da Silva, no interior da sede da AABB em Itacoatiara (24/01/1994), tendo à sua esquerda o líder dos trabalhadores madeireiros, e mais tarde vereador do PT, Adilon Pereira, e à direita o professor Miguel Augusto Ferreira. Foto: Adilon Pereira da Costa.



PRESIDENCIÁVEL

JOSÉ SERRA

José Serra. Nasceu em São Paulo, capital, em 19 de março de 1942. Engenheiro civil graduado pela Universidade de São Paulo (USP). Em 1963, com o apoio da organização de esquerda, Ação Popular (AP), elegeu-se presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1964, para não ser preso pelo regime militar, deixou o País exilando-se inicialmente na França e no ano seguinte transferiu-se para o Chile onde trabalhou como professor da Universidade Nacional e pesquisador da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU). Em setembro de 1973, radicou-se nos Estados Unidos, onde, na Universidade de Cornell, recebeu os títulos de mestre e doutor em Economia. Regressando ao Brasil, em 1978, tornou-se professor de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP) e candidatou-se a deputado federal pelo MDB (1987-1991). Em junho de 1988, juntamente com nomes como Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas (1), Serra foi um dos fundadores do PSDB (2). Reeleito deputado federal (1991-1995) e, depois, eleito senador para o período 1995-2003, licenciou-se do mandato para ocupar os cargos de ministro do Planejamento (1995-1996) e da Saúde (1998-2002), no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi presidente nacional do PSDB (2003-2005). Depois de ser derrotado, em segundo turno, por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na eleição presidencial de 2002, foi eleito prefeito de São Paulo (2005-2006) e em seguida governador do Estado (2007-2010). Concorreu novamente ao Palácio do Planalto, em 2010, perdendo a vaga para Dilma Rousseff (PT), também em segundo turno. Outra vez senador eleito em 2014 para o período 2015-2023, licenciou-se em 13 de maio de 2016 para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores no governo interino de Michel Temer (3).

SITUANDO OS FATOS DENTRO do tempo e do espaço em que aconteceram... Com a queda de Fernando Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a Presidência da República em 29 de dezembro de 1992, e tinha diante de si um quadro social desanimador: inflação altíssima, planos econômicos frustrados, população decepcionada e assustada com a expansão da miséria e da recessão. Porém, o novo mandatário, além de formar um ministério com os melhores quadros do País, agiu com pragmatismo e transparência. No seu governo foi elaborado o mais bem-sucedido plano de controle inflacionário da Nova República (4): o Plano Real, montado pela equipe do seu ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, e lançado em meados de 1994.

O Plano Real retirou o Cruzeiro de circulação e, em seu lugar, entrou o Real (5), novo padrão monetário do Brasil. Ao contrário dos planos anteriores, o Real foi precedido de etapas preparatórias que deram possibilidade de acomodação do mercado e reequilíbrio das contas do governo. Intuindo no sucesso do plano, que baixou a inflação para 6% em julho, continuando a cair nos meses seguintes, o PSDB, partido do ministro Fernando Henrique, resolveu lançá-lo como candidato às eleições de 3 de outubro de 1994, tendo como vice-presidente o senador pernambucano Marco Maciel (6), do Partido da Frente Liberal (PFL). Fernando Henrique venceu no primeiro turno o sindicalista Luís Inácio Lula da Silva (PT), com 34.314.961 de votos contra 17.122.127 do oponente.

O presidente Fernando Henrique tomou posse em 1º de janeiro de 1995. Tão logo assumiu, reformou o Ministério do Planejamento e Orçamento e nomeou o senador José Serra para comandá-lo. Serra licenciou-se do Senado, para tomar posse como ministro e ali desenvolveu e implantou o programa Brasil em Ação: um pacote de ações e obras do governo federal em parceria com estados, municípios e empresas privadas. Composto por um conjunto de 42 empreendimentos (posteriormente ampliado para 58 itens) voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do País e estrategicamente escolhidos pela capacidade de induzir novos investimentos e reduzir desigualdades regionais e sociais.

Cada ação do Programa era gerenciada por um grupo gestor diretamente ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Presidência da República, com cada passo inserido em um banco de dados on-line para o acompanhamento dos repasses orçamentários e evolução da obra em ação. Segundo a avaliação de vários críticos, o Programa Brasil em Ação foi um embrião (ou precursor) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) criado e tocado no segundo governo Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011) e no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2015).

Em 1996 José Serra deixou o comando do Ministério do Planejamento para ser candidato a prefeito de São Paulo, e nessa eleição ficou em terceiro lugar e nem mesmo participou do segundo turno em que o candidato do Partido Progressista Brasileiro (PPB), Celso Pitta (7), derrotou a candidata do PT Luísa Erundina (8).

Em dezembro José Serra foi convidado para assumir o Ministério da Saúde e, segundo divulgou então a imprensa, sua primeira reação ao convite foi de hesitação dada a dificuldade de administrar um setor carente de recursos financeiros, além de emperrado pelo clentelismo. Convite aceito, desde logo ele definiu como prioridades estratégicas do Ministério a atenção à saúde básica e ao Programa Saúde da Família.

A política de incentivo à produção de genéricos lançada por Jamil Haddad (9), seu antecessor no cargo, foi intensificada com o objetivo de reduzir o preço dos medicamentos. Também nessa direção, foi eliminada a carga tributária federal sobre remédios de uso continuado, enquanto era regulamentada a lei de patentes e era encaminhada à Organização Mundial do Comércio (OMC) proposta de resolução que, aprovada contra os interesses de países que sediavam grandes laboratórios, estabeleceu o licenciamento compulsório de produtos farmacêuticos de interesse público. Essa decisão foi de fundamental importância para o desenvolvimento do programa brasileiro de combate à AIDS, que se tornaria referência internacional na área.

No campo da saúde associada ao sexo, causou reação em setores conservadores a norma baixada por José Serra sobre prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. O documento pretendia qualificar o atendimento no Serviço Único de Saúde (SUS) e reduzir os casos de mortalidade materna entre as mulheres em processo de abordamento espontâneo ou provocado.

Em sua gestão, o Ministério da Saúde investiu também no combate ao tabagismo, mediante a criação de legislação restringindo a propaganda de cigarros e o uso de produtos derivados de tabaco, tanto nos meios de comunicação de massa e eletrônicos, como em eventos esportivos e culturais. Foram proibidos a venda e o consumo de tabaco em estabelecimentos de ensino e saúde, aviões e demais meios de transporte coletivo e majorado o valor das multas no caso de descumprimento das respectivas normas legais.

Em 21 de fevereiro de 2002, uma semana após o final do recesso parlamentar, José Serra desligou-se do Ministério da Saúde, reassumiu sua cadeira no Senado e, após superar resistências internas e externas, lançou-se candidato do PSDB a presidente da República. Tendo na habitação e no saneamento dois dos principais eixos de seu programa de governo, durante a campanha nunca liderou as intenções de voto, sempre voltadas preferencialmente para Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Suas perspectivas melhoraram a partir de agosto, com o início do horário eleitoral na televisão. Entretanto, realizado o pleito em outubro, passou ao segundo turno com Lula que, recebendo o apoio dos outros dois candidatos – Ciro Gomes (do PPS) e Antony Garotinho (do PSB) – o venceu com expressiva maioria (61,27% dos votos).

Dois anos depois, Serra disputou novamente a Prefeitura de São Paulo tendo como principal adversária a então prefeita Marta Suplicy (10), do PT. Às vésperas do pleito, pesquisas de opinião e intenção de boca-de-urna o colocavam como favorito. A vitória, no entanto, veio apenas no segundo turno quando obteve 55% dos votos, derrotando a candidata petista. Foi empossado no dia 1º de janeiro de 2005.

Estimulado por pesquisas de opinião que o apontavam como franco favorito nas eleições estaduais paulistas, José Serra candidatou-se à sucessão do governador Geraldo Alckmin, tendo como principal adversário o petista Aluísio Mercadante (11). Realizado o pleito em 1º de outubro de 2006, Serra foi eleito em primeiro turno com 57,93% dos votos, contra 31,68% do oponente. Empossado em 1º de janeiro do ano seguinte, deixou o governo em abril de 2010 para concorrer à Presidência da República e, pela segunda vez, resultaria frustrado o seu sonho de galgar o posto máximo da nação: foi derrotado em segundo turno pela candidata do PT Dilma Rousseff (12), que venceu com 56,05% do total de votos apurados.

Serra sofreria outra derrota, desta feita na eleição de 2012 para a Prefeitura de São Paulo. Entretanto, aceitou concorrer ao Senado, em outubro de 2014. Realizado o pleito, José Serra foi eleito senador com mais de onze milhões de votos (58,49%), derrotando Eduardo Suplicy (13), do PT e seu principal oponente, que teve mais de seis milhões de votos (32,53%). No segundo turno desse pleito, a presidente Dilma Rousseff foi reeleita derrotando o candidato tucano Aécio Neves (14). A reeleição da presidente Dilma não foi assimilada pela oposição, liderada pelo PSDB. A partir de então, essa oposição iniciou uma campanha para viabilizar o impeachment da presidente da República, e José Serra tornou-se um defensor dessa ideia.

Em setembro de 2015, o jurista Hélio Bicudo (15), ex-integrante do PT, e a advogada Janaína Paschoal (16) protocolaram na Câmara dos Deputados um pedido de afastamento de Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. O pedido foi aceito em dezembro pelo presidente da Câmara. Em 17 de abril seguinte, com 367 votos favoráveis, 137 contrários, sete abstenções e duas ausências, a Câmara aprovou o prosseguimento do processo de impeachment no Senado, para onde foi encaminhado em seguida. Com esse resultado, a presidente Dilma deixou o cargo no dia 12 de maio de 2016, em caráter provisório, após o Senado aprovar a admissibilidade do processo por 55 votos a favor e 22 votos contra. A presidente ficaria afastada até o julgamento do mérito pelo Senado em

até 180 dias. No mesmo dia 12 de maio ela foi substituída, em caráter interino, pelo vice-presidente Michel Temer.

Ao formar o seu governo provisório, o presidente interino nomeou José Serra para o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Na sessão do dia 31 de agosto de 2016, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski (17), do STF, o plenário do Senado aprovou, por 61 votos favoráveis e 20 contrários o impedimento da presidente Dilma. Com esse resultado, Michel Temer foi efetivado na Presidência da República e José Serra no MRE. Permaneceu nessa função até 22 de fevereiro de 2017, quando se demitiu alegando problemas de saúde.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem saído às ruas para protestar contra a má política; parece rejeitar os partidos e não aceita ser representada por eles. Vários líderes políticos, de vários partidos, têm se revelado idênticos em cometer malfeitos; demonstram-se divorciados da ética; igualham-se por baixo. No dia 2 de agosto de 2013 o jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria em que denunciava a existência de um cartel para realização de obras no metrô de São Paulo em governos do PSDB. Ouvindo a respeito, José Serra preferiu silenciar.

Visita a Itacoatiara. Ano de 1996: para desincumbir-se da missão de implantar o Programa Brasil em Ação, do Governo Federal, o senador e então ministro do Planejamento José Serra viajou por todo o País, incluindo o Estado do Amazonas, posto que na tarde de 10 de maio desembarcou no Aeroporto Arico Barros, em Itacoatiara. Acompanhado do governador Amazonino Mendes (18) e de vários políticos e empresários de expressão regional e nacional, o presidenciável veio conhecer o porto graneleiro em construção na região do Guajará, a oeste desta cidade. Segundo o noticiário da época, em pouco tempo o complexo seria referência nacional ao lado dos portos de Paranaguá, no Paraná, e Santos, em São Paulo. Horas antes, em Manaus, José Serra dera posse ao novo superintendente da Zona Franca

de Manaus, economista Mauro Ricardo Costa, e ao grupo especial de trabalho nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) incumbido de apresentar um programa de desenvolvimento para o Amazonas e propor diretrizes para a reestruturação da SUFRAMA.

A proposta visava direcionar grande soma de recursos oficiais ao interior do para equilibrar o desenvolvimento e atrair investimentos privados – um problema antigo que tem sido tratado de forma lenta e discreta, embora se mantenha acesa a esperança de algum dia ele ser equacionado como política efetiva de governo. Sem dúvida, um dos caminhos tendentes à interiorização do desenvolvimento é a implantação de agroindústrias, e a vocação natural da região a bioeconomia.

Os críticos do modelo Zona Franca dizem-no perverso, deletério, contrário às aspirações de crescimento do interior, um modelo que favorece exclusivamente à capital. Os municípios periféricos - Itacoatiara em particular - não podem mais depender da distribuição de migalhas, do que sobra de Manaus, “a capital de si mesma”, no dizer do saudoso amazonólogo Samuel Benchimol. Por outro lado, o superintendente Mauro Costa tem reafirmado a disposição de atuar em parceria com o governo estadual e os municipais a fim de encontrar alternativas econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável. Na linha de frente estarão os projetos de pesquisa, ensino e extensão, promoção das exportações e ações de infraestrutura para a implantação de atividades econômicas permanentes com geração de emprego e renda (19).

A SUFRAMA, antes do governo FHC, constituía-se numa espécie de ‘feudo’ dos chefes políticos do Amazonas. Havia anos que a instituição praticamente se ‘desfederalizara’, tantas as incursões de chefias pouco ou quase nada comprometidas com os nobres objetivos que nortearam sua criação. Comumente, seus dirigentes eram indicados pelos mandões do Estado mancomunados com alguns figurões da República. Tais escolhas, além de não atenderem às demandas dessa autarquia federal, ensejavam os desvios administrativos e a repetição dos escândalos políticos. À época,

a sede do órgão foi devorada por um misterioso incêndio, e o resultado do inquérito aberto para revelar as causas jamais foi revelado.

O alto escalão do governo federal chegou a pensar em nomear um militar para administrador da SUFRAMA, mas, finalmente optou pelo técnico paulista Mauro Ricardo Costa (20), que era estreitamente ligado ao ministro José Serra. É o próprio presidente Fernando Henrique quem esclarece o assunto:

“Ontem [24/04/1996] passei a manhã no Palácio da Alvorada. O [ministro] Serra [estava] preocupado com a crise no Amazonas: Amazonino não aceitou a indicação do general [Romildo] Canhim [para a Suframa], porque não passou por ele, então foi [nomeado] um técnico, muito bem” (21).

Amazonino Mendes, havia pouco (31/01/1995) assumira o seu segundo mandato (1995-1999) substituindo ao ex-governador Gilberto Mestrinho. Mendes vivia às turras com o deputado federal e líder do PSDB amazonense, Arthur Virgílio Neto (22), e levou queixas dele ao presidente da República:

“[Dia 2/04/1996]. De tarde, rotina. Encontrei Amazonino Mendes, que veio reclamar, sem dizer que era reclamação, de o Arthur Virgílio ser designado presidente do PSDB. Segundo ele, Arthur Virgílio tem problemas de mal uso de verbas públicas em Manaus [da qual foi prefeito em 1989-1993]. Isso vai aparecer e vai dar confusão. Também veio se queixar da Suframa, que o [ministro José] Serra não dá nada, não dá bola nem para a Suframa nem para a Amazônia” (23).

Fernando Henrique Cardoso chegou a se perguntar:

“No fundo o que [Amazonino] quer?” E o próprio presidente responde: “[Ele quer] controlar a Suframa e a estabilização do porto de Manaus, para ser privatizado. Isso entra em choque diretamente com o Arthur Virgílio” (24).

Eram cerca de 15:00 horas de sexta-feira, 10 de maio de 1996, quando o jato da FAB (25) trazendo a comitiva ministerial, pousou no Aeroporto de Itacoatiara. Acompanhavam o ministro José Serra, além do governador do Amazonas, membros da bancada federal de Mato Grosso, o prefeito de Manaus Arthur Virgílio Neto, o senador Jefferson Peres (26), o deputado federal Átila Lins (27), o superintendente da SUFRAMA e outras personalidades. Foram recebê-lo, além do prefeito de Itacoatiara Mamoud Amed Filho e do vice-prefeito Miron Fogaça, outras autoridades municipais, políticos, empresários, curiosos e os diretores da empresa Hermasa Navegação da Amazônia, S. A., liderados pelo engenheiro agrônomo Blairo Maggi (28).

Fundada em março de 1993 e sediada em Cuiabá/MT, a Hermasa Navegação nascera como uma sociedade de economia mista em que parte da empresa (51%) era composta pelo Estado do Amazonas e outra por sócios privados. A filial de Itacoatiara fora instalada em uma ampla área à margem do rio Amazonas, próximo ao Aeroporto da cidade, onde construiu um porto moderno e de grandes dimensões, destinado a receber grãos do oeste brasileiro, através do rio Madeira, para exportá-los para a Europa e os Estados Unidos. Efetivamente, um porto privado que se serviria da Hidrovia do Madeira, parte integrante do Setor de Transportes do Programa Brasil em Ação, que o ministro José Serra estava implementando mediante um convênio de cooperação entre o governo federal e os estaduais do Amazonas e Mato Grosso. Ainda naquele exercício de 1996, havia previsão de serem investidos no programa 24 milhões de reais do Orçamento Geral da União.

Após adquirir a parte acionária do governo do Amazonas, integrando assim o seu capital, a empresa passou à denominação de Hermasa Navegação da Amazônia Ltda. e, em consequência disso, dali por diante o Grupo Maggi tornar-se-ia um poderoso pool empresarial respondendo pelo plantio, processamento e comércio de grãos, produção de sementes, pecuária, reflorestamento, venda de fertilizantes, geração e distribuição de energia elétrica, administração portuária, transporte fluvial, etc.

A Hidrovia do Madeira, com 1.060 km de extensão navegável, tem início na capital de Rondônia, Porto Velho, e término à altura do porto de Itacoatiara, no rio Amazonas. É uma das mais importantes vias de transporte do País, integrada ao chamado Arco Norte (29), e o porto graneleiro da Hermasa especializado no transbordo de soja, milho, contêneires e açúcar, que entraria em operação meses após a passagem de José Serra por Itacoatiara. O primeiro serviço de drenagem de manutenção da hidrovia, – tendo por objetivo garantir maior segurança na navegação de grandes, médias e pequenas embarcações no canal do rio Madeira, além de permitir o tráfego permanente na hidrovia, facilitando o escoamento de cargas e o transporte de passageiros – no final dos anos 1990, foi cometido à administração da Hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), estatal federal subordinada ao Ministério dos Transportes, e dirigida à época por um dos mais brilhantes filhos de Itacoatiara, o saudoso engenheiro Antônio Nelson Neto (30). Uma tarefa, aliás, que contou com a cooperação da Marinha do Brasil.

A Hidrovia do Madeira é a única ligação entre Manaus e o Centro Oeste do Brasil, pois a Rodovia BR-319, que faz a ligação até Porto Velho, desde muitos anos encontra-se intransitável. Nesse momento, o porto da Hermasa, em Itacoatiara, tem capacidade para atender até 40 barcaças por semana e carregar um navio de 40 mil a 60 mil toneladas em quatro dias. No início do ano 2000 transportava cerca de quatro milhões de toneladas/ano. Sua distância até o Atlântico é de 600 milhas marítimas (1.111 km), e economiza seis dias em relação às rotas para o Sul do País.

Seis meses antes da chegada de José Serra corria a notícia de que “Itacoatiara ganha as telas do mundo”. Com esse título, o jornal O Estado de São Paulo, de 27 de outubro de 1995, revelou que desde agosto do referido ano “quase cem técnicos e produtores de cinema, nacionais e estrangeiros”, estiveram em nossa cidade tratando das filmagens de “Le Jaguar, uma

aventura amazônica”, idealizada pelo cineasta francês Francis Veber (31) e viabilizada pelos produtores MPC e Zohar.

Registrei o acontecimento às páginas 377/379 do meu livro *Cronografia de Itacoatiara*, segundo volume, nestes termos:

“A equipe transformou Itacoatiara numa vila de garimpeiros. No Aeroporto foi montado um favelão onde ‘moravam’ os garimpeiros da imaginária Matupá. A antiga sede da Cooperativa local serviu de estúdio para as cenas internas gravadas na boate Tabaris, ponto de encontro dos personagens do filme. O quase centenário prédio Óscar Ramos (32) foi transformado no Hotel Bom Sucesso, onde foram hospedados os personagens dos atores Patrick Bruel (33) e Jean Reno (34). Parte das filmagens foi feita no Município de Silves. Em Itacoatiara todos os cenários foram projetados em parceria pelo diretor de arte brasileiro Clóvis Bueno (35) e o francês Hughes Tinsandler. Além de três pequenos hotéis da cidade, cerca de quinze casas, depois de reformadas e redecoradas, foram alugadas para dar acomodação à equipe. As refeições servidas diariamente eram preparadas por cozinheiros franceses. Conforme texto do trabalho ‘Jaguar. Roteiro e direção de Francis Veber. Produção de Alain Poire, 1995’, é um filme de ação/aventura que mistura lenda e realidade. Na verdade, trata-se de um grito em defesa do índio e é uma crítica às atividades predatórias na natureza Amazônia. Em dezembro de 1996, encerradas as filmagens, mas antes de ser proclamado prefeito eleito de Itacoatiara, o empresário Miron Osmário Fogaça viajou à Espanha e lá pôde comprovar a expectativa favorável criada em torno do [até então] próximo lançamento de *Le Jaguar* nas salas de cinema europeias” (36).

O filme “*Le Jaguar, uma aventura amazônica*” foi editado em francês, espanhol e português, com duração para 1h40m. Seu lançamento inaugural foi em Paris em 9 de outubro de 1996. Além dos intérpretes acima mencionados, também participaram desse elenco: os atores norte-americanos Harrison Lowe e Dany Trejo; os franceses François Perrot e Roland Blanche (1943-1999); a atriz venezuelana Patrícia Velasquez; a belga Alexandra Vandemoot; e a brasileira Marisa Orth (37).

Nas últimas duas décadas, muitos políticos de expressão nacional foram alvos de operações da Polícia Federal, acusados de crimes de corrupção. Em julho de 2020, o então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, suspendeu o mandado de busca e apreensão que seria cumprido no gabinete do senador José Serra, alvo de investigação sobre suposto caixa 2 na campanha eleitoral de 2014.

A decisão atendia a pedido da Mesa Diretora do Senado, presidida por David Alcolumbre (38), que argumentou que a ordem expedida pela 1ª Zona Eleitoral de São Paulo ‘retirava a eficácia das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo constituindo flagrante violação à hierarquia do Poder Judiciário’, e mobilizou os advogados da Casa para acionar o STF no caso.

O ministro Gilmar Mendes, do STF, em 25 de agosto de 2021, decidiu trancar um processo movido pelo Ministério Público Federal contra o senador paulista e sua filha Verônica Serra, aberto a partir de investigações da hoje extinta Operação Lava Jato, acusando-os de haver recebido pagamentos indevidos da Odebrecht. Gilmar Mendes ainda determinou a anulação das provas obtidas via operações de busca e apreensão e das quebras dos sigilos bancário e fiscal de José Serra.

Então, o senador paulista licenciou-se para realizar tratamento médico. Após avaliações neurológicas, Serra foi diagnosticado com Parkinson em estágio inicial, mas optou pelo afastamento e em seu lugar assumiu o seu suplente José Aníbal (39).

NOTAS

1 – Mário Covas Júnior: nasceu em Santos/SP. Engenheiro civil. Secretário de Obras da Prefeitura de Santos (1961-1962). Deputado federal (1963-1969 e 1983). Prefeito Municipal de São Paulo (1983-1985). Senador (1987-1994). Governador de São Paulo (1995-1998 e 1999-2001). Faleceu em 6/03/2001. Cf. FGV/CPDOC, PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e SITE da Fundação Mário Covas www.fmcovas.org.br.

2 - PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira, fundado em 25/06/1988.

3 - Michel Miguel Elias Temer Lulia: nasceu em Tietê/SP em 23 de setembro de 1940. Jurista. Procurador do Estado de São Paulo a partir de 1970. Secretário de Segurança Pública (1991-1995). Deputado federal pelo PMDB paulista (1987-1991, 1993, 1994-2010). Presidente da Câmara dos Deputados (1997-1999, 1999-2001 e 2009-2011). Vice-presidente da República (2011-2014). Presidente da República (2016-2018). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

4 – Nova República: período da História do Brasil que tem início com o final da Ditadura Militar (1985) até os dias de hoje. Ou seja, este período começa com a saída do general João Batista Figueiredo da Presidência da República e a entrada de um civil no cargo, José Sarney. Esta fase histórica também é conhecida como Sexta República.

5 – Sistema Monetário Nacional: conjunto de moedas em circulação no País. As primeiras moedas metálicas, por exemplo as de ouro, prata e cobre, chegaram no início da colonização portuguesa, e conseqüentemente a unidade monetária de Portugal, o Real, foi usada no Brasil durante todo o período colonial. De lá até aqui, o Brasil adotou 11 sistemas monetários, ou 11 moedas diferentes: 1) Real (ou mil réis): do período colonial até 31/10/1942; 2) Cruzeiro: de 1º/11/1942 a 30/11/1964; 3) Cruzeiro (sem os centavos): de 1º/12/1964 a 12/02/1967; 4) Cruzeiro Novo (volta dos centavos): de 13/02/1967 a 14/05/1970; 5) Cruzeiro: de 15/05/1970 a 14/08/1984; 6) Cruzeiro (eliminados os centavos): de 15/08/1984 a 27/02/1986; 7) Cruzado: de 28/02/1986 a 15/01/1989; 8) Cruzado Novo: de 16//01/1989 a 15/03/1990; 9) Cruzeiro: de 16/03/1990 a 31/07/1993; 10) Cruzeiro Real: de 1º/08/1993 a 30/06/1994; e 11) Real: a partir de 1º/07/1994. Cf. SITE do Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/cmn>.

6 - Marco Antonio de Oliveira Maciel: nasceu em Recife/PE. Escritor e Jurista. Ex-secretário da Fazenda de Pernambuco. Deputado federal (1971-1975 e 1975-1979). Presidente da Câmara dos Deputados (1977-1978). Governador do Estado (1979-1982). Senador (1983-1985, 1987-1994 e 2003-2011). Ministro de Educação e Cultura (1985-1986). Ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República (1986-1987). Vice-presidente da República (1995-2003). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados, do Senado Federal: www.senado.gov.br e da Academia Brasileira de Letras: www.academia.org.br.

7 - Celso Roberto Pitta do Nascimento (1946-2009). Nasceu no Rio de Janeiro e faleceu em São Paulo. Economista. Ex-servidor do Ministério do Planejamento (1969-1971) e diretor administrativo da Casa da Moeda (1982). Secretário municipal de Fazenda de São Paulo (1993-1997) e prefeito (1997-2000). Cf. FGV/CPDOC e SITE da Cidade de São Paulo.

8 – Luísa Erundina de Sousa. Nasceu em Uiraúna/SP. Professora e Assistente Social. Cofundadora do PT. Vereadora do município de São Paulo (1983-1987). Deputada estadual (1987-1989). Prefeita de São Paulo (1989-1992). Ministra-chefe da Secretaria de Administração Federal (SAF) do governo Itamar Franco (1993). Deputada federal (1999-2003, 2003-2007, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019). Cf. FGV/CPDOC e SITES da Prefeitura de São Paulo e da Câmara dos Deputados.

9 - Jamil Haddad (1926-2009): nasceu e faleceu no Rio de Janeiro. Médico. Deputado estadual (1963-1967 e 1967-1971). Ex-servidor do IAPETEC (1950-1962) e do INPS/INAMPS (1969-1980). Prefeito do Rio de Janeiro (1983). Senador pelo Rio de Janeiro (1986-1991). Deputado federal (1991-1992). Ministro da Saúde (1992-1993). Deputado federal (1993-1995). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

10 - Marta Teresa Suplicy. Nasceu em São Paulo. Psicóloga. Professora. Terapeuta. Deputada federal por São Paulo (1995-1999). Prefeita da cidade de São Paulo (2001-2005). Ministra do Turismo (2007-2008). Senadora (2011-2012). Ministra da Cultura (2012-2014). Senadora (2014-2019). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Ministérios do Turismo e da Cultura.

11 – Aluísio Mercadante Oliva. Nasceu em Santos/SP. Doutor em Economia. Professor. Deputado federal pelo Estado de São Paulo (1991-1995 e 1995-2003). Senador da República (2003-2010). Ministro da Ciência e Tecnologia (2011-2012). Ministro da Educação e (2012-2014 e 2015-2016). Ministro da Casa Civil da Presidência da República (2014-2015). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

12 – Dilma Vana Rousseff. Nasceu em Belo Horizonte/MG. Economista. Servidora da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (1975-1977 e 1991-1992). Secretária de Fazenda do Município de Porto Alegre/RS (1986-1988). Diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre (1989-1990). Secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul (1993). Ministra de Minas e Energia do Governo Lula (2003-2005). Ministra Chefe da Casa Civil do Governo Lula (2005-2010). Presidente da República (2011-2015 e 2015-2016). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Presidência da República, do Ministério das Minas e Energia e da Casa Civil da Presidência da República.

13 – Eduardo Matarazzo Suplicy. Nasceu em São Paulo. Economista. Professor. Deputado Estadual/SP (1979-1983). Deputado federal por São Paulo (1983-1987). Vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo (1989-1991). Senador (1991-1999, 1999-2007 e 2007-2015). Secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania (2015-2017). Cf. FGV/CPDO e PORTAL do Senado Federal: www.senado.gov.br.

14 - Aécio Neves da Cunha. Natural de Belo Horizonte/MG. Economista. Diretor de Loterias da Caixa Econômica Federal (1985-1986). Deputado federal (1987-1991, 1991-1995, 1995-1999) e 1999-2002). Presidente da Câmara dos Deputados (2001-2002). Governador do Minas Gerais (2003-2007 e 2007-2010). Senador (2011-2019). Candidato derrotado à Presidência da República em 2010. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do Senado Federal: www.senado.gov.br.

15 – Hélio Pereira Bicudo. Natural de Moji das Cruzes/SP. Jurista. Professor de Direito. Ex-promotor de Justiça (1947-1954). Assessor da Procuradoria-geral de Justiça de São Paulo (1955-1956). Promovido a Procurador de Justiça (1957). Assessor do governador Carvalho Pinto (1959-1963). Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda (1963-1964). Secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo (1989-1990). Deputado federal pelo PT (1991-1995 e 1995-1999). Vice-prefeito de São Paulo (2001-2005). Coautor do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2015). Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

16 – Janaína Conceição Paschoal. Nasceu em São Paulo. Advogada. Professora universitária. Deputada estadual do Estado de São Paulo, eleita pela legenda do Partido Social Liberal (PSL), para o período 2019-2023. Foi assessora da Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo (1995-2000). Professora da Faculdade de Direito da USP. Co-autora (junto com os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior) do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Cf. PORTAL da Universidade de São Paulo: www5.usp.br.

17 – Enrique Ricardo Lewandowski. Nasceu no Rio de Janeiro. Magistrado. Cientista Político. Professor. Foi secretário de Assuntos Jurídicos do Município de São Bernardo do Campo/SP (1979-1988). Juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo (1990-1996). Promovido em 1997 a desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Indicado em 2006 para o STF, na vaga decorrente da aposentadoria compulsória do ministro Carlos Veloso. Cf. PORTAL do STF: www.stf.jus.br.

18 - Amazonino Armando Mendes: nasceu em Eirunepé/Am. Advogado e Empresário. Prefeito de Manaus (1983-1986, 1993-1994 e 2009-2012). Senador da República (1991-1992). Governador do Amazonas (1987-1990, 1995-2003 e 2017-2019). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Prefeitura de Manaus, do Governo do Estado do Amazonas e do Senado Federal.

19 - Cf. SILVA (1997/2) e jornais de Manaus: Amazonas Em Tempo, de 11 e 12/05/1996, e A Crítica, de 11/05/1996.

20 – Mauro Costa “era arrogante, implacável e eficiente [...] Substituiu ao superintendente Manoel Rodrigues, sustentado pelo governador [do Amazonas] Amazonino Mendes [...] Ao assumir o cargo, em abril de 1996 na SUFRAMA, tinha um mandato claro: sua missão era acabar com a ingerência política na Autarquia [...] O corte de influência política foi radical e hoje [2010] é elogiado até por opositores do PSDB”. Cf. jornal “Valor Econômico”, de 15/06/2010.

21 - Cf. Diários da Presidência - 1995-1996, volume primeiro, página 555, autor FHC, Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

22 - Arthur Virgílio Neto. Nasceu em Manaus. Bacharel em Direito e Diplomata. Foi Terceiro-secretário do Itamarati (1976-1978) e Segundo-secretário (1979-1980). Licenciado do Ministério das Relações Exteriores, ingressou na política em 1982. Candidatou-se em 1986 ao governo do Estado, mas não obteve êxito. Prefeito de Manaus (1989-1993). Deputado federal pelo Amazonas (1995-1999 e 1999-2003). Ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República (2001-2002). Foi Senador da República (2003-2010) e novamente prefeito de Manaus (2013-2017 e 2017-2021). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Prefeitura de Manaus, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

23 - Cf. Diários da Presidência – 1995-1996, volume citado, páginas 527/528, autor FHC, Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

24 – Cf. Diários da Presidência – 1997-1998, volume segundo, página 155, autor FHC, Companhia das Letras, São Paulo, 2016.

25 - Avião EMBRAER ERJ 145.

26 – José Jefferson Carpinteiro Peres (1932-2008): nasceu e faleceu em Manaus. Advogado, Cientista Político e Escritor. Foi inspetor geral da Vara de Menores da Comarca de Manaus, Escrevente Juramentado do Cartório do 4º Ofício de Notas da Capital, Secretário da Corregedoria Geral da Justiça do Amazonas e Corregedor do Departamento Estadual de Segurança Pública. Professor titular da UFAM. Diretor administrativo da Companhia Siderúrgica da Amazônia. Vereador de Manaus (1989-1993 e 1993-1995). Senador da República (1995-2003 e 2003-2008). Membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara Municipal de Manaus, da Academia Amazonense de Letras e do Senado Federal: www.senado.gov.br.

27 - Átila Sidnei Lins de Albuquerque. Nasceu em Fonte Boa/AM. Advogado e Economista. Ex-auditor do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Deputado Estadual (1979-1983, 1983-1987 e 1987-1991). Foi presidente da Assembleia Legislativa (1987-1991). Deputado federal pelo Amazonas, durante seis legislaturas (1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015 e 2015-2019). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Assembleia Legislativa do Estado e da Câmara dos Deputados.

28 - Blairo Borges Maggi: nasceu em Torres/RS. Após a doença e morte de seu pai, André Maggi (1927-2001), fundador e presidente da empresa - passou a presidir o grupo empresarial e ficaria conhecido como “o rei da soja”. Foi governador de Mato Grosso (2003-2010), senador pelo mesmo Estado (2011-2016) e ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016-2019). Cf. SITES da Hermosa, do Senado Federal e do Ministério da Agricultura.

29 – Arco Norte: engloba os portos de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, Santarém e Vila do Conde, no Pará, Itaqui, no Maranhão, e Salvador, no Estado da Bahia.

30 – Antonio Nelson de Oliveira Neto (1947-1999). Engenheiro civil, antes de dirigir a AHIMOC, nos anos 1990, chefiou à Administração do Porto de Manaus (APM) por mais de uma década, desde de meados de 1980. Nas eleições municipais de 3/10/1992 concorreu à Prefeitura de Itacoatiara, porém sem sucesso. Vereador à Câmara Municipal (1997-1999), faleceu prematuramente aos 52 anos de idade. Foi casado com a professora Therezinha Ruiz, ex-vereadora de Manaus e deputada à Assembleia Legislativa do Amazonas. Nelson Neto foi um dos teóricos da construção da Hidrovia do Madeira.

31 – Francis Paul Veber. Cineasta, produtor, argumentista, dramaturgo e ator francês. Nasceu em 28/07/1937, de pai judeu e mãe armênia. Tio de Sophie Audoin-Mamikonian, famosa autora da série de livros infantis “Tara Duncan”, 2010.

32 – “Casarão dos Ramos”: prédio histórico que neste ano de 2021 completará 118 anos. Construído em 1903, fica à entrada da cidade, de frente para o rio Amazonas. Sediou o escritório da estrada de ferro Madeira-Mamoré ligando os vales do Madeira, no Brasil, e Mamoré, na Bolívia, fruto do Tratado de Petrópolis firmado entre os dois países, e depois pertenceu ao imigrante português Oscar Ramos. Cf. SILVA (1998), páginas 87/89.

33 – Patrick Bruel, nome artístico de Maurice Benguigui, cantor francês, nascido em 14/05/1959.

34 – Jean Reno, ator francês, nascido em Marrocos aos 30/07/1948.

35 – Clóvis Bueno (1940-2015). Ator, diretor de arte e cineasta brasileiro, natural de Santos/SP.

36 – Cf. SILVA (1998), adensado com o jornal Estado de São Paulo, de 27/10/1995; Veber/Poire, 1995; e o jornal ABC, de Madri, de 2/12/1996.

37 – Marisa Orth. Atriz, cantora, humorista e apresentadora brasileira, nascida em São Paulo, capital aos 21/10/1963.

38 – David Samuel Alcolumbre Tobelem. Comerciante. Nasceu em Macapá/AP. Foi vereador (2001-2003), deputado federal (2003-2007, 2007-2011 e 2011-2015), e atualmente é senador eleito pelo Amapá. Presidiu o Senado federal em 2019-2021. Cf. PORTAL do Senado Federal e SITE <https://politica.estadao.com.br>.

39 – José Aníbal Peres de Pontes. Economista. Natural de Guajará-Mirim/RO. Ex-secretário paulista de Ciência e Tecnologia. Deputado federal pelo Estado de São Paulo (1993-2003 e 2007-2015). Vereador em 2005-2007. Atualmente senador. Cf. PORTAL do Senado Federal e SITE <https://www.gp1.com.br/politica/noticia/2021/8/10...>



PRESIDENCIÁVEL | PRESIDENTE

FERNANDO HENRIQUE

Fernando Henrique Cardoso. Sociólogo, Cientista Político, Professor e Escritor, também conhecido como FHC. Nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Transferido com sua família para São Paulo, graduou-se em Sociologia e em seguida (1961) doutorou-se pela USP, da qual mais tarde se tornou professor emérito. Antes, foi primeiro assistente de Florestan Fernandes (1) e auxiliar de ensino do sociólogo e professor visitante francês Roger Bastide (2). Casou-se em 1953 com a antropóloga Ruth Vilaça Cardoso (3). Perseguido pelo golpe militar de 1964, teve que se asilar no Chile e na França, mas voltou ao Brasil em 1968. Iniciou sua carreira política no MDB. Em 1978 concorreu ao Senado Federal elegeu-se suplente de Franco Montoro (4). Com a eleição deste para o governo de São Paulo, assumiu o Senado em março de 1983. Candidato a prefeito de São Paulo, em 1985, foi derrotado por Jânio Quadros. Reeleito senador (1987-1995), em 1988 ajudou a fundar o PSDB. Após o impeachment de Fernando Collor (1992), FHC contribuiu para pacificar as várias correntes inseridas no governo de Itamar Franco, do qual foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994). Neste cargo chefou a elaboração do Plano Real, que acabou com a hiperinflação e estabilizou a economia - para o que contou com uma equipe de economistas novos e experientes, de que fizeram parte Pécio Arida (5), Armínio Fraga (6), André Lara Rezende (7), Gustavo Franco (8), Pedro Malan (9), Edmar Bacha (10), entre outros. Escorado no sucesso do Plano Real, FHC sagrou-se presidente da República nas eleições de 1994. Reeleito, quatro anos depois, ele foi presidente por dois mandatos consecutivos (de 1º/01/1995 a 31/12/1998 e de 1º/01/1999 a 31/12/2003), tendo em ambos como vice-presidente o ex-senador alagoano Marco Maciel. Suas principais marcas foram a manutenção da estabilidade econômica com a consolidação do Real, iniciado no governo de seu antecessor, Itamar Franco, a reforma do Estado brasileiro, com a privatização de estatais, a criação das agências regulatórias, a mudança da legislação que rege o funcionalismo público e a introdução de programas de transferência de renda como o Bolsa-Escola (11).

NA CAMPANHA ELEITORAL de 1994, além de FHC, outros sete candidatos disputaram a Presidência da República. Seu principal concorrente foi Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Até junho daquele ano, o petista liderou todas as pesquisas de intenções de votos. Com a crescente aceitação popular ao Plano Real, que passou a vigorar em julho de 1994, FHC tomou-lhe a dianteira até ser sufragado na eleição do dia 3 de outubro. Além do PSDB, Fernando Henrique recebeu o apoio formal do PFL e do PTB. O candidato a vice-presidente foi escolhido pelo PFL, que indicou o senador alagoano Guilherme Palmeira (12), mas denúncias de um esquema de corrupção com empreiteiras forçaram a substituição de Palmeira pelo senador pernambucano Marco Maciel.

Fernando Henrique elegeu-se presidente em primeiro turno, com 34,3 milhões de votos (54,28% do total apurado) e Lula obteve pouco mais de 27% dos votos. Empossado em 1º de janeiro de 1995, FHC prosseguiu com as reformas econômicas iniciadas no governo anterior. A inflação baixa e a privatização de diversas empresas deram maior visibilidade no mercado externo. O governo conseguiu aprovar leis de interesse do País tanto na área econômica quanto na administrativa. O mandato presidencial vigente foi estabelecido pela Assembleia Nacional Constituinte em cinco anos sem a possibilidade de reeleição.

O governo federal começou a planejar a emenda constitucional permitindo a experiência ainda em 1994. Todavia, o projeto só foi apresentado em 1997, resultando na emenda constitucional número 16, aprovada pelo Congresso Nacional em 4 de junho desse mesmo ano, que permitiu uma reeleição consecutiva para o Executivo em todos os níveis, com mandato de quatro anos. Meses após a ratificação do processo de reeleição, parlamentares governistas admitiram ter vendido seus votos e acabaram renunciando. As investigações sobre o caso nunca avançaram.

A segunda candidatura de FHC foi apoiada por uma coligação de partidos de centro-direita, como o PFL, o Partido Progressista (PP) e o PTB, contando com o apoio informal da maior parte dos membros do PMDB. Seus principais oponentes foram Luiz Inácio Lula da Silva e Ciro Gomes

(PPS). Desde o início da campanha eleitoral, as pesquisas de opinião indicavam FHC como o candidato favorito. Em 4 de outubro de 1998, foi reeleito com 35,9 milhões de votos (53,06%), contra 31,7% de Lula e 10,9% de Ciro. Desta forma, tornou-se o único presidente do Brasil a conseguir, até então, dois mandatos nas urnas e a ser eleito e reeleito no primeiro turno.

Fernando Henrique Cardoso, além de intelectual de peso, é considerado um dos personagens mais importantes da história do Brasil republicano. Escreveu e publicou mais de trinta livros: o primeiro deles, "Mudanças Sociais na América Latina", lançado em 1969; e o último, "Diários da Presidência", 3º volume, em 2017. Atualmente preside a Fundação FHC (13), fundada em São Paulo pelo próprio, em maio de 2004, e participa de diversos conselhos consultivos em diferentes órgãos no exterior. Também é membro do The Elders, sediado em Londres (Inglaterra), e da Academia Brasileira de Letras.

Do intelectual FHC pode-se falar maravilhas. Do político, nem tanto; ele errou bastante repetindo (e/ou sendo copiado por) outros mandatários brasileiros, vezeiros em praticar malfeitos. Inobstante os avanços sociais de seu governo (na Educação houve a redução do analfabetismo; e na Saúde a quebra de patentes para casos de emergência em saúde pública, o sucesso do programa de combate à AIDS e a redução dos índices de mortalidade infantil), os anos finais do governo FHC foram marcados pelo aumento da insatisfação popular. Entre os fatores que explicam esse descontentamento, estão: 1) a crise da energia elétrica; 2) o crescimento da dívida externa do setor público; 3) o retorno do processo inflacionário; e 4) elevadas taxas de desemprego.

A mancha-roxa do governo FHC foi a reeleição, cuja Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que contou com o irrestrito apoio do presidente, foi aprovada pelo Congresso Nacional em 1997, permitindo-lhe conquistar um segundo mandato em 1998. FHC sequer avaliou que, dali por diante, a reeleição viria a ser a mãe de todas as crises políticas do Brasil. O ex-presidente foi acusado de ter comprado votos para garantir a

aprovação da alteração constitucional. Depois dele, foram beneficiados pela reeleição os ex-presidentes petistas Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. O atual, Jair Messias Bolsonaro, é candidatíssimo a um segundo mandato.

Transcorridos 23 anos da incorporação do instituto da reeleição à Constituição do Brasil, Fernando Henrique Cardoso fez uma mea culpa. Em artigo sob o título “Reeleição e crises”, publicado em 6 de setembro do ano passado nos jornais O Estado de São Paulo e O Globo, o ex-presidente escreveu:

“Devo reconhecer que historicamente foi um erro. [...] Permiti, e por fim aceitei. [...] Sabia, e continuo pensando assim, que um mandato de quatro anos é pouco para ‘fazer algo’. Tinha em mente o que acontece nos Estados Unidos. Visto de hoje, entretanto, imaginar que os presidentes não farão o impossível para ganhar a reeleição é ingenuidade” (14).

Como afirmou acertadamente o jornalista Ricardo Noblat (15), no dia seguinte ao mea culpa de Fernando Henrique Cardoso,

“Vem tarde e dará em nada o ‘mea culpa’ do ex-presidente por ter aceitado a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que permitiu sua reeleição. [...] Ninguém deu bola para ela. Até que um dia se deu. Disse Fernando Henrique [...] que se temia a eleição de Lula, derrotado por ele em 1994, e, antes disso, por Fernando Collor de Mello em 1989. Houve denúncias de que a reeleição fora comprada. [Mas FHC] nega seu envolvimento com a compra de votos [...] Uma das fraquezas da democracia é que a liberdade por ela assegurada, se exercida na contramão do bom senso, pode voltar-se contra ela mesma. Em um mundo carente de estadistas, só o voto corrige o estrago que o próprio voto produziu. A democracia não garante sempre a escolha do melhor, apenas permite que se continue tentando, tentando, até acertar” (16).

Aposentado da política desde quando deixou o governo, em janeiro de 2003, o sociólogo e cientista político Fernando Henrique Cardoso continua sendo referência nacional, principalmente dentro do PSDB. Ele tem três filhos: Paulo Henrique, Luciana e Beatriz, frutos de seu casamento com a doutora em antropologia Ruth Cardoso, que faleceu em 2008. Em 2014, FHC casou-se pela segunda vez com Patrícia Kundrát, ex-secretária-executiva do Instituto FHC e 46 anos mais nova que o marido.

A visita do presidente Fernando Henrique a Itacoatiara - com o fito de inaugurar o terminal privado da Hidrovia Madeira-Amazonas, destinado a escoar a produção de grãos de Rondônia e do Centro-Oeste para os portos de Belém (PA) e Itaquí (MA) - ocorreu num sábado, dia 12 de abril de 1997. Assim registrou FHC em seu Diário:

“Domingo, 13 de abril, onze e quarenta da noite. Sexta-feira e sábado passei o dia visitando Boa Vista, Manaus, Itaquatiara e Porto Velho. Lançando projetos importantes de integração viária e hidrovieária para a exportação de produtos brasileiros. Muita agitação. Parece que todos os setores políticos de mais peso – sabe Deus como se forma esse peso – me apoiam. (...) Voltamos para Brasília ontem à noite” (17).

Ao tratar do mesmo assunto, fiz constar no segundo volume do meu livro Cronografia de Itacoatiara:

“1997: 12 de abril – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso. Inaugurado o Terminal Graneleiro da Hermasa. Acompanhando o presidente da República, estiveram em Itacoatiara os governadores Amazonino Mendes, do Amazonas, e Dante de Oliveira (18), de Mato Grosso, ministros de Estado, senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores e empresários. Inaugurando a pista ampliada do Aeroporto do Guajará

(19), o avião presidencial (20) aterrissou exatamente às 9:30 horas, seguido de dezenas de outras aeronaves. FHC foi recebido por cerca de três mil pessoas que o aplaudiam portando bandeirinhas e faixas de boas vindas. No pátio do Terminal Graneleiro, sua subida ao palanque, sob uma rajada de fogos de artifício, também resultou apoteótica. Conforme o noticiário de imprensa, “o presidente se disse emocionado ao acionar o sistema de operação para o primeiro embarque de grãos [no gigantesco navio-cargueiro ali ancorado]” (21).

Releva informar ainda que, entre as autoridades que àquela altura receberam o presidente FHC e sua comitiva, estava o deputado estadual Ademar Marques (22).

Antes dessa visita presidencial, quando ainda senador por São Paulo e, portanto, um simples presidenciável, Fernando Henrique Cardoso já estivera em Itacoatiara. Estávamos em 1991: procedente de Manaus, tendo ao lado sua esposa Ruth Cardoso, FHC veio acompanhado de uma seleta comitiva liderada pelo então prefeito da capital Arthur Virgílio Neto. Depois de recebido no porto da cidade, no meio da noite de 5 de setembro, pelo prefeito Francisco Pereira da Silva, além do presidente da Câmara Jurandir Pereira da Costa, do promotor de Justiça licenciado Francisco Gomes da Silva, do engenheiro Nelson Neto, do comerciante José Antunes de Araújo, do advogado Jânio Hélder Lopes e vários vereadores, correligionários e simpatizantes do PSDB - o casal FHC-Ruth Cardoso foi jantar no tradicional Restaurante Ponto Chic (23). De lá, sempre acompanhados de amigos e admiradores o senador paulista e sua esposa seguiram para a Quadra Herculano Castro e Costa onde se realizava o 7º Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI).

Aboletado na tribuna improvisada na parte mais alta da quadra esportiva, e rodeado de autoridades, artistas e dirigentes do Festival, o casal Fernando Henrique-Ruth Cardoso mostrou-se impressionado com a

qualidade das músicas apresentadas, o desempenho e a espontaneidade dos intérpretes que se revezavam no palco amplo e colorido à sua frente e, sobretudo, com a exultação de milhares de pessoas que ali compareciam.

Até então, o FECANI constituía um pequeno festival reunindo compositores locais e de Manaus. Pelo histórico da entidade mantenedora dele, a AIRMA (24), o evento foi idealizado

“[...] com o intuito de reunir e manter contato, a fim de buscar formas de ajudar a melhorar a cultura da cidade [...] realizar anualmente um evento que pudesse divulgar a cidade optando por aprovar um projeto cultural [...]. Com o apoio da Superintendência Cultural do Amazonas, para coincidir com o aniversário da cidade, marcaram a realização do 1º FECANI para os dias 23, 24 e 25 de abril de 1985. Todavia, a morte do presidente Tancredo Neves fez adiar a programação para 27, 28 e 29 de setembro. E assim, em 1985, na Quadra Herculano Castro e Costa, em frente à Igreja Matriz, acontecia, pela primeira vez, o Festival da Canção de Itacoatiara” (25).

Com o passar dos anos o FECANI tomaria outra projeção ganhando adeptos de várias partes do País e de países vizinhos. Já superada sua 34ª versão anual, são quatro dias de festa no mês de setembro, e desde alguns anos vem sendo realizada no Centro Cultural Juracema Holanda: um espaço que faz jus à grandeza do Festival e de todas as outras manifestações culturais e esportivas que lá ocorrem. Indubitavelmente, hoje o Festival da Canção de Itacoatiara enfileira-se entre os maiores do Brasil. E, como registrado alhures:

“[...] o grande resultado do FECANI é a apresentação ao público de novos intérpretes e compositores, o incentivo à produção musical; Para quem participa, fica a prazerosa sensação de subir ao palco e soltar a voz diante do público e dos jurados. Para quem assiste, fica na memória a

intensidade dos toques vibrantes dos instrumentos e a emoção transmitida pela força de cada interpretação” (26).

Conforme registrado antes, a visita do presidente FHC a Itacoatiara ocorreu num sábado, dia 12 de abril de 1997. Na sexta-feira anterior, dia 14 de abril, o presidente da República esteve em Boa Vista. Na capital roraimense se encontrou com seu homólogo venezuelano Rafael Caldera (27), com quem assinou atos relativos à pavimentação da BR-174, rodovia que liga Manaus à fronteira com a Venezuela, e à construção do linhão Guri-Macaguá, para suprimento de energia no Estado de Roraima. De Boa Vista FHC foi para Manaus, onde discursou no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela e assinou acordos bilaterais com o presidente Caldeira. FHC pernitoiu na capital amazonense e, na manhã do dia seguinte, viajou para Itacoatiara, onde inauguraria o terminal privado da Hidrovia do Madeira.

A instalação do Terminal Graneleiro da Hermasa foi destacada pelo presidente FHC como uma iniciativa pioneira na região, por reunir o setor privado e os governos federal, estadual e municipal, que representam, segundo ele, “um sentido maior de integração nacional. Esta obra tem procedência nacional porque vai incrementar o volume de exportação de grãos no País com uma economia de pelo menos 30% no custo do transporte”, ressaltou. O prefeito Miron Fogaça disse acreditar que o novo porto hidroviário ia atrair “novos investimentos para o [seu] Município”, e asseverou que “empresários dos setores de fertilizantes, ração, esmagamento de soja e indústria madeireira já haviam contatado com a Prefeitura em busca de informações”. O governador Amazonino Mendes fez um discurso marcado por congratulações e agradecimentos (28).

A cerimônia de inauguração foi breve: durou cerca de uma hora e meia. De Itacoatiara o presidente Fernando Henrique avionou para Manaus e de lá seguiu para Porto Velho, onde inaugurou a Hidrovia Madeira-

Amazonas e o terminal do porto graneleiro local (29). Entretanto, como afirmamos à época, o terminal da Hermosa caminha[ria] para ser o mais novo polo de desenvolvimento econômico e sustentável [desta parte] do Brasil. Situado numa área de 150 mil metros quadrados, [e] parte de projeto que utiliza[ria] de forma exclusiva a Hidrovia do Madeira para o transporte de grãos e insumos agrícolas na região amazônica. Com capacidade de movimentação para até 5 milhões de toneladas/ano, o terminal [seria] administrado pela [referida empresa] do grupo Maggi, de capital misto, com participação do governo do Amazonas. [dotada de] equipamentos capazes de proceder ao descarregamento de uma barça com duas mil toneladas de grãos em apenas uma hora. Sua condição de empresa de capital misto, como foi dado a conhecer pelo noticiário jornalístico da época, foi interrogada, e ela ficaria absoluta no mercado (30).

Os acontecimentos ligeiramente posteriores à passagem por Itacoatiara do presidente FHC, na sua maior parte, revelaram-se positivos influenciando no bom caminhar desta comunidade – o que nos leva a afirmar, sem sombra de quaisquer dúvidas, que 1997 foi um ano prodigioso para Itacoatiara. Aqui vão alguns exemplos:

Março. Implantação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). À época, um documento inédito no interior do Estado, concebido para nortear as ações do setor primário, no período 1997-2000, e na sua formatação atuaram entidades das três esferas públicas. O Município foi dividido em cinco polos e, respeitadas as vocações das populações de várzea e terra firme, foram projetadas ações na área produtiva com metas para culturas alimentares, industriais, extrativistas e inclusive pesca artesanal. Previam-se investimentos na infraestrutura de apoio (abertura e recuperação de vicinais, eletrificação rural, captação de água, construção de redes hidráulicas, armazenamento, frigorificação, escoamento e

comercialização de produtos, etc.), assentamento rural e regularização fundiária.

18 de Março. Inauguração do Escritório Regional do SEBRAE/Am. Experiência pioneira no interior amazonense, dita instituição estava capacitada a prestar orientação e assessoramento a médios e pequenos empresários do comércio, da indústria e do setor de serviços locais.

14 de abril. O Município de Itacoatiara se faz representar na 50ª Feira Internacional de Hannover, na Alemanha. Após mais de 80 anos, Itacoatiara se fazia novamente presente em uma exposição de tal porte. Desta feita, o fez através do senhor Moysés Israel que, juntamente com representantes de outras instituições do Estado do Amazonas, esteve naquele importante centro industrial e comercial europeu divulgando o nosso parque fabril (madeireiro especialmente), e oportunizando atrair novos investimentos para esta região.

30 de abril. Reativação da Associação Comercial de Itacoatiara (ACI). Embora constem registros de que, sob a presidência do comerciante judeu Jayme Baruel, a ACI existe desde 1905 – foi oficialmente fundada em 17 de novembro de 1943 e reconhecida de utilidade pública, pela Câmara Municipal, em 12 de maio de 1949. Entretanto, estando há mais de 20 anos paralisada, naquele ano de 1997 o processo de sua reativação contou com o apoio da Prefeitura. À noite de 30 de abril foi eleita e empossada a nova Diretoria, sob a presidência de José Antunes de Araújo, o popular Zé Batista. Meses depois, a ACI emitiria o primeiro certificado de origem declarando que as primeiras 53.600 toneladas de soja exportadas pela empresa Sementes Maggi Ltda., através do recém-inaugurado porto da Hermasa, eram de origem brasileira.

28 de julho. O reitor da Universidade do Amazonas (atual UFAM), professor doutor Walmir Albuquerque (filho de Itacoatiara), reúne os

prefeitos do Médio Amazonas e anuncia a implantação de cursos universitários permanentes e não mais itinerantes. Na oportunidade, foi anunciado que o Centro Universitário de Itacoatiara (CEUNI) ia ganhar instalações novas e definitivas. Na reunião com o prefeito de Itacoatiara e os representantes dos demais municípios integrantes do Polo Itacoatiara propiciou-se o levantamento das demandas de cada um no sentido de acelerar o processo de interiorização definitiva da Instituição.

3 de agosto, domingo. A Seleção de futebol de Itacoatiara conquistou a 5ª Copa dos Rios. Com a vitória de 4 a 2 sobre a Seleção de Tefé, a equipe itacoatiarense consagrou-se bi-campeã do torneio formado por seleções dos principais municípios do interior. Tendo como palco o Estádio Vivaldo Lima, em Manaus, a partida decisiva contou com grande número de torcedores tanto da capital como dos municípios disputantes. Segundo “A Crítica”, de 5 e 24 de agosto de 1997, na segunda-feira seguinte, “A população de Itacoatiara parou para receber seus jogadores. Já com a taça na mão o prefeito Miron Fogaça anunciou que o Município vai ter um time disputando o próximo campeonato de futebol profissional”. Como que provando ser Itacoatiara um celeiro de craques, naquele ano, ainda conforme o mesmo jornal, “Alguns jogadores da seleção campeã já estavam sendo sondados para integrar equipes profissionais de Manaus e até de Portugal”. Caso dos jovens Jeremias da Silva e Denys Fonseca, principais goleadores da 5ª Copa dos Rios, que no dia 22 de agosto de 1997 embarcaram com destino a Lisboa, onde foram juntar-se à equipe do Maia Clube, da segunda divisão do futebol profissional português.

17 de setembro. Chegada da Comissão Especial da Câmara dos Deputados para investigar a atuação das madeireiras asiáticas na Amazônia. Sob a presidência do deputado federal Gildey Viana (PT/MT), relatoria do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) e acompanhamento do superintendente regional do IBAMA, Hamilton Casara, seus membros conheceram projetos que aliavam tecnologia de ponta e preocupação ambientalista

em programas de manejo autossustentável, nos quais a preservação da natureza era fundamental. Caso da empresa Mil Madeireira, do grupo suíço Precious Woods: estabelecida numa área de 50 mil hectares, dividida em 25 lotes de dois mil hectares cada um. A cada ano, explorava (e ainda explora!) um único dos 25 lotes, deixando que os demais se regenerassem. Todo esse processo era (ainda o é!) controlado por computador.

25 de dezembro. Com o título “Natal de Luzes e Cores”, e o subtítulo “O Natal em Itacoatiara Será Lindo”, a Prefeitura Municipal realizou, entre 19 e 25 de dezembro, uma série de eventos tendo como palcos as praças da Matriz, Polícia, São Francisco de Assis, Divino Espírito, Nossa Senhora de Nazaré e São Lázaro. Constou de shows de luzes, musicais e de cores, cantatas e corais natalinos, peças teatrais, presépios, Papai Noel, projeções audiovisuais, pastorinhas, dramatizações e ceias de Natal. Num clima de perfeita união entre amigos e vizinhos, aqueles espaços públicos foram arrumados, ornamentados e iluminados com motivos natalinos, culminando no dia 24 de dezembro com o concurso de ornamentação, do qual constaram os itens: melhor presépio, criatividade, decoração e participação comunitária. Uma bela festa, sem dúvida. Tudo no interesse de unir a população e reconquistar a sua autoestima, além de fazê-la mais amorosa de sua cidade.

Em 1997, além da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso, outras ilustres personalidades passariam por Itacoatiara, obedecendo à seguinte ordem: **22 de abril**, dez jornalistas alemães; **8 de junho**, a diretoria nacional da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA); **18 de junho**, quinze oficiais do Alto Comando das Forças Armadas do Brasil, comandados pelo general de brigada Valter da Costa; **20 de junho**, o ex-primeiro ministro português Mário Soares, acompanhado do presidente da Câmara Municipal do Porto, Fernando Gomes, e do embaixador suíço Oscar Knapp; **13 de agosto**, vários empresários oriundos da Malásia; **27 de agosto**, vários professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ); **meados de outubro**, uma equipe da Comunidade Israelita do Amazonas, liderada por seu presidente Isaac Dahan, veio conhecer o Cemitério Israelita de Itacoatiara, instalado em 1919.

Por último, destacamos a visita, no dia 20 de dezembro de 1997, do economista Mauro Ricardo Costa (31), superintendente da SUFRAMA, acompanhado de sua esposa, do procurador-geral da Autarquia, Hildebrando Afonso Carneiro, do assessor deste, Francisco Gomes da Silva, do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), José Nasser, do diretor do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), Moysés Israel, dos assessores da FIEAM, Alfredo Lopes e Ramiro Moreira, e outros. Em Itacoatiara, o secretário de Produção Rural representando o governador Amazonino Mendes, José Maia, incorporou-se à comitiva.

Os caravaneiros, depois de recepcionados pelo prefeito Miron Fogaça, vereadores, secretários municipais e representantes das classes produtoras, visitaram as instalações da Cooperativa de Corte e Costura, do Centro Municipal de Treinamento Agrícola, dos frigoríficos Itaboi e Real, além das empresas madeireiras sediadas no Município. Na oportunidade, sequenciando ao plano de interiorização da SUFRAMA, o superintendente Mauro Costa assinou com o prefeito municipal importantes convênios repassando recursos na ordem de dois milhões de reais, destinados à aquisição de uma patrulha mecânica para a Prefeitura, à construção de uma estação rebaixadora de energia e ao início das obras de asfaltamento e instalação de poços artesianos na área designada para construção e funcionamento do Polo Moveleiro.

Este convênio foi o segundo e último gesto de caráter integrativo, ou de interiorização, presidido pela SUFRAMA em benefício de Itacoatiara. O primeiro, ainda em meados da década de 1980, da lavra do ex-superintendente Joaquim Pessoa Igrejas Lopes, resultou na construção das pontes do rio Urubu, nos quilômetros 20 e 96 da Rodovia AM-10, e da Escola Venâncio Igrejas Lopes - as primeiras em convênio com o governo do Estado do Amazonas, e a última, com a Prefeitura de Itacoatiara e a Loja Maçônica Glória de Hiran.

Quanto ao Polo Moveleiro de Itacoatiara (PVI), um projeto de cunho desenvolvimentista compatível às necessidades municipais, desenhado para empregar centenas de peritos na arte de fabricar móveis e peças afins, e destinado a suprir os mercados interno e externo desses materiais - não suportando às crises existenciais a que foi submetido, pelo descaso e pela inoperância tanto de autoridades quanto de órgãos representativos da categoria, foi praticamente descartado. Atualmente, suas instalações encontram-se em ruínas e seu maquinário abandonado, corroído pelo tempo.

NOTAS

1 – Florestan Fernandes (1920-1995). Nasceu e faleceu em São Paulo. Sociólogo. Antropólogo. Filósofo. Escritor. Professor e pesquisador da USP. Perseguido pelo movimento militar de 1964, foi afastado da USP e aposentado em 1969 pelo AI-5. Transferido para os Estados Unidos, atuou como professor visitante na Universidade de Colúmbia. Posteriormente lecionou na Universidade de Toronto/Canadá, até 1972. Deputado federal pelo PT (1987-1991 e 1991-1995). Conhecido e respeitado no mundo inteiro, deixou uma vasta bibliografia sobre educação, política, socialismo e outros temas de sua especialidade. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da USP.

2 – Roger Bastide (1898-1974). Cientista francês, chegou ao Brasil em 1938 para ocupar a cátedra de Sociologia I, no Departamento de Ciências Sociais da USP, deixada vaga pelo professor Claude Lévi Strauss. Bastide ficou no Brasil até 1984, quando partiu definitivamente para a França. Imensa foi a sua contribuição às Ciências Sociais brasileiras. Formou aqui uma primeira turma de cientistas sociais, cujas obras, voltadas para problemas os mais variados, revelaram uma faceta muito importante do mestre: a liberdade que dava aos seus alunos. A ação que desenvolveu foi além da Sociologia, da Antropologia Social, da Psicologia Social, disciplinas que se aninham sob o título de Ciências Sociais, estendendo-se à Psicanálise e à Psiquiatria, à Filosofia e à Moral, chegando à Literatura e às Artes, pois deu diferentes cursos sobre as relações entre a Sociologia e estes outros ramos do saber. Cf. CÂNDIDO (1933) e QUEIRÓZ (1994).

3 - Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso (1930-2008). Nasceu em Araraquara/SP e faleceu em São Paulo/capital. Antropóloga. Doutora em Sociologia. Ex-primeira dama do Brasil (1995-2003). Autora de vários livros. Docente e pesquisadora na USP, atuou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), na pós-graduação em Antropologia Social na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e na Universidade do Chile, ambas em Santiago; na Maison des Sciences de l'Homme em Paris; e nas universidades de Berkeley e Colúmbia, nos Estados Unidos. Cf. PORTAL da Fundação FHC e BRANDÃO (2010).

4 – André Franco Montoro (1916-1999). Nasceu e faleceu em São Paulo/capital. Advogado, professor e filósofo. Nos anos 1940-1955, lecionou na USP e na PUC-SP. Em 1950 elegeu-se vereador em São Paulo, pelo Partido Democrata Cristão (PDC), porém desligou-se da Câmara Municipal em 1952. Amigo de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, sempre esteve à frente das lutas populares, sob a legenda do MDB e depois do PMDB. Foi deputado federal (1959-1961, 1962-1971 e 1995-1999), ministro do Trabalho (1961-1962) no Governo parlamentarista de João Goular, senador (1971-1979 e 1979-1983), e governador do Estado de São Paulo (1983-1987). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Governo do Estado de São Paulo.

5 - Pérsio Arida. Nasceu em São Paulo. Economista. Professor. Lecionou na USP na PUC-RJ, de 1980 a 1984, e foi professor visitante do Smithsonian Institution (USA), de 1984 a 1985. Trabalhou também na iniciativa privada. Foi um dos idealizadores do

Plano Real, no governo Itamar Franco. Presidente do BNDES (1993-1994) e do Banco Central (1995). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS do BNDES e do Banco Central do Brasil.

6– Armínio Fraga Neto. Nasceu no Rio de Janeiro. Doutor em Economia. Professor visitante da Universidade de Pensylvânia (USA) em 1988-1989. De volta ao Brasil, foi nomeado Diretor de Operações Internacionais do Banco Central (1991-1992), sendo, anos depois, seu presidente (1999-2003). Em seguida, serviu na iniciativa privada, especialmente no setor econômico-financeiro onde permanece até hoje. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do Banco Central.

7– André Lara Resende. Natural do Rio de Janeiro. Phd em Economia. Professor da PUC-RJ (1979-1990). Como integrante do Conselho de Administração do Banco Central (1985-1986), fez parte do grupo técnico responsável pela elaboração do Plano Cruzado, durante o governo José Sarney (1985-1990). Membro do Conselho diretor e vice-presidente da União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO), de 1989 a 1993. Foi assessor especial da Presidência da República no governo FHC, e nesse íterim (1995) integrou a equipe que implementou o Plano Real. Em 1998 assumiu a presidência do BNDES, cargo em que permaneceu apenas sete meses. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do BNDES.

8– Gustavo Franco. Nasceu no Rio de Janeiro. Economista. Professor da Fundação Getúlio Vargas (1981-1982). Professor visitante no National Bureau of Economic Research, nos Estados Unidos (1984). De volta ao Brasil, tornou-se professor e pesquisador do Departamento de Economia da PUC-RJ. Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central (1993-1994). Foi relator do Plano Real e um dos idealizadores do padrão monetário que originou a Unidade Real de Valor (URV), que entrou em vigor em 1994. Foi presidente do Banco Central (1997-1999). Em 1999 retornou ao quadro docente da PUC-RJ e, no período 1999-2000, foi professor visitante no Center Research on Economic Development and Policy Reform, da Universidade de Stanford (USA). Fora do setor público, Gustavo Franco participou de diversos conselhos de administração e consultivos. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL do Banco Central.

9 – Pedro Sampaio Malan. Natural de Petrópolis/RJ. Doutor em Economia. Professor. Pesquisador. Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (1977). Professor da PUC-RJ e professor visitante do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Cambridge e fellow do King's College, ambos na Inglaterra. Diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas da ONU, em Nova York (1983-1984) e diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais da ONU (1985), também em Nova York. Diretor do Banco Mundial (1986-1990) e do BID (1991). Presidente do Banco Central (1993-1994) e ministro da Fazenda (1995-2003) e, nessa condição, foi um dos principais executores do Plano Real. Após deixar o serviço público, Pedro Malan passou a realizar serviços de consultoria na iniciativa privada tanto nacional quanto internacional. Em 2015 atuava ainda como vice-presidente do Instituto Unibanco e compunha o quadro docente do Departamento de Economia da PUC-RJ. Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS do Banco Central do Brasil e do Ministério da Fazenda.

10 – Edmar Lisboa Bacha. Natural de Lambari/MG. Doutor em Economia. Pesquisador-assistente na Organização Internacional do Café, em Londres (1965). Consultor do Grupo dos 24 para Assuntos Monetários Internacionais, em Washington (1979-1992). Professor da PUC-RJ (1981-1984). No governo Sarney (1985-1990) participou da equipe pró-formulação do Plano Cruzado. Foi presidente da Fundação IBGE (1985-1986). Integrou a equipe do então ministro Fernando Henrique, da Fazenda, que formulou o Plano Real (1993-1995). Presidiu o BNDS (1995) e, a partir de 1996, passou a trabalhar na iniciativa privada chegando a diretor presidente da Associação Nacional de Bancos de Investimentos (2000-2003). Entre 2006 e 2009 atuou como membro da Comissão para o Crescimento e o Desenvolvimento do Banco Mundial. Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS da Fundação IBGE e do BNDES.

11 – Bolsa-Escola: programa de transferência de renda implementado em 2001 pelo governo FHC, cujo objetivo era pagar uma bolsa mensal em dinheiro às famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que essas frequentassem a escola regularmente. Chegou a beneficiar mais de 5,5 milhões de famílias em um total de 45 milhões de pessoas em todo o Brasil quando, em 2003, foi incorporado, junto dos programas Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás ao novo Programa Bolsa-Família pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, unificando-os em um único sistema. Cf. CARDOSO (2015) e PORTAL da Pres. da República: [https:// www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia...](https://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia...)

12 – Guilherme Palmeira. Natural de Maceió/AL. Advogado. Iniciou sua vida pública ingressando na ARENA, em 1965. Foi deputado estadual (1967-1971, 1971-1975, 1975-1976), secretário estadual de Indústria e Comércio (1977-1979) governador de Alagoas (1979-1982), senador (1983-1988 e 1991-1999), prefeito de Maceió (1989-1990) e ministro do Tribunal de Contas da União (1999-2008). Cf. FGV/CPDOC e PORTAIS do Senado Federal e do governo do Estado de Alagoas.

13 – Fundação FHC: entidade sem fins lucrativos, tem um duplo propósito: 1) preservar e disponibilizar os arquivos de Fernando Henrique e de sua falecida esposa Ruth Cardoso, contribuindo, assim, para a documentação de parte da história da vida política e intelectual brasileira; e 2) produzir e disseminar conhecimento sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia no Brasil, em sua relação com o mundo. A Fundação FHC, assim denominada a partir de 2010, substituiu ao Instituto do mesmo nome criado em 2004. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL [https:// fundacaofhc.org.br](https://fundacaofhc.org.br).

14 - Cf. PORTAIS de O Estado de São Paulo e O Globo.

15 - Ricardo José Delgado Noblat. Nasceu em Recife/PE. Jornalista. Ex-repórter dos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, de Recife, e ex-chefe de redação da Revista Manchete. Foi editor-chefe do Correio Braziliense e da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília. Atualmente mantém o Blog do Noblat, hospedado no portal da Revista Veja. Ricardo Noblat é membro da Associação Brasileira de Imprensa. Cf. PORTAL da Associação Brasileira de Imprensa e SITE de Ricardo Noblat: [https:// veja.abril.com.br/blog/noblat/](https://veja.abril.com.br/blog/noblat/)

16 – Cf. SITE de Ricardo Noblat: <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/vinte-anos-depois...>

17 – Cf. CARDOSO (2016), páginas 155.

18 – Dante Martins de Oliveira (1952-2006). Nasceu e morreu em Cuiabá/MT. Engenheiro civil. Deputado estadual pelo MDB (1979-1983). Deputado federal (1983-1985). Ministro da Reforma Agrária (1986-1987). Duas vezes prefeito de Cuiabá (1985-1989 e 1993-1997). Governador de Mato Grosso (1995-1998 e 1999-2002). Famoso por haver apresentado em fevereiro de 1983 o projeto de emenda constitucional instituindo eleições diretas para Presidente, que ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira. O projeto foi derrotado, porém, em contrapartida Tancredo Neves seria eleito presidente da República no Colégio Eleitoral, reunido em 15/01/1985. Cf. FGV/CPDOC e PORTAL da Câmara dos Deputados.

19 - Guajará é nome do sítio onde foi implantado o Aeroporto de Itacoatiara, pela Comissão de Aeroportos da Amazônia (COMARA), órgão do Ministério da Aeronáutica. Arico Barros é o seu título oficial, e foi inaugurado em meados de 1957.

20 – Aeronave K-137 (Boeing 707-345C-H), prefixo FAB-2401, apelidada de “Sucatão”.

21 – Cf. SILVA (1997/2), páginas 382 e 385/386.

22 – Ademar Vieira Marques. Nasceu em Itacoatiara. Empresário do ramo madeireiro e, atualmente, pastor evangélico. Na década de 1990 concorreu, sem sucesso, ao cargo eletivo de prefeito municipal pela legenda do PT. Foi deputado estadual, pelo PSB (1995-1999). Nos idos de 1980 batalhou pela criação e instalação em Itacoatiara de uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE), porém, devido à burocracia e à falta de interesse das autoridades da área que não dão valor à Amazônia, sua luta resultou infrutífera. Cf. PORTAL da Assembleia Legislativa do Amazonas e SILVA: Enciclopédia municipal de Itacoatiara: livro em preparo.

23 – Ponto Chic: Bar e Restaurante situado na esquina da Avenida Conselheiro Ruy Barbosa com a rua Nossa Senhora do Rosário, em Itacoatiara. Fundado pelo casal Raimundo Rodrigues da Silva e Francisca Marta Guedes da Silva, no início de 1960, cuja propriedade – após a morte destes – passou aos seus descendentes. Até o seu encerramento, no final de 2020, dando lugar ao Restaurante do Patrão, o Ponto Chic foi um importante local de encontro social, famoso pelas refeições servidas e, especialmente, pelo sorvete de frutas regionais. Entre tantas ilustres personalidades, lá estiveram o governador do Amazonas Arthur César Ferreira Reis e sua esposa Graziela da Silva Reis (1965) e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso e sua esposa Ruth Vilaça Cardoso (1997).

24 – A respeito, cf. PORTAL da AIRMA.

25 – Cf. PORTAL da AIRMA, citado.

26 – Cf. PORTAL da AIRMA, citado.

27 – Rafael Antonio Caldera Rodriguez (1916-1999). Cientista Político. Nasceu e faleceu em Caracas/Venezuela. Ocupou o cargo de presidente de seu País de 1969 a 1974 e de 1994 a 1999. Foi o líder eleito democraticamente mais antigo a governar a Venezuela no século XX. Cf. SITE <https://www.gazetadopovo.com.br/rafael-caldera...>

28 – Cf. CARDOSO (2016), citado.

29 – Cf. CARDOSO (2016), citado.

30 – Cf. SILVA (1997/2), citado.

31 – Mauro Ricardo Costa. Nasceu em Niteroi/RJ. Administrador. Auditor-Fiscal aposentado da Receita Federal. Ex-superintendente da SUFRAMA (1996-1998) e ex-presidente da FUNASA (1999-2002). Secretário de Finanças do Município de São Paulo (2005-2006 e 2011-2012), de Fazenda do Estado de São Paulo (2007-2010), de Fazenda de Salvador/BA (2013-2014), de Fazenda do Paraná (2014-2018), de Governo do Município de São Paulo (2018-2019), e secretário de Projetos, Orçamento e Gestão do Estado de São Paulo (2018-20121). Cf. PORTAIS da SUFRAMA, FUNASA e dos governos estaduais de São Paulo e Paraná.



Visita de FHC a Itacoatiara (12/04/1997). No palanque oficial armado defronte à sede da Hermasa, à margem do rio Amazonas e a poucos quilômetros do Aeroporto Arico Barros, o presidente da República é saudado pelo empresário Blairo Maggi. Entre as autoridades que o ladeiam, estão o prefeito Miron Fogaça e o senador José Bernardo Cabral. Foto: Fernando Nelson de Oliveira.



Foto do Deputado Federal Euler Esteves Ribeiro junto ao então Administrador do Porto de Manaus, engenheiro Antonio Nelson Neto (12/04/1997), à ocasião da visita do presidente FHC a Itacoatiara para inaugurar as instalações da Hermasa. Foto: Fernando Nelson de Oliveira.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930), Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ABREU, Alzira Alves. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930, 2ª, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ACUÑA, Cristóbal de. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Revista Fronteiras, Dourados (MS), 2008.

AMADO, Jorge. O cavaleiro da esperança. Editora Record, São Paulo, 1986.

BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart e as Lutas Sociais no Brasil 1961-1964. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Nair Palhano. Nas asas da história: lembranças da Panair do Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1996.

BARBOSA, Raul de Sá. Brasília: História de uma ideia. Presidência da República - Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

BENCHIMOL, Samuel. Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia, Manaus: Editora Valer, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitscheck. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1961.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Jânio Quadros. São Paulo: Brasiliense 1981.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

BERLANZA, Lucas. Lacerda: a virtude da polêmica. São Paulo: LVM Editora, 2019.

BETTO, Frei. Lula - Biografia Política de um Operário. Editora Estação Liberdade, 1989.

BITTENCOURT Agnello. Corografia do Estado do Amazonas, ACA-Fundo Editorial, Coleção Hileia Amazônica Manaus, 1985.

BITTENCOURT, Agnello. Dicionário amazonense de biografias. Edições Fundação Cultural do Amazonas: Editora Artenova, 1969.

BRAGA, Robério. Palestra no IV Encontro Brasileiro de Pesquisas em Cultura, in Portal Correio da Amazônia, Manaus, 10/11/2016.

BRAGA, Robério. Artigo sobre o Hino de Manaus, in Seção de História do Blog Blog do Francisco Gomes, em 16/06/2017.

BRAGA, Robério. Artigo sob o título Mineiridade no governo, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 27/01/2020.

BRAGA, Robério. Artigo sob o título Álvaro Maia: Socialista, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 19/06/2020.

BRAGA, Robério. Artigo sob o título Raul de Azevedo, in Seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 22/06/2020.

BRAGA, Robério. Artigo sob o título Mulher nas eleições, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 5/10/2020.

BRAGA, Sylvio. Borracha: monopólio estatal; borracha sintética: nacionalização do Banco da Amazônia. Editora Fulgor, São Paulo, 1960.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Ruth Cardoso - Fragmentos de uma vida. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.

CAFÉ FILHO, João. Do Sindicato ao Catete - Memórias políticas e confissões humanas. Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1966.

CALDEIRA, Jorge e outros, Viagens pela História do Brasil, São Paulo, 1997.

- CÂNDIDO, Antonio. Recordes. São Paulo: Companhia das Letras, 1933.
- CANTANHEDE, Antonio. Outras histórias do Amazonas, Manaus, 1958.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Diários da Presidência - 1997-1998, 2º volume, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CAVALCANTI, Mário Barros. Da SPVEA à SUDAM (1964-1967). Belém: Sudam, 1967.
- CHAGAS, Carlos. 113 dias de angústia - Impedimento e morte de um presidente. São Paulo: Editora L&PM, 1979.
- CONTI, Mário Sérgio. Notícias do Planalto - a Imprensa e Fernando Collor. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.
- CORRÊA, Ingrid da Silva Mendonça. Ulysses Guimarães: trajetória política de um liberal-democrata na luta contra a ditadura militar (1971-1984). Dissertação de Mestrado UFF/Niteroi, 2011.
- CORRÊA, Marcos Sá. Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro: Relume Editora, 2005.
- COSTA FILHO, Antônio de Araújo. Memórias esparsas. Flagrantes da vida real, Crônicas. Fortaleza: EdUECE, 2008.
- COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas 1951-1954. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Ernesto Geisel. Editora FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- DEBERT, Guita Grin. Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola, SciELO Livros, Rio de Janeiro, 2008.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920: Manaus: Editora Valer, 1999.
- DINIZ, Almir. Acadêmicos: imortais do Amazonas. Dicionário Biográfico. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

DRUMOND, Cosme Degenar. Brigadeiro Eduardo Gomes. Trajetória de um herói. Rio de Janeiro: Editora Cultura, 2012.

ECHEVERRIA, Regina. Sarney - a Biografia. Rio de Janeiro: Reeleitura Livros, 2011.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro, São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Bóris. O Brasil republicano (1930-1964), Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FAUSTO, Bóris. A revolução de 1930. História e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FAUSTO, Bóris (org). Imigração. O Brasil Republicano: vol. 9; Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil, São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA FILHO, Cosme. Por que perdemos a Batalha da borracha. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

FIGUEIREDO, Aguinaldo. A fundação de Manaus: tenentismo e a revolta de 1924, in Amazonia Latitude Review, revista digital: 29/09/2020.

FIGUEIREDO, Aguinaldo. História do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada - as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. A ditadura acabada. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

GOMES, Ângela de Castro. Olhando para dentro (1930-1964), Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

GOMES, Ângela de Castro (org). O Brasil de JK. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

GOMES, Laurentino. 1889. Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República. Globo Livros, São Paulo, 2013.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A Imagem Pública de Lula e Eleições Presidenciais Brasileiras (1989/2002), trabalho apresentado no I Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política), Salvador, UFBA, 2006.

GUTEMBERG, Luiz. Moisés, codinome Ulysses Guimarães. Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IPEA. Perfil - Ulysses Guimarães. A longa Odisseia pela Democracia. Ano 13, edição 88, 23/11/2016.

JOBIM, Anísio. Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo. Manaus: [s.n.], 1948.

JORNAL do Commercio. Manaus: 27/06/1906.

LACOMBE, Américo Jacobina. Afonso Pena e sua época: Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1986.

LEONG, Leyla. Vicente Mendonça Jr. Um mestre do Direito. Manaus, 2012.

LINS, José dos Santos. Estrada Manaus-Itacoatiara, aspectos históricos. Secretaria de Imprensa do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1965.

LOPES, Júlio Antonio (org). Bernardo Cabral - o Cronista. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

LOPES, Júlio Antonio. Fábio Lucena. Grandes vultos que honraram o Senado. Edição do Senado Federal, Brasília, 2013.

LOPES, Raimundo Helio. O general do Norte: Juarez Távora e o movimento pelo seu generalato no imediato pós-1930. Artigo in Revista Maracanan nº 26, UERJ, Rio de Janeiro, 2020.

LOUREIRO, Antonio. A grande crise (1908-1916), Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1985.

LOUREIRO, Antonio. Artigo sob o título The Amazon River Steamship Navigation Company (1911) Limited, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 19/10/2015.

LOUREIRO, Antonio. História da navegação no Amazonas, Manaus: Gráfica Lorena, 2007.

LOUREIRO, Antonio. Síntese da história do Amazonas. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

LOUREIRO, Antonio. Artigo sob o título Da Amazon River ao SNAAP e à ENASA, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 26/10/2015.

MARANHÃO, Ricardo O Governo Juscelino Kubitschek. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MENDONÇA, Antonildes Bezerra de. Desembargadora Marinildes. Uma luz no Judiciário. Itacoatiara: Gráfica J & J, 2010.

MENDONÇA, Roberto. Texto sob o título Memorial Amazonense, in Blog do Coronel Roberto/Catando Letras & Escrevendo histórias, em 9/03/2010.

MENDONÇA, Roberto. Texto sob o título Empresa Archer Pinto, in Blog do Coronel Roberto Mendonça/Catando Letras & Escrevendo histórias, em 20/04/2020.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. O município de Itaquatiara. Manaus: reggo/Academia Amazonense de Letras, 2018.

MORENO, Jorge Bastos. A história de Mora - a saga de Ulysses Guimarães, Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2013.

NETO, Lira. Getúlio Vargas 1882-1930. Dos anos de formação à conquista do poder. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

NUNES, Pedro. Senador Severiano Nunes. Reminiscências de uma liderança, Brasília, 1985.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Teixeira de. JK: cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. Belo Horizonte: Editora Mercado Comum, 2006.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. Urbanização no Médio Amazonas: a importância de Itacoatiara (Am) como cidade intermediária. Dissertação de Mestrado/UFAM, Manaus, 2007.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. Coronelismo e imprensa na formação do poder municipal em Itacoatiara, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 9/03/2020.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonatos Santos de. A Kiká e o Cocar: a rede intermediária judaica na estrutura urbana de Itacoatiara. Tese de Doutorado/UFAM, Manaus, 2019.

OLIVEIRA, Walter Pinto de. Memórias de uma revolta esquecida: o Baixo-Amazonas na Revolução Constitucionalista de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

PARANÁ, Denise. Lula, o Filho do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PETROBRÁS. O Petróleo e a Petrobrás. Editora Serput, São Paulo, 1976.

PORTO, Walter Costa. O voto no Brasil: da Colônia à Quinta República. Brasília: Senado Federal, 1989.

QUAGLINO, Ana Maria. A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás. FGV, Rio de Janeiro, 1993.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. Perfis de Mestres. Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo, in Revista de Estudos Avançados, volume 8. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. Como governei o Amazonas. Secretaria de Imprensa do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1967.

REIS, Arthur César Ferreira. História do Amazonas, 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia: [Manaus]: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

REIS, Daniel Aarão. Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO, Darcy. Cândido Mariano da Silva Rondon. Cadernos de Cultura MEC: Rio de Janeiro, 1958.

RIBEIRO, José Augusto. Tancredo Neves - a Noite do Destino. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. A rebelião de 1924, Manaus, 1985.

SERÁFICO, Marcelo. Manaus da zona franca: a capital de si mesma. Artigo na Revista Amazônia Real, Manaus, 21/10/2013.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade. Primeiro volume da Série Paulino de Brito. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1965.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente. Edição do Autor. Capa Editora Sérgio Cardoso. Manaus, 1970.

SILVA, Francisco Gomes da. Centenário de São José do Amatary. Manaus: Edição do Autor, 1979.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara, 1º volume. Manaus: Editora Papyros, 1997.

SILVA, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade. Segunda edição revista e ampliada. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1997/2.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara, 2º volume. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998.

SILVA, Francisco Gomes da. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1999.

SILVA, Francisco Gomes da. Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus: Gráfica Ziló, 2004.

SILVA, Francisco Gomes da. Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica). Manaus: Gráfica Ziló, 2010.

SILVA, Francisco Gomes da. Fundação de Itacoatiara. Primeiro volume da Trilogia Itacoatiara 330 anos. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2013.

SILVA, Francisco Gomes da. Fundação de Itacoatiara. Segunda edição revista e ampliada. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Cultura. Manaus: Editora e Gráfica Moderna, 2017.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.

SILVA, Francisco Gomes da. Homens, mulheres e coisas de Itacoatiara (Encicloédia municipal). Livro em preparo.

SILVA, Francisco Gomes da. O tenentismo no Amazonas, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 29/06/2012.

SILVA, Francisco Gomes da. 1932: História de uma Guerra, in seção Notícias & Eventos do Blog do Francisco Gomes, em 6/04/2015.

SILVA, Francisco Gomes da Silva. Artigo sob o título AM-1: A pioneira, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 2/09/2015.

SILVA, Francisco Gomes da Silva. Artigo sob o título AM-1: a pioneira (Parte II), in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 14/09/2015.

SILVA, Francisco Gomes da. Paulo Sampaio, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 1º/08/2017.

SILVA, Francisco Gomes da. Centenário Acadêmico. Discurso sobre Centenário da Academia Amazonense de Letras (1918-2019), in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 7/10/2019.

SILVA, Francisco Gomes da. Raimundo Perales: exemplar cidadão e grande homem público, in seção de História do Blog do Francisco Gomes, em 13/04/2020.

SILVA, Hélio. O suicídio de Getúlio Vargas 1951-1954, São Paulo: Editora Três, 1998.

SILVA, Hélio. 1935: a revolta vermelha. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1969.

SILVA, Hélio. 1937: Todos os golpes se parecem. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

SILVA, Hélio. 1938: Terrorismo em Campo Verde - O Ciclo de Vargas, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.

SILVA, Hélio. 1945: Porque depuseram Vargas. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.

SILVA, Hélio. 1954: Golpe ou contra-golpe? Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

- SILVA, Hélio. Jânio Quadros (1961). São Paulo: Editora Três, 1983.
- SILVA, Hélio. 1926: A grande Marcha - A Coluna Prestes, Editora L&PM, Porto Alegre, 2015.
- SILVA, Hélio. O Governo Geisel 1975-1978. Rio de Janeiro: Editora Três, 2004.
- SILVA, Hélio. Presidentes: João Figueiredo, Rio de Janeiro: Editora Três, 1983.
- SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves: a Trajetória de um Liberal. São Paulo: Editora Vozes, 1985.
- SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2009.
- VELASCO, Valquíria, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Rio de Janeiro, 2014.
- VIANA FILHO, Luís. O Governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.
- VILLA, Marco Antonio. Collor Presidente. São Paulo: Editora Record, 2016.

Sites:

- <https://www.franciscogomesdasilva.com.br>
- <http://www.casacivil.am.gov.br>
- <https://www.amazonas.gov.br/>
- <https://www.ale.am.gov.br>
- <https://www.manaus.am.gov.br>
- <https://www.senado.gov.br>
- <https://www.camara.leg.br>
- [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lloyd Brasileiro...](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lloyd_Brasileiro...)
- <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossieis/FatosImagens/DIP>
- <https://www.bancoamazonia.com.br>
- <https://pt.scribd.com/documento/313900290/Historia-Do-Banco-Da-Amazonia>

<https://www.fgv.br/.../verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros>

<https://www.fgv.br/.../dicionarios/verbete-biografico/henrique-batista-duffles-teixeira-lott>

<https://www.fgv.br/.../verbete-biografico/jorge-de-magalhaes-cardoso-barata>

<https://www.fgv.br/cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/alvaro-botelho-maia>

<https://biografiaresumida.com.br/biografia-afonso-pena>

<https://biografiaresumida.com.br/biografia-washington-luis>

<http://amazonialatitude.com/2020/09/29/a-fundacao-de-manaus-o-seculo-xx/29/09/2020>

<https://blogwww.franciscogomesdasilva.com.br>

https://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/AERAVargas1/biografias/mena_barreto

<https://www.fgv.br/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>

<http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/FatosImagens/DIP>>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prestes-luis-carlos>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-werneck-de-lacerda>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oscar-niemeyer-soares-filho>

<https://www.fgv.br/.../verbete-biografico/leopoldo-amorim-da-silva-neves>

<https://www.brasilecolauol.com.br/historia/republica-velha-1889-1930-htm>

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/afonso.pena/biografia>

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/washington.luis/biografia>

<https://cpa.tjam.jus.br/atendimento>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedrosa-waldemar>

<https://www.fgv.br/cpdoc/.../dicionarios/verbete-biografico/floriano-da-silva-machado>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janari-gentil-nunes>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-integralista>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bouhid-valdir>

<https://www.fgv.br/cpdoc/.../dicionarios/verbete-biografico/nunes-manuel-severiano>

<https://www.fgv.br/cpdoc/.../dicionarios/verbete-biografico//silva-francisco-pereira-da>

<https://www.fgv.br/cpdoc/...do-plano-de-valorizacao-economica-da-amazonia-spvea>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/.../verbete-biografico/cosme-alves-ferreira-filho>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/.../verbete-biografico/plinio-ramos-coelho>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo.../verbete-biografico/paulo-pinto-neri>

<https://www.fgv.br/cpdoc/.../dicionario/verbete-biografico/leopoldo-carpinteiro-peres>

<https://www.fgv.br/cpdoc/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/eduardo-gomes>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografia/dutra-aurico-gaspar>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografia/cristiano-monteiro-machado>

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=content&id=3300>

<http://www.camara.gov.br/internet/InDoc/.../legislacaorepublica/Leis1965/parte4/>

<https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos/impeachment-de-collor,887,0.htm>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografia/israel-pinheiro-da-silva>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juscelino-kubitschek-de-oliveira>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-coimbra-da-luz>

https://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/joao_cafe_filho

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>

https://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Goulart

<https://www.fgv.br/cpdoc/.../verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/medici-emilio>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ernesto-geisel>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tancredo-de-almeida-neves>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionario/verbete-tematico-assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/andre-franco-montoro>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/.../verbete-biografico/paulo-brossard-de-sousa-pinto>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/.../antonio-aureliano-chaves-de-mendonça>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bernardo-cabral>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/.../alexandre-jose-barbosa-lima-sobrinho>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ulisses-silveira-guimaraes>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários//verbete-biografico/collor-fernando>

https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luiz_inacio_da_silva

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/diconasrios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-de-oliveira-maciel>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-serra>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alencar-jose>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gerald-josé-rodrigues-alkmin-filho>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-covas-junior>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luisa-erundina-de-sousa>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-pitta-do-nascimento>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/haddad-jamil>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marta-teresa-suplicy>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aluisio-mercadante-oliva>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arida-persio>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lewandowski-ricardo>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-matarazzo-suplicy>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aecio-neves-da-cunha>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heloisa-helena-lima-de-morais-carvalho>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/palmeira-guilherme>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/genro-luciana>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdemiro-abdalla-teixeira>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-jefferson-monteiro-francisco>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-dirceu-de-oliveira-e-silva>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dante-martins-de-oliveira>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-gushiken>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-genuino-neto>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meireles-henrique>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-florestan>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-arminio>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-andre-lara>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-gustavo>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/danilo-de-matos-areosa>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amazonino-armando-mendes>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-eduardo-de-sousa-braga>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nascimento-alfredo>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/atila-sidinei-lins-de-albuquerque>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peres-jeferson>

<https://www.cpdoc.fgv.gov.br/produção/dossies/AEraVargas2/artigos/EléVoltouBNDE>

<https://www.cpdoc.fgv.br/.../dossies/AEraVargas1/anos30-37/GOLPEEstadoNovo/PlanoCohen>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/arthur-levy-1>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-pereira-de-lucena-bittencourt>

<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/virgilio-artur-neto>

https://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codpar=1599&licab=1930-1930&f=35

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/numero-de-deputados-por-estado>

<https://pt.slideshare.net/DurangoDuarte/imprensa-amazonense-62907389>

<https://idd.org.br/acervo/cassação-de-plinio-coelho/>

<https://www.mme.gov.br/geologia-mineração>

<https://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia...>
<https://www.presidencia.gov.br/>>,
<https://www.ifhc.org.br/>>
<https://www.gov.br/...>> secretaria-geral-da-presidencia-da-republica
<https://www2.camara.leg.br/>>
<https://www.senado.gov.br>
<https://www.stf.jus.br>
<https://www.cprm.gov.br>
<https://www.suframa.gov.br>
<https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/pesquisa-e-desenvolvimento/capda>
<https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/am/historico>
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/itacoatiara.html>
<https://ecoviagem.com.br/brasil/amazonas/nova-olinda-do-norte/>
<https://www.arquidiocesedemanaus.org.br>
<https://www.Amazon.org.br/>
https://www.suapesquisa.com/geografia_do_brasil/rio_madeira.htm
https://catandopapeis.blogspot.com/2010/03/memorial-amazonesne_8.html
<https://www.idd.org.br/acervo/associacao-amazonense-da-imprensa>
<https://www.facebook.com/academiaamazonensedeletras>
<https://portal.inpa.gov.br/index.php/institucional>
<https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/historia>
<https://www.funasa.gov.br/institucional>
<https://www.portalfeb.com.br>
<https://www.academialetras/am.com.br>

RESUMO BIOBIBLIOGRÁFICO



FRANCISCO GOMES DA SILVA nasceu em Itacoatiara aos 24 de novembro de 1945. Promotor de Justiça Aposentado, Advogado e Escritor. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (vice-presidente nos biênios 2017-2018, 2019-2020 e 2021-2022), da Academia Amazonense de Letras, da Associação dos Escritores do Amazonas e da Associação Amazonense do Ministério Público. Sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro/RJ) e sócio correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (Santarém/PA). Historiador de sua terra natal começou a escrever aos 16 anos e aos 19 lançou seu primeiro livro (1965), sob os auspícios do historiador, amazonólogo e então governador Arthur Cézár Ferreira Reis.

É autor dos seguintes livros:

1965: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade.

1970: Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente.

1979: Centenário de São José do Amajari.

1997: Cronografia de Itacoatiara – 1º volume.

1997: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade – 2ª edição revista e ampliada.

1997: Instituto Alfredo da Matta ontem e hoje: uma história de saúde pública (1955-1997) – coautor.

1998: Cronografia de Itacoatiara – 2º volume.

1999: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara.

2002: Constituições do Estado do Amazonas – volume I (1891, 1892 e 1895) – Texto introdutório.

2004: Presença do Poder Judiciário no Município Itacoatiara.

2006: Pedro Gomes meu pai (um memorial de família).

2010: Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse histórica).

2013: Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 anos).

2015: Fundação de Itacoatiara (2º edição revista e ampliada).

2017: Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara.

2021: Euler Ribeiro: o Homem da Floresta Cidadão do Mundo.

Obras em preparo:

– As Pedras do Rosário.

– Itacoatiara: administrações municipais.

– Itacoatiara: evolução do sítio urbano. Cronologia da Avenida Parque.

– Homens, mulheres e coisas de Itacoatiara (uma enciclopédia municipal).

– Cartilha de Itacoatiara.

FATOS DA HISTÓRIA MUNICIPAL LIGADOS À HISTÓRIA NACIONAL

FRANCISCO GOMES DA SILVA já computa 17 livros na sua bibliografia. Começou a escrever aos 16 anos (1961) e teve o seu primeiro livro lançado aos 19 (1965). Ao longo de 60 anos completos a mente irrequieta e brilhante do escritor nativo de Itacoatiara não parou de produzir. Pesquisador compulsivo e brilhante, sempre priorizando a divulgação de sua terra natal, construiu meteoricamente uma notável reputação de historiador.

Ao transcurso de seus 76 anos de idade (novembro de 2021), Francisco Gomes da Silva premia a coletividade do Amazonas com a edição de mais um trabalho de cunho historiográfico que tem o objetivo de registrar e comentar as visitas ou passagens por Itacoatiara de vários presidentes e presidenciáveis da República ao longo do século XX.

Dentre os vários depoimentos sobre o Autor destacamos os de: (1) Almir Diniz de Carvalho: "Francisco Gomes da Silva é o cantor da terra itacoatiarense. É o historiador de Itacoatiara!"; 2) Robério Braga: "Francisco Gomes, festejado escritor e historiador amazonense, surgido para as letras pelas mãos do notável professor Arthur César Ferreira Reis quando governador do Estado, dentre muitos de sua geração que foram conduzidos a publicar seus estudos naqueles anos (1965). Ao depois, novas e frutíferas obras elaboradas e resultantes de séria investigação"; (3) Elson Farias: "Gomes da Silva é um escritor de vocação que se converteu no primeiro e mais autorizado historiador de Itacoatiara, desde os albores da juventude"; (4) Max Carphentier: "Gomes da Silva desde cedo entregou-se ao registro e à reflexão da história de sua cidade. Seus vínculos afetivos com Itacoatiara são praticamente de natureza conjugal, pela permanência e pela dedicação. Esse amor por sua cidade resultou em momentos duradouros da produção intelectual amazonense"; (5) Júlio Antonio Lopes: "Ao tratar do seu rincão, os olhos de Gomes brilham como os de um menino e a sua voz, de tribuno do júri e de professor na matéria, adquire o poder do encantamento [...] Tem-se a clara impressão de que Itacoatiara, para Gomes, é o centro de tudo. E esse, certamente, é o segredo de todo o sucesso que ele faz, pois segue à risca o que ensinava Leon Tolstói: 'Se queres ser universal, começa por cantar a tua aldeia'".

